



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Caio Pompeia Ribeiro Neto

Formação Política do Agronegócio

Campinas

2018

Caio Pompeia Ribeiro Neto
Formação Política do Agronegócio

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: PROF. DR. JOSÉ MAURÍCIO PAIVA ANDION ARRUTI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO CAIO POMPEIA RIBEIRO NETO E ORIENTADA PELO PROFESSOR DR. JOSÉ MAURÍCIO PAIVA ANDION ARRUTI.

Campinas

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 88881.131548/2016-01; CNPq, 142034/2013-4

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Ceclia Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P772f Pompeia, Caio, 1979-
Formação política do agronegócio / Caio Pompeia Ribeiro Neto. –
Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Maurício Paiva Andion Arruti.

Coorientador: Ieva Jusionyte.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

Em cotutela com: Harvard University .

1. Agronegócio. 2. Agricultura familiar. 3. Meio ambiente. 4. Povos
indígenas. 5. Reforma agrária. I. Arruti, José Maurício Paiva Andion, 1967-. II.
Jusionyte, Ieva. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Political formation of agribusiness

Palavras-chave em inglês:

Agribusiness

Family farming

Environment

Indigenous peoples

Agrarian reform

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

José Maurício Paiva Andion Arruti [Orientador]

Mauro William Barbosa de Almeida

Sergio Pereira Leite

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Sérgio Sauer

Data de defesa: 28-03-2018

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de março de 2018, considerou o candidato Caio Pompeia Ribeiro Neto aprovado.

Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Prof. Dr. Sergio Pereira Leite

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Prof. Dr. Sérgio Sauer

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta do processo de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos

Tenho muitas pessoas a agradecer. Começo por meu orientador, José Maurício Arruti, por ter me incentivado a perseverar para compreender o “agronegócio”. Sua leitura atenta e crítica e suas intervenções propositivas e detalhadas foram nada menos que fundamentais para a tese.

À minha coorientadora, Ieva Jusionyte, por seu interesse pela pesquisa, sua ajuda em minha reflexão sobre o tema e por ter me encorajado a apostar no diálogo com os agentes políticos que lideram a concertação política do agronegócio.

À professora Manuela Carneiro da Cunha, cuja participação na banca de qualificação foi extraordinária e muito inspiradora para aprofundar a pesquisa, e à professora Elide Rugai Bastos, pelas ótimas contribuições nessa mesma banca. Sou, também, muito grato à professora Sylvia Caiuby Novaes, que me orientou no mestrado.

À professora Nancy Fraser, pela conversa sobre seu modelo de análise da esfera pública e sua aplicação ao Brasil; ao professor Noam Chomsky, pelo diálogo sobre a pesquisa.

Ao professor Rodolfo Hoffmann, por seus comentários à introdução desta tese. Aos professores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, pela conversa sobre o “agronegócio”. Ao professor Walter Belik, pelas sugestões ao texto.

Às professoras Suely Kofes e Vanessa Lea, cujas aulas durante o doutorado foram fontes de muito aprendizado. Aos professores Fábio Magalhães Candotti e Flávia Melo da Cunha, por me ajudarem a pensar o objeto de pesquisa.

Aos colegas na Unicamp e em Harvard, em especial Guilherme Antunes, Carlos Gutierrez, Jaqueline Santos, Leslye Ursini e Ana Paula Hirano, pela amizade, apoio e experiências compartilhadas. Aos expositores e debatedores do grupo de trabalho sobre agronegócio da XII RAM, na Argentina. Os diálogos no GT foram muito importantes para esta tese.

Ao professor Ray Goldberg, pela abertura constante para minhas várias questões, às vezes incômodas, em nossas conversas sobre “*agribusiness*”. A todas as outras pessoas que aceitaram ser entrevistadas para esta tese, por sua abertura e vontade de colaborar, meus agradecimentos. Sem o diálogo com elas, esta pesquisa teria perdido muito. À *Associação Brasileira do Agronegócio* e à *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, pela disponibilização de materiais e informações quando de minha visita às suas sedes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, agradeço imensamente pelo grande aprendizado e pelo inestimável apoio durante o percurso do doutorado. Aos Departamentos de Antropologia e Sociologia da USP, nos quais iniciei minha formação e comecei a pesquisar durante a graduação e o mestrado.

Aos apoios institucionais da Capes, pela bolsa de Doutorado Sanduíche, e do CNPQ, pela bolsa de doutorado que tive por alguns meses em 2013.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard, sou grato pelo período do Doutorado Sanduíche, que me permitiu, além de aprender bastante, realizar trabalho de campo, ter acesso a documentos não disponíveis no Brasil e estabelecer interlocuções com pesquisadores de outras universidades, principalmente do MIT e da *New School for Social Research*.

Aos profissionais das bibliotecas da Unicamp, da USP, da UnB, da Biblioteca Nacional de Agricultura, de Harvard, do MIT e da *National Agricultural Library*, dos Estados Unidos.

Queria manifestar meus profundos agradecimentos à minha mãe, Carmen, e à minha avó, Irleny, pelo enorme apoio e amor incondicional. A meu pai e a meu avô (muitas saudades), com quem compartilho o nome, e à minha vó Thereza. Aos meus irmãos, Talita, Pedro e Marcella. A meus tios Paulo e Roberto, por meio dos quais agradeço a toda minha querida família.

À minha companheira durante toda essa jornada, Marina, por seu incentivo e apoio constantes.

Resumo

Nesta tese, investiga-se o agronegócio como fenômeno político. Com esse objetivo, analisam-se o surgimento e as mobilizações da noção de *agribusiness* nos Estados Unidos, de 1955 até a década de 1970, nas dimensões acadêmica, corporativa, midiática e estatal. Em um segundo momento, estudam-se os meios pelos quais a noção foi exportada ao Brasil e as formas com que ela começou a ganhar proeminência no país, também levando em consideração as dimensões citadas acima. Posteriormente, aborda-se a constituição, no Brasil, de um projeto político-econômico fundamentado no resgate da noção original de *agribusiness*, tal como formulada na *Harvard Business School*. Em seguida, trata-se dos modos como esse projeto ganhou materialidade no que se intitula concertação política do agronegócio. Procuram-se compreender, a partir desse ponto, as distintas configurações dessa concertação ao longo dos últimos 25 anos – incluindo tanto suas proposições e estratégias quanto as controvérsias em que foi inserida – até chegar à centralidade que detém atualmente no processo político brasileiro.

Palavras-chave: Agronegócio; Agricultura Familiar; Meio Ambiente; Povos Indígenas; Reforma Agrária.

Abstract

In this dissertation, agribusiness is investigated as a political phenomenon. With this objective, this research analyzes the emergence and mobilizations of the notion of agribusiness in the United States, from 1955 to the 1970s, in the academic, corporate, media, and state dimensions. In a second moment, it examines how the notion was exported to Brazil and began to gain prominence in this country, also taking into account the dimensions mentioned above. Subsequently, it investigates the constitution, in Brazil, of a political-economic project based on the original notion of agribusiness, as it was formulated at Harvard Business School. Then, the focus shifts to the ways in which this project gained materiality in what is called, in the dissertation, the political organization of agribusiness. From this point onwards, this research seeks to understand the different configurations of this organization over the last 25 years - including its proposals, strategies and the controversies in which it was inserted - until it reached the centrality it currently has in the Brazilian political process.

Keywords: Agribusiness; Family Farming; Environment; Indigenous Peoples; Agrarian Reform.

Lista de Figuras

Figura 1: Ex-presidente Dilma Rousseff respondendo a perguntas no Barker Center, Universidade de Harvard.	22
Figura 2: Trator arando a terra em preparação para o plantio de soja em fazenda da Amaggi.....	25
Figura 3: Presidente interino Michel Temer com a FPA.....	34
Figura 4: Imagem do “agronegócio”.....	50
Figura 5: John H. Davis.....	68
Figura 6: Ray A. Goldberg.	69
Figura 7: Livro A Concept of Agribusiness.	74
Figura 8: Goldberg ministrando aula sobre o agribusiness na Harvard Business School.....	100
Figura 9: Goldberg durante aula sobre o agribusiness na Harvard Business School.	102
Figura 10: Ney Bittencourt de Araújo.	124
Figura 11: Bittencourt de Araújo e Goldberg no Encontro Internacional de Agribusiness, 1990.	138
Figura 12: Visão aérea da Agrishow.	165
Figura 13: Ministro Roberto Rodrigues com o presidente Lula em 2004.	202
Figura 14: Dez C’s da Competitividade do Agribusiness.	202
Figura 15: Logomarca da campanha Sou Agro.....	274
Figura 16: Peça da campanha Sou Agro.	275
Figura 17: Anúncio da campanha Time Agro Brasil.....	276
Figura 18: Presidente Dilma Rousseff e Pelé na Expozebu.....	278
Figura 19: O então vice-Presidente Michel Temer.....	279
Figura 20: Logomarca do Instituto Pensar Agropecuária.....	288
Figura 21: Encontro do Cosag/Fiesp em julho de 2017.	293
Figura 22: Presidente Michel Temer falando no Global Agribusiness Forum.	295
Figura 23: Outlook Fiesp 2026.....	299
Figura 24: Página do Índice de Confiança do Agronegócio.	299
Figura 25: Campanha Agro - A indústria-riqueza do Brasil.	304

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Páginas do The New York Times, The Washington Post e The Wall Street Journal mencionando a palavra agribusiness (1955-1971).	89
Gráfico 2: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de agribusiness (1955-1971).	89
Gráfico 3: Número total de tratores e demais máquinas agrícolas produzidas no Brasil (1960-1976).	119
Gráfico 4: Evolução de recursos do crédito rural, 1979-1990 (valores constantes em R\$ bilhões)*.	136
Gráfico 5: Páginas de O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo mencionando agribusiness ou agrobusiness (1964-1991).....	148
Gráfico 6: Composição relativa do Conselho Administrativo da Abag em 1993, por segmento.	155
Gráfico 7: Páginas de O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo mencionando agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (1990-1995).....	169
Gráfico 8: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando os termos agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (1990-1995).....	169
Gráfico 9: Balança Comercial Brasileira, 1990-1996 (US\$ bilhões).	170
Gráfico 10: Composição relativa de entidades integrantes da comissão organizadora do Fórum Nacional da Agricultura em 1996, por segmento.....	175
Gráfico 11: Evolução de recursos do crédito rural no Governo FHC I, 1995-1998 (valores constantes em R\$ bilhões)*.	183
Gráfico 12: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (1986-1999).....	186
Gráfico 13: Páginas de O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo mencionando agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (1986-1999).....	188
Gráfico 14: Discursos no âmbito da Câmara dos Deputados citando agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (1986-1999).	189

Gráfico 15: Produção de soja e milho no Brasil, 1999/2000-2014/2015 (em mil toneladas).....	193
Gráfico 16: Exportações brasileiras relacionadas ao agronegócio (2000-2015) (em US\$ bilhões).....	194
Gráfico 17: Composição relativa dos membros associados à Abag em 2003, por segmento.....	195
Gráfico 18: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (2000-2005).....	205
Gráfico 19: Páginas de O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo mencionando agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (2000-2005).....	205
Gráfico 20: Discursos no âmbito da Câmara dos Deputados citando agribusiness, agrobusiness, agronegócios ou agronegócio (2000-2005).....	206
Gráfico 21: Composição relativa do Conselho Superior do Agronegócio em 2007, por segmento.....	208
Gráfico 22: Número de ocupações de terra realizadas e de assentamentos da reforma agrária criados (1988-2002)*.....	216
Gráfico 23: Número de ocupações de terra realizadas e de assentamentos da reforma agrária criados (2003-2013)*.....	223
Gráfico 24: Desmatamento na Amazônia Legal, 2000-2004 (km ²).....	238
Gráfico 25: Área incorporada para plantação de soja no Brasil, 1999/2000-2003/2004 (km ²).....	238
Gráfico 26: Páginas do The New York Times contendo “Brazil” e “deforesting” e do Le Monde com as expressões “Brésil” e “déforestation” (1991-2005).....	239
Gráfico 27: Páginas do The New York Times contendo “Brazil” e “deforesting” e do Le Monde com as expressões “Brésil” e “déforestation” (2006-2009).....	243
Gráfico 28: Composição relativa de entidades financiadoras do Instituto para o Agronegócio Responsável em 2007, por segmento.....	245
Gráfico 29: Número de retomadas realizadas por indígenas (2003-2013).....	282
Gráfico 30: Composição relativa do Instituto Pensar Agropecuária em 2016, por segmento.....	286
Gráfico 31: Composição relativa de entidades assinantes do “Manifesto de Confiança ao Governo Brasileiro”, por segmento.....	296

Lista de Siglas

Abag - Associação Brasileira do Agronegócio (antiga Associação Brasileira de Agribusiness)

ABC - Academia Brasileira de Ciências

ABCB - Associação Brasileira de Criadores de Búfalos

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

Abef - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango

Abia - Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Abic - Associação Brasileira da Indústria de Café

Abiec - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes

Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

Abipecs - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

Abramilho - Associação Brasileira dos Produtores de Milho

Abras - Associação Brasileira de Supermercados

Abrasem - Associação Brasileira de Sementes e Mudas

ADM - Archer-Daniels-Midland

AGU - Advocacia-Geral da União

Ampa - Associação Mato-grossense do Algodão

Anda - Associação Nacional para Difusão de Adubos

Andef - Associação Nacional de Defesa Vegetal

Anec - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais

Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA - Área de Proteção Ambiental

Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APP - Área de Proteção Permanente

Aprosoja Brasil - Associação Brasileira dos Produtores de Soja

Aprosoja-MT - Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso

Ares - Instituto para o Agronegócio Responsável

Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATL - Acampamentos Terra Livre

BCB - Banco Central do Brasil

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros, atualmente B3

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco de Desenvolvimento da Região Sul

CAI - Complexo Agroindustrial

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

CDA - Certificado de Depósito Agropecuário

Cepea/Esalq/USP - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (antiga Confederação Nacional da Agricultura)

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNC - Conselho Nacional do Café

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente

Consagro - Conselho do Agronegócio

Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar, atual Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Contraf - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (antiga Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil)

Cosag - Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

Deagro - Departamento do Agronegócio da Fiesp

DEM - Democratas

DOU - Diário Oficial da União

DP - Diário de Pernambuco

Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Esalq/USP - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo

EUA - Estados Unidos da América

Expozebu - Exposição Internacional de Gado Zebu

FAAB - Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

Faesp - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEA/USP - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Febraban - Federação Brasileira de Bancos

Fetaesp - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIA/USP - Fundação Instituto de Administração/Universidade de São Paulo

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Flona - Floresta Nacional

FNA - Fórum Nacional da Agricultura

FNL - Frente Nacional de Lutas no Campo e Cidade

FPA - Frente Parlamentar Mista da Agropecuária

FSP - Folha de São Paulo

Funai - Fundação Nacional do Índio

Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GAF - Global Agribusiness Forum

GEE - Gases de Efeito Estufa

Gepai - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais

Gertraf - Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado

HBR - Harvard Business Review

HBS - Harvard Business School

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibec - International Basic Economy Corporation

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC Agro - Índice de Confiança do Agronegócio

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Icone - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

IEA-USP - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Pensar Agropecuária

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA - Instituto Socioambiental

JB - Jornal do Brasil

LAAD - Latin American Agribusiness Development Corporation

LCA - Letra de Crédito do Agronegócio

LM - Le Monde

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social (antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Mercosul - Mercado Comum do Sul

Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (atual MDA)

Moderfrota - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

MP - Medida Provisória

MPF - Ministério Público Federal

MRE - Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NACLA - North American Congress on Latin America

NYT - The New York Times

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OEA - Organização dos Estados Americanos

OESP – O Estado de S. Paulo
OG - O Globo
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
Orplana - Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento
Pensa - Centro de Conhecimento em Agronegócios (antigo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial)
PF - Polícia Federal
PFL - Partido da Frente Liberal (atual Democratas)
PGR - Procuradoria-Geral da República
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB)
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PPA - Plano Plurianual
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD - Partido Social Democrático (mesmo nome para dois partidos, um criado em 1945 e extinto pela ditadura militar, e outro fundado em 2011)
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RPU - Revisão Periódica Universal

SAG's - Sistemas Agroindustriais
SBR - Sociedade Rural Brasileira
Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sindirações - Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
Sindiveg - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
SNA - Sociedade Nacional da Agricultura
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
STF - Supremo Tribunal Federal
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI - Terra Indígena
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
Ubabef - União Brasileira de Avicultura
UCs - Unidades de Conservação
UDR - União Democrática Ruralista
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UnB - Universidade de Brasília
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unica - União da Indústria de Cana-de-Açúcar
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América
USP - Universidade de São Paulo
WP – The Washington Post
WSJ – The Wall Street Journal

Sumário

INTRODUÇÃO	21
Antecedentes.....	23
Centralidade no processo político brasileiro	29
Dimensões do agronegócio e suas relações.....	38
<i>A noção</i>	39
<i>As cadeias produtivas</i>	40
<i>A concertação política do agronegócio</i>	42
<i>Sinédoque política e espírito do agronegócio</i>	47
Nota metodológica	52
Fontes.....	58
Organização da tese.....	62
CAPÍTULO 1 – ORIGEM DA NOÇÃO DE AGRIBUSINESS E SUAS MOBILIZAÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS	66
1.1 Invenção da noção de <i>agribusiness</i>	69
1.2 Mobilizações da noção na esfera pública.....	74
1.3 Inflexão na política alimentar exterior norte-americana	79
1.4 Articulações entre governo e corporações.....	82
1.4.1 <i>Um conselho de corporações</i>	85
1.4.2 <i>Reformulações administrativas</i>	86
1.4.3 <i>Revolução Verde</i>	87
1.5 Mudança no status da noção	88
1.5.1 <i>Narrativas temáticas</i>	93
1.6 Mobilização positiva do termo.....	98
1.6.1 <i>Harvard Business School</i>	99
1.7 Considerações finais ao capítulo.....	102
CAPÍTULO 2 – A NOÇÃO DE AGRIBUSINESS CHEGA AO BRASIL: PRIMEIROS AGENCIAMENTOS	104
2.1 Disputas políticas e industrialização da agricultura	105
2.2 Iniciativas de promoção da perspectiva de <i>agribusiness</i> no Brasil.....	110
2.3 Multiplicidade de sentidos de <i>agribusiness</i> : visões críticas e laudatórias.....	117
2.4 Considerações finais ao capítulo.....	122
CAPÍTULO 3 – UM PROJETO POLÍTICO-ECONÔMICO DE AGRIBUSINESS....	124
3.1 Redemocratização e a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira.....	124

3.2	Militância nacional: o grupo da <i>Agrocere</i>	131
3.2.1	<i>Respostas à orientação neoliberal</i>	135
3.3	O projeto	137
3.3.1	<i>Resultados da campanha</i>	144
3.3.2	<i>Um programa acadêmico de agribusiness</i>	145
3.3.3	<i>Limites da campanha</i>	148
3.4	Considerações finais ao capítulo.....	150
CAPÍTULO 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROJETO: A CONCERTAÇÃO ...		152
4.1	Abag: criação e justificação	154
4.1.1	<i>Lobby</i>	161
4.2	Agrishow	164
4.3	Comunicação interna	166
4.4	Considerações finais ao capítulo.....	167
CAPÍTULO 5 – O GOVERNO FEDERAL E A LEGITIMAÇÃO RETICENTE DA CONCERTAÇÃO		168
5.1	Balança comercial e conquista de legitimidade.....	170
5.2	Fórum Nacional da Agricultura	174
5.3	Desdobramentos políticos	179
5.4	Influências da legitimação na esfera pública	185
5.4.1	<i>Agronegócio: noção traduzida</i>	190
5.5	Considerações finais ao capítulo.....	191
CAPÍTULO 6 – AUMENTO DO PODER DA CONCERTAÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO.....		193
6.1	Recomposição da arena do agronegócio nos anos 2000	194
6.2	O Plano Estratégico para o Agronegócio Brasileiro 2002/2010	198
6.3	A concertação no Ministério da Agricultura.....	201
6.3.1	<i>Salto nas mobilizações públicas da noção</i>	204
6.4	Agronegócio na Fiesp	207
6.4.1	<i>Reivindicações</i>	211
6.5	Considerações finais ao capítulo.....	213
CAPÍTULO 7 - CONTROVÉRSIAS		215
7.1	Reforma Agrária	216
7.1.1	<i>O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i>	217
7.2	Agricultura familiar	224
7.2.1	<i>Operacionalização das disputas classificatórias</i>	231
7.3	Controvérsias distintas passam a envolver a concertação	234
7.4	Meio Ambiente	237

7.4.1	<i>Críticas internacionais e reverberações internas</i>	240
7.4.2	<i>Tentativa de inflexão no espírito do agronegócio</i>	243
7.5	Trabalho escravo	250
7.6	A “morte” do agronegócio.....	255
7.7	Considerações finais ao capítulo.....	259
CAPÍTULO 8 – NOVAS ESTRATÉGIAS.....		261
8.1	Estratagem política: o plano conjunto Abag/Fiesp.....	261
8.2	Mudança legal: o Código Florestal	265
8.3	Nova imagem: de Tudo é Agro a Agro é Tudo	271
8.4	Nova direção: ataque aos direitos indígenas	279
8.5	Considerações finais ao capítulo.....	283
CAPÍTULO 9 - INSERÇÃO ESTRATÉGICA: A CONCERTAÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO NA ATUALIDADE		285
9.1	Agentes.....	285
9.2	Dispositivos	294
9.3	Considerações finais ao capítulo.....	306
CONCLUSÃO		308
REFERÊNCIAS		317

Introdução¹

Esta tese é um esforço de compreensão do agronegócio como fenômeno político. Com muita frequência, ele representa o “outro” dos “outros” com quem a Antropologia se relaciona, dado que tem implicado efeitos notórios sobre as populações tradicionais.

De fato, fundamentada na noção de agronegócio, uma articulação de agentes políticos conquistou, em anos recentes, considerável destaque nas decisões do Estado brasileiro. Mobilizando grande capacidade de organização, saberes técnicos e uma narrativa inserida estrategicamente na esfera pública nacional, essa articulação tem obtido o atendimento de parte relevante de suas proposições, seja no âmbito de atribuições do Poder Executivo, seja naquelas do Legislativo.

“O agronegócio para nós é importantíssimo!”, respondeu-me convicta a ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT, 2011-2016), em abril de 2017, referindo-se às reservas internacionais proporcionadas por esse subsistema (ROUSSEFF, 2017)². Ela fazia essa afirmação apenas alguns meses após ter perdido o mandato por processo de impedimento que contou com amplo apoio da articulação mencionada acima³.

Em visita a líderes da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA)⁴ em julho de 2016, logo antes da definição da perda do mandato presidencial de Rousseff pelo Senado, o então presidente em exercício, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB⁵, 2016-), havia declarado que “Estaremos sempre atentos, atentíssimos, à questão do agronegócio, que é a pauta mais importante, hoje, do país” (TEMER, 2016a)⁶.

¹ E-mail do autor: caporine@gmail.com

² Dilma Rousseff, entrevista ao autor em 21 de abril de 2017.

³ Rousseff perdeu o mandato no dia 31 de agosto de 2016.

⁴ Mais amplamente conhecida como bancada ruralista.

⁵ Depois de se intitular Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o “PMDB” voltou a se chamar “MDB”.

⁶ Discurso disponível em vídeo:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/temer-agronegocio-hoje-e-a-pauta-mais-importante-do-pais>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

Alguns ex-ministros influentes com experiências em distintos governos compartilham de perspectiva semelhante. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira (Fazenda, 1987; Administração e Reforma do Estado, 1995-1998; e Ciência e Tecnologia, 1999), o “agronegócio” seria “[...] fundamental. É a maior riqueza que o Brasil tem” (BRESSER-PEREIRA, 2017)⁷. Segundo Celso Amorim (Relações Exteriores, 2003-2011; e Defesa, 2011-2015), o saldo das exportações do “agronegócio” permitiu “[...] praticamente terminar com nossa dívida externa e tornou possível a importação de bens de capital e insumos, a custos razoáveis” (AMORIM, 2017)⁸.

Figura 1: Ex-presidente Dilma Rousseff respondendo a perguntas no *Barker Center*, Universidade de Harvard.



Foto: Ana Paula Hirano, 2017.

⁷ Ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, resposta ao autor em 10 de maio de 2017.

⁸ Ex-ministro Celso Amorim, resposta ao autor em 10 de maio de 2017.

Antecedentes

A partir do final da década de 2000, um impasse com a sociedade civil e o governo federal em torno de questões ambientais, indígenas e trabalhistas, dentre outras, havia levado um conjunto de entidades do patronato rural e de indústrias vinculadas à agropecuária a aprofundarem suas ações no Congresso Nacional. À época, crescia, em escala global, o interesse por terras agricultáveis, estimulado, em parte, pela maior demanda por *commodities* agrícolas (SAUER & LEITE, 2012).

Nesse processo, órgãos como o *Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)* e a *Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)* haviam passado a agir de forma mais assertiva sobre as disputas políticas envolvendo as áreas protegidas. Mais especificamente, essas entidades com representação intersetorial começaram, desde pelo menos 2010, a inflexionar seus posicionamentos políticos para questionar as Terras Indígenas (TIs) e as Unidades de Conservação (UCs) (ABAG, 2010), em proposições que se somavam à contestação anterior do Código Florestal (ABAG, 2002a). Em sentido programático, as indústrias aproximavam-se, cada vez mais, dos ruralistas.

O fator dessa maior aproximação foi a iniciativa de mudar o Código Florestal. Com esse objetivo principal, representações das indústrias de insumos, do ruralismo e das empresas vinculadas às principais cadeias produtivas de *commodities* agrícolas passaram, paulatinamente, a atribuir maior caráter estratégico, institucionalidade e sistematicidade às suas relações com a FPA. Formalizado em 2011 e contando atualmente com aporte financeiro mensal daquelas representações, o *Instituto Pensar Agropecuária (IPA)* nasceu como ferramenta para cumprir essa função (IPA, 2017).

Os membros da bancada ruralista, por outro lado, passaram a estar mais presentes nos espaços das empresas do agronegócio, com destaque para a Fiesp, a exemplo da palestra da senadora Kátia Abreu, do Partido Social Democrático (PSD-TO)⁹, no evento “Ciclo de Reformas – Código Florestal”¹⁰

⁹ Criado em 2011 com o mesmo nome do partido extinto pela ditadura militar.

(BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 15/08/2011) e da participação, no Cosag, do senador Acir Gurgacz, líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT-PR) e presidente da Comissão de Agricultura¹¹, para tratar do código acima mencionado (GURGACZ, 2011).

Em 2012, aquela articulação ruralista-industrial-parlamentar conseguiu alterar substancialmente o Código Florestal, enfraquecendo disposições de proteção ambiental constantes dessa lei, a despeito das contestações de trabalhadores rurais sem-terra, de populações atingidas pela construção de barragens, agricultores familiares e quilombolas, dentre outras populações¹², de ambientalistas e de cientistas da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC) e da *Academia Brasileira de Ciências* (ABC) (2012).

Ao vencer a disputa para debilitar o Código Florestal, aquela reforçada articulação direcionou seu foco aos direitos territoriais indígenas¹³. Embora houvesse um conjunto de disputas relacionadas a esses direitos, envolvendo, com destaque, a TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, e os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, um caso específico teve influência direta sobre esse novo direcionamento após a votação do código mencionado. No final de 2012 e começo de 2013, o processo de desintrusão da TI Marãiwatsédé, território dos Xavante situado no nordeste do estado de Mato Grosso, chamou a atenção de milhões de pessoas no principal telejornal do país (JORNAL NACIONAL, 17/11/2012, 10/12/2012, 04/01/2013).

Aqui cabe uma pequena digressão sobre a escolha do tema. Foi por meio de trabalho de campo naquela região do Mato Grosso, o Vale do Araguaia, que comecei a ficar mais interessado no “agronegócio”. Em agosto de 2014, eu viajei para lá tendo como objetivo compreender as relações (e disputas) entre distintas lógicas territoriais. Com essa intenção, eu comecei a realizar trabalho de campo com os Xavante de Marãiwatsédé, com famílias dos assentamentos

¹⁰ Na ocasião, esteve presente, também, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 15/08/2011; FOLHA DE S. PAULO, 16/08/2011).

¹¹ No âmbito do Congresso Nacional, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural trata das pautas agrícola e agrária.

¹² Que representavam exemplo paradigmático daquilo que Joan Martínez Alier (2002) chamou de ecologismo dos pobres.

¹³ Para uma análise sobre as atuais ameaças aos direitos indígenas, ver Carneiro da Cunha et al. (2017).

que os ladeavam – a grande maioria em projetos de reforma agrária criados em meados da década de 1990 – e com fazendeiros – principalmente os proprietários das grandes áreas de pecuária que eram vizinhos à TI e aos assentamentos.

Durante a viagem, descobri que a empresa *Amaggi* estava iniciando operações na região. A *trading*¹⁴ do senador Blairo Maggi – então no Partido da República (PR-MT)¹⁵ – e sua família estava preparando 23,8 mil hectares para o plantio de soja em terras recém-adquiridas e em fazendas de gado arrendadas, algumas delas fazendo fronteira com a porção noroeste de Marãiwatsédé. O Vale do Araguaia era uma das novas fronteiras da soja.

Figura 2: Trator arando a terra em preparação para o plantio de soja em fazenda da *Amaggi* em São Félix do Araguaia, Vale do Araguaia, Mato Grosso.



Foto: Autor, agosto de 2014.

¹⁴ As *tradings* de *commodities* são corporações que exercem ampliado controle sobre o comércio internacional desses produtos, atuando fortemente, também, em um conjunto de outras funções ao longo das cadeias produtivas.

¹⁵ A partir de maio de 2016, Blairo Maggi passou a ser o Ministro da Agricultura. Nesse processo, ele transferiu-se para o Partido Progressista (PP).

Decidi conhecer o empreendimento, e um funcionário da sede aceitou conduzir-me em uma visita às fazendas¹⁶. As grandes máquinas despontavam no horizonte. Homens trazidos de regiões distantes operavam-nas 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Dias depois, ao visitar a sede de São Félix do Araguaia, distante um pouco mais de 100 quilômetros da área da *Amaggi*, contei para o bispo emérito Dom Pedro Casaldáliga sobre a chegada da empresa no município e ouvi dele a preocupação com o agronegócio na região. Mapeando as disputas públicas envolvendo a TI Marãiwatsédé, notei que a noção de agronegócio era muito mobilizada pelos agentes políticos que a ela se referiam, tanto para os posicionamentos favoráveis aos direitos territoriais dos Xavante quanto para aqueles contrários¹⁷. Paralelamente, a própria *Amaggi* vinha fazendo menções às suas atividades como “agronegócio” (AMAGGI, 2009, 2010).

Acompanhando sistematicamente manifestações políticas em Brasília entre 2013 e 2015, como aquelas de indígenas (*Acampamentos Terra Livre*, liderados pela *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*), de sem-terra (marchas e acampamentos do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* e da *Frente Nacional de Lutas no Campo e Cidade*) e da agricultura familiar (atos da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*), eu ouvia, com frequência, críticas variadas ao “agronegócio”. Inicialmente, eu não atribuía muita importância ao agenciamento do termo, mas, a partir do segundo semestre de 2014, passei a prestar mais atenção a esse aspecto.

Nesse processo, comecei a atentar para o fato de que “agronegócio” estava em toda parte, em várias outras situações e contextos, fosse nas corporações (e nas entidades que as representavam), na imprensa, no Estado, nas universidades, nos movimentos sociais e instituições de apoio às minorias políticas e defesa do meio ambiente. A despeito dessa onipresença, eu ficava intrigado pelos vários sentidos do termo, muito díspares entre si.

¹⁶ Agradeço a esse funcionário, além da apresentação das fazendas, a gentileza de me autorizar a usar a máquina fotográfica para registrar a imagem mostrada na página anterior.

¹⁷ Ver, por exemplo, FOLHA DE S. PAULO, 25/05/2008, 14/07/2013, O GLOBO, 14/11/2010; O ESTADO DE S. PAULO, 15/09/2013; CARTA CAPITAL, 20/12/2012; CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS NO BRASIL, 07/01/2013.

Movido tanto por essa multiplicidade de “agronegócios” na esfera pública quanto por sua acentuada relevância no processo político no Brasil, decidi mudar o foco de minha pesquisa e dedicar-me a compreender o que essa palavra significava, nomeava e mobilizava.

Voltando dessa digressão sobre meu interesse pelo tema, cabe retomar que o processo de retirada de não índios da TI *Marãiwatsédé* havia sido uma espécie de gota d’água para que a aliança de empresas com bancada ruralista elege-se seu novo foco, os direitos territoriais indígenas.

Em 2014, gravações telefônicas autorizadas pela Justiça revelaram que Sebastião Ferreira Prado, presidente *Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missú*, que representava os invasores daquela TI, estava arrecadando dinheiro com produtores para influenciar o parecer de uma Comissão Especial vinculada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 (O GLOBO, OG, 15/12/2014). Essa PEC visa transferir, do Poder Executivo para o Legislativo, as decisões finais quanto à demarcação de TIs, a titulação de territórios quilombolas e a criação de UCs¹⁸.

Por meio daquelas escutas, o Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso abriu processo para investigar os deputados da FPA Nilson Leitão, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-MT), e Osmar Serraglio (PMDB-PR) por, respectivamente, suspeitas de relação com esquema de incentivo a nova invasão de Marãiwatsédé e com o arrecadamento daqueles recursos (OG, 15/12/2014)¹⁹. A bancada de Mato Grosso, vale salientar, havia sido a principal demandante da criação da referida comissão da PEC 215, com proeminência para os deputados Valtenir Pereira Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o próprio Nilson Leitão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Destaca-se que, dentre outras previsões, a PEC 215 foi um dos principais instrumentos por meio dos quais a articulação entre ruralistas, indústrias e a bancada ruralista procurou enfraquecer os direitos indígenas a seus territórios. Por conta da grande influência da FPA no parlamento, e de seus interesses

¹⁸ Para uma análise das disputas legislativas atuais em torno dos direitos indígenas, ver Capiberibe e Bonilla (2015).

¹⁹ Esses inquéritos foram posteriormente arquivados pela Supremo Tribunal Federal. Leitão foi presidente da FPA no ano de 2017; Serraglio, ministro da Justiça, também em 2017, tendo a Fundação Nacional do Índio sob seu controle.

contrários às demarcações, o resultado provável de uma aprovação de emenda baseada nessa proposta seria a paralisação quase que completa do processo de reconhecimento de territórios indígenas, sem mencionar os efeitos para os territórios quilombolas e as UCs.

Naquele momento, lideranças de vários povos indígenas reagiram rapidamente para bloquear a movimentação parlamentar em torno daquela PEC. Com esse intuito principal, elas congregaram-se em Brasília e entraram no Plenário da Câmara dos Deputados em abril de 2013 (POMPEIA, 2013).

Após um conjunto de protestos que se seguiram ao longo de meses após aquela manifestação na Câmara, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso (2010-2016), posicionou-se contrariamente à PEC 215 (FOLHA DE S. PAULO, FSP, 04/10/2013). Se no caso de Marãiwatsédé e em relação à PEC a cúpula política do governo federal mostrava posicionamento favorável aos direitos indígenas, ela estava agindo em várias direções de maneira contrária a eles.

Ao concentrarem sua força no Legislativo, as entidades e indústrias haviam conseguido, juntamente à FPA, influenciar ações discricionárias do Executivo. A Advocacia-Geral da União (AGU), por exemplo, tinha atuado de acordo com os anseios dos líderes do agronegócio ao editar a Portaria Nº 303/2012, que estendia para todas as demarcações de TIs as 19 condicionantes estabelecidas por aquele tribunal para o caso específico da Raposa Serra do Sol.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), ademais, estava sendo relegada a plano inferior, o que obstaculizava os processos de garantia dos direitos indígenas. Entre junho de 2013 e junho de 2015, essa fundação ficaria sem presidente efetivo. Entre 2010 e 2014, o número de funcionários permanentes decresceu de 2.396 para 2.238; o núcleo especializado em demarcação de terras caiu de 21 para 16 servidores fixos; a quantidade de antropólogos na equipe situada em Brasília foi de seis para dois. Entre 2013 e 2014, o orçamento da Funai caiu 11,5%. Quanto às homologações de TIs, houve sete

em 2012, uma em 2013 e nenhuma em 2014 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016; O ESTADO DE S. PAULO, OESP, 15/02/2015)²⁰.

Centralidade no processo político brasileiro

O incremento de poder daquela articulação do agronegócio ficava patente na mudança de comportamento de alguns candidatos à Presidência da República em relação aos congressos da Abag que antecediam as eleições. Se, em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010) não havia sequer respondido às perguntas a ele endereçadas por aquela associação de *agribusiness*, em 2010 Rousseff demonstraria postura bastante diferente, tanto participando de conversa com a entidade quanto incorporando sugestões dela em seu programa de governo. Em 2014, antes mesmo que agentes do agronegócio os contatassem, os candidatos Dilma Rousseff, Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB) tinham se antecipado e procurado esses líderes em busca de entendimento prévio para escreverem seus planos (AGROANALYSIS, maio de 2014).

Em entrevista ao *Roda Viva*, da TV Cultura, em outubro de 2013, Marina Silva, que em breve lançaria sua pré-candidatura à presidência, argumentou que

Existem agronegócios, no plural. E, obviamente, uma crítica ao setor mais atrasado do ruralismo não pode ser endereçada ao agronegócio e ao desenvolvimento rural brasileiro, que é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do país (FSP, 22/10/2013: A6).

Em sabatina na *Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil* (CNA) anteriormente às eleições, a presidente Dilma Rousseff declarou que

A questão da demarcação das terras indígenas é um dos nossos desafios. Determinei ao Ministério da Justiça que faça uma revisão nas normas a fim de que o processo de demarcação possa garantir

²⁰ No final de 2015, seria criada, sob liderança da bancada ruralista, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Funai e o Incra (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

maior transparência e maior segurança jurídica (OESP, 07/08/2014: A10).

Vencidas as eleições, a presidente Dilma Rousseff convidou Kátia Abreu, líder da FPA e presidente da CNA, para ser sua ministra da Agricultura. Se era importante a crescente proximidade pessoal entre as duas, havia uma tentativa do governo em conquistar maior apoio de parte dos ruralistas (o que incluía a FPA). A senadora, por seu turno, via na presidente da República uma dirigente aberta às reivindicações que apresentava.

A estratégia de Dilma Rousseff não surtiu o efeito desejado, no entanto. A pressão dos agentes do agronegócio somente crescia, assim como se deterioravam as relações do governo com o Congresso. Se o governo resistia em alguns pleitos, cedia em vários outros: ao passo que Rousseff pensava em o que fazer com as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que cogitava extinguir, o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante (2014-2015), desautorizava a Instrução Normativa Nº 83, de 30 de julho de 2015, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que estabelecia, dentre outras disposições, protocolo para desapropriação de terras onde fossem flagradas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pessoas em condições análogas à de escravo (OG, 28/08/2015).

Uma crise econômica, dialeticamente relacionada àquela política, afetava, cada vez mais, os agentes empresariais do agronegócio. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP), “[...] nem o agronegócio resiste à crise econômico-política instalada no País. No acumulado de janeiro a setembro deste ano, o PIB do setor recuou 0,51%, sinalizando para queda anual de 0,7% em 2015 em relação a 2014” (CEPEA, 2015: 1). Nesse cenário economicamente adverso, a animosidade de líderes empresariais e de parlamentares da bancada ruralista com o governo do PT somente se intensificava.

Conforme a crise ganhava maiores proporções, e a presidente ia isolando-se, Kátia Abreu ficou a seu lado, sendo gradualmente segregada por outros líderes do patronato rural, o que terminou por inviabilizar, posteriormente, seu retorno à presidência da CNA (VALOR ECONÔMICO, 12/08/2013). No

começo de 2016, passavam a ser cada vez mais fortes as pressões dos agentes políticos do agronegócio para que a presidente deixasse o cargo (FSP, 18/03/2016).

No final de 2015, a Fiesp declarou apoio formal ao impedimento da presidente da República (OESP, 14/12/2015). Influenciada pelos empresários, a FPA emitiu nota, em março de 2016, afirmando endossar o *impeachment* de Dilma Rousseff, com a justificativa de que

A sociedade brasileira em geral e o segmento produtivo rural em particular não suportam mais conviver com esse palpável momento penoso e essa duradoura expectativa. Os fundamentos políticos e econômicos nos mostram que essa crise será duradoura, caso não se estanque aqui e agora pelas vias legais de que dispõe o Estado Democrático de Direito (FSP, 17/03/2016: A3).

Em seguida, a Abag manifestou apoio ao impedimento:

Para o agronegócio, a volta da confiança se dará com a inclusão do setor entre as prioridades do governo, com o retorno ao investimento e à produção na dimensão que o Brasil necessita. Nos comprometemos a continuar acreditando, investindo e produzindo (ABAG, 2016: nota à imprensa).

Procurando apoio político nesse cenário, a presidente assinou, no começo de abril, decretos que desapropriavam terras para a reforma agrária e regularizavam quilombos, e a Funai foi autorizada a publicar os estudos de identificação e delimitação de quatro TIs (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016; G1, 01/04/2016).

Concomitantemente, a articulação do agronegócio aproximava-se, crescentemente, de Michel Temer. No dia 17 de abril de 2016, 170 deputados da FPA, ou 82,9% dela, votaram “sim” para o parecer de admissibilidade do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Dez dias depois dessa votação, o deputado Marcos Montes (PSD-MG), então presidente da bancada ruralista, entregou ao vice-presidente Michel Temer – que estava na iminência de assumir, interinamente, o cargo de

Rousseff – o documento “Pauta Positiva - Biênio 2016/2017”, construído pelo IPA e pela FPA (IPA & FPA, 2016).

O documento pleiteava apoio do Executivo para a aprovação da PEC 215, reforçava a ideia de “marco temporal” – proposta que tenta limitar os direitos territoriais indígenas às posses detidas em 5 de outubro de 1988²¹ – e incentivava a utilização, para outros casos, das dezenove condicionantes adotadas no processo da TI Raposa Serra do Sol (constando, nessa direção, o pedido de republicação da Portaria 303 da AGU). Além disso, o documento solicitava a reversão das recentes homologações de TIs, regularizações de territórios quilombolas e desapropriações para reforma agrária.

Ainda na questão das terras (sob a ótica do referido documento), solicitava-se apoio de Michel Temer para permitir as aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras que detivessem maioria de capital estrangeiro, uma reivindicação do início da década, em especial de indústrias multinacionais de celulose.

Demandavam-se, também, a extinção do MDA, o enfraquecimento das competências do Incra, mudanças na legislação trabalhista, o estabelecimento de limites às fiscalizações do MTE, a retirada do poder deliberativo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a distribuição da maioria das decisões sobre licenciamento ambiental para o âmbito das Unidades da Federação (IPA & FPA, 2016).

Quanto aos instrumentos de política agrícola, reclamava-se o planejamento de longo prazo e solicitavam-se mais recursos e melhorias para o crédito rural, os preços mínimos, o seguro agrícola e a pesquisa, de forma similar ao que os líderes políticos do agronegócio haviam demandado em vários de seus mais importantes documentos (ABAG, 1993, 1994, 2002, 2010; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1998, RODRIGUES, 2007). No que concerne à defesa agropecuária, pedia-se um sistema “mais efetivo e menos burocrático”, mencionando-se a necessidade de mudanças na legislação relacionada a esse tema (IPA & FPA, 2016).

²¹ Para uma análise crítica sobre a estratégia do “marco temporal”, ver parecer do jurista José Afonso da Silva (2015).

Assim que assumiu o governo como presidente interino, no dia 12 de maio de 2016, Temer extinguiu, por meio da Medida Provisória (MP) nº 726, o MDA, o que significava a primeira de suas reações à “Pauta Positiva”. A questão envolta nesse ministério remetia a uma disputa política e orçamentária relacionada às prioridades da política agrícola entre diferentes grupos no país.

Após o IPA apresentar essas propostas ao lado da bancada ruralista, as entidades nele inseridas juntaram-se à CNA para legitimar o presidente interino, com o “Manifesto de Confiança ao Governo Brasileiro”, entregue ao substituto de Dilma Rousseff em 4 de julho, no *Global Agribusiness Forum (GAF)*:

O agronegócio brasileiro reunido por ocasião do *Global Agribusiness Forum (GAF)*, reafirma sua confiança na nova etapa de gestão do nosso País, sob o comando do Presidente Michel Temer.

Fundamental na geração de divisas, emprego e renda, e estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o agronegócio acredita que a nova administração federal tem legitimidade constitucional e conta com o comprometimento de uma equipe econômica competente. Acredita também na sua capacidade para reorganizar aspectos macroeconômicos essenciais no curto prazo para que a partir de reformas estruturais profundas possamos readquirir a confiança do setor privado, retomar investimentos e, conseqüentemente, recolocar o Brasil na trajetória de crescimento.

[...].

Neste novo momento, o agronegócio brasileiro, garantidor da segurança alimentar no mundo e simultaneamente responsável pela geração de significativas divisas para o Brasil, acredita, ainda, que o Governo Temer tem todas as condições de dar novo ritmo, com pragmatismo diplomático e inteligência comercial, à conquista de novos mercados para os produtos brasileiros no comércio internacional.

É importante darmos espaço a uma visão eficiente de gestão pública, ancorada no contínuo avanço tecnológico, na força e no empreendedorismo do empresário moderno, principalmente do empresário rural brasileiro. O agronegócio, que se destaca entre os setores produtivos de nosso país, tem plena segurança em afirmar que pode fazer ainda mais pelo Brasil, assumindo a responsabilidade para participar ativamente dessa transformação para um Brasil fundamentado num modelo de desenvolvimento socioeconômico que privilegie a livre iniciativa, a segurança jurídica e a eficiência produtiva e mercadológica. (GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, 2016).

Temer agradeceu no próprio evento: “Eu vou colocar esse acordo em um quadro no meu gabinete. É uma coisa importantíssima para nós, porque nos permite ganhar forças para enfrentar os problemas. Nós temos o apoio dos setores produtivos do País” (TEMER, 2016b).

Oito dias depois de receber o manifesto, precisamente em 12 de julho de 2016, Temer visitou a FPA, em ambiente de comemoração pela iminência da destituição de Rousseff, expressando grandes elogios ao “agronegócio”:

Nós temos consciência de que (o agronegócio) é a pauta mais importante, é o que garante uma certa estabilidade econômica para o nosso país. Então, incentivá-los é incentivar o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Essa é a grande realidade (TEMER, 2016a).

Figura 3: Presidente interino Michel Temer com a FPA.



Foto: *Jovem Sul News*, 2016.

Uma semana antes do impedimento de Dilma Rousseff, o ministro da Agricultura do governo interino, Blairo Maggi, lançou o *Agro+*, atendendo a outra das propostas da “Pauta Positiva”: modernizar e agilizar os processos de defesa agropecuária. Procuravam-se, como informou o Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), melhorar os serviços de informações e simplificar os processos para exportações e importações (MAPA, 2016a). Cabe ter em conta que a empresa da família do ministro, a *Amaggi*, era vinculada à *Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)*, entidade inserida tanto na Abag quanto na Fiesp, além de mantenedora do IPA (ABAG, 2013; FIESP, 2007a; IPA & FPA, 2016).

Após assumir o governo com a consumação do processo de *impeachment* em agosto de 2016, o presidente Temer continuou a fortalecer sua relação com os líderes políticos do agronegócio²². Nessa direção, destacaram-se as medidas implementadas pouco antes das votações das duas denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra ele.

Em 2017, pelo menos dois grandes escândalos relacionados com corrupção atingiram, conjuntamente, empresas do agronegócio e o governo federal: a *Operação Carne Fraca* e as delações de Joesley Batista, maior acionista da *J&F, holding* que controla a *JBS*.

Em março de 2017, a Polícia Federal (PF) deflagrou a *Operação Carne Fraca* com o intuito de desbaratar esquema de liberações irregulares de licenças e de fiscalizações fraudulentas em frigoríficos por agentes do MAPA nos estados de Minas Gerais, Paraná e Goiás. A *JBS* e a *BRF*, duas das maiores indústrias de alimentos do país, estavam no esquema.

A *JBS* é integrante da *Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)*, que compõe a área de agronegócio da Fiesp e financia o IPA (FIESP, 2007a; IPA & FPA, 2016). A *BRF* era associada à Abag desde sua fundação (primeiramente como *Sadia* e, posteriormente, como *BRF*, após a fusão da *Sadia* com a *Perdigão*, finalizada em 2013) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG 2003, 2013). Além disso, por meio da *Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs)*, a *BRF* havia começado a integrar o Cosag já no início desse conselho (FIESP, 2007a), e, por intermédio da *Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)*²³, transfere recursos para o IPA (IPA & FPA, 2016).

²² Michel Temer assumiu após o impedimento de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

²³ A ABPA foi criada em 2014 com a fusão da Abipecs com a *União Brasileira de Avicultura*.

A *JBS* e a *BRF* são, respectivamente, a segunda e a décima-quinta maiores empresas atuantes no país (VALOR ECONÔMICO, 2017), e a primeira e a quarta que doaram para o maior número de parlamentares da bancada ruralista na atual legislatura (2015-2018) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2017b; cálculos do autor).

Alguns frigoríficos menores, acusavam os investigadores, teriam chegado a embalar novamente produtos vencidos e a vender carne podre (POLÍCIA FEDERAL, 2015; FSP, 17/03/2017; OESP, 17/03/2017). Houve forte reação dos líderes do agronegócio. Apoiando-os, o presidente Temer argumentou que

O agronegócio para nós no Brasil é uma coisa importantíssima e não pode ser desvalorizado por um pequeno núcleo, uma coisa que será menor, apurável, fiscalizável, punível se for o caso, mas não pode comprometer todo o sistema que nós montamos ao longo dos anos (REUTERS, 20/03/2017).

A *JBS*, especificamente, entraria, poucas semanas depois daquela operação, no centro de uma grande crise política no Brasil. No dia 17 de maio de 2017, veio a público parte da delação de Joesley Batista ao Ministério Público, no âmbito da Operação *Lava Jato*. Ela continha o áudio de uma conversa de Batista com o presidente Temer em março do mesmo ano. Dentre os vários aspectos desse áudio, o presidente apontava que seu intermediário para tratar com a *J&F* seria seu ex-assessor, e então deputado federal, Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Alguns dias depois, Loures foi filmado recebendo uma mala contendo 500 mil reais em dinheiro enviados por Batista (JORNAL NACIONAL, 17/05/2017).

A divulgação do áudio abalou o governo. Baseando-se na delação de Joesley Batista, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou, em junho de 2017, uma denúncia contra Temer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Sendo o alvo o presidente da República, a Câmara do Deputados teria de conceder, por dois terços dos deputados (342 ao total), autorização para a análise da denúncia pelos ministros do Supremo. Em caso contrário, o STF ficaria impedido de agir.

Nesse contexto, o presidente Temer tomou uma série de medidas para evitar essa autorização. Em 11 de julho de 2017, menos de um mês antes da

votação dessa denúncia na Câmara, ele sancionou a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, tratando, dentre outros aspectos, da regularização fundiária na Amazônia Legal e demais regiões do rurais do país. Entre outras medidas, a lei supramencionada criava mecanismos conducentes à emancipação dos assentamentos da reforma agrária, prevendo formas de os lotes serem adquiridos; transferia as competências de regularização fundiária na Amazônia Legal do Incra para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; e facilitava a apropriação privada de terras públicas na Amazônia Legal.

No dia 13 de julho, dois dias depois da “Lei da Grilagem”, como ficou conhecida a lei apresentada no parágrafo anterior, Temer enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 8.107, de 13 de julho de 2017, para transformar aproximadamente 27% da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no sudoeste do Pará, em Área de Proteção Ambiental (APA), tentando possibilitar, com isso, a exploração menos restrita de parte da Flona.

Um dia antes da votação da primeira denúncia, Temer editou a MP 793, reduzindo dívidas previdenciárias de empresários rurais e a alíquota que eles deveriam pagar ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Por meio da MP 793, grandes empresas do agronegócio foram beneficiadas.

No dia 2 de agosto de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou, por 263 votos, o relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cujo autor era o deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que recomendava o arquivamento da denúncia da PGR contra o presidente. Eram necessários 172 votos para impedir a análise da denúncia pelo STF, sendo que 144 foram dados por membros da FPA (JORNAL NACIONAL, 26/10/2017).

Na data de 16 de outubro de 2017, buscando garantir votos para arquivamento de uma segunda denúncia protocolada no STF por Janot, o governo Temer, por meio do MTE, publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria MTB Nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, modificando o conceito de trabalho análogo ao de escravo, além dos protocolos de investigação e divulgação da lista de empresas que usam esse tipo de mão de obra. Com a medida, o avanço no combate a esse tipo de trabalho sofria um relevante retrocesso. Ademais, o MTE vinha diminuindo suas operações de combate ao

trabalho escravo, passando de 159 em 2015 para 145 em 2016 e 88 em 2017 (MTE, 2018).

Em 23 de outubro de 2017, dois dias antes da votação da segunda denúncia da PGR, Temer assinou o Decreto Nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, que convertia multas ambientais em “serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente”. Além disso, o decreto estabelecia que, ao aceitar o pedido de conversão, a autoridade ambiental poderia conceder desconto de até 60% sobre as multas. Em 25 de outubro de 2017, a Câmara rejeitou, com 251 votos, a segunda denúncia da PGR contra Temer. Cento e trinta e nove (139) deles tinham vindo da FPA (JORNAL NACIONAL, 26/10/2017).

Diante desse cenário, a questão essencial nesta tese é compreender o “agronegócio” como fenômeno político. O que seria a dimensão política do agronegócio? Quem são seus agentes? Quais seus limites? Quais seus fundamentos? Como eles se organizam? Quais os pleitos desses agentes e suas estratégias para defendê-los e implementá-los? Em que conflitos eles estão envolvidos? Quais suas narrativas e dispositivos de justificação? Como todos esses elementos se têm modificado ao longo da história brasileira?

Dimensões do agronegócio e suas relações

A proposta desta tese é que prevalece na esfera pública nacional uma indistinção entre dimensões conceituais, econômicas e políticas do agronegócio. Essa indeterminação é elemento central do avanço de um plano político-econômico manipulado por um grupo específico de agentes que o sustenta em benefício próprio e, frequentemente, em detrimento de outros setores.

Para responder às questões colocadas acima, sugere-se a desagregação da arena do agronegócio em três dimensões: (1) a noção de *agribusiness*/agronegócio em si, (2) as cadeias produtivas, unidades econômicas empíricas e (3) a concertação política.

Espera-se que a aplicação das distinções entre essas dimensões ajude particularmente na compreensão das intrincadas disputas que se estabeleceram na esfera pública brasileira ao redor dessa noção, assim como na interpretação das influências práticas que advieram de sua mobilização²⁴.

A noção

O neologismo *agribusiness* foi criado em 1955, nos Estados Unidos (EUA), tanto para nomear a crescente aproximação entre a agropecuária e segmentos a montante e a jusante dela quanto para agir sobre as relações entre eles²⁵. Na primeira menção pública ao termo, John Herbert Davis, criador dele ao lado de Ray Allan Goldberg, definiu-o como

[...] a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de *commodities* agrícolas (1955: 5).

Houve, entretanto, um alargamento posterior dessa definição. Ao desagregar a noção totalizante de *agribusiness* em produtos (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957), Goldberg afirmou que um sistema de *commodity* de *agribusiness* (*agribusiness commodity system*), como os da soja, do trigo e da laranja, abrangia

[...] todos os participantes envolvidos na produção, processamento e comercialização de um determinado produto agropecuário. Um sistema como esse inclui fornecedores de insumos para a fazenda, operações de armazenamento, processadores, atacadistas e varejistas envolvidos no fluxo de uma *commodity* dos insumos iniciais ao consumidor final. Ele também inclui todas as instituições

²⁴ Em alguns momentos desta tese, serão utilizadas aspas para mencionar *agribusiness* e agronegócio. As três principais funções desse sinal gráfico em relação à noção são (1) enfatizar que se trata do termo sendo operado pelo agente político cuja atuação está sob análise; (2) chamar atenção para a indefinição do sentido da concepção em determinadas situações; e (3) evidenciar os casos em que se trata de abordagem reflexiva, sobre a noção em si.

²⁵ As funções a montante da agropecuária são aquelas vinculadas ao fornecimento de máquinas e insumos para ela; as funções a jusante dela são relacionadas à armazenagem, ao transporte, à industrialização e ao comércio de itens com origem na agropecuária.

que afetam e coordenam as sucessivas etapas de um fluxo de *commodity* como o governo, os mercados futuros e as associações comerciais (1968: 3).

Ao ganhar projeção na esfera pública norte-americana entre a segunda metade da década de 1960 e o começo dos anos 1970, a categoria *agribusiness* passou a ter um sentido bastante diferente daquele de seus criadores: sua equiparação às corporações relacionadas à agropecuária. Esse sentido tem sido, desde então, agenciado tanto por empresas, como a *Bunge* (2018), quanto por atores críticos à atuação delas (THE WASHINGTON POST, WP, 01/12/1971; THE NEW YORK TIMES, NYT, 21/12/1973).

A noção de *agribusiness* começou a ser mobilizada no Brasil ainda nas décadas de 1950 e 1960, por meio de entidades do patronato rural que tratavam da novidade do termo (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1957, 14/11/1964; DIÁRIO CARIOCA, 15/11/1964; OG, 05/12/1964).

Entre as décadas de 1970 e 1980, os usos da concepção cresceram, ao mesmo tempo em que os sentidos atribuídos a ela se diversificavam. Na imprensa, falava-se em *agribusiness* para aludir aos insumos agrícolas, à agropecuária ou às agroindústrias (DIÁRIO DE NATAL, 27/11/1974; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1977; JORNAL DO BRASIL, JB, 02/03/1978, 28/05/1978, 15/07/1980). Por outro lado, houve colunistas que assemelharam, de forma crítica, *agribusiness* às multinacionais (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/03/1975, 07/08/1975; FSP, 31/12/1976, 05/01/1977).

As cadeias produtivas

Foi por inspiração da noção norte-americana que se pôde perceber, a partir de meados dos anos 1970, que se estava constituindo o Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil:

[...] a particularidade nova que distingue a agricultura de nossos dias da agricultura do passado, foi a formação do que se passou a chamar de complexo agroindustrial. No mundo anglo-saxônico o tratam por *agribusiness*, um conceito novo surgido após os estudos de dois economistas norte-americanos, ambos professores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg [...] (PASSOS GUIMARÃES, 1975: 4).

Do mesmo autor, um ano depois: “Os dois conjuntos de indústrias, um a montante (fornecedores de insumos) e outro a jusante (transformação), são que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial” (PASSOS GUIMARÃES, 1976: 8)²⁶.

Guardando relação com a inflexão desagregadora que Goldberg (1968) promovera das análises fundantes de *agribusiness*, Kageyama et al. (1990) deram ênfase à divisão do CAI em Complexos Agroindustriais (CAIs). Com isso, começava-se a analisar cada uma das composições intersetoriais de natureza econômica constituídas pela soldagem de alguns ramos da agropecuária com funções situadas em relação a ela, como as indústrias de insumos e as agroindústrias.

Diretamente embasado em Goldberg (1968), outro termo para tratar dessas unidades econômicas empíricas, embora com enfoque teórico e prático bastante distinto de CAIs, é Sistemas Agroindustriais (SAG's) (ZYLBERSZTAJN, 1995a).

De todo modo, o sentido desagregado de agronegócio tem sido mobilizado no Brasil para se tratar de cada uma de suas cadeias produtivas. Fala-se, pois, do agronegócio, do sistema, da cadeia, ou, ainda, do complexo da soja, por exemplo, para nomear esse CAI específico, o mesmo valendo para outros produtos.

Entretanto, é fundamental perceber, como salientou Muller (1989), que, no transplante da noção de *agribusiness* ao Brasil, o pressuposto da homogeneidade da base técnica, segundo ele razoável nos Estados Unidos de meados da década de 1960, não pode aqui ser assumido da mesma forma, dado que a maior parte dos produtores rurais não (ou apenas muito fragilmente) incorporou os avanços tecnológicos e se conectou aos CAIs. Avançando nesse propósito, a análise de Kageyama et al. (1990) trouxe uma classificação entre

²⁶ Ao mesmo tempo em que o conceito de CAI favorecia a percepção desse complexo, ele era instrumento para analisar, criticamente, tanto a subjugação da agricultura pela indústria quanto a situação problemática do “pequeno e médio agricultor” (PASSOS GUIMARÃES, 1975: 4).

quatro segmentos do setor agrícola, de acordo com seus graus de integração com as indústrias e os serviços.

Ganha mais relevo no país, conseqüentemente, a distinção entre a noção de *agribusiness*/agronegócio em si, tal como avançada por agentes como a Abag (1993) – com fundamento em Davis (1955) e em Davis e Goldberg (1957) –, e o agregado das cadeias produtivas que a noção ajudou a perceber e analisar. Enquanto os CAIs são, em seu conjunto (embora em diferentes graus de articulação), uma série de cadeias constituídas por meio de soldagens entre a agricultura e segmentos da indústria e serviços, a noção original de *agribusiness* (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957) abrange, em seu sentido agregado, a totalidade do que é produzido em relação com a agropecuária, havendo ou não soldagem (seja pela aquisição direta, por contratos formais ou por arranjos informais).

Essa distinção é determinante porque as principais estatísticas do agronegócio no Brasil têm como fundamento a noção de *agribusiness* da década de 1950. Segundo o principal órgão de pesquisas quantitativas sobre o agronegócio do Brasil, o Cepea, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro está referido

[...] à renda gerada de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, acrescida da renda gerada na produção primária e se estendendo por todas as demais atividades que processam e distribuem o produto ao destino final (consumo doméstico, exportação ou estoques) (CEPEA, 2017: 4).

Ou seja, independentemente de haver ou não a inserção em cadeias produtivas (BARROS, 2017²⁷).

A concertação política do agronegócio

Com fundamento na definição inicial de *agribusiness* (Davis, 1955), uma empresa brasileira de genética animal e vegetal, a *Agrocere*s, desenhou, entre

²⁷ Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, coordenador do Cepea, entrevista ao autor em 13 de junho de 2017.

o final da década de 1980 e o começo da seguinte, um projeto político-econômico. *Agribusiness* seria, de acordo com a tradução da caracterização de Davis,

[...] a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos com eles (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: XIII).

Esse foi o sentido agregado de *agribusiness* que ganhou notoriedade pública no Brasil, juntamente ao destaque que a noção passou a ter a partir de 1990. Quando a Abag foi criada em 1993, a definição da categoria mobilizada por ela foi, novamente, aquela da primeira apresentação pública de Davis (ABAG, 1993: 9).

Esse projeto da *Agroceres* defendia a proposta de que a agropecuária não deveria mais ser vista, pela opinião pública e pelo governo, de forma compartimentada, mas sim a partir de suas ligações com os outros setores da economia.

Com essa perspectiva, lançou-se mão, no Brasil, do uso de estatísticas macroeconômicas relacionadas ao “*agribusiness*”, com inspiração no que haviam feito Davis e Goldberg (1957). Frente à menor significância dos números da agricultura, aqueles do *agribusiness*, uma vez tendo adquirido credibilidade nas universidades, imprensa e governo, passariam a desempenhar papel estratégico.

Nesse sentido, o resgate da narrativa histórica que acompanhou o lançamento do neologismo nos Estados Unidos (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957), com suas duas principais características, determinismo tecnológico e complementariedade entre os elos das cadeias produtivas, mostrou-se importante para a aceitação do projeto no Brasil.

De um lado, a ênfase na explicação do desenvolvimento do *agribusiness* como um processo movido fundamentalmente pelo avanço tecnológico dos agentes privados, minorando o fundamental papel do Estado para a constituição dos CAIs (HEREDIA, PALMEIRA & LEITE, 2010), foi utilizada com perspicácia

no país para criar uma retórica liberal conveniente aos agentes políticos que passaram a mobilizar o projeto da *Agroceres*.

Doutro lado, ao resgatar a explanação do processo de aproximações intersetoriais no *agribusiness* como complementar (e, por conseguinte, não conflitivo), o projeto contribuiu para assentar um discurso positivado (e uma prática nele baseada) nas relações que tendiam, frequentemente, tanto para (1) processos de concentração em razão das verticalizações quanto para (2) disputas distributivas entre os representantes das diferentes funções dentro das cadeias produtivas e os desincentivos à cooperação entre eles. Foi por essa motivação, dentre outras, que o referido projeto buscou substituir o conceito de CAI, mais crítico do processo de dominação da agricultura pela indústria (como se mostrará adiante na tese), pela noção de *agribusiness*.

A formalização, com a criação da Abag (em 1993), do projeto político-econômico da *Agroceres*, deu origem à concertação política do agronegócio.

A concertação consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria *agribusiness/agronegócio*, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Sua finalidade principal é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental.

É importante salientar que ela é compreendida nesta tese como um processo histórico, pois tem apresentado caráter de permanente modificação, seja de composição, de pleitos ou de estratégias para implementá-los. Suas relações com a sociedade civil e com os distintos governos têm, igualmente, mudado com o tempo, assim como sua apreensão na esfera pública e o tratamento estatal dispensado a ela.

Em 2018, a concertação política do agronegócio engloba entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria. Essa é a conformação dada pelo conjunto de seus

três principais núcleos, a FPA, o Cosag e a Abag, que serão analisados detidamente ao longo da tese, ao lado de nucleações que se destacaram em outras épocas (IPA, 2017; FIESP, 2018; ABAG, 2018a).

Apresentando como atributos a natureza política, a multilateralidade, a intersetorialidade, a coordenação, a institucionalidade e a sistematicidade, a concertação caracteriza-se como fenômeno distinto que representa mais do que a soma de suas partes.

Conseqüentemente, não se considera, por exemplo, a atuação isolada da *Sociedade Rural Brasileira* (SRB) como representação da concertação, mas sua participação no Cosag (FIESP, 2007a). Com a mesma lógica, atenta-se para as ações da *Associação Brasileira dos Criadores de Zebu* (ABCZ) na Abag (ABAG, 2013) e para a inserção da *Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso* (Aprosoja-MT) no IPA (IPA & FPA, 2016). O mesmo raciocínio aplica-se às indústrias relacionadas à agropecuária, a montante e a jusante: privilegia-se, também por exemplo, a análise da atuação da *Monsanto* no âmbito de suas relações na Abag (ABAG, 2018a).

A bancada ruralista, por seu turno, dada sua dimensão legislativa e influência sobre o Executivo, tem tido uma relação bastante complexa com a concertação. Por certo, a bancada atua, desde sua constituição quando da Assembleia Constituinte, com temas ligados a montante e a jusante da agropecuária, mas seu foco tem sido a agropecuária patronal.

Desdobra-se desse foco sua característica essencial, que é o patrimonialismo, caracterizado, no seu caso, pela combinação da luta contra a democratização da propriedade da terra com estratégias para obtenção de vantagens financeiras, especialmente relacionadas às renegociações de dívidas (LAMOUNIER, 1994; VIGNA, 2001; BRUNO, 2015).

A primazia do patrimonialismo guarda, em parte importante, relação com a composição dessa frente parlamentar. A bancada ruralista tem, historicamente, apresentado participação relevante de proprietários de fazendas em sua conformação (VIGNA, 2001), muitos dos quais obtendo renda antes patrimonial que operacional (VEIGA, 2012). Na atual legislatura (2015-2018), as declarações dos deputados e senadores da FPA são esclarecedoras.

Analisando-se as apresentações de bens prestadas pelos parlamentares da bancada ruralista eleitos nas campanhas de 2014 e 2010²⁸, nota-se que 46,5% deles têm alguma relação declarada de propriedade ou atividade com o agronegócio²⁹. Desses congressistas de cujas declarações constam bens relacionados ao agronegócio, destacam-se os proprietários de áreas rurais, que são a ampla maioria dos casos, 82,2% (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2017a; cálculos do autor). No que tange às doações recebidas nas campanhas de 2014 e 2010³⁰, percebe-se que 77,8% dos parlamentares da FPA declararam recebimento de recursos de empresas do agronegócio (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2017b; cálculos do autor).

Há, portanto, uma divisão clara: quanto aos bens declarados, forte representação de proprietários de áreas agrícolas; em relação às doações, hegemonia de empresas ligadas a funções a montante ou (principalmente) a jusante da agropecuária.

A conexão mais direta com os núcleos da concertação política do agronegócio ocorre, entretanto, nos casos em que essa frente parlamentar atua em função de pleitos centrais dessa composição intersetorial. Um momento de maior intensidade nesse sentido foi a ação coordenada da bancada com o maior líder da concertação, Roberto Rodrigues, então ministro da Agricultura, entre os anos de 2003 e 2006. Nessa época, a FPA foi muito importante para tornar realidade algumas demandas da concertação que tinham sido expressas em congresso da Abag (ABAG, 2002a), o que incluía a atuação contra a reforma agrária.

Nada se compara, entretanto, com o grau de institucionalização, sistematicidade e caráter estratégico que essa relação assumiu a partir do começo da década de 2010. Principalmente por conta do processo de intensificação das disputas relacionadas ao Código Florestal (e, logo depois, com a contestação dos direitos territoriais indígenas), a FPA passou a constituir-

²⁸ No caso dos senadores eleitos nesse ano.

²⁹ Consideraram-se bens no agronegócio todos aqueles relacionados às funções da definição de Davis e Goldberg (1957), de acordo com sua segmentação denominada *Primary Agribusiness Triaggregate* (ver nota metodológica na introdução desta tese).

³⁰ Novamente no caso dos senadores eleitos nesse ano.

se como um dos núcleos centrais da concertação política do agronegócio. Foi nesse processo que nasceu o IPA.

Sinédoque política e espírito do agronegócio

As indistinções entre as dimensões da arena do agronegócio estão na raiz de operações da concertação na esfera pública, com destaque para as sinédoques políticas.

As operações de sinédoque política acontecem quando, tal como em uma das formas dessa figura de linguagem, agentes da concertação atuam para que se considere uma parte como um todo. Em uma de suas manifestações, a sinédoque ocorre porque existe uma grande diferença entre os segmentos produtivos que são abrangidos (e, portanto, contabilizados) na noção totalizante de *agribusiness/agronegócio* (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957; BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990) e a concertação, caracterizada por uma determinada atuação intersetorial de empresas e entidades representativas da agropecuária e de funções a ela relacionadas.

Os líderes políticos da concertação têm sido hábeis em promover, nessa direção, a narrativa de que o “Agro é Tudo”, replicada em campanha da *Rede Globo*³¹, empresa filiada à Abag (ABAG, 2003, 2013). Nela, o “tudo”, soma total das contribuições do agronegócio em produto, dólares e empregos, é agenciado para que pleitos particulares dessa concertação sejam atendidos.

Entretanto, os déficits de representação da concertação em relação à noção de agronegócio merecem destaque (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003, 2013, 2018; FIESP, 2007a; IPA & FPA, 2016). No âmbito da agropecuária, as entidades vinculadas aos trabalhadores não têm tido participação na concertação (com exceção de uma breve ocasião na segunda metade da década de 1990) (MAPA, 1998); afora as *tradings*, os atores que desempenham funções de distribuição tampouco a têm integrado; as redes de supermercados nunca se interessaram muito em compô-la (excetuando-se uma empresa no começo da década de 1990) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993);

³¹ A campanha *Agro - A Indústria-riqueza do Brasil* será analisada no capítulo 9.

finalmente, as indústrias de alimentos têm historicamente participado de forma minoritária dela, e a principal entidade de representação dessas empresas, a *Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação* (Abia), não se vê incluída na concertação, a despeito de algumas aproximações em diferentes décadas (ABIA, 2013)³². No entanto, todos esses segmentos são contabilizados como “agronegócio” (BARROS, 2017; CONTINI, 2017)³³ e têm seus números mobilizados pelos líderes da concertação, que o fazem em proveito próprio.

Dois exemplos ajudam a ilustrar o argumento: o primeiro, relacionado ao PIB; o segundo, aos empregos. De acordo com cálculos publicados pelo Cepea (2017b), o PIB do agronegócio brasileiro estava dividido, em 2017, entre 25,2% na agropecuária, 4,4% a montante e 70,4% a jusante. Pois bem, uma parte considerável das empresas atuando nesta última função – que totalizava mais de dois terços do total do PIB do agronegócio em 2017 – não está inserida na concertação (IPA & FPA, 2016; ABIA, 2017; ABAG, 2018a)³⁴.

O segundo exemplo está relacionado às mais de 3,3 milhões de famílias situadas em domicílios rurais em situação de extrema pobreza ou pobreza (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014)³⁵. Elas não estão representadas na concertação – aliás, estão pouco ou nada ligadas aos CAIs –, mas contribuem para engrandecer os números de empregos “do agronegócio” (MAPA, 1998; ABAG, 2002; 2010; RODRIGUES, 2007; IPA & FPA, 2016; BARROS, 2017).

A sinédoque política também é operada às avessas: no que se refere aos saldos da balança comercial, calculados pelo MAPA (2016b)³⁶, chama atenção uma superestimação dos resultados, que incluem as exportações de produtos processados advindos da agropecuária, mas não contabilizam as relevantes importações brasileiras de insumos como fertilizantes e agrotóxicos, que somaram, respectivamente, 24.485.493 e 414.975 toneladas em 2016

³² Agradece-se à Abia e a seu presidente pelo envio de material informativo sobre a história e a atuação da entidade.

³³ Elísio Contini, pesquisador da Embrapa, entrevista ao autor em 5 de junho de 2017.

³⁴ A Abia (2017), por sinal, argumenta representar, com as indústrias da alimentação, algo em torno de 9,8% do PIB, o que faz agindo de modo bastante independente em relação à concertação.

³⁵ Os valores considerados pelo governo federal para a caracterização da extrema pobreza e da pobreza constam do Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

³⁶ Informação conferida em contato com o MAPA em 16 de junho de 2017.

(ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A DIFUSÃO DE ADUBOS, 2018; SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL, 2018a). Embora tanto as subsidiárias das multinacionais quanto empresas brasileiras relacionadas a aqueles dois produtos estejam fortemente representadas nos núcleos da concertação (IPA & FPA, 2016; ABAG, 2018a), elas não são levadas em consideração nos cálculos do referido ministério, o que gera um resultado maior que o devido para as exportações líquidas do “agronegócio”.

Em suas várias formas, o agenciamento de estatísticas desempenha papel fundamental para legitimar e dotar de eficácia os planos desenvolvidos no âmbito da concertação. Expressando características do agronegócio como noção – com destaque para o triplo pilar justificatório, balança comercial, PIB e empregos –, elas ajudam a garantir, por reiteração sistemática na esfera pública, um poder de convencimento bastante relevante sobre setores da sociedade civil e o governo.

“Agronegócio do Brasil tem 2º maior superávit da história em 2017” (R7, 16/01/2018); “PIB cresce 1% no 1º trimestre, puxado por agronegócio” (FSP, 01/06/2017); “Agronegócio espanta a crise e gera empregos no interior” (REVISTA GLOBO RURAL, 28/02/2017). Lastreados em dados macroeconômicos como esses, em narrativas sobre a eficiência e a produtividade do agronegócio, dentre outras ideias-força, além de imagens, políticos de alto escalão, independentemente dos partidos, argumentam, como se mostrou anteriormente, que o “agronegócio” é fundamental para o país. Esses mandatários estão acompanhados, ademais, por setores da opinião pública brasileira.

A essa série de concepções relacionadas à concertação política do agronegócio que contribuem para justificá-la, encorajando, por desdobramento, amplo apoio do Estado a seus pleitos, além de endosso de parcelas da opinião pública, intitula-se espírito do agronegócio. Nesse aspecto, esta tese baseia-se nos trabalhos da Sociologia Pragmática que analisam as lógicas de justificação e os processos de mudança ideológica que operam para legitimar o capitalismo (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

Figura 4: Imagem do “agronegócio”.



Foto: USP, 2016.

As justificações estão inseridas em situações específicas nas quais atores em disputa se veem provocados a fundamentar suas posições. Para justificarem-se com eficácia, esses agentes precisam remeter a determinadas regras de aceitabilidade ligadas a ideias de bem comum. Esses apoiadores normativos (“ordens de grandeza”, ou, ainda, lógicas) existem em número limitado, segundo os autores (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Muitas das disputas na esfera pública ocorrem, portanto, sobre o fato de uma dessas lógicas ter sido violada ou sobre qual delas deve ser aplicada a determinado conflito.

Há dois distanciamentos importantes na tese no que diz respeito à teoria das justificações. Ressalta-se que o texto remete antes ao conceito de “ordens de grandeza” e a seus possíveis desdobramentos analíticos relacionados ao Brasil que às seis ordens específicas que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2006) criaram ao apresentá-lo. Enfatiza-se, ainda, que o pressuposto do imperativo à justificação é aplicado tanto nos casos de disputas claramente

demarcadas, conforme os autores preveem mais destacadamente, quanto nos episódios em que, embora se precise conquistar legitimidade perante o Estado, não exista contraposição mais bem evidenciada (remete-se aqui, especialmente, à década de 1990, quando a concertação se desenvolveu sem enfrentar críticas sistemáticas, diferentemente da década seguinte, quando o aparato crítico realmente adquiriu maior fôlego).

Cabe sublinhar, também, que a tese procurará apreciar em que medida o espírito do agronegócio foi forçado a se modificar em função de determinadas críticas que se lhe fizeram (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005).

Antes de concluir esse tópico, vale chamar atenção para outra manifestação de sinédoque política relacionada à concertação, agora envolvendo os debates sobre as relações entre o “agronegócio” e a “agricultura familiar”. Ao responderem às críticas quanto a preterirem os agricultores familiares em seus planos, agentes da concertação afirmam que agem em proveito de todos os grupos produtivos.

Eles justificam essa colocação por meio de recurso seja à noção de agronegócio, seja às cadeias produtivas ligadas à agropecuária. Em ambos os casos, segundo propõem aqueles agentes, a agricultura familiar faria parte do agronegócio; uma vez que a concertação agiria em proveito deste, estaria também auxiliando aquela.

Nem a noção nem as cadeias produtivas abrangem a totalidade da agricultura familiar, contudo. Em relação a um dos primeiros trabalhos de Davis sobre *agribusiness* (1956), existia uma proposta, emulada em grande medida pelo projeto da *Agroceres* (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990), de seleção entre *family farmers* que estariam aptos ou não a serem integrados nos *commodity systems* (por conta do tamanho de suas áreas e da incorporação de avanços tecnológicos e gerenciais). Para aqueles produtores, Davis propunha apoio estatal; para estes, sugeria procurar trabalho parcial ou integral em outras atividades fora das unidades agrícolas³⁷. Dessa

³⁷ Usa-se a expressão *family farmer* em inglês quando se estiver tratando do contexto norte-americano, para guardar as diferenças em relação à categoria “agricultor familiar” no Brasil, em especial no que diz respeito à limitação ou não do tamanho das unidades produtivas. A versão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2016) define a *family farm* como aquela em que “[...] a maior parte do negócio pertence ao operador e aos

forma, havia nas propostas originais da ideia de *agribusiness* não propriamente uma oposição entre “agricultores familiares” e “agronegócio”, e sim uma seleção entre distintos grupos daqueles agricultores, com vistas ao aprofundamento de um projeto (excludente) de desenvolvimento rural.

No que diz respeito às cadeias produtivas, a relação contratual de indústrias da alimentação – como a *BRF* – com produtores familiares de aves e suínos de estados da região Sul é um dos exemplos paradigmáticos da inserção de produtores familiares em robustos complexos voltados à exportação, mas casos como esses estão muito longe de abranger a totalidade do público da agricultura familiar que se enquadra na Lei 11.326/2006.

Além do mais, como indicado anteriormente, instâncias muito relevantes de representação da agricultura familiar, como a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (Contag) e a *Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil* (Contraf)³⁸, não têm participado da concertação (com uma pontual ressalva, também sinalizada acima).

Nota metodológica

A tese dialoga com propostas da Antropologia do Político (MONTERO, ARRUTI & POMPA, 2012), em especial com elementos de sua análise de processos de formação de coletivos de representação. Por um lado, atribui-se atenção especial à instituição de categorias (nesse caso, “*agribusiness/agronegócio*”)

indivíduos relacionados ao operador por sangue, casamento ou adoção, incluindo parentes que vivam no domicílio do operador”. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/farm-economy/farm-household-well-being/glossary/#familyfarm>>. Acesso em: 08 mar. 2016. A definição de agricultura familiar no Brasil, por seu turno, está estabelecida na Lei 11.326/2006, que considera “[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

³⁸ Para uma análise sobre a Contag e a Contraf (antiga Fetraf), ver Schneider e Cassol (2013).

que proveem elemento fundante para a unificação de atores antes dispersos. Por outro lado, atenta-se às práticas e narrativas que, ligadas às categorias, são fundamentais para a criação de um sentido de coletividade e para a conquista de legitimidade na esfera pública (ARRUTI, 2006; MONTERO, 2012).

A esfera pública é aqui apreendida como uma arena de interação discursiva (MONTERO, 2012), uma instância de produção e circulação de narrativas, imagens e números. Ela representa, nesse sentido, um lócus de disputa política com influências sobre a opinião pública e o Estado (FRASER, 1997).

Nessa direção, a pesquisa historiciza, focando nas dimensões acadêmica, corporativa, midiática e estatal, a trajetória pública das mobilizações da noção de *agribusiness/agronegócio*, buscando compreender os processos de legitimação e de construção institucional que foram implementados com fundamento nela. Foi por meio do agenciamento da categoria criada na década de 1950 nos EUA que se pôde defender, no Brasil, um projeto que propunha a articulação política entre a agricultura patronal e segmentos vinculados a ela. Desse projeto originou-se, com recurso a uma narrativa lastreada no potencial do *agribusiness*, a concertação política do agronegócio.

Procurando-se analisar os resultados que se desdobram da atuação da concertação em busca de legitimidade, foca-se na eficácia de seus pleitos perante o Estado. Nessa direção, a referência é Nancy Fraser. Em sua teoria de análise de ações políticas na esfera pública, essa filósofa entende a eficácia como uma função de dois elementos distintos: a capacidade de as reivindicações serem transformadas em lei ou em poder administrativo e aquela do Estado em implementá-las (FRASER, 2014).

Dado que a composição, as reivindicações e as estratégias da concertação para dotá-las de eficácia foram modificando-se ao longo dos anos, a análise foi realizada levando esse fator dinâmico em consideração.

Há grande heterogeneidade dos agentes do agronegócio circulando entre campos distintos e muitos câmbios no âmbito da concertação, com afastamentos e aproximações de determinados representantes, e até mesmo a inversão de algumas das propostas centrais. Por essa razão, foi necessário

adotar uma abordagem tanto histórica quanto profunda que tornasse possível compreender as inter-relações e eixos de influência e causalidade, nacionais e internacionais, que compõem esse processo, a saber, do agronegócio como um fenômeno político no Brasil.

Ao adotar um procedimento lógico-histórico de construção do objeto que aborda agentes de diversos campos em suas relações, esse seria um trabalho impossível se não fossem criadas estratégias metodológicas para garantir um recorte específico. Há, nessa direção, duas orientações principais, uma para cada um dos dois objetos fundamentais da tese, a noção de agronegócio e a concertação nela fundamentada.

Para compreender e explicar os agenciamentos da categoria *agribusiness/agronegócio*, utilizaram-se sistemas informatizados para análises quantitativas que indicassem a ocorrência de eventos críticos (DAS, 1995). Fez-se uso, nesse sentido, de ferramentas virtuais de busca na imprensa norte-americana e brasileira, a exemplo dos acervos históricos dos jornais *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Wall Street Journal*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do *ProQuest Newspapers*, elegendo-se aqueles três grandes jornais de cada país para quantificações da proeminência das mobilizações dos termos “*agribusiness*”, “*agrobusiness*”, “*agronegócio*” e “*agronegócios*”³⁹.

Em relação à academia, a pesquisa deteve-se, inicialmente, em sistemas informatizados de três universidades de cada um dos dois países: Harvard, Stanford e Columbia nos EUA; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB) no Brasil. Comparando-se os acervos sobre o tema dessas universidades, percebeu-se que Harvard, nos Estados Unidos, e a USP, no Brasil, principais centros irradiadores da noção de *agribusiness/agronegócio* em seus respectivos países-sede, constituíam-se como os grandes repositórios sobre o tema. Por essa razão, os sistemas de bibliotecas *Hollis* e *Dedalus*, respectivamente de Harvard

³⁹ Em parte específica da tese, utilizou-se o sistema de pesquisa do acervo histórico do francês *Le Monde*.

e da USP, foram adotados para as quantificações dos termos cognatos indicados no parágrafo acima⁴⁰.

Essas quantificações do uso do termo ensejaram a identificação de inflexões nos padrões de seu uso, tornando possível destacar momentos sensíveis de mudanças que merecessem análise mais aprofundada. Exemplos são o surto de mobilizações da noção nos Estados Unidos no final de década de 1960, o qual mostrava que o governo daquele país havia adotado oficialmente a categoria, ou o grande salto de agenciamentos no Brasil em 1991, evidenciando que tinha havido adesões políticas ao projeto do agronegócio que se acoplara à noção no final de 1990 (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

Com o fito de abordar a concertação política do agronegócio, procurou-se identificar onde estava o núcleo dela em distintos momentos históricos⁴¹. Os critérios utilizados para esse procedimento foram (1) a presença de líderes de prestígio, (2) a extensão da rede de conexões políticas intersetoriais abrangidas, (3) o destaque na esfera pública e (4) a influência sobre o Estado.

Para cada um desses núcleos, foi realizada uma análise pormenorizada de sua composição e do documento central que expressava sua pauta política ao governo. Por exemplo, no início dos anos 2000, a liderança da concertação estava centrada na Abag, que, presidida por Roberto Rodrigues, congregava 52 empresas e entidades dentre as mais importantes da agropecuária e a montante e a jusante dela, além de segmentos do Estado, da mídia, mercado financeiro e consultorias, tinha inserção notável na esfera pública e realizava interlocução privilegiada com o governo federal (ABAG, 2003).

Fez-se, então, análise detalhada de seu principal documento reivindicatório, o *Plano Estratégico para o Agribusiness Brasileiro 2002/2010* (ABAG, 2002a), e desagregou-se sua conformação em um gráfico, para tornar mais inteligível sua composição relativa.

⁴⁰ Houve, também, uso do *site* da Câmara dos Deputados para quantificações da mobilização da noção de *agribusiness/agronegócio* por parlamentares.

⁴¹ Procuraram-se identificar, além dos núcleos da concertação, seus dispositivos comunicacionais, tecnológicos e de inteligência.

A segmentação da composição relativa dos núcleos acima referidos foi baseada em divisão adotada no âmbito da própria concertação. Ela tem como fundamento conceitual o *Primary Agribusiness Triaggregate*, formulado por Davis e Goldberg (1957) e inspirador, no Brasil, da organização de trabalho do *Departamento do Agronegócio* (Deagro) da Fiesp e da lógica de pesquisa do Cepea (COSTA, 2017a⁴²; CEPEA, 2017; DEAGRO, 2018)⁴³.

Essa proposição considera três partes fundamentais no agronegócio: (1) “montante”, aquela composta por insumos, máquinas e implementos agrícolas, alimentação e medicamentos para animais (2) “agropecuária”, a produção agropecuária em si e (3) “jusante”, a parte de armazenamento, processamento, distribuição e comercialização de produtos que vieram das fazendas. Para guardar coerência com a totalidade dos agentes da concertação do agronegócio no Brasil, acrescentaram-se mais quatro categorias: (4) “bancos e bolsas”, dando conta da participação do mercado financeiro; (5) “universidades”, aludindo à inserção de centros de pesquisa ou de acadêmicos; (6) “Abag”, remetendo à própria entidade, que é intersetorial por excelência (razão pela qual não foi filiada a nenhuma outra categoria)⁴⁴, e (7) “outros”, agregando órgãos estatais, a imprensa, a mídia televisiva e empresas de consultoria⁴⁵. Quando não aparecerem números relativos a alguma dessas categorias, isso significa que a participação relativa dela é inexistente no núcleo em análise⁴⁶.

Um dos desdobramentos dessa opção metodológica voltada aos núcleos da concertação foi a possibilidade de realizar, em suas diferentes épocas, análises comparativas tanto entre as demandas quanto entre as composições dos blocos intersetoriais.

⁴² Antonio Carlos Costa, gerente do Deagro, entrevista ao autor em 21 de junho de 2017.

⁴³ A despeito de algumas adaptações nesses e em outros órgãos, a proposição tripartite de Davis e Goldberg é inegavelmente a linha central de inspiração.

⁴⁴ A segmentação “Abag” é utilizada somente nos casos em que essa entidade participa de outros núcleos da concertação.

⁴⁵ Embora a participação destes últimos atores tenha sido agregada em “outros”, por conta de sua pequena expressão relativa no conjunto da concertação, essa categoria será desagregada e explicitada durante as análises dos gráficos.

⁴⁶ Foram realizadas duas aproximações nesse modelo de segmentação. A primeira deu-se em função de haver entidades e empresas que atuam de forma verticalizada, respondendo por mais de uma categoria. Nesses casos, procurou-se fazer a inserção delas em segmento no qual tivessem suas atividades econômicas principais e maior atuação política. A segunda aproximação foi equiparação, para efeitos de contagem de participação relativa, das empresas entre si (na Abag) e das entidades entre si (nos demais núcleos da concertação).

Com o aumento da influência econômica e política do agronegócio no Brasil, a noção que o nomeia começou a ser agenciada com maior intensidade por setores críticos. Se, de um lado, a categoria agronegócio vinha sendo operada pela concertação como esteio de um plano bem definido, por outro lado, ela passou a possibilitar uma relativa unidade a diversos segmentos contestadores daquela influência, os quais intencionavam influenciar os rumos das mudanças políticas, sociais, jurídicas, administrativas e econômicas relacionadas à implementação das demandas da concertação.

Foi em função do surgimento dessas críticas que se constituíram as controvérsias envolvendo o “agronegócio”. Entendem-se controvérsias, nesta pesquisa, recorrendo aos métodos da cartografia delas que Bruno Latour criou na França. Segundo Venturini (2010), que coordena o grupo iniciado por Latour, controvérsias seriam situações de debates públicos nos quais os adversários discordam, ou, melhor ainda, concordam que discordam⁴⁷.

A vantagem de usar o conceito de controvérsia, como sugere Montero (2012), é que por meio dele se podem empreender análises de interações de diferentes agentes na esfera pública sem a suposição *bourdieusiana* de que eles estejam atuando de acordo com as lógicas de um determinado campo. Nada mais adequado, portanto, à concertação política do agronegócio, que se destaca pela fluidez com que seus agentes transitam de um campo a outro, em especial o empresarial, o acadêmico, o midiático e o estatal.

É importante reforçar que a tese está centrada nas atuações dos agentes políticos da concertação. Esse é seu objeto essencial (fundamentado, por sua vez, no segundo objeto, a noção de agronegócio). Por conta disso, a apresentação das críticas ao “agronegócio” terá um caráter não exaustivo, buscando antes evidenciar como os líderes da concertação reagem a elas do que desenvolver, com profundidade, seus teores⁴⁸. Esse trabalho, muito relevante também, será foco de pesquisas futuras.

⁴⁷ Vale ressaltar que as controvérsias estão referidas tanto aos elementos discursivos das disputas quanto aos conflitos mais propriamente materiais (VENTURINI, 2010).

⁴⁸ Além disso, ressalta-se que, na identificação das críticas, houve priorização daquelas que remetiam mais diretamente ao “agronegócio”. Portanto, contestações que tratavam de outro objeto que não a concertação, como aquelas focadas no ruralismo em si, acabaram, por essa decisão, sendo menos evidenciadas.

Fez-se a opção de analisar essas controvérsias em seus momentos mais agudos, identificados por meio de pesquisas em acervos históricos da imprensa, cruzando-se o termo *agribusiness/agronegócio* e temas-chave que a análise dos documentos da concertação ajudava a reconhecer, como “agronegócio” e “reforma agrária”. Essa escolha ajudou, por exemplo, a apontar que a controvérsia envolvendo o “agronegócio” e a “reforma agrária” atingira seu ápice no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), perdendo intensidade nos anos posteriores, o que é corroborado, também, pelo começo do decréscimo, a partir de 2006, do número de assentamentos criados e, desde 2005, das ocupações de terras no Brasil (DATALUTA, 2015)⁴⁹.

Fontes

Dois conjuntos de fontes destacam-se nesta pesquisa. O primeiro é uma série de entrevistas e conversas realizadas por este autor com agentes cujas trajetórias se destacam no âmbito do “agronegócio”, no Brasil e nos EUA:

- Ray Goldberg: criador da noção de *agribusiness*, ao lado de John Davis, e coordenador, entre as décadas de 1970 e 2000, do *Harvard Agribusiness Seminar*;
- Roberto Rodrigues: maior líder da concertação, foi ministro da Agricultura (2003-2006), presidente do Cosag (2006-2011), é atualmente coordenador do *Centro Estudos em Agronegócio* da Fundação Getúlio Vargas e presidente do *LIDE Agronegócios*. Anteriormente tinha sido presidente da *Organização das Cooperativas Brasileiras* (1985-1991), da *Sociedade Rural Brasileira* (1994-1996) e Abag (1999-2002);
- Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura (1974-1979) e um dos grandes responsáveis pela consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foi líder da primeira conformação da bancada ruralista (Partido da Frente Liberal-MG⁵⁰, 1987-1991) e

⁴⁹ Os dados do DATALUTA sobre ocupações foram gentilmente cedidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, da Universidade Estadual Paulista, no dia 6 de maio de 2015.

⁵⁰ PFL, atual Democratas (DEM).

presidente da CNA (1987-1990). Atualmente é presidente da *Associação Brasileira dos Produtores de Milho*;

- Alberto Portugal, ex-ministro interino da Agricultura (1993-1994) e ex-diretor-presidente da Embrapa (1995-2002);
- Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Abag;
- Antonio Carlos Costa, gerente do Deagro/Fiesp;
- Michael Stern, vice-presidente internacional da *Monsanto*;
- Decio Zylbersztajn, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP), criador do primeiro programa de *agribusiness* no Brasil e uma das principais autoridades acadêmicas no país sobre a noção de agronegócio;
- Dilma Rousseff, ex-presidente da República (PT, 2011-2016);
- Roberto Mangabeira Unger, ex-ministro de Assuntos Estratégicos (2007-2009, 2015-2015);
- Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2011) e da Defesa (2011-2015);
- Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda (1987-1987), da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) e da Ciência e Tecnologia (1999-1999);
- Eliseu Alves, ex-diretor-presidente da Embrapa (1979-1984) e pesquisador mais influente ao longo da história dessa instituição;
- Clayton Campanhola, ex-diretor-presidente da Embrapa (2003-2005) e líder do programa estratégico de agricultura sustentável da *Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)*;
- Silvio Crestana, ex-diretor-presidente da Embrapa (2005-2009);
- David Bell, titular da cátedra de *Agriculture and Business* da *Harvard Business School* e atual coordenador do *Harvard Agribusiness Seminar*;
- Mário Batalha, professor do curso de engenharia da produção da Universidade Federal de São Carlos e importante referência nos estudos sobre o agronegócio;
- Evaristo Marzabal Neves, ex-diretor da Esalq;
- Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, coordenador do Cepea/Esalq, principal núcleo de estatísticas para o agronegócio no país;

- Ivan Wedekin, ex-Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (2003-2006) e integrante do grupo que desenhou um projeto político para o agronegócio no Brasil;
- Luiz Antônio Pinazza, diretor da Abag e também integrante do grupo que desenhou o referido projeto;
- Roberto Machado, ex-gerente de títulos e registros da *Bolsa Brasileira de Mercadorias* e referência em financiamento ao agronegócio;
- Pedro Valentim Marques, coordenador de centro de cursos de agronegócio da Esalq;
- Paulo Yokota, ex-diretor do Banco Central, um dos primeiros agentes estatais brasileiros a agenciar a noção de agronegócio, ainda na década de 1970;
- Elisio Contini, pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Embrapa;
- Pedro Palatnik, gerente de relações governamentais da *Monsanto* no Brasil.

As perspectivas desses agentes foram colocadas em relação com um segundo conjunto de fontes, dividido, por sua vez, em quatro subconjuntos. O primeiro deles compreende a maioria dos principais documentos elaborados, em distintas épocas, por núcleos políticos da concertação do agronegócio (**plano**, *núcleo da concertação* e fonte):

- **“Segurança alimentar – uma abordagem de *agribusiness*”**. *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG, 1993);
- **“Um panorama do *agribusiness* no Brasil – Documento para os candidatos à Presidência da República”**. *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG, 1994);
- **“As Dez Bandeiras do Agronegócio”**. *Fórum Nacional da Agricultura* (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1998);
- **“Plano Estratégico para o Agribusiness Brasileiro 2002/2010”**. *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG, 2002);
- **“Um PAC para o agronegócio”**. *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* (RODRIGUES, 2007a);

- **“Agronegócio – Desenvolvimento e Sustentabilidade. Plano de Ação 2011/2014/2020”**. Associação Brasileira do Agronegócio & *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* (ABAG, 2010);
- **“Pauta Positiva – Biênio 2016/2017”**. *Instituto Pensar Agropecuária & Frente Parlamentar Mista da Agropecuária* (IPA & FPA, 2016).

O estudo dessas cartas políticas permitiu a apreensão dos modos como os pleitos da concertação foram evoluindo ao longo das três últimas décadas. Por meio delas, de informações disponibilizadas pela Fiesp em visita do autor à instituição (FIESP, 2007a)⁵¹ e de outras fontes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993⁵²; ABAG, 2003, 2013), foi possível cotejar, também, as distintas composições relativas dos núcleos políticos da concertação.

O segundo subconjunto é a imprensa, da qual foram analisadas, uma a uma, mais de mil reportagens envolvendo o agronegócio. Ao todo, são 44 órgãos de mídia das mais variadas regiões do país, além de alguns da América do Norte e da Europa⁵³.

O terceiro são as obras que garantiram as bases teórico-políticas estratégicas para a constituição e consolidação da concertação do agronegócio (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957; GOLDBERG, 1966, 1968; BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990; ABAG, 1993, 2002b; BITTENCOURT DE ARAÚJO & PINAZZA, 1993; RODRIGUES, 1996, 2008; ZYLBERSZTAJN, 1995a; ZYLBERSZTAJN, NEVES & NEVES, 2006).

⁵¹ Visita realizada no dia 4 de dezembro de 2017.

⁵² Nessa fonte se apresenta a composição do Conselho Administrativo da Abag quando de sua fundação.

⁵³ A imprensa foi apreendida nesta tese em duas direções fundamentais: de um lado, como se mostrará, os principais órgãos de comunicação no Brasil (incluindo-se o jornalismo televisivo) têm atuado em apoio à concertação, seja inserindo-se diretamente em seus núcleos ou aderindo, editorialmente, às suas demandas políticas, seja abrindo espaço privilegiado para os líderes do agronegócio e dificultando a inserção de vozes críticas aos pleitos da própria concertação (nesse sentido, ressalte-se, em direto contraste ao papel crítico da maioria dos grandes jornais dos EUA, como se evidenciará no capítulo 1, o que demonstra notável déficit de pluralidade quando se coteja a experiência brasileira com a norte-americana nesse sentido); doutro lado, esses órgãos serviram como um extenso registro histórico de eventos, pronunciamentos e artigos que, cruzados com outras fontes, enriqueceram muito a pesquisa.

O último subconjunto compreende aproximadamente uma centena de documentos governamentais dos Estados brasileiro e norte-americano, tais como planos econômicos, marcos legais, peças orçamentárias, revistas e publicações, discursos, *releases*, dentre outros.

Organização da tese

A noção de *agribusiness* foi criada em 1955 na HBS (DAVIS, 1955) em contexto de forte interação entre acadêmicos e empresários de indústrias de alimentos. Embora esse neologismo tenha conseguido algum destaque na esfera pública norte-americana em seus primeiros anos, foi sua utilização pelo governo dos EUA, no final da década de 1960, que lhe garantiu o salto em proeminência. Esse é o assunto do capítulo 1.

No Brasil, a categoria começou a ser mencionada, ainda que esporadicamente, nas décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1970, seu uso intensificou-se um pouco, por meio de jornalistas, servidores de alta hierarquia do governo federal e intelectuais, embora com concepções distintas atreladas a ela.

Esse aumento de agenciamentos do termo guardava relação com três correntes que se haviam desenvolvido nos EUA encorajando sua utilização: o adensamento da política exterior alimentar norte-americana, a consolidação da narrativa de setores críticos que passavam a equivaler “*agribusiness*” a grandes corporações e o aprofundamento de sua utilização em algumas universidades.

Ademais, o aumento das mobilizações da noção de *agribusiness* na década de 1970 correspondia à política agrícola robusta (e seletiva) para a agricultura e segmentos a montante e a jusante dela que começara a ser implementada no Brasil na segunda metade dos anos 1960, dando ensejo à industrialização da agricultura (KAGEYAMA et al., 1990). Esses primeiros agenciamentos da noção de *agribusiness* no Brasil perfazem o capítulo 2.

A partir de meados dos anos 1980, um grupo liderado pelo presidente de uma indústria de sementes recentemente nacionalizada, a *Agroceres*, começou a resgatar o termo, cujo uso perdera intensidade (PINAZZA, 1986). À época,

tinha se enfraquecido a política de crédito rural subsidiado implementada a partir do final da década de 1960. Sem recursos estáveis na agropecuária, tinham caído as vendas de máquinas, agrotóxicos, fertilizantes e sementes, dentre outros insumos agrícolas.

Foi nesse contexto que o resgate da noção original de *agribusiness* provou ser estratégico para a montagem de um projeto político-econômico (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN, PINAZZA, 1990). A noção tanto proporcionava cálculos macroeconômicos que rompiam com a visão que condenava a agricultura a ter menor peso político – conforme sua participação econômica em relação aos outros setores – quanto consistia em uma ferramenta para promover melhores entendimento e coordenação no âmbito dos agentes privados situados ao longo das cadeias produtivas. Esse tema será objeto do capítulo 3.

Aquele projeto político-econômico recebeu a oportunidade para se institucionalizar no ambiente legado pelo processo da Assembleia Constituinte, no qual se havia criado uma frente informal para representar os interesses patronais de setores técnica e administrativamente mais modernizados, a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* (FAAB). A FAAB deu os primeiros impulsos à aproximação, em âmbito nacional, de entidades da agropecuária com alguns representantes de funções a montante e a jusante dela. Com o fim da Constituinte, contudo, essa frente foi aos poucos perdendo coesão, rumo e importância.

Foi do encontro, por conseguinte, de um projeto de *agribusiness* à procura de agentes e de uma frente política sem maior razão de continuar existindo – após a derrota da proposta de uma reforma agrária rápida e massiva (GOMES DA SILVA, 1989) – que nasceu a Abag, em 1993. A criação dessa entidade significou o surgimento da concertação política do agronegócio, uma composição intersetorial entre empresas da agropecuária e representantes de outros setores relacionados a ela. O capítulo 4 trata desse processo.

Em função dos saldos comerciais da agricultura no contexto do Real valorizado, a concertação começou a receber, entre 1996 e 1998, um primeiro relevante reconhecimento do governo federal. Nessa época, sua composição e

seus pleitos haviam mudado sensivelmente. O capítulo 5 analisa esse período, que teve como núcleo político o *Fórum Nacional da Agricultura*.

Em grande medida por desdobramentos políticos do chamado “boom das commodities agrícolas” a partir de meados de 2001 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a), a concertação adquiriu outro patamar de reconhecimento público e estatal, passando a ver seus pleitos (ABAG, 2002a) cada vez mais alcançando materialidade. Foi justamente a partir desse novo patamar de legitimidade e de aumento de eficácia das demandas que líderes da concertação passaram a controlar diretamente o Ministério da Agricultura.

Entre conquistas relacionadas às suas reivindicações e conflitos com outras áreas do governo, o núcleo político da concertação deslocou-se, na segunda metade da década de 2000, para a Fiesp, o que implicou rearranjo das relações entre os agentes privados da concertação e deles com o Estado. Esse tema é abordado no capítulo 6.

Com a ascensão da concertação em termos de poder e eficácia de suas demandas ao longo dos anos 2000, ela passou a ser envolvida em uma série de controvérsias na esfera pública. Primeiramente, ganharam destaque aquelas sobre as questões agrária e agrícola, cujos desdobramentos práticos foram, em grande medida, ao encontro do que demandava a concertação. Em seguida a essas duas, ganharam relevo novas controvérsias portando críticas que estavam fundamentadas em dimensões mais difíceis de serem enfrentadas publicamente, como as questões ambiental e do trabalho escravo. Trata-se de análise do capítulo 7.

Diante dos conflitos decorrentes das controvérsias e de nova intensificação do crescimento da demanda global por *commodities* agropecuárias, a Fiesp e a Abag estreitaram laços e apontaram para três focos: mudanças legais, administrativas e publicitárias (ABAG, 2010). Como fundamento dessa mudança estava o maior foco em questões fundiárias (especialmente as áreas protegidas), o que oportunizou o incremento do caráter estratégico, da institucionalização e da sistematicidade da relação das empresas e entidades da concertação com a bancada ruralista. A primeira grande realização nessa direção foi alterar o Código Florestal. Conquistado

esse objetivo, a concertação voltou suas atenções principais para a contestação dos direitos territoriais indígenas. Esse é o assunto do capítulo 8.

Finalmente, o capítulo 9 aborda a organização atual da concertação política do agronegócio.

Capítulo 1 – Origem da noção de *agribusiness* e suas mobilizações nos Estados Unidos

A palavra surgiu na primavera de 1955. John Davis [...] queria uma pessoa mais jovem para trabalhar com ele, e nós dois sentamos juntos. Eu me lembro que estávamos no mesmo prédio, e ficávamos refletindo continuamente sobre como chamar algo que engloba todo o sistema de alimentos, e de que maneira medir isso. [...] ‘nós estamos em uma escola de negócios, então acho que temos que chamá-lo de *agribusiness*’. Nós dois dissemos isso. Ficamos pensando em outros termos, mas continuávamos voltando a essa palavra (GOLDBERG, 2017a)⁵⁴.

O que se destaca no contexto em que a noção de *agribusiness* foi criada é a convergência de atores com experiências e posições tanto na academia quanto nas corporações e no governo. Nos anos 1940, um grupo de acadêmicos da *Harvard Business School* (HBS), tendo à frente o decano Donald K. David, mantinha a ideia de criar uma área disciplinar que tratasse das relações entre “*agriculture*” e “*business*”, que se intensificavam crescentemente nos Estados Unidos (EUA).

David vinha de mais de uma década trabalhando na indústria de alimentos. Em 1927, oito anos após iniciar sua carreira docente em Harvard, ele tinha assumido a vice-presidência da *Royal Baking Powder Company*, indo, em 1932, para a presidência da *American Maize*, e retornando à HBS somente em 1941⁵⁵.

O impulso financeiro para a criação da referida área disciplinar veio com uma doação de George M. Moffett, presidente da *Corn Products Refining Company*⁵⁶, que gerou as condições para a fundação de uma cátedra de *Agriculture and Business* na HBS (McCUNE, 1956).

Quando do anúncio da criação dessa posição, o decano David argumentou que

⁵⁴ Ray Goldberg, entrevista ao autor na *Harvard Business School* em 16 de março de 2017.

⁵⁵ Ao passo que a *Royal Baking Powder Company* produzia fermento em pó, a *American Maize* era uma indústria de derivados de milho, a exemplo de óleo e xarope.

⁵⁶ Fabricante de produtos baseados em milho, como o óleo *Mazola*.

Os negócios e a agricultura norte-americanos devem progredir juntos, e líderes nos dois campos há tempos reconhecem a necessidade de uma compreensão mais próxima. Nós esperamos dessa cátedra uma contribuição real para essa compreensão, e para uma consciência geral da inter-relação entre esses dois fatores básicos do bem-estar norte-americano (DAVID, 1950).

Não era por acaso que os estímulos iniciais da noção de *agribusiness* viessem das indústrias de alimentos. No período de meio século entre 1900 e 1950, a população urbana dos Estados Unidos tinha passado de 40,4% para 60,4% (UNITED STATES GOVERNMENT, sem data). Com a crescente urbanização, aumentava a demanda por produtos alimentícios industrializados. Dado que havia um processo concomitante de intensificação da verticalização nas cadeias produtivas, ficava cada vez mais pronunciada a necessidade de a indústria racionalizar a administração de seus empreendimentos no campo.

Da cátedra desdobrou-se, em 1952, o *Moffett Program in Agriculture and Business*, cujos objetivos eram possibilitar que os alunos tivessem um melhor entendimento, sob o aspecto da gestão, das relações que a agricultura tinha com os setores a ela relacionados, e empreender pesquisas para ajudar a qualificar essas relações (HARVARD BUSINESS SCHOOL, 1954).

O Programa Moffett foi, desde o início, acompanhado por um comitê consultivo composto por líderes das áreas de negócios, da agricultura, do governo e da universidade. Dentre os profissionais convidados por Donald K. David para o conselho, um deles iria logo alcançar proeminência: John H. Davis. Doutor em economia agrícola e administração de negócios, Davis havia trabalhado por oito anos como secretário executivo do *National Council of Farmer Cooperatives*, grande entidade representativa das cooperativas agropecuárias⁵⁷, além de ter sido gerente da *National Wool Marketing Corporation*, que beneficiava cerca de 95% da produção de algodão dos Estados Unidos (McCUNE, 1956).

Em 1953, Davis tinha ido para o Departamento de Agricultura (USDA) durante a gestão de Dwight D. Eisenhower (1953-1961, Partido Republicano),

⁵⁷ Para uma análise das distintas entidades nacionais de representação na agricultura norte-americana, ver Ness (2000).

onde trabalhou como *Assistant Secretary*⁵⁸ com Ezra Taft Benson, titular do Departamento de Agricultura e entusiasta de menor participação do governo na agropecuária (FUSONIE, 1995; HAMILTON, 2014).

No ano seguinte, Davis foi convidado a ocupar uma posição integral na HBS, como diretor do *Moffett Program in Agriculture and Business*. Sua experiência tanto no governo federal quanto na área privada foi a principal consideração utilizada para sua contratação na escola (HARVARD BUSINESS SCHOOL, 1954). Davis assumiu a posição acadêmica com um discurso de liberalização na agricultura que tinha como centrais a menor dependência dos produtores em relação ao Estado e o maior potencial da iniciativa privada para reequilibrar a oferta e a demanda no setor. Ao *The New York Times*, ele disse, à época, que não poderia negar o desafio de explorar o que o “*business*” poderia fazer pela “*agriculture*” nessa direção (NYT, 20/01/1954: 14).

Figura 5: John H. Davis.

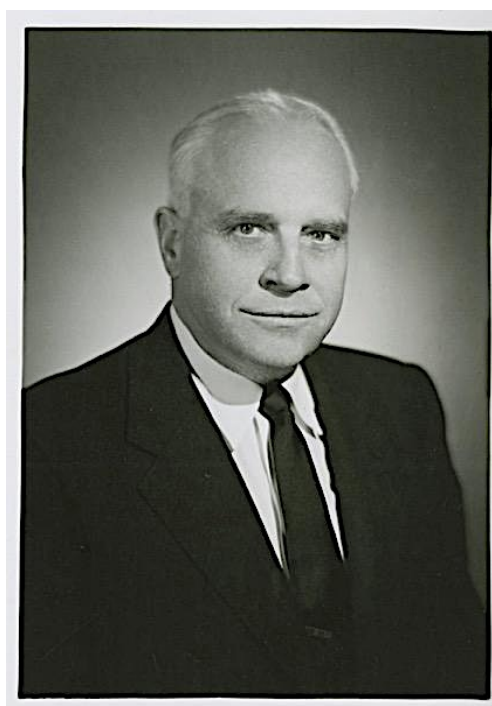


Foto: *Baker Library Special Collections, Harvard Business School* (ca. 1960).

⁵⁸ Posição designada pelo Presidente e aprovada pelo Senado, inserindo-se como a terceira na hierarquia do Departamento de Agricultura.

No primeiro semestre de 1955, aproximadamente um ano após assumir o programa em Harvard, Davis cunharia, juntamente a Ray Goldberg, a noção de *agribusiness*. Goldberg havia voltado à HBS para ser professor assistente após um período de três anos trabalhando em negócio de produtos agrícolas de sua família; antes disso, ele tinha se engajado em estudos sobre as inter-relações entre a agricultura e as outras funções que cada vez mais dela se aproximavam (HARVARD BUSINESS SCHOOL, 1954)⁵⁹.

Figura 6: Ray A. Goldberg.

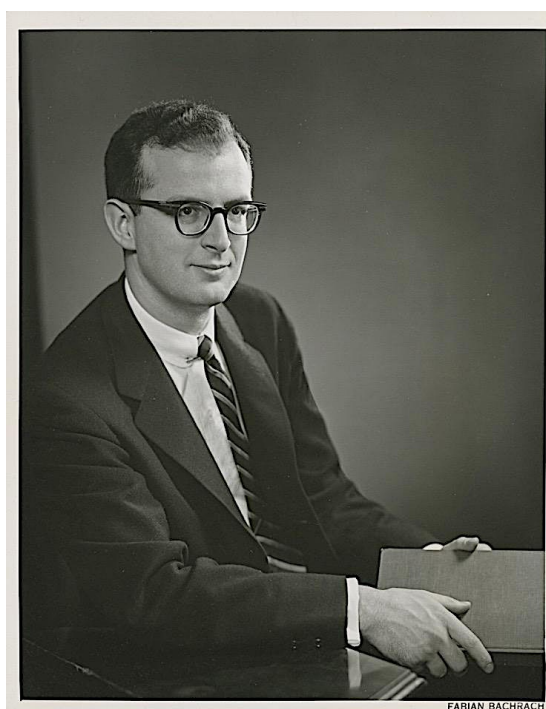


Foto: Baker Library Special Collections, Harvard Business School (ca. 1960).

1.1 Invenção da noção de *agribusiness*

O termo nasceu de uma composição por aglutinação inspirada pelas palavras que nomeavam as duas áreas do programa (“agri”, de *agriculture*, somada a “*business*”). Foi tornado público pela primeira vez por Davis em 17 de outubro de 1955, na apresentação que ele realizou na *Boston Conference on*

⁵⁹ Ver, também, Goldberg (1952).

Distribution sob o título “*Business Responsibility and the Market for Farm Products*” (DAVIS, 1955).

Em sua exposição nesse evento, Davis tratou dos desequilíbrios entre oferta e demanda de alimentos e fibras nos EUA. O economista argumentou que a melhor maneira de garantir a renda dos produtores e, ao mesmo tempo, manter os ganhos de produtividade, seria depender menos do governo e mais do entendimento entre os agentes privados situados tanto na agricultura em si quanto nos negócios a ela relacionados. Ele ressaltou, no entanto, que a despeito da crescente interdependência entre as áreas, a agricultura e os negócios ainda tendiam a ser vistos como entidades bastante autônomas e, por decorrência, raramente seriam abordados em conjunto (DAVIS, 1955).

Para substituir essa percepção compartimentada, argumentou Davis, seria fundamental que se começasse a utilizar um paradigma “cooperativo” entre a agricultura e os negócios (DAVIS, 1955). Ademais, a dificuldade em entender essa relação seria também evidente pela ausência, na língua inglesa, de palavra que possibilitasse olhar para os problemas agrícolas em seu enquadramento amplo da relação com outros setores. Uma nova noção, profundamente mais clara e precisa do que a explicação dessa ideia por uma frase ou parágrafo, mostrava-se importante para isso. Então Davis enfatizou que

[...] se queremos pensar em termos desse conceito mais amplo, precisamos de uma nova palavra, um substantivo, para designá-lo. Portanto, estou sugerindo um novo termo – o termo *agribusiness*, soletrado *A G R I B U S I N E S S*. Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de *commodities* agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (DAVIS, 1955: 5).

Após apresentar e definir a noção, Davis defendeu sua importância em termos do que ela representaria para a economia nacional norte-americana. Segundo seus cálculos – sem explicações metodológicas –, o *agribusiness* seria o maior componente da economia dos EUA, responsável por 40% do PIB e pelo

mesmo percentual dos empregos naquele país. Esses argumentos macroeconômicos apoiados em estatísticas nunca mais descolariam da narrativa do *agribusiness*, sendo responsáveis, décadas adiante, no Brasil, por ajudar a justificar adesões à concertação política do agronegócio (DAVIS, 1955).

A primeira mostra de que “*agribusiness*” não cairia no esquecimento na esfera pública norte-americana veio menos de dois meses após a apresentação de Davis, quando o neologismo foi bem revisado por Walter J. Murphy, editor do *Journal of Agricultural and Food Chemistry*. Murphy elogiou, na abertura do periódico, a adequação da conceituação em relação aos processos de mudanças que estavam ocorrendo na agricultura e chamou atenção para sua importância por meio da relevante participação dos segmentos abarcados pela noção no emprego gerado e na renda produzida nos Estados Unidos (MURPHY, 1955).

Logo no começo de 1956, Davis escreveu o primeiro artigo sobre sua nova ideia (DAVIS, 1956). Em *From agriculture to agribusiness*, publicado na *Harvard Business Review* (HBR), revista da HBS, o economista tratou de forma determinista (HAMILTON, 2014) do que, para ele, seriam forças da pesquisa e da tecnologia, em grande medida irresistíveis, que estariam alterando a forma e a essência do mundo rural norte-americano. Essa transformação, ocorrendo há mais de um século segundo ele, teria progressivamente colocado a produção agrícola e os negócios a ela relacionados em relação de interdependência. O neologismo dele e de Goldberg serviria, por um lado, para nomear a aproximação entre esses setores (DAVIS, 1956).

Por outro lado, ao permitir olhar mais claramente para essa “interdependência”, a perspectiva do *agribusiness* possibilitaria agir sobre ela. Isso porque haveria diversos elementos do sistema agroalimentar (muito mais do que somente da agropecuária) que estariam desajustados em termos de progresso. Segundo Davis, o crescimento da produção não havia sido acompanhado, na mesma medida, pelo desenvolvimento dos mercados; os avanços técnicos e gestionários necessários não seriam atendidos por compensações financeiras equivalentes; os custos de produção seriam muito rígidos em comparação com a volatilidade dos ganhos com a produção; e havia

sido criada a necessidade de maiores unidades produtivas agrícolas, deixando dois milhões de *family farmers* em unidades muito pequenas, inviáveis em sua opinião. Além do mais, haveria um importante desequilíbrio entre oferta e demanda para várias *commodities*, o que fortaleceria a tendência de queda na renda dos produtores agrícolas (DAVIS, 1956).

Como soluções para as unidades agrícolas, o economista propunha que se continuasse a promover o progresso tecnológico e de gestão dos fazendeiros mais bem inseridos nos circuitos comerciais, o que incluía, em grande medida, produtores familiares com renda mais alta. Para uma parte dos *family farmers* com renda mais baixa que mostrasse potencial e tivesse propósito de trabalhar integralmente na unidade produtiva, ele argumentava que seria adequado ajudá-los a aumentar suas áreas e obter avanços produtivos; para a maior fração dos produtores familiares com renda mais baixa, contudo, afirmava que haveria possibilidades mais promissoras em trabalhos parciais ou integrais fora de suas terras (DAVIS, 1956).

A concepção de *agribusiness* não nascia, portanto, como oposição aos *family farmers*, mas conectada a uma proposta político-econômica que legitimava – e aprofundava – a seleção que já vinha ocorrendo há décadas entre produtores familiares que estariam aptos ou inaptos para inserirem-se nos sistemas agroalimentares.

Havia três caminhos possíveis a serem levados à frente para fomentar uma política de *agribusiness*, escreveu o autor no artigo (DAVIS, 1956): a reorganização da produção agrícola com base em grandes unidades corporativas; a promoção de unidades familiares com capacidade produtiva e integradas em cooperativas; e a integração vertical sem monopolização das unidades produtivas, com base na cooperação mais direta entre produtores e corporações.

Ao final, Davis, assim como o decano David havia feito, procurou legitimar a nova noção conectando-a a algo que seria, segundo ele, benéfico a todos. De fato, ao escrever que o país ganharia com a aplicação da abordagem do *agribusiness* para os problemas agrícolas, ele conectava o termo a um bem comum (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Para o autor, seria importante, sobretudo, utilizar o potencial norte-americano

em produzir comida e fibras para melhorar os níveis de vida da população, tendo as grandes corporações como elemento indispensável do processo (DAVIS, 1956). Ou seja, três estratégias de verticalização, uma por meio da integração e duas por coordenação⁶⁰.

Se a ideia de *agribusiness* tinha sido logo reconhecida positivamente, tampouco tardara a ser criticada. Em 1956, o jornalista Wesley McCune, diretor de relações públicas da *National Farmers Union*⁶¹ e ex-assessor do Departamento de Agricultura durante o mandato do presidente Harry S. Truman (1945-1953, Partido Democrata), foi um dos primeiros a criticar o neologismo na esfera pública. Segundo ele, *agribusiness* não traria muito de novo, a não ser nomear um processo que já vinha ocorrendo. Ressaltava, entretanto, que o termo poderia favorecer grupos com grande poder lobista, como o *National Cotton Council*, entidade da indústria de algodão, elogiada por Davis como exemplo a ser seguido (McCUNE, 1956). O posicionamento de McCune inaugurava um flanco da crítica que viria a tornar-se bastante relevante a partir da década de 1970 nos EUA, a saber, o de associação da noção de *agribusiness* com as grandes corporações.

No primeiro semestre de 1957, Davis e Goldberg publicaram o livro *A Concept of Agribusiness* (DAVIS & GOLDBERG, 1957). Na obra, os autores detalharam suas considerações sobre as transformações históricas envolvendo a agricultura, avançaram explicações metodológicas e procuraram calcular, em termos macroeconômicos, o *agribusiness*.

Para descrever o que entendiam como suas três grandes partes, os autores propuseram uma segmentação denominada *Primary Agribusiness Triaggregate*, composta de (1) insumos e máquinas agrícolas (operações de manufatura, comercialização e prestação de serviços para agropecuária), (2) produção agropecuária (operações dentro da fazenda) e (3) processamento-distribuição (atividades afetas à agroindustrialização e à comercialização de

⁶⁰ Adota-se, nesta tese, a distinção entre integração e coordenação verticais proposta por Ray Goldberg, para quem a primeira implica a propriedade comum, por uma empresa, de todos os processos na estrutura vertical, e a segunda, uma variedade de possibilidades de coordenação no sistema alimentar, como mercados, cooperativas, mercados futuros, *joint-ventures* entre cooperativas e corporações, programas governamentais e acordos comerciais relacionados às *commodities* (GOLDBERG, 1977).

⁶¹ Uma das principais entidades de representação dos *family farmers* nos Estados Unidos.

itens de consumo advindos da produção das fazendas). Por intermédio da matriz insumo-produto de Wassily Leontief⁶², os autores mediram o fluxo de bens e serviços em cada uma dessas três partes.

Figura 7: Livro *A Concept of Agribusiness*.

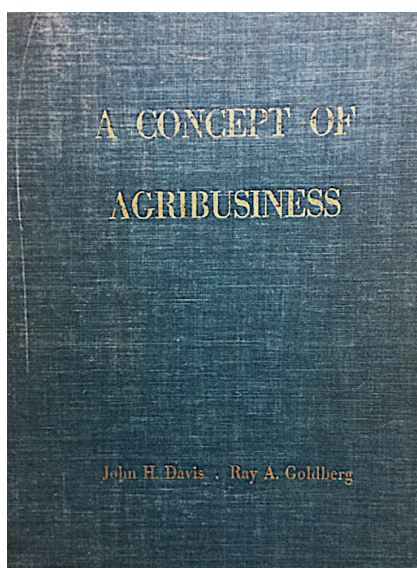


Foto: Autor, 2017.

Houve ampla estratégia de divulgação de *A Concept of Agribusiness*. Cópias foram enviadas para figuras centrais do Departamento de Agricultura, do Congresso, do empresariado, para 171 líderes das maiores organizações agrícolas e todos os chefes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) dos Estados Unidos, 67 diretores de escolas agrícolas e 58 acadêmicos proeminentes (HAMILTON, 2014).

1.2 Mobilizações da noção na esfera pública

A obra conseguiu chamar atenção de pesquisadores, sendo resenhada entre 1957 e 1958 com avaliações majoritariamente positivas, principalmente em publicações de economia e *marketing*. Aqui cabe chamar atenção para um

⁶² Teoria do economista russo – e professor de Harvard à época – que foca nas relações intersetoriais e possibilita a mensuração dos insumos de uma determinada cadeia produtiva até a constituição dos produtos finais. Para uma análise dessa teoria, ver Guilhoto (2009).

aspecto importante: o termo nasceu em uma escola de negócios, e não em uma de agronomia. Da mesma forma, despertou atenção em profissionais de áreas mais diretamente ligadas aos *businesses*. O mesmo aconteceria no Brasil, onde a noção de *agribusiness* começou a ganhar destaque primeiramente em uma escola de administração da USP, e não em uma de agronomia.

No *Journal of Business*, da Universidade de Chicago, no *Journal of Farm Economics*, da *American Economic Association*, e no *Journal of Marketing*, da *American Marketing Association*, o novo termo foi considerado inovador e instigante (RUST, 1957; TRELOGAN, 1957-1958; MILLIMAN, 1958). Entretanto, na *American Economic Review*, da mesma *American Economic Association*, o professor Richard B. Sheridan, da Universidade de Kansas, criticou a ausência de discussão, no livro de Davis e Goldberg (1957), sobre as relações de poder existentes no *agribusiness* e acerca das possibilidades de seu agenciamento para fins particularistas. Ou seja, Sheridan sentiu falta de uma abordagem sobre como evitar que grupos privados mais poderosos estabelecessem dominância (SHERIDAN, 1958).

Ambas as avaliações guardavam coerência com a obra (DAVIS & GOLDBERG, 1957). Não há dúvidas de que a noção, propondo um olhar que desse conta da totalidade dos setores envolvidos com a agropecuária, era uma novidade importante e de potencial promissor como operadora de intervenção nas políticas públicas e nas estratégias privadas; era patente, por outro lado, que ao criarem o termo e as narrativas a ele associadas, Davis e Goldberg colocaram pouca energia na discussão sobre o poder desproporcional das corporações e acerca de formas de garantir tanto maior concorrência no *agribusiness* quanto ambientes propícios aos *family farmers* mais vulneráveis. Muito pelo contrário, eles consideravam salutar o protagonismo das grandes empresas.

Em 1958, o termo aparecia pela primeira vez com essa abordagem em uma publicação das ciências sociais. Na *Social Forces*, C. Horace Hamilton, do *North Carolina State College*, salientou que, se parte dos *family farmers* sucumbiria aos processos de verticalização, aqueles que conseguissem inserir-se, especializando-se nas funções dentro da fazenda, teriam de competir entre si para alcançar melhor integração, necessariamente cedendo parte importante

de sua renda e autonomia (HAMILTON, 1958). Esse reparo, vale enfatizar, caminhava na direção contrária do potencial de equilíbrio liberal que Davis antevia entre as unidades produtivas e setores a elas conectados (DAVIS, 1955).

As publicações de Ciências Sociais não seriam, contudo, sempre críticas ao neologismo de Davis e Goldberg. Em 1959, *agribusiness* apareceria na *Rural Sociology* como conceito com potencial descritor do processo de integração das cadeias produtivas (LARSON, 1959).

Se *A Concept of Agribusiness* fez circular a noção na academia, ele não teve o mesmo efeito na introdução do termo na grande imprensa norte-americana e, por consequência, para um público mais abrangente e menos especializado no tema. Essa tarefa ficou destinada a um segundo livro de Davis, lançado ainda em 1957, juntamente a Kenneth Kinshaw, jornalista de assuntos agrícolas (DAVIS & KINSHAW, 1957). A publicação *Farmer in a Business Suit* narra, por meio da vida ficcional de uma família de agricultores, o processo de passagem de uma unidade produtiva autossuficiente no século XVI para uma fazenda integrada no *agribusiness*⁶³.

A história do livro, didática, retomava os argumentos aplicados ao neologismo nos textos anteriores de Davis. O fazendeiro em traje de negócios, que personificaria o *agribusiness*, teria tomado o lugar do antigo proprietário rural. Seus insumos, como antibióticos e hormônios, seriam inventados por cientistas e criados em indústrias. Sua eficiência e alta produtividade estariam lastreadas em uma afeição por capital e em novas formas de gestão.

Ao final da narrativa, o fazendeiro falava ao filho:

– Na agricultura, antigamente, David, você produzia a maior parte dos seus insumos, produzia a maior parte da comida de sua família, trocava a maior parte do produto que tinha deixado pronto para consumo. Tudo isso ficou para trás. Hoje temos o *agribusiness* – uma composição da agricultura com os negócios que fornecem insumos para as fazendas e processam e distribuem seus produtos. A produção deve estar lado a lado com esses negócios a ela relacionados. Em outras palavras, nós colocamos o fazendeiro em traje de negócios (DAVIS & KINSHAW, 1957: 240).

⁶³ Foram vendidos mais de trinta mil exemplares do livro (KILLGORE, 1985).

Como dito acima, esse livro ajudou a levar a noção para a imprensa. Tratando de *Farmer in a Business Suit*, o *New York Times* (NYT, 04/05/1957) anunciou o *agribusiness* como uma nova abordagem para as questões agrícolas norte-americanas, que remeteria tanto ao crescente grau de integração entre a agricultura e o mundo dos negócios quanto a um projeto para continuar removendo as barreiras a essa integração. Ou seja, o NYT anunciava as duas funções propostas por Davis à noção (1956).

Algumas semanas depois, o *Wall Street Journal* (WSJ, 27/05/1957: 12) apresentou o termo a seus leitores, afirmando que *agribusiness* representaria as grandes transformações econômicas e tecnológicas que estariam aposentando termos como “*family farmer*” e “*dirt farmer*”. Note-se que, no WSJ, a palavra era apresentada aos leitores como em oposição aos *family farmers*. A postura mais aderida ao projeto capitaneado pelas corporações ligadas ao *agribusiness* foi, desde o início, notável neste jornal.

No *Washington Post*, Gladwin E. Young, gestor da área de Conservação de Solos do USDA, resenhou *Farmer in a Business Suit* (WP, 09/02/1958: E6). Embora tenha escrito que a obra apresentava uma análise acurada sobre a agricultura como negócio, criticou o que seria a ansiedade dos autores em tornar a palavra *agribusiness* parte do jargão da agricultura. Além disso, seria inocente pensar, segundo ele, que por meio de um termo e de um melhor entendimento das inter-relações entre a agricultura e o “*business*”, as indústrias relacionadas à agricultura, competindo entre si, harmonizar-se-iam para garantir o que seria uma justa parte aos produtores.

Young tocava em um aspecto importante. Não obstante Davis enaltecer reiteradamente (1955, 1956) a capacidade dos agentes privados das cadeias produtivas em propiciar preços dos produtos agropecuários em consonância com as necessidades dos produtores, esse nunca foi seu foco. Ele não aprofundou explicações de como isso poderia acontecer. Ao contrário, seu grande esforço esteve, como afirmado anteriormente, em elaborações sobre a eficiência do sistema do *agribusiness* como um todo, sob primazia das corporações.

Além da academia e da imprensa, o setor financeiro não tardou a atentar para a novidade realçada pelo termo. O *Banking*, jornal da *American Association*

of Bankers, tratou já em 1958 sobre as oportunidades relacionadas ao *agribusiness* (WOOD, 1958). Explicando por meio dessa noção as mudanças em curso no mundo rural, o vice-presidente do *Bank of America National, Trust and Savings Association*, Earl Coke, falou, tendo como modelo a provisão de capital para o setor industrial, em adequar o sistema de financiamento para o que seria a nova agricultura (NYT, 24/01/1959).

Do mesmo modo, não demorou muito para a palavra começar a aparecer em publicações do governo federal dos EUA. Um dos primeiros casos foi em 1960, em um livro do Departamento de Agricultura, o *Yearbook of Agriculture*, por meio de artigo de Earl L. Butz. Vindo da vice-presidência da *American Society of Farm Managers and Rural Appraisers*⁶⁴, ele havia assumido a posição de John Davis como *Assistant Secretary* no Departamento de Agricultura dos EUA, ainda sob gestão de Benson. Em seu artigo no documento governamental, Butz enalteceu a ideia de *agribusiness*:

A arte ou ciência de cultivar o solo é apenas mais um elo da cadeia de alimentar e vestir as pessoas. A cadeia começa muitos empregos antes de chegar à fazenda e continua por diversos processos depois que os alimentos e fibras produzidos saem pelo portão da fazenda. Para todo esse complexo de funções de produção e distribuição agrícola algumas pessoas usam o termo “*agribusiness*” (1960: 380).

Em sintonia com a proposta de Davis e Goldberg, Butz argumentou que o desafio seria alargar a perspectiva da agropecuária com a inclusão das funções ligadas ao fornecimento de insumos, ao processamento e à distribuição. Isto é, avançar na percepção da interdependência entre os vários segmentos da cadeia do *agribusiness* (BUTZ, 1960).

Replicando o entendimento sobre eficiência (e exclusão) dos dois economistas da HBS, Butz afirmou que as mudanças em curso diziam respeito a produzir mais com menos pessoas. Famílias que não conseguissem viver da produção na fazenda poderiam, como uma das possibilidades, ir trabalhar em setores urbanos do *agribusiness*⁶⁵.

⁶⁴ Empresa de avaliação de propriedade imobiliária.

⁶⁵ Esse argumento seria usado no Brasil também, décadas mais tarde.

Ademais, Butz foi um dos primeiros a associar explicitamente o *agribusiness* ao fornecimento de alimentos e fibras para a crescente população mundial. Ele dava um passo adiante em relação à colocação pontual de Davis (1955, 1956) de que essa composição intersetorial poderia auxiliar nos objetivos da política externa dos EUA. Essa proposição ligada a temas globais ganharia especial destaque na segunda metade da década de 1960, assunto que será esmiuçado à frente.

Não seria, entretanto, somente para representantes do Partido Republicano que essa relação da noção com as exportações teria sentido. O secretário de Agricultura Orville L. Freeman (1961-1969, Partido Democrata) também fez essa associação em 1964. Em conferência de imprensa, Freeman declarou que toda a economia do país sofreria, com sérios efeitos para os produtores e para o *agribusiness*, se as exportações agrícolas dos Estados Unidos fossem mantidas ou ampliadas (NYT, 22/05/1964).

Ainda se tratava, contudo, tanto no caso de Butz quanto no de Freeman, de manifestações pontuais. Condição parecida podia ser notada na grande imprensa norte-americana, onde o neologismo de Davis e Goldberg havia sido reconhecido, mas não ganhara popularidade. De sua criação, em 1955, até 1964, *agribusiness* seria mencionado, em média, apenas duas vezes por ano nos três mais importantes jornais dos EUA tomados em conjunto: *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Wall Street Journal*.

1.3 Inflexão na política alimentar exterior norte-americana

Uma inflexão na política exterior norte-americana, em meados dos anos 1960, impactou decisivamente o *status* da noção de *agribusiness*. Ela ganharia contornos claros na mensagem especial do presidente Lyndon B. Johnson (1963-1969, Partido Democrata) ao Congresso em 10 de fevereiro de 1966. Nela, o mandatário propôs ao parlamento que os Estados Unidos liderassem a “Guerra contra a Fome” (*War on Hunger*). Segundo ele, muitos dos países “em desenvolvimento” precisariam urgentemente atribuir maior prioridade à melhoria e modernização da produção e distribuição de alimentos e ao aumento da renda de sua população. Consequentemente, ele sinalizou a transferência do foco no

uso internacional de excedentes agrícolas para uma política de apoio à produção interna nos países cujas populações apresentassem alta prevalência de insegurança alimentar e estivessem na órbita de influência norte-americana⁶⁶.

A explicação para a mudança na política alimentar exterior era, em primeiro lugar, geopolítica, como pode ser percebido por meio da posição do então secretário de agricultura, Orville Freeman. Cálculos do Departamento de Agricultura indicavam que, desde 1961, o consumo mundial de alimentos havia ultrapassado a produção de comida no mundo. A diferença estaria sendo equilibrada por estoques, principalmente dos Estados Unidos. Como não seria possível continuar com essa estratégia por muito mais tempo, passava a ser fundamental que a produção de alimentos em países menos desenvolvidos aumentasse, para que não houvesse maior instabilidade econômica e política em âmbito global, pois “segurança é comida”, escreveu Freeman (1967). Ou seja, a noção de *agribusiness* passara a ser operada no contexto internacional da Guerra Fria (HOBBSAWN, 1995).

Essa mudança na estratégia do governo foi a chave para que as corporações atuassem com a HBS no sentido de garantir que essas empresas do *agribusiness* tomassem destaque no novo direcionamento governamental. Segundo Ray Goldberg (1966), a alteração de foco da política norte-americana para a crise alimentar mundial atribuía maior ênfase ao setor privado, abrindo a possibilidade da exportação de uma abordagem integrada a qual reconhecesse que todas as partes do *agribusiness* – insumos, operações na fazenda, processamento e distribuição, além da infraestrutura de transporte, crédito, armazenamento, comunicação e educação – deveriam caminhar juntas.

De acordo com o criador da noção de *agribusiness*, o avanço da capacidade de produzir e adquirir comida em países com déficits alimentares, como pretendia o presidente dos EUA, dependia da compreensão da estrutura total do sistema de fornecimento de alimentos (GOLDBERG, 1966). A tentativa, pode-se notar, era de aproveitar o momento para fazer o governo adotar a

⁶⁶ Em 1954, um programa permanente de coordenação e distribuição internacional de alimentos havia sido criado nos Estados Unidos (Lei Pública 480, ou *Food for Peace*).

perspectiva do *agribusiness*, apoiando mais decididamente a atuação exterior das corporações norte-americanas relacionadas a essa composição.

Dois meses após a fala de Johnson sobre a “guerra contra a fome” ao Congresso, a HBS acolheu, no âmbito de seu *Moffett Program in Agriculture and Business*, uma reunião entre membros de corporações, do governo federal e da academia. No dia 26 de maio de 1966, mais especificamente, estiveram naquela escola de negócios, juntamente a professores da instituição, funcionários de alto escalão do USDA e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e presidentes, vice-presidentes e outros profissionais em posições de comando de empresas como *Monsanto*, *Archer-Daniels-Midland* (ADM), *Ralston Purina* e *Quaker*, dentre outras que perfaziam ou a função de prover insumos às fazendas ou a de industrializar e comercializar os produtos originados na agropecuária.

No evento, os participantes reforçaram que a “sofisticação produtiva e de comercialização” das empresas privadas do *agribusiness* seria indispensável para uma política alimentar de escala mundial, conforme queria o presidente Johnson. Somando a isso, propunham mudanças legislativas que deslocariam o orçamento público das políticas de eliminação de excedentes em proveito de uma promoção sistêmica do *agribusiness* em países menos desenvolvidos. Nesse sentido, sugeriram que o governo participasse de forma ativa nos empreendimentos nesses países, assumindo a maioria dos riscos iniciais e possibilitando às empresas receberem taxas de administração, além de terem a oportunidade posterior de comprar gradualmente a participação do governo (GOLDBERG, 1966: 82).

Aqui ficava evidente um papel da mobilização da noção de *agribusiness* pelas corporações dos EUA: disputar recursos públicos com as políticas de garantia de preços de produtos agrícolas, fundamentais à sobrevivência de grande parte dos *family farmers*. Ou seja, a proposta de menor participação estatal para a política de sustentação de renda, como avançada por Davis (1955), era complementada com a demanda por forte atuação governamental na promoção das iniciativas das grandes empresas no exterior. Não se tratava, como é muito comum em muitos discursos liberais, de diminuir a presença do

Estado na economia, mas de garantir uma seletividade dessa participação de acordo com os interesses das corporações envolvidas.

Ray Goldberg procurou divulgar as “constatações” e demandas do evento na HBS escrevendo o artigo *Agribusiness for developing countries* na *Harvard Business Review* (1966). Nesse texto, o economista adaptava o aparato justificatório do *agribusiness* para a esfera pública internacional, defendendo a importância dele para o combate à desnutrição no mundo, deslocamento prático-discursivo que também ocorreria no Brasil décadas adiante (ABAG, 1993).

Com essa argumentação, Goldberg distanciava-se da narrativa mais liberal de Davis quando do lançamento da palavra na esfera pública, em 1955, para afirmar que a ação contra os problemas alimentares mundiais somente poderia caminhar por meio de parceria entre as companhias do *agribusiness* e o governo (GOLDBERG, 1966). Era necessário adequar a fala aos novos potenciais de mobilização da categoria *agribusiness*.

1.4 Articulações entre governo e corporações

O governo federal reagiu positivamente à proposta corporativa-acadêmica. Ao encontro na HBS seguiu-se um grande evento no primeiro semestre de 1967 que selaria a atuação conjunta do governo federal com as corporações para agir diante da questão alimentar mundial: a *First Agribusiness Conference: on the Search for International Food Balance*, realizada em 11 de maio de 1967 com patrocínio da *Chicago Board of Trade*, maior bolsa de *commodities* dos EUA (HUMPHREY, 1967).

Na ocasião, o presidente Lyndon Johnson teve seu discurso lido pelo vice, Hubert Humphrey. Para Johnson, o evento mostrava que, finalmente, haveria decisão quanto à necessidade de se travar uma “Guerra contra a Fome” no mundo. Ato contínuo, propunha-se que, para haver vitória nessa “grande batalha”, o governo federal e a iniciativa privada norte-americanos teriam que atuar conjuntamente. Ao mesmo tempo, o presidente afirmava que os países “em desenvolvimento” que mais haviam avançado nesse sentido seriam aqueles

nos quais as empresas privadas haviam ocupado papel de destaque. Por isso, completava, o encorajamento da atuação das corporações norte-americanas no exterior seria colocado em igualdade de importância com outras ações de assistência alimentar (HUMPHREY, 1967).

Após ler o comunicado de Johnson, Humphrey discursou para a plateia – composta de líderes do *agribusiness* e políticos –, dizendo que a fome no mundo seria uma das bases das revoluções. Segundo ele, a profecia malthusiana⁶⁷ ameaçava confirmar-se globalmente, e, por essa razão, seria importante que o USDA e a USAID atuassem como catalisadores da iniciativa privada, à qual caberia o papel de destaque.

Na agricultura, nosso país especialmente precisa das habilidades técnicas e da experiência organizacional – as incomparáveis habilidades e experiência da comunidade do *agribusiness* – e eu penso que é bom que nós comecemos a chamar isso do que ele é: *agribusiness* (HUMPHREY, 1967: 30).

Segundo ele, a população mundial cresceria em mais um bilhão até 1980. Com base em projeções da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* (FAO), ele argumentava que o déficit entre produção e consumo de alimentos em âmbito global poderia chegar, no início da década de 1980, a 80 milhões de toneladas. Além do mais, o vice-presidente recorreu a dados quantitativos na defesa da importância do setor para a economia de seu país:

Neste ano nós estamos exportando algo próximo de 7 bilhões de dólares em *commodities* agrícolas e, desse total, aproximadamente 80% são exportações comerciais. O complexo fazendeiro-*agribusiness* está desempenhando uma contribuição substancial para manter nosso balanço de pagamentos (HUMPHREY, 1967: 38).

Se a academia havia criado a noção e as estatísticas ligadas à renda e aos empregos, o governo completava o cerne do espírito do *agribusiness*, com os discursos da luta contra a fome no mundo e os efeitos das exportações para a balança comercial. Esses quatro elementos teriam profunda influência na

⁶⁷ Teoria do economista e demógrafo Thomas Malthus segundo a qual a população tenderia a crescer de forma mais rápida que o aumento da produção de alimentos.

justificação do agronegócio no Brasil, décadas mais tarde (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990; ABAG, 1993, 2002a).

Nos meses seguintes à conferência, diferentes agentes políticos dedicaram-se a encorajar mais empresas do *agribusiness* a atuarem na “Guerra contra a Fome”. Em uma coletiva de imprensa em junho, o secretário de Agricultura, Freeman, chamou a atenção dos empresários para as possibilidades de lucro com a atuação nos países menos desenvolvidos. Como exemplos de áreas a montante e a jusante com potencial de crescimento, ele citava as de fertilizantes químicos, sementes, máquinas, processamento de alimentos e supermercados. Dentre os fatores que estariam promovendo maior atenção ao *agribusiness*, o secretário mencionava as concessões e incentivos dados pelos países “mais pobres” e a ajuda do governo norte-americano para as empresas norte-americanas (NYT, 17/06/1967).

Em um painel sobre a fome mundial da *National Industrial Conference Board*⁶⁸ em Nova Iorque, Herbert J. Waters, chefe da estratégia de “Guerra contra a Fome” da USAID, enfatizou a necessidade “tremenda”, por parte do governo, de que o setor privado, particularmente a “comunidade do *agribusiness*”, atuasse para ajudar as “nações famintas” (NYT, 13/09/1967: 10; WP, 17/09/1967: E1).

A *Foreign Agriculture*, revista do Serviço de Agricultura Exterior do Departamento de Agricultura, também apoiou sistematicamente as ações do Governo Federal norte-americano publicando artigos, entre 1967 e 1969, com títulos sugestivos como “*Agribusiness* aplica seus recursos na guerra contra a fome”, “*Agribusiness* norte-americano enxerga seu papel no problema alimentar mundial”, “*Agribusiness* ajudará nas exportações”, “Novo grupo auxiliará nas exportações do *agribusiness*” e “Como as exportações agrícolas ajudam o comércio do *agribusiness*” (HOLLIS, 2017).

⁶⁸ Organização de interesses das corporações criada para apoiá-las nas disputas com trabalhadores. Atualmente intitulada *The Conference Board, Inc.*

1.4.1 Um conselho de corporações

Foi para organizar a atuação das empresas do *agribusiness* no exterior que se deu a criação de um conselho em setembro de 1967. O *Agribusiness Council* nasceu após uma reunião na Casa Branca entre o presidente Johnson e o ex-presidente da *Heinz Foods Company*, Henry Heinz II⁶⁹. Agrupando corporações como a *United Brands*, a *Exxon*, a *IBM* e a *Ralston Purina*, o conselho teria os objetivos, segundo o governo norte-americano, de (1) trazer informações para os líderes do *agribusiness* sobre países com boas possibilidades para investimentos em desenvolvimento agrícola e de (2) promover contatos entre as empresas e governos, organizações internacionais, universidades e fundações (OLSON, 1977; UNITED STATES GOVERNMENT, 1968a; THE AGRIBUSINESS COUNCIL, 2016).

O *Agribusiness Council* colocava-se como operador prático da noção de *agribusiness* em países do “Terceiro Mundo”.

Nós sabemos muito tanto das tecnologias de produção de alimentos quanto dos problemas de sua proteção, armazenamento, transporte e comércio. Muitos fatores estão envolvidos, e, a não ser que eles estejam colocados em perspectiva e sistematizados, sempre há possibilidades de interrupção da produção e fluxo de suprimentos de alimentos extremamente importantes. É, portanto, imperativo que dentro das nações, e entre elas, todos os setores da economia interajam para a obtenção dos melhores resultados (THE AGRIBUSINESS COUNCIL, 1975: X-XI).

De parte da grande imprensa, as justificações acompanhavam aquelas da articulação governo-corporações. O NYT anunciou a decisão de criação do conselho com a seguinte explicação: “Oficiais do governo e executivos preocupados com a insuficiência de alimentos no mundo fez progresso ontem em direção a um plano cooperativo para exportar as habilidades agrícolas norte-americanas para os países em desenvolvimento” (NYT, 13/09/1967: 10). Por sua vez, o WP noticiou a fundação da organização afirmando que a administração de Johnson estaria demandando, das grandes empresas, um

⁶⁹ Neto do fundador da empresa, Heinz II havia aberto mão da presidência dessa corporação em 1966.

papel mais protagonista no atendimento das necessidades mundiais futuras por alimentos (WP, 17/09/1967).

1.4.2 Reformulações administrativas

O presidente Johnson ainda realizaria uma reestruturação de órgãos do governo norte-americano sob a ótica do *agribusiness*. O Departamento de Comércio criou a *Agribusiness Staff* para ser o ponto focal de corporações do setor. Essa área tinha a função de fornecer informações aos empresários do *agribusiness* e de ajudá-los a estabelecer relações com outras agências do governo e entidades internacionais (UNITED STATES GOVERNMENT, 1968a).

A *Agribusiness Staff* funcionaria, ainda, como secretariado do *Agribusiness Industry Advisory Committee*, órgão colegiado composto pelos Departamentos de Agricultura e Comércio. O *Agribusiness Industry Advisory Committee* nascia para assessorar esses dois departamentos sobre o desenvolvimento do *agribusiness* no exterior. Em anúncio conjunto quando da criação desse comitê, os secretários de Comércio e Agricultura argumentaram que a função do colegiado seria orientar o processo de expansão das exportações de *commodities* e insumos agrícolas (NYT, 18/08/1968).

Note-se que a política externa alimentar norte-americana era conformada por um conjunto de possibilidades, que iam desde os investimentos, passando pela criação de plantas industriais e redes a montante, e chegando às vendas de produtos agropecuários e de produtos a jusante. Quando, décadas mais tarde, o agronegócio brasileiro começou a chamar atenção para suas exportações, o foco estava, em grande medida, concentrado na venda de *commodities*, *in natura* ou semi-processadas (WILKINSON, 2000).

Entre os membros do *Agribusiness Industry Advisory Committee* estavam os presidentes das empresas *Heinz*, *Ralston Purina*, *National Dairy Products Corporation*, *Ward Foods*, *Mississippi Chemical Corporation*, *Central Soya*, *United Fruit Company*, o vice-presidente de operações no exterior da *International Minerals and Chemical Corporation*, o vice-presidente executivo da *Caterpillar* e o diretor técnico de agricultura do *Chase Manhattan Bank* (UNITED STATES GOVERNMENT, 1968a).

1.4.3 Revolução Verde

Havia uma outra noção operada no ambiente da Guerra Fria que foi fundamental para fortalecer a atuação das corporações do *agribusiness*. Se a “Guerra contra a Fome” justificava a articulação Estado-corporações do *agribusiness* na esfera pública, a ideia de “Revolução Verde”, alcançando grande destaque público já no final da década de 1960, atribuía legitimidade a uma das principais relações dentro do *agribusiness*, aquela entre as indústrias a montante e a agropecuária em si.

O termo “Revolução Verde” veio para nomear os ganhos de produtividade, em países do chamado “Terceiro Mundo”, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, dentre outras tecnologias. William Gaud, administrador da USAID, lutava por mais recursos para as ações da agência na Ásia quando usou o termo pela primeira vez na *Society for International Development*, em Washington, DC, no dia 8 de março de 1968 (GAUD, 1968). Segundo ele, os ganhos em quantidade e qualidade da produção agropecuária naqueles países mostraria que se estava iniciando uma revolução agrícola. Tentando convencer seu país a aplicar mais recursos nessa direção, Gaud justificou-se aludindo ao cenário da política internacional:

Esses e outros desenvolvimentos no campo da agricultura contêm os ingredientes de uma nova revolução. Não é uma Revolução Vermelha como a dos soviéticos, nem uma Revolução Branca como a do xá do Irã. Eu chamo ela de Revolução Verde (GAUD, 1968).

Essa “revolução” agrícola advinda da atuação de órgãos norte-americanos em países sob influência geopolítica dos EUA havia tido seus primeiros momentos na década de 1940, quando a *Fundação Rockefeller*⁷⁰ começou a apoiar o aumento da produção de trigo no México⁷¹. Foi principalmente por sua liderança nesse processo que Norman Borlaug ganhou o Prêmio Nobel em 1970⁷².

⁷⁰ Em 1947, essa fundação adquiriria o controle majoritário da empresa *Agroceres*, produtora de milho híbrido. Mais de quarenta anos depois, foi essa empresa a responsável por desenhar um projeto político-econômico para o *agribusiness* no Brasil.

⁷¹ Sobre a Revolução Verde, ver Jain (2010).

⁷² Para uma entrevista com a mais famosa face da Revolução Verde, consultar Borlaug (2002).

Diante do contexto da “Guerra contra a Fome” de Johnson, a “Revolução Verde” foi um forte elemento legitimador para que o governo dos EUA apoiasse – diplomática e financeiramente – a construção de plantas de indústrias de fertilizantes e agrotóxicos em países do “Terceiro Mundo”. Por outro lado, o trabalho das agências privadas e públicas norte-americanas em outros países abria mercados para as exportações norte-americanas desses insumos, como salientou o presidente Johnson em sua mensagem ao Congresso sobre ajuda internacional, ao afirmar que “nossos programas de ajuda têm um impacto favorável de longo prazo em nosso balanço de pagamentos por construírem novos mercados para nossas exportações” (UNITED STATES GOVERNMENT, 1968b).

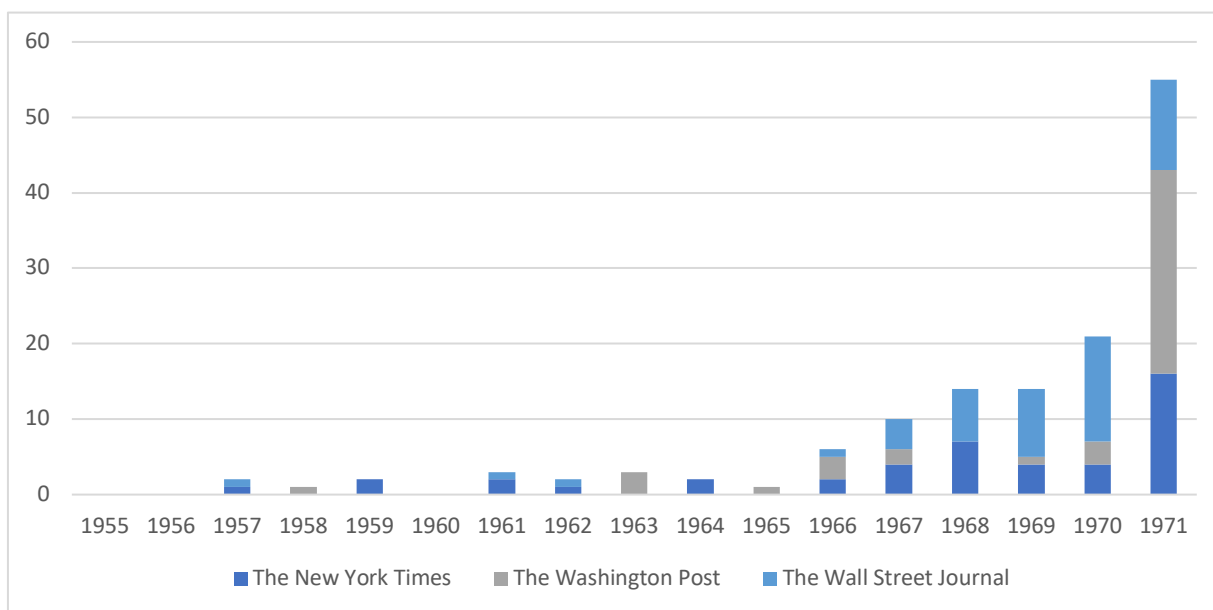
1.5 Mudança no status da noção

Nos EUA, o uso da palavra *agribusiness* teve um primeiro importante salto de proeminência no começo dos anos 1970, tanto na imprensa quanto na academia, como se pode notar nos gráficos 1 e 2, na próxima página.

Esse salto refletia duas camadas fundamentais de agenciamentos: a continuidade de seu uso na política exterior – que pouco dividia a opinião pública norte-americana – e as críticas (principalmente na imprensa) que apontavam na promoção da noção uma estratégia corporativa que seria prejudicial à população do país.

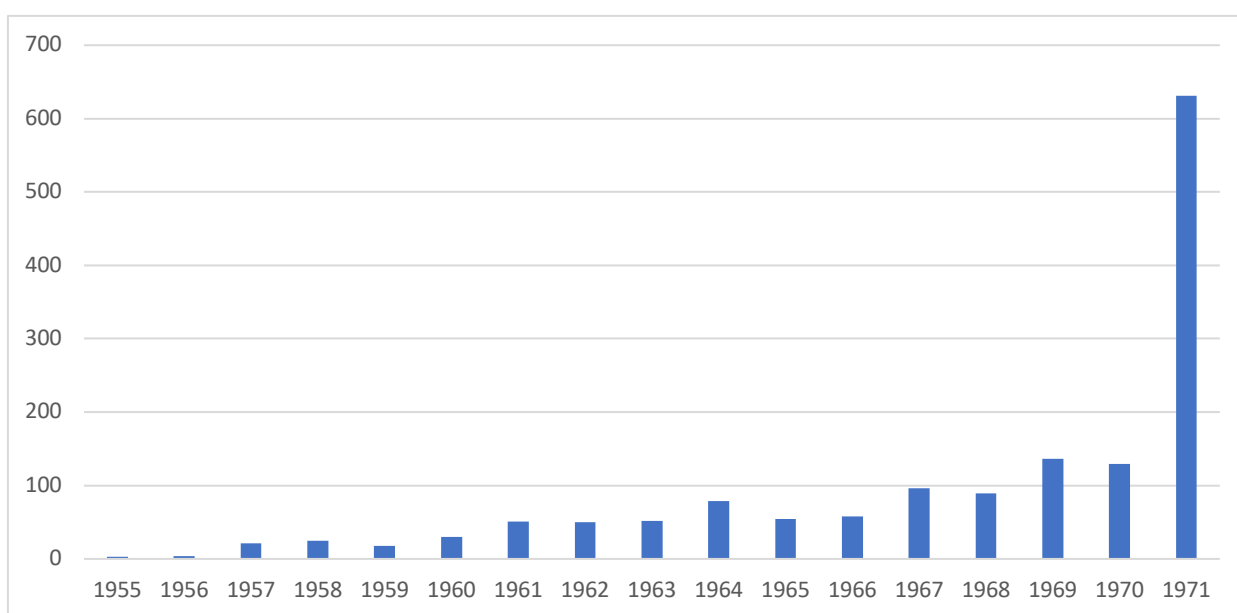
Na academia, destacava-se a hegemonia de trabalhos técnico-operacionais sobre o *agribusiness*. Dessa forma, enquanto as universidades trabalhavam, em grande medida, para legitimar o agenciamento do termo, a imprensa – em especial o NYT e o WP – abria canais de crítica à sua mobilização.

Gráfico 1: Páginas do *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Wall Street Journal* mencionando a palavra *agribusiness* (1955-1971).



Fontes: *The New York Time Archives*, *ProQuest Archiver*, sites do *The Washington Post* e do *The Wall Street Journal*, julho de 2016 e março de 2017 (elaboração do autor).

Gráfico 2: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de *agribusiness* (1955-1971).



Fonte: *Hollis (Harvard)*, março de 2017.

As contestações nos jornais tinham como elemento central o foco no teor corporativo do projeto avançado por meio da categoria *agribusiness*. A associação entre as grandes empresas e o uso do termo havia nascido quase que simultaneamente à criação da noção, com as observações de McCune em 1956. Essa reprovação – inicialmente escassa frente à intensidade da utilização do termo pelo governo norte-americano e pelas corporações, e, em grande medida, restrita a arenas subalternas da esfera pública (FRASER, 1997)⁷³ – começou aos poucos a adentrar a grande imprensa no final de década de 1960, o que pode ser notado pelas definições ladeando a ideia de *agribusiness*, como “grandes indústrias” (NYT, 20/11/1967: 72) e “conglomerado” (NYT, 13/04/1968: 17).

Na década de 1970, a crítica ao caráter corporativo do agenciamento do termo avançaria notavelmente na imprensa. Para isso, muito contribuiu a chegada de Earl Butz – que havia sido pioneiro da introdução do termo no governo federal (BUTZ, 1960) – a secretário de Agricultura. Esse fato causou um grande debate público, dado que ele era apontado como agente dos interesses de grandes empresas relacionadas ao *agribusiness*. Para um editorial do WP, Butz era “um símbolo, e advogado, do que se tornou conhecido como *agribusiness* – a tomada do sistema de produção alimentar de montante a jusante pelas grandes corporações” (WP, 01/12/1971: A18).

Afeito ao embate público, Butz contra-argumentaria. Pressionado em uma audiência do Senado por parlamentares democratas que afirmavam que ele estaria comprometido com o “*agribusiness*”, ou seja, com as corporações (embora o secretário de Agricultura tivesse renunciado a três cargos em empresas do ramo, ele ainda dispunha de ações de algumas delas, como da *Ralston Purina*), ele respondeu que o *agribusiness* era parte essencial do complexo da agricultura. Iria, portanto, trabalhar para todos os participantes do setor. No entanto, como a meta seria elevar a renda no campo, o *agribusiness* não poderia ser ignorado (NYT, 18/11/1971).

⁷³ Em sua abordagem crítica do modelo habermasiano de esfera pública, Nancy Fraser (1997) propõe sua desagregação analítica nas dimensões dominante e subalternas. Estas instâncias subalternas remeteriam a domínios nos quais grupos subordinados podem, potencialmente, articular-se e criar estratégias para então atuarem com maior eficácia na esfera dominante.

Note-se que a noção de *agribusiness* sobre a qual se discutia não era mais aquela apresentada originalmente por Davis (1955), mas a perspectiva que equiparava o termo às grandes corporações relacionadas à agropecuária.

De toda forma, a despeito das respostas de Butz, o NYT e o WP passaram a atribuir cada vez maior espaço ao aprofundamento da reprovação à articulação entre empresas e o governo. No NYT, tratou-se do que se chamou de privilégios do *agribusiness* (NYT, 03/03/1972), ao passo que o editorial do WP ironizou os subsídios estatais às corporações, falando em “outra colheita para os ricos” (WP, 11/08/1972: A24). Segundo se escreveu no NYT, o *agribusiness* diria respeito a um “sistema de corporações e cooperativas gigantes que maneja a comida da semente ao supermercado” (NYT, 21/12/1973: 73). Concomitantemente, as colocações “*giant*” ou “*large*” *agribusiness* “*companies*” ou “*organizations*” firmavam-se, cada vez mais, na esfera pública dominante⁷⁴.

Nesse momento, vale um pequeno afastamento temporal antes de voltar à análise da década de 1970. A linha contestatória de que o termo remeteria às grandes corporações, consolidada ainda no começo da década de 1970, findou estabilizando-se como um entendimento bastante presente nos EUA nas décadas posteriores.

Juntamente às reportagens na imprensa, outros elementos corroboram essa assunção. Em 2010, um estudo do *Center for Public Issues Education in Agriculture and Natural Resources*, em colaboração com o *Instituto de Agricultura da Florida*, foi um bom indicativo da força dessa linha (CENTER FOR PUBLIC ISSUES EDUCATION IN AGRICULTURE AND NATURAL RESOURCES, 2010). Para três dos quatro grupos focais pesquisados, *agribusiness* estaria relacionado a determinadas corporações: “*Agribusiness*, eu penso na *Monsanto*, *Cargill*, *DuPont*. Eu não penso em um produtor. Eu penso em conglomerados que estão controlando nossa agricultura”, disse uma fala representativa das opiniões da maioria, segundo os autores da pesquisa

⁷⁴ Fala-se aqui em colocações no sentido gramatical de combinações mais usuais entre palavras.

(CENTER FOR PUBLIC ISSUES EDUCATION IN AGRICULTURE AND NATURAL RESOURCES, 2010: 3)⁷⁵.

Uma consulta realizada nas versões *online* dos principais dicionários da Língua Inglesa mostra que atualmente coexistem (1) a visão original de *agribusiness* como uma noção sistêmica para designar a interdependência da agricultura com funções a montante e jusante e (2) a perspectiva de associação do termo às corporações.

No *Collins* (2017), “*agribusiness* são os vários negócios que produzem, vendem e distribuem produtos agrícolas, especialmente em larga escala”. Ademais, apresenta-se a seguinte frase como exemplo de utilização da noção: “Muitos dos antigos coletivos agrícolas estão agora sendo transformados em corporações de agronegócio”.

Para o *Merriam-Webster* (2017), a noção significa “uma indústria engajada nas operações de produção de uma fazenda, na manufatura e distribuição de equipamentos e insumos agrícolas, e no processamento, armazenamento e distribuição de *commodities* agropecuárias”. Como exemplo de uso do termo, lê-se “Muitos grandes agronegócios detêm a maioria das fazendas por aqui”.

No *Oxford* (2017), define-se a concepção como uma “agricultura conduzida em princípios estritamente comerciais”, “uma organização engajada no *agribusiness*” e “o grupo de indústrias lidando com os produtos e serviços necessários à agricultura”. No dicionário avançado *Oxford*, por outro lado, remete-se a “uma indústria relacionada à produção e venda de produtos agrícolas, especialmente envolvendo grandes companhias”.

Finalmente, no *Cambridge* (2017), a palavra é definida como “os vários negócios que estão conectados com a produção, o preparo e a comercialização de produtos agropecuários”. Há, ainda, uma nota neste dicionário explicando que “o termo *agribusiness* é às vezes usado negativamente pelos críticos da produção de alimentos industrializada e de grande escala”.

⁷⁵ O estudo envolveu 36 pessoas divididas em 4 grupos focais, sendo metade homens e metade mulheres, com rendas familiares de 20 a 80 mil dólares, e idades indo de 18 a 80 anos, com um terço tendo bacharelado (CENTER FOR PUBLIC ISSUES EDUCATION IN AGRICULTURE AND NATURAL RESOURCES, 2010).

Definitivamente, a associação do termo *agribusiness* com os interesses das grandes corporações estabeleceu-se como eixo central do aparato crítico, na esfera pública norte-americana, da atuação dessas empresas. Isso se refletiu inclusive no USDA. Embora esse departamento tenha continuado a chamar atenção para a agricultura como algo que deva incluir as indústrias relacionadas a jusante, a noção de *agribusiness* perdeu poder operacional (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2018).

1.5.1 Narrativas temáticas

Na década de 1970, é possível destacar cinco narrativas temáticas críticas ligadas à ideia de que *agribusiness* seriam as corporações: direitos dos consumidores, meio ambiente, *family farmers*, pesquisa pública em universidades e política alimentar exterior. Duas delas tiveram entrada mais rápida nos principais órgãos de imprensa, provavelmente por estarem envoltas em questões diretamente ligadas ao interesse de toda a população norte-americana: direitos dos consumidores e meio ambiente.

No começo da década de 1970, o advogado Ralph Nader e um grupo de pesquisadores por ele liderados escreveram um conjunto de livros acusando as corporações de deteriorarem os padrões alimentares dos norte-americanos e o USDA de não defender a população do uso inadequado de químicos na agricultura, como agrotóxicos, nitritos, nitratos e antibióticos. Segundo eles, os interesses do “*agribusiness* corporativo” estariam sendo privilegiados em detrimento dos consumidores (TURNER, 1970; NYT, 18/07/1971: 45). Esses trabalhos marcavam a entrada em cena pública, com força, de uma controvérsia relacionada à alimentação da população daquele país. A consagração em termos de alcance da opinião pública viria na televisão aberta.

De acordo com reportagens do NYT e do WP, às dez horas do dia 21 de dezembro de 1973, a rede aberta ABC levou ao ar sua série documental *Close-up* com o título “*Food: green grow the profits*”⁷⁶. No programa de uma hora, os realizadores mostravam o uso intenso de fertilizantes e agrotóxicos, os

⁷⁶ “Comida: verdes crescem os lucros” (tradução do autor).

alimentos quimicamente alterados para que os animais crescessem mais rapidamente, o foco das pesquisas em novos produtos e não na saúde dos consumidores, além de ameaças sofridas pelos fiscais da vigilância sanitária na condução de seu trabalho. Ao final do programa televisivo, o público era convidado a passar a acompanhar as ações do *agribusiness* com a mesma obstinação que o próprio *agribusiness* (as empresas) havia demonstrado para com seus interesses (NYT, 21/12/1973; WP, 22/12/1973).

Nader também lideraria trabalhos com foco nos efeitos da atuação das corporações ligadas ao *agribusiness* sobre o meio ambiente, que foi a segunda crítica a ganhar destaque rápido na imprensa. Em paralelo a ele, o biólogo Paul Ehrlich foi uma voz forte, tratando de aspectos ambientais e de saúde conjuntamente:

O Departamento de Agricultura é essencialmente um braço do *agribusiness* norte-americano. O melhor exemplo é que apesar de haver evidências enormes de que a utilização de agrotóxicos que nós temos é ruim – não ajuda o produtor, não ajuda o consumidor, basicamente só destrói o mundo e gera lucro para a indústria petroquímica, o Departamento de *Agribusiness* (sic) continuou até recentemente a lutar contra qualquer tentativa progressista (EHRlich, 1971: 635).

Segundo Ehrlich, os países menos desenvolvidos tecnologicamente estariam sendo incentivados a utilizar essas políticas desastrosas, as quais, se rendiam resultados produtivos no curto prazo, evoluiriam no longo prazo para a poluição das águas e a diminuição da capacidade produtiva dos solos (EHRlich, 1971).

Se havia as contestações ligadas à concepção de *agribusiness* que tinham entrado rapidamente para o debate público ampliado, outras duas linhas críticas ascenderam de modo mais gradual: aquelas relativas aos *family farmers* e às atuações das universidades públicas.

Em 1966, o documentário *The Land is Rich*, do diretor Harvey Richards (RICHARDS, 1966), trouxe a crítica ao teor corporativo da atuação das empresas do *agribusiness* para o meio audiovisual, afirmando que a atuação delas implicava prejuízos aos agricultores mais frágeis. O filme, que acompanhava os anseios de trabalhadores rurais da Califórnia pelo direito de

sindicalizarem-se, mobilizou o termo para colocar em questão a concentração de terras naquele estado: “Há uma palavra criada para essa forma particular de monopólio: *agribusiness*”. Mais adiante, o narrador contrapôs, por meio de imagens, a atuação dessas grandes empresas às precárias condições dos trabalhadores rurais.

Foi somente na década de 1970, contudo, que essa associação específica começaria a se fazer notar na grande imprensa. Uma matéria do NYT em 1971, por exemplo, criticou a quantidade de recursos públicos que serviriam de subsídios para as grandes corporações, enquanto os pequenos *family farmers* definhavam (NYT, 22/07/1971). Outro tema de destaque foi a perda de território das *family farms* para corporações, que passou a ser enfatizada na imprensa em meados dos anos 1970 (WP, 13/04/1975; 16/04/1975).

A segunda linha crítica que lentamente obteve maior atenção esteve relacionada à influência, nas universidades públicas, de empresas ligadas ao *agribusiness*. Em 1968, foi publicado o panfleto *The dirt on California: agribusiness and the University*, por Hall and Anne Draper. O texto denunciava as relações entre as corporações e a Universidade da Califórnia, especialmente no que tange às pressões das empresas para que áreas de pesquisa consideradas importantes por elas tivessem priorização orçamentária nessa instituição. “O *Agribusiness* da Califórnia é primeiramente o negócio das grandes corporações, que detêm ou controlam as ‘fábricas nos campos’, não dos pequenos *family farmers*”, argumentavam os autores (DRAPER & DRAPER, 1968). O panfleto, entretanto, ficou mais restrito à arena subalterna e local.

Seria no começo dos anos 1970 que um trabalho sobre o mesmo tema das universidades teria bastante repercussão na imprensa. De acordo com o *Agribusiness Accountability Project*, grupo de interesse público, o foco das universidades e dos colégios técnicos apoiados com recursos públicos teria sido desviado para interesses das grandes corporações, em detrimento dos produtores familiares (HIGHTOWER, 1972). Matérias evidenciavam a proposição do grupo de que a população teria o direito de esperar que os recursos intelectuais e científicos fossem algo mais do que um subsídio para o *agribusiness* (WP, 01/06/1972; NYT, 01/06/1972). Além dos *family farmers*, o estudo deslocava-se para a ponta final da cadeia para afirmar que as

necessidades dos consumidores haviam ficado em segundo plano, questionando, em seguida, se os ganhos em produtividade compensariam as contradições do sistema do *agribusiness*. Procurado pela imprensa, o porta-voz da *National Association of State Universities and Land Grant Colleges*⁷⁷ respondeu que se deveria olhar para o que se produziu a mais em termos de comida, e não para os efeitos colaterais dessa política (WP, 01/06/1972; NYT, 01/06/1972).

A disputa pela hierarquia dos critérios sob os quais se deveria avaliar o *agribusiness* teria, décadas mais tarde, desdobramentos bastante importantes tanto para os agentes do agronegócio no Brasil quanto para as minorias rurais.

Das cinco narrativas críticas, aquela que não alcançaria proeminência na esfera pública, ficando mais contida a arenas subalternas, era a que contestava a associação do *agribusiness* com a luta contra a fome. Peter Henig, em artigo publicado no *Report on the Americas*, do *North American Congress on Latin America* (NACLA)⁷⁸, reprovou as proximidades entre o governo e as corporações do setor (HENIG, 1967). Esse autor entendia a *First Agribusiness Conference* como representação do “lobby da fome”, que agiria com o objetivo de abrir enormes potenciais de lucros para as empresas norte-americanas, tendo como efeito a reorganização da produção agrícola dos países em desenvolvimento em torno de grandes sistemas integrados (HENIG, 1967).

Em 1976, surgiu um livro que ganharia destaque nos círculos críticos ao *agribusiness*, *How the other half dies: the real reasons for world hunger* (GEORGE, 1976). Para a sua autora, Susan George, tratava-se de implodir o uso da voz passiva empregada reiteradamente na esfera pública internacional para aludir à fome, ou seja, era preciso nomear os atores responsáveis por ela.

O *agribusiness* norte-americano, segundo a autora, destruiria padrões locais de emprego, produções alimentares locais, preferências dos consumidores e estruturas comunitárias em países do intitulado “Terceiro Mundo”. Nos Estados Unidos, o grande ônus cairia sobre os *family farmers*, pois

⁷⁷ Instituições públicas de ensino superior vinculadas aos estados da federação, a exemplo de *Cornell* e *Purdue*.

⁷⁸ Entidade sem fins lucrativos criada em 1965 para democratizar informações sobre a política exterior dos EUA na América Latina.

os novos arranjos sistêmicos envolvidos com a agropecuária a montante e a jusante criariam uma série de desincentivos à sobrevivência dos pequenos, resultando em concentração fundiária.

Sobre a segurança alimentar, George criticava os novos padrões alimentares pouco conducentes à boa nutrição, como o alastramento de produtos comestíveis e bebidas açucaradas, que estariam tomando o lugar de dietas tradicionais mais saudáveis e ancoradas em valores locais.

Ainda na década de 1970, o historiador Roger Burbach e a jornalista Patricia Flynn tinham voltado sua atenção para a relação do *agribusiness* norte-americano com a América Latina. Vivendo no Chile em parte dessa década, Burbach havia vivenciado a adoção de um modelo mais caro às corporações relacionadas ao *agribusiness* a partir do golpe de Estado que derrubara Salvador Allende em 1973. Por outro lado, tendo sido criado em uma *family farm* em Wisconsin, ele tinha sensibilidade para os efeitos, nos Estados Unidos, dessas grandes empresas sobre os produtores agrícolas familiares de seu país.

Após longa pesquisa, Burbach e Flynn publicaram *Agribusiness in the Americas* em 1980, analisando as estratégias e impactos das corporações relacionadas ao *agribusiness* na América Latina (BURBACH & FLYNN, 1980). Na obra, os autores criticavam o discurso de que o *agribusiness* norte-americano significaria a resolução dos problemas mundiais da fome, afirmando que

A realidade é que o *agribusiness*, longe de ser a solução, apenas agrava o problema da fome. Isso porque dele advém não apenas a modernização da agricultura, mas a transferência de um modelo de desenvolvimento econômico e de relações sociais para o Terceiro Mundo – o modelo capitalista de produção. Dessa forma, o *agribusiness* apenas exacerba as desigualdades sociais que, como argumentamos anteriormente, são as causas reais da fome (BURBACH & FLYNN, 1980: 13).

Análises como as de Burbach e Flynn não entraram em debate público mais ampliado. A questão é que, enquanto as corporações e o governo conseguiam inserir sua agenda internacional na esfera pública, chegando a um público bastante amplo, incluindo atores com elevado poder, os livros críticos à política alimentar exterior norte-americana ficavam circunscritos a arenas

subalternas. De fato, não há indícios de que a articulação entre *agribusiness* e o governo na chamada “Luta contra a Fome” tenha recebido, nas décadas de 1960 e 1970, muitas críticas na arena dominante da esfera pública norte-americana. Ambos os principais partidos, o Democrata e o Republicano, concordavam com ela, sendo acompanhados, nesse tema, pela imprensa.

1.6 Mobilização positiva do termo

O crescimento da crítica não significava, todavia, que o termo cessara de ser mobilizado de forma positiva na década de 1970. Em escolas de negócios, nas corporações, em eventos internacionais e em alguns segmentos da imprensa, esse uso continuou ganhando espaço.

Henry Heinz II, por exemplo, empresário co-fundador do *Agribusiness Council*, fazia coro à narrativa do desenvolvimento tecnológico que teria possibilitado uma revolução na quantidade e qualidade dos alimentos. Entretanto, a grande expansão na produção havia trazido, segundo ele argumentava, problemas que os agricultores não estariam equipados para resolver, gerando um contexto no qual eles precisariam das indústrias. A única forma de converter a produção agrícola de todos os produtores em meios efetivos de alimentar a crescente população mundial seria por meio do papel a ser desempenhado pelas empresas do *agribusiness*, advogou Heinz (MOUSE RIVER FARMERS PRESS, 08/11/1973).

Em Roma, durante a Conferência Mundial sobre Alimentação, organizada em 1974 pela FAO, empresas representantes do *agribusiness* obtiveram destaque na imprensa por sua presença. Queriam ter certeza de que seriam incluídas nos planos de ação em países com alta insegurança alimentar ou baixa produção agrícola, pois, segundo argumentavam, somente suas empresas teriam o conhecimento para enfrentar o desafio de superar essa situação (WP, 17/11/1973). A principal vitória das corporações nesse evento internacional, entretanto, estava relacionada à manutenção da perspectiva de que o aspecto central para o projeto de diminuição da desnutrição seria o aumento da produção de *commodities*, em ambiente de ressurgimento de argumentos neomalthusianos (SIMON, 2012).

1.6.1 Harvard Business School

Por certo, a influência da HBS em relação à mobilização da ideia de *agribusiness* não ficou restrita à criação da noção, à formulação de parte de seu espírito (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005) e à congregação de corporações que atuavam em conjunto diante da inflexão na política alimentar exterior dos EUA. Não que isso fosse pouco, mas cabe salientar que a HBS se consolidou como o principal centro irradiador da ideia de *agribusiness* ao longo das décadas, tendo papel bastante influente nos rumos que o agronegócio veio a tomar no Brasil.

A partir do *Moffett Program in Agriculture and Business*, Davis havia passado a oferecer a disciplina *Agriculture and Business* já em setembro de 1955, com o apoio de Goldberg, que relatou terem sido somente 5 alunos a participarem nesse ano (GOLDBERG, 2017a). Em 1956, o anúncio do Programa na HBS era o seguinte:

O Programa em Agricultura e Negócios combina pesquisa, ensino e cooperação com administração, para avaliar problemas críticos selecionados que estão afetando a agricultura e os negócios relacionados (*agribusiness*) à luz de uma política nacional de *agribusiness* (HARVARD BUSINESS SCHOOL, 1956).

Em parte por não ter recebido posição vitalícia na HBS, John Davis saiu da instituição em 1959 para trabalhar na *Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina*, deixando a cátedra *Moffett Program in Agriculture and Business* sob responsabilidade de Henry B. Arthur, que, com o professor assistente Goldberg, passou a oferecer a disciplina *Agricultural Businesses*. A década de 1960 veria uma diversificação dos cursos relacionados ao *agribusiness*, com os dois professores dividindo-se entre elas no *Master of Business Administration* (MBA). Entre 1968 e 1969, por exemplo, Arthur ministrou o curso de pesquisa “*Agribusiness Management Research Report*”, ao passo que Goldberg esteve à frente do “*International Agribusiness Management Seminar*” (HARVARD BUSINESS SCHOOL, 1968).

Após os cursos regulares de MBA começarem a ganhar mais popularidade na HBS, em 1961 foi criado um evento voltado especificamente

aos executivos, o *Harvard Agribusiness Seminar* (HAS). Goldberg fala que, convidado para criar o seminário naquele ano, teve como desafio convencer altos executivos das corporações a aceitarem fazer parte de um encontro “vertical”, no qual atores de funções a montante e a jusante da agropecuária estariam dialogando (GOLDBERG, 2017a).

Logo no primeiro seminário, os dirigentes das grandes empresas começaram a ser presença majoritária dentre os participantes, inclusive retornando a ele em edições posteriores. Goldberg argumenta que “[...] o seminário acabou não sendo apenas uma ferramenta de educação para a empresa. Ele acabou sendo uma renovação para as pessoas que voltavam todos os anos” (GOLDBERG, 2017a).

Figura 8: Goldberg ministrando aula sobre o *agribusiness* na *Harvard Business School*.

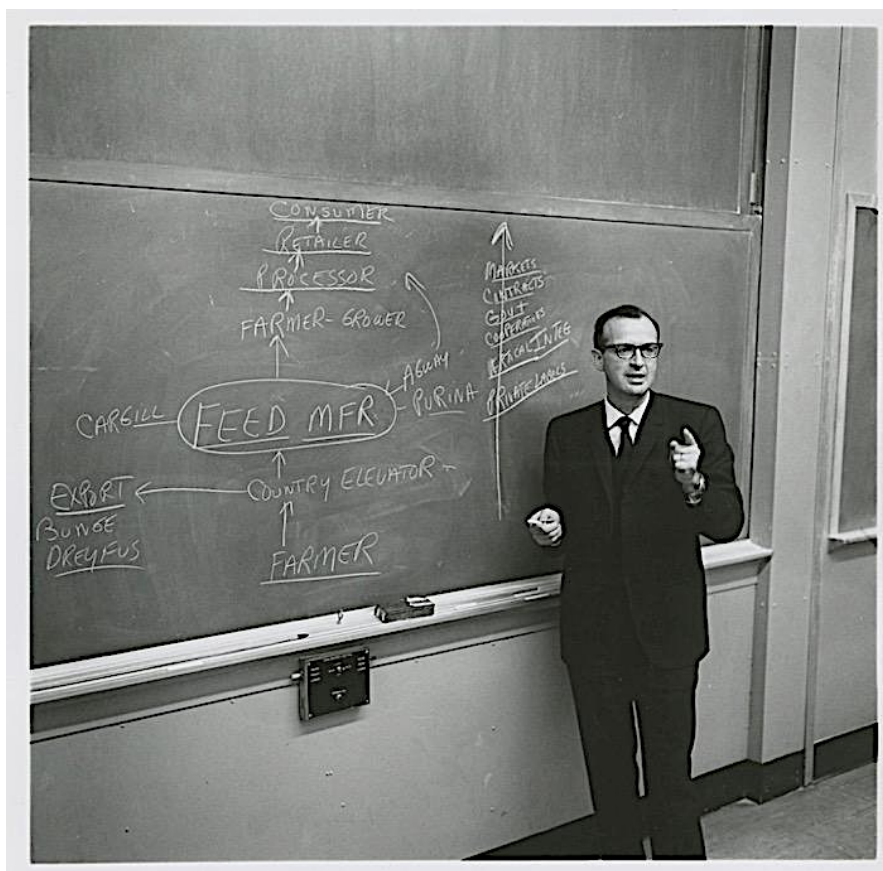


Foto: Baker Library Special Collections, Harvard Business School (ca. 1970).

Nas dinâmicas do seminário, tem-se utilizado, desde seu início, o método de casos, clássico na HBS. Segundo explicação do atual coordenador do seminário (BELL, 2017)⁷⁹, no método de casos alguns exemplos reais de desafios empresariais e governamentais são selecionados e disponibilizados para leitura prévia pelos participantes. O segundo passo é a divisão em pequenos grupos nos quais nos quais acontecem discussões mais espontâneas das causas e possibilidades de soluções. Completa o processo a discussão mais formal com todos presentes conjuntamente.

A ideia, afirma Goldberg (2013), era que os executivos estivessem em ambiente no qual pudessem pensar de forma mais criativa sobre os planejamentos estratégicos de suas áreas. Estimulava-se que esse processo se desse sob a referência sistêmica da noção de *agribusiness*, tendo cada participante que fazer propostas levando em conta as cadeias produtivas como um todo. Ainda de acordo com Goldberg,

[...] por sentirmos que – conceitualmente e operacionalmente – os setores privado, público, e das ONGs tinham de pensar sistemicamente, nós deveríamos fornecer casos para que cada uma dessas partes componentes, em cada nível do sistema, pudesse compreender não somente como se inseririam mas também para entenderem a forma como eles se relacionavam com todos os outros setores desse sistema de *commodity* (GOLDBERG, 2013: 205).

Com isso, encorajavam-se predisposições para que os diferentes segmentos se aproximassem e passassem a negociar de maneira mais bem fundamentada. Nesse ambiente, os principais desdobramentos práticos eram as maiores possibilidades para a criação de alianças corporativas.

Com o tempo, o HAS iria tornar-se referência internacional para líderes de corporações, governos e entidades da sociedade civil que estariam ligados a toda a cadeia de suprimentos da agropecuária, como produtores, processadores e distribuidores de produtos agropecuários e alimentícios, grandes redes de supermercados, prestadores de serviços relacionados a alimentos, fabricantes e distribuidores de insumos e equipamentos agrícolas, firmas financiadoras,

⁷⁹ David Bell, atual titular da cátedra de *Agriculture and Business* da *Harvard Business School*, entrevista ao autor em 14 de junho de 2017.

governos, instituições educacionais e empresas de tecnologia. Na história do seminário, pode-se destacar a participação de corporações e organizações como a *Coca-Cola*, a *Cargill*, a *Bunge*, a *Monsanto*, a *John Deere*, a *Nestlé*, o *McDonald's*, o *Walmart*, a *FAO* e o *Banco Mundial*, além de empresas brasileiras como a *JBS* e a *BRF* (HAS, 2016; BELL, 2017).

Figura 9: Goldberg durante aula sobre o *agribusiness* na *Harvard Business School*.



Foto: *Baker Library Special Collections, Harvard Business School* (ca. 1970).

1.7 Considerações finais ao capítulo

Apresentaram-se, neste capítulo, as origens da noção de *agribusiness* e sua mobilização nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1970. Como se mostrou, o neologismo foi criado em 1955 por dois professores da HBS, John Davis e Ray Goldberg.

Embora a noção tenha ganho algum reconhecimento na esfera pública, foi sua adoção pelo governo federal norte-americano, na segunda metade da década de 1960, que possibilitou que ela obtivesse proeminência. Nesse sentido, destacou-se a articulação entre o Estado e as corporações, que agenciaram o termo no contexto da nova política alimentar dos EUA.

Conforme a noção passou a ganhar notoriedade, ela foi gradualmente sendo mobilizada por setores que criticavam a atuação daquelas corporações e do governo, em temas como direitos dos consumidores, meio ambiente, *family farmers*, pesquisa pública e política alimentar exterior. Na HBS, contudo, o termo continuou sendo operado positivamente, cada vez mais intensamente, no âmbito de um programa de MBA e de outro de formação profissional, o seminário de *agribusiness*.

O próximo capítulo aborda as formas pelas quais a noção chegou e começou a ser mobilizada no Brasil.

Capítulo 2 – A noção de *agribusiness* chega ao Brasil: primeiros agenciamentos

A noção de *agribusiness* apareceu na esfera pública brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Ela foi primeiramente notada por entidades representativas da agropecuária, como demonstram os exemplos da SRB e da CNA, apresentados logo abaixo. Naquele caso, houve alusão à noção sistêmica para demandar-se maior apoio à agropecuária; neste, seu uso para mostrar que a agricultura poderia ser bem mais abrangente do que se imaginava.

Durante um fórum de debates promovido pela Fiesp e pelo jornal *Correio da Manhã* em 10 de setembro de 1957, Francisco Malta Cardoso, conhecido defensor da política de sustentação dos preços do café, com destaque público na década de 1940 como secretário de Agricultura do estado de São Paulo e presidente da SRB, usou a noção de *agribusiness* para criticar o que entendia ser o favorecimento da indústria e do comércio, em detrimento da agricultura, pelo governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático, 1956-1961)⁸⁰. Segundo Malta Cardoso, essa seria a principal razão dos problemas econômicos do país, a exemplo dos déficits orçamentários e da balança comercial (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1957).

Ao final dos debates, a posição prevalente no fórum foi a de defesa de uma política de desenvolvimento conjugado entre os três setores clássicos (agricultura, indústria e comércio), relacionada a uma perspectiva de *agribusiness*, argumentava-se, pois todos os setores estariam crescentemente interligados e interdependentes (CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1957)⁸¹.

Vale lembrar que, em 1957, estava em processo a instalação das indústrias de base, a exemplo daquelas de siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina e bioquímica, as quais possibilitariam a internalização, no Brasil, daquelas de máquinas e equipamentos agrícolas, além das de insumos para a agropecuária (KAGEYAMA et al., 1990). Essa fase do processo de

⁸⁰ PSD, criado na década de 1940 e extinto durante a ditadura militar.

⁸¹ Mantendo coerência com as mobilizações políticas do neologismo, “*agribusiness*” será usado nesta tese até o momento em que “agronegócio” se institui como termo êmico, o que aconteceu a partir do final da década de 1990.

modernização da agricultura brasileira era caracterizada pela perda de força tanto econômica quanto política do setor primário, ao passo que a indústria ganhava projeção.

No final de 1964, a CNA, há pouco reconhecida pelo Governo Federal – por meio do Decreto Nº 53.516, de 31 de janeiro de 1964 – como entidade sindical representante dos interesses econômicos da agropecuária, anunciou a novidade da noção em sua edição “*Seleções Agrícolas*”. Segundo a entidade, um novo termo havia sido criado nos Estados Unidos para nomear as modificações relacionadas à agricultura. *Agribusiness* exprimiria “não só o ato de arar e semear, mas, também, o de adquirir materiais e equipamentos, bem como o de transformar e distribuir os produtos do campo” (CORREIO DA MANHÃ, 14/11/1964: 12; DIÁRIO CARIOCA, 15/11/1964: 6; OG, 05/12/1964: 9).

Nesse sentido, informava a CNA, o neologismo trataria da crescente interdependência entre a agropecuária e segmentos a montante e a jusante dela, em processo que estaria alterando drasticamente o meio rural norte-americano, com a diminuição dos trabalhadores rurais e o aumento da produtividade⁸².

2.1 Disputas políticas e industrialização da agricultura

A partir dos anos 1950, houve um intenso debate no Brasil que, relacionado mais diretamente às questões agrária e agrícola, tratava do caráter do desenvolvimento e da necessidade (ou não) de mudanças estruturais no país. Essa controvérsia foi, no entanto, interrompida pelo Golpe Militar de 1964.

Entre o final da década de 1950 e o começo da seguinte, tinha ocorrido uma ascensão das lutas por reforma agrária no Brasil. Correspondendo à essa movimentação no campo, uma série de analistas passaram a tratar mais detidamente desse tema, e também de assuntos de política agrícola. Esse debate envolveu diversos atores, seja de partidos, das universidades ou da

⁸² A percepção dessas modificações entre os pensadores brasileiros, vale registrar, teve em Ignácio Rangel um de seus pioneiros. Em 1955, mesmo ano em que Davis e Goldberg criavam a noção de *agribusiness*, Rangel chamava atenção para o processo de especialização que transferira gradualmente funções que antes estavam concentradas na fazenda para fora dela (RANGEL, 2004).

Igreja, tendo exercido influência importante sobre os planos econômicos lançados nas décadas de 1960 e nos rumos dos distintos governos.

A disputa central entre esses analistas esteve em torno de qual política pública deveria ser priorizada, a agrária ou a agrícola, com desdobramentos sobre o público a ser focalizado⁸³. Isso porque aqueles que advogavam pela precedência da primeira enxergavam as populações rurais subalternas como o foco da ação nesse sentido; os que defendiam a segunda tomavam a posição dos grandes e médios empresários.

Destacam-se, do lado da defesa de uma política agrária, Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, ambos ligados ao Partido Comunista Brasileiro⁸⁴; do lado da priorização da política agrícola, chama-se atenção para os textos de Antônio Delfim Netto, pesquisador da USP⁸⁵.

Caio Prado Júnior criticava a concentração da propriedade fundiária no Brasil, argumentando que, além de essa situação condenar milhões de habitantes da área rural a viverem de forma miserável, ela criaria uma superoferta de trabalho no campo, dificultando a melhoria na situação dos trabalhadores e melhores salários. Por desdobramento, essa concentração seria um empecilho para o desenvolvimento econômico e social do país. Para lidar com a questão, que denominava de agrária, Prado Júnior propunha a combinação da redistribuição fundiária com a extensão de direitos sociais e trabalhistas aos empregados rurais (PRADO JÚNIOR, 1960, 1962).

Esses seriam os objetivos caros ao trabalhador rural, não devendo ser confundidos com a perspectiva favorável ao patronato rural, que consistiria em tratar os problemas advindos da concentração de terras como elemento de segunda ordem, derivados, apenas, dos desafios de política agrícola, que seriam mais importantes para o país (PRADO JÚNIOR, 1960, 1962).

⁸³ Baseando-se em José Graziano da Silva (1980), entende-se que, enquanto a questão agrícola diz respeito aos aspectos atrelados às mudanças na produção agrícola em si (o que, onde e quanto se produz), a questão agrária está relacionada às transformações nas relações de produção (os modos como se produz).

⁸⁴ PCB.

⁸⁵ Houve vários outros atores relevantes nesse debate, a exemplo de Ignácio Rangel. Para mais detalhes, ver Delgado (2001).

Muitos anos depois, como se analisará adiante nesta tese, um dos argumentos da FAAB durante os debates da Assembleia Constituinte em relação à reforma agrária foi justamente esse, qual seja, inseri-la como elemento menor, condicionada à política agrícola, pensada na linha estratégica de apoio aos grandes empreendimentos no campo (GOMES DA SILVA, 1989).

Alberto Passos Guimarães argumentava, desde pelo menos o começo da década de 1960, que os latifúndios eram elemento central na manutenção das péssimas condições de trabalho e de salários extremamente baixos no Brasil, além de implicarem barreira ao aumento da produção e da produtividade (à exceção de algumas culturas), com derivações negativas para o desenvolvimento do mercado interno. Diante desse diagnóstico, a reforma agrária era a solução central advogada por ele para fazer avançar a agricultura e melhorar o nível de vida da população (PASSOS GUIMARÃES, 1968)⁸⁶.

Essas análises guardavam alguns aspectos em comum com o Plano Trienal, tornado público em dezembro de 1962 sob liderança de Celso Furtado, ministro do Planejamento de João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro, 1961-1964)⁸⁷. O referido plano apontava que a concentração fundiária consistiria em obstáculo à racionalidade na exploração agrícola, tornando a agropecuária menos apta a responder aos estímulos do desenvolvimento nacional. Embora chamasse atenção para a recente instalação de fábricas de máquinas agrícolas no país (a partir de 1961, fundamentalmente) e para a importância do apoio à criação de infraestrutura de armazenagem, o plano denotava certa reticência em relação aos grandes empreendimentos. Ao mesmo tempo, defendia uma ação robusta de reforma agrária e uma política agrícola direcionada aos produtos consumidos no mercado interno (GOVERNO FEDERAL, 1962).

Desafiando o diagnóstico do Plano Trienal, Delfim Netto afirmava não ser possível demonstrar que, por conta de suposta rigidez das respostas da agricultura à demanda por seus produtos, os preços dos alimentos teriam crescido mais rapidamente que os demais preços da economia (DELFIN NETTO, 1962, 1963).

⁸⁶ Acerca das diferenças entre os pensadores do PCB sobre a questão agrária, ver Santos (2008).

⁸⁷ PTB.

Segundo o pesquisador da USP, seria contraproducente promover uma grande distribuição em áreas onde a produtividade estivesse satisfatória, sendo mais importante, nesses casos, como o de São Paulo, um maior apoio aos produtores em termos de política agrícola. A reforma agrária somente deveria ser considerada prioritária, segundo ele, em alguns lugares onde houvesse indícios claros de baixa produtividade. Mesmo nesses locais, como na Zona da Mata nordestina, ele enfatizava que a reforma deveria ser feita de forma paulatina e comedida, envolvendo avanços tanto na área agrícola quanto na industrial (DELFIM NETTO, 1962, 1963).

Cabe ressaltar, ainda, que Delfim Netto colocava maior ênfase, durante esses debates, nas relações de interdependência entre a agricultura e a indústria para um projeto de desenvolvimento, e na relevância de um planejamento que envolvesse políticas relacionadas a (1) máquinas e insumos para a agropecuária, (2) renda para o produtor (fundamentalmente patronal), (3) armazenagem e (4) transporte, além de atribuir centralidade ao papel da (5) pesquisa (DELFIM NETTO, 1962, 1963).

O debate sobre a primazia da reforma agrária ou do aprofundamento da modernização da agricultura foi interrompido em março de 1964 pelo golpe militar que derrubou o presidente Goulart. Os esforços da sociedade civil e do governo pela reforma agrária foram uma das razões desse episódio (AGÊNCIA SENADO, 25/03/2014). Nesse contexto, as proposições de Delfim Netto encontraram ambiente propício para tornarem-se políticas públicas.

Após o governo de transição de Castello Branco (ditadura militar, 1964-1966), pode-se notar no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em junho de 1967, uma primeira formulação mais bem lapidada de política agrícola levando em consideração as relações da agricultura com as funções a montante e a jusante dela e orientada para os grandes empresários (rurais e urbanos) (GOVERNO FEDERAL, 1967).

No PED, planejou-se, além do fortalecimento do crédito rural, o apoio decidido à intensificação do uso de insumos e máquinas, a montante, e à modernização das etapas de armazenamento, transporte, agroindustrialização e comercialização, a jusante. Como ministro da Fazenda do governo de Artur da Costa e Silva (ditadura militar, 1967-1969), Delfim Netto teve centralidade no

desenho e na operacionalização dessa estratégia (GOVERNO FEDERAL, 1967).

Foi, portanto, durante a ditadura militar (1964-1985) que uma noção mais sistêmica para a agricultura e as funções a ela relacionadas entrou para o planejamento governamental no Brasil. Com efeito, durante esse regime, e, especialmente, a partir do PED, o processo de modernização da agropecuária – ou seja, a transformação de sua base técnica – atingiria sua fase de industrialização. Adota-se, nesta tese, a proposição de Kageyama et al. (1990) de que a industrialização da agricultura é momento no qual a indústria passa a assumir o comando das mudanças da base técnica agrícola.

Esse processo de industrialização, por sua vez, havia tido como fator condicionante a internalização, no país, dos setores de máquinas, equipamentos e insumos para a agropecuária, o que permitia que essa fase do processo de modernização da agricultura deixasse de depender da capacidade de importar. A agricultura tornou-se cada vez mais, nesse sentido, um ramo da produção, como compradora de insumos e máquinas e vendedora de produtos agropecuários para a indústria de transformação.

É importante ter em consideração que o PED tinha vários aspectos de seu planejamento agrícola que estavam em consonância com os anseios do governo norte-americano. Apesar de a política exterior de Costa e Silva ser nacionalista (BANDEIRA, 1989), havia afinidades entre os anseios dos governos dos Estados Unidos e do Brasil que permitiam elevadas concordâncias quanto a esse tema. Em abril de 1967, poucos meses antes do lançamento do PED, os Chefes de Estado dos países das Américas haviam se encontrado em Punta del Este, Uruguai, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Sob liderança de Lyndon Johnson, a declaração final conjunta dos presidentes falava do empenho a ser adotado para melhorar os sistemas de crédito e apoiar a criação de indústrias de fertilizantes, pesticidas e máquinas, a montante, e de beneficiamento, comercialização, armazenamento, transporte e distribuição de produtos agrícolas, a jusante (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1967).

Em função de incentivos fiscais do governo brasileiro, corporações norte-americanas, dentre empresas de outros países, em especial as relacionadas

com funções a montante da agropecuária, planejavam transferir plantas, a maioria delas obsoletas, para o Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Por outro lado, havia maior abertura a capitais estrangeiros que investiam em áreas a jusante da agropecuária. Esses capitais atuavam no país frequentemente associados aos nacionais (SORJ, 2008). Por meio de uma amostra realizada em 1977 (SAMPAIO apud SORJ, 2008), constatou-se que 67% das empresas estrangeiras consideradas agroindustriais haviam sido instaladas no país a partir dos anos 1960.

Não por acaso, foi durante essa fase da industrialização da agricultura que a noção de *agribusiness* começou a ser mais mobilizada no Brasil. Os grandes promovedores do termo foram, além do governo dos Estados Unidos, entidades privadas e universidades daquele país. De forma similar à nova vulgata planetária, como “globalização” e “flexibilidade”, que Bourdieu e Wacquant (2000) analisaram na virada nos anos 1990 para os 2000, os EUA estavam universalizando, por meio da ideia de *agribusiness*, uma particularidade atrelada à experiência histórica de seu país.

É fundamental registrar que o processo de industrialização da agricultura, embora tenha aumentado a produtividade e a produção agrícolas, inclusive para o mercado interno (GRAZIANO DA SILVA, 2014), teve uma série de efeitos muito prejudiciais às minorias rurais, como desterritorializações de grupos étnicos, expropriação de terras de agricultores e aumento da taxa de exploração dos trabalhadores agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1982; PALMEIRA, 1989; CARNEIRO DA CUNHA, 2012). Por essa razão, o período ficou conhecido pelos analistas sociais como “modernização conservadora”⁸⁸.

2.2 Iniciativas de promoção da perspectiva de *agribusiness* no Brasil

A partir do final dos anos 1960 e começo da década seguinte, algumas organizações privadas passaram a divulgar a noção de *agribusiness* no Brasil. O maior destaque deve ser dado ao *Agribusiness Council* e à *International Basic Economy Corporation* (Ibec), cabendo menções, em menor medida, à *Latin*

⁸⁸ Para uma análise histórica do uso dessa expressão, consultar Pires e Ramos (2009).

American Agribusiness Development Corporation (LAAD) (JB, 23/05/1970, 13/12/1973).

No final da década de 1970, outras entidades apareceriam na cena pública brasileira agenciado o termo, como a *Tate and Lyle Agribusiness Limited* (JB, 19/10/1979), especializada em refino de açúcar, e a *Multinational Agribusiness System Incorporated*, que veio ao país estimular políticas de transferência de tecnologia para as fazendas e os setores a jusante delas (JORNAL DO COMMERCIO, 03/05/1979; OESP, 19/05/1979).

Pouco tempo após ser criado pela articulação do governo dos EUA com corporações daquele país para atuar no âmbito da “Guerra contra a Fome”, o *Agribusiness Council* escolheu o Brasil como um dos locais com maior potencial para atuação. De fato, líderes e empresários desse consórcio de corporações do *agribusiness* fizeram uma série de visitas ao país entre o final da década de 1960 e o começo da seguinte, procurando oportunidades de investimento para as empresas que dele participavam. Diversas reportagens entre 1969 e 1973, em *O Globo* (22/11/1969, 04/05/1970, 26/03/1973, 18/04/1973), em *O Estado de S. Paulo* (03/12/1972 e 30/03/1973) e no *Jornal do Brasil* (26/11/1969, 27/11/1972, 04/12/1972), dentre vários outros periódicos, aludiram à presença desses representantes.

Ancorado na justificção da luta contra a insegurança alimentar e a fome mundiais, o conselho apareceu na esfera pública brasileira propondo um olhar mais sistêmico para o complexo agroalimentar. Não fortuitamente, as primeiras menções relacionadas ao *Agribusiness Council* no Brasil deram-se justamente no contexto de seu assessoramento no *Congresso Latino-americano de Alimentação e Desenvolvimento*, evento preparatório para o *II Congresso Mundial de Alimentos*, realizado pela FAO na Holanda, em junho de 1970. Conforme o Decreto de 19 de novembro de 1969 da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, o objetivo do evento era

[...] examinar as relações entre o desenvolvimento da agricultura, particularmente no setor alimentar e o desenvolvimento socioeconômico dos países da região, focalizando especificamente a importância da livre empresa na solução de problema alimentar dos povos do continente.

Na década de 1970, o conselho foi muito além dos assessoramentos, desenvolvendo uma relação mais próxima com o estado de Minas Gerais (MG), em particular. Esse estado vinha aumentando o oferecimento de crédito às empresas agropecuárias e estimulando investimentos privados na área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e o órgão norte-americano inseriu-se como parceiro prioritário nesse processo.

Nessas atuações em MG, a linha de justificação para sua atuação continuava ancorada na narrativa da alimentação. Segundo *O Globo* (26/03/1973: 5),

O objetivo básico do *Agribusiness Council* é estimular e incentivar o desenvolvimento de empreendimentos agroindustriais em países em desenvolvimento, com vistas ao encaminhamento de soluções para os problemas de abastecimento mundial de alimentos, através da identificação de oportunidades de investimento para o setor privado americano no exterior.

Nessa direção, o conselho colocava-se como um agente especializado na perspectiva sistêmica do *agribusiness*:

Nós tentamos relacionar as oportunidades com investidores potenciais. Mais do que isso, quando solicitados, nós assessoramos com prazer governos e agências dos países em desenvolvimento que estão tentando estruturar projetos atrativos de *agribusiness*. Nós tentamos orientar seus planejadores no sentido de uma abordagem de desenvolvimento integrado para a agricultura (*THE AGRIBUSINESS COUNCIL*, 1975: 100).

Segundo o então secretário de Agricultura de MG, Alysson Paolinelli, o conselho ajudou o governo de seu estado a criar um plano de desenvolvimento integrado para a agricultura. Um dos primeiros passos desse plano foi agregar todas as áreas, naquele momento dispersas, que tinham relação com o setor. Segundo Paolinelli, tratava-se de quarenta e dois órgãos que atuavam de modo pouco coordenado, com atritos e duplicidades. Com a inspiração de uma percepção mais sistêmica, houve a possibilidade de implantação de um sistema

de política agrícola mais integrada, concentrando esforços em aspectos como pesquisa e tecnologia (PAOLINELLI, 2017)⁸⁹.

A relação entre o *Agribusiness Council* e o governo mineiro foi tão consistente que evoluiu para uma aliança política. Francisco Afonso Noronha, à época secretário de Indústria, Comércio e Turismo desse estado, participou ativamente de um grande evento do conselho na Europa, em 1974, quando estimulou investimentos no processo de industrialização da agricultura mineira (NORONHA, 1975). A entidade, por seu turno, enalteceu a atuação do governo de MG, elogiando-a como exemplo de planejamento e execução de atividades fundamentais para viabilizar investimentos externos no *agribusiness* (THE AGRIBUSINESS COUNCIL, 1975).

Além de Minas Gerais, governos de outros estados procuraram aproximação com a organização, como os do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte (JORNAL DO COMMERCIO, 06/02/1973; O POTI, 09/09/1973).

Alysson Paolinelli, que havia sido secretário de Agricultura em Minas até 1974, levou a experiência (e as relações) que teve em seu estado para o governo federal ao tornar-se ministro da Agricultura naquele ano. Nos anos de 1975 e 1976, por exemplo, ele esteve nos EUA, onde se encontrou com o secretário de Agricultura, Earl Butz – destacado agenciador do projeto das corporações norte-americanas –, esteve em contato com o *Agribusiness Council* para tratar de investimentos em tecnologia e capital na agricultura brasileira e propôs à *John Deere* a instalação de fábrica no Brasil (PAOLINELLI apud WELCH, 2014; DIÁRIO DO PARANÁ, 14/10/1975)⁹⁰.

Além disso, Paolinelli aproveitava as viagens aos EUA para estabelecer acordos de formação de quadros técnicos de alto nível, estratégia que foi central para a consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)⁹¹.

Já a *International Basic Economy Corporation*, criada em 1946 por Nelson Rockefeller e seus irmãos, era uma *holding* que detinha o controle acionário da

⁸⁹ Alysson Paolinelli, entrevista ao autor em 9 de outubro de 2017.

⁹⁰ Com efeito, essa indústria de tratores e máquinas começaria a atuar diretamente no Brasil poucos anos mais tarde, em 1979 (DEERE, 2017).

⁹¹ No capítulo 5 se tratará da adoção da noção de *agribusiness* na Embrapa.

Agroceres. Tendo Ray Goldberg como *external advisor*, a Ibec mobilizava a noção de *agribusiness* com alguma intensidade: o setor em que a empresa de genética vegetal se inseria na *holding* era chamado de “*Agribusiness Division*” (CASTRO, 1988; GOLDBERG, 2017); nas comunicações internas entre a controladora norte-americana e a *Agroceres*, costumava-se, também, agenciar a categoria (CASTRO, 1998; GRYNSZPAN, 2012).

Assumindo posição de maior destaque na *Agroceres* a partir do final dos anos 1960, Ney Bittencourt de Araújo começou a ouvir e se interessar pela noção no âmbito da relação com a Ibec. Influenciado por esse ambiente, o então diretor-superintendente da *Agroceres* passou a divulgar a categoria *agribusiness* no Brasil já no início nos anos 1970 (CASTRO, 1988; PINAZZA, 1996).

O governo norte-americano foi também promotor da noção de *agribusiness* no Brasil. Seu *Nutrition and Agribusiness Group*, do USDA, esteve no país no começo da década de 1970, juntamente com a USAID, assessorando a *Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação* (Abia) na estratégia dessa entidade de aumentar a produção de alimentos proteicos e promovê-los de forma mais eficiente nos mercados (FSP, 24/10/1972).

Essa movimentação da Abia provavelmente influenciou o primeiro uso da noção de *agribusiness* por um agente público de alto escalão do governo federal brasileiro. Um dia após o começo do evento da entidade das indústrias de alimentação com o *Nutrition and Agribusiness Group*, Paulo Yokota, então diretor do Banco Central do Brasil (BCB) encarregado da regulamentação e administração dos créditos concedidos para o setor rural brasileiro, realizou coletiva à imprensa para anunciar o programa “Corredores de Exportação”.

Segundo Yokota, esse programa trazia investimentos japoneses para os complexos rodo-ferroviário-portuários e para a infraestrutura de escoamento da produção, o que acabaria “[...] criando as bases para o desenvolvimento de uma nova atividade no País: a (sic) *agrobusiness*”⁹² (OESP, 25/10/1972: 1).

⁹² “*Agribusiness*” seria por vezes substituído por “*agrobusiness*” no Brasil (mais frequentemente na imprensa que nas universidades). “*Agrobusiness*” tinha surgido nos Estados Unidos como variação gráfica da noção original, sem diferença de sentido. Seu uso, que parece ter começado com um artigo de Lester R. Brown, diretor do Departamento de

O agora ex-diretor do Banco Central explica que, à época, o governo federal planejava adequar a infraestrutura de transportes ao novo cenário produtivo:

Ocorrendo o aumento da produção de cereais como milho e soja, havia que se tratar de sua colocação competitiva no mercado internacional. Para tanto criamos com a colaboração japonesa o chamado projeto “Corredores de Exportação”. Até então, o grosso da exportação brasileira de produtos agrícolas como o café era feito em sacarias. Foram criados silos no meio rural, providenciados vagões graneleiros, moegas para recebimento rápido de cereais, correias transportadoras para carregar os navios. Ao mesmo tempo, havia necessidade de abastecimento de insumos agrícolas como sementes selecionadas, calcários, fertilizantes, defensivos, que em parte serviam como cargas de retorno, criando uma série de atividades que poderiam ser denominadas “*agrobusiness*” (YOKOTA, 2016)⁹³.

De acordo com o então presidente Emílio Garrastazu Médici (ditadura militar, 1969-1974), o programa compreendia uma série de ações integradas, indo das fazendas às exportações. Em especial, Médici destacou a modernização da infraestrutura dos portos, com a melhoria da logística de transporte de *commodities* até o carregamento dos navios. Ele reforçou, ainda, assim como indica Yokota, que essa nova infraestrutura auxiliaria na importação de insumos, tais como fertilizantes (MÉDICI, 1973).

Além do governo daquele país, algumas universidades norte-americanas foram importantes para “exportar” a noção ao Brasil. A HBS, especialmente, também teve efeito direto sobre Ney Bittencourt de Araújo. Convidado por Ray Goldberg, que o conhecia da *holding* dos irmãos Rockefeller, o empresário brasileiro começou a frequentar o seminário de *agribusiness* em Boston em 1976, tornando-se, definitivamente, um entusiasta e propagador da noção (GOLDBERG, 2017a). Como se mostrará no capítulo 3, Bittencourt de Araújo e seu grupo de assessores na *Agrocere*s tiveram destaque no aumento das mobilizações do termo no Brasil, no desenvolvimento de um projeto a ele conectado e na montagem do primeiro núcleo da concertação política do agronegócio.

Agricultura, na *Foreign Affairs*, em 1968, não ganharia, entretanto, muito destaque na esfera pública norte-americana (BROWN, 1968; HOLLIS, 2017).

⁹³ Paulo Yokota, resposta ao autor em 11 de novembro de 2016.

Cabe ter em consideração, ainda, que o ambiente de contatos do HAS propiciou a Bittencourt de Araújo atuar em duas direções fundamentais: diversificar a atuação da empresa que dirigia – dado que, com a entrada de corporações como a *Cargill* no mercado brasileiro de sementes, em meados da década de 1960, a competição havia ganhado em intensidade – e avançar no esforço de retomada do controle acionário da *Agroceres*, o que ocorreu, definitivamente, em 1981, com apoio do governo brasileiro (CASTRO, 1988)⁹⁴. Por meio do seminário de 1976, a *Agroceres* firmara uma *joint-venture* com a *Pig Improvement Company*, focada em porcos, passando, por um lado, a trabalhar no Brasil no ramo de genética animal; por outro, como o acordo se dava de forma independente da Ibec, ele foi um dos passos importantes para a referida retomada (CASTRO, 1988)⁹⁵.

Outro exemplo de influência de universidade dos EUA na divulgação da concepção de *agribusiness* no Brasil foi o de Marco Aurélio de Alcântara. Colunista do *Diário de Pernambuco* (DP), além de fazendeiro, Alcântara passou a ser um propagador da noção após uma delegação de empresários no Nordeste entrar em contato com pesquisadores da área de açúcar de universidades como a *Louisiana State University*. Entre 1969 e 1978, Alcântara usou a categoria com frequência em sua coluna do DP em que tratava do desenvolvimento rural no Nordeste, ora aludindo à importância dos avanços técnicos a montante, como sementes selecionadas e fertilizantes; por vezes, tratando de culturas agropecuárias promissoras para a região; e, em outras oportunidades, mencionando as funções a jusante, em especial a agroindústria. Em grande medida por conta de Alcântara, o DP agenciou a noção em 43 ocasiões no período assinalado (HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2017).

⁹⁴ Criada em 1945 pelo pai de Ney Bittencourt de Araújo, Antônio Secundino de São José, juntamente a outras quatro pessoas, a *Agroceres* tinha transferido, ainda na década de 1940, seu controle acionário para a Ibec (AGROCERES, 2015).

⁹⁵ Anos depois dessa *joint-venture*, Bittencourt de Araújo aproximou-se, ainda no HAS, da *Ross Breeders*, empresa do ramo de frangos (ZYLBERSZTAJN et al, 1995), e de Tony de Boon, que viria na década de 1990 a fundar, no Brasil, o *Rabobank*, especializado em serviços financeiros para o *agribusiness* (WEDEKIN, 2017).

2.3 Multiplicidade de sentidos de *agribusiness*: visões críticas e laudatórias

A partir da segunda metade da década de 1970, a noção de *agribusiness* começa a ser utilizada com mais de frequência na esfera pública brasileira. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, podem-se perceber dois ramos principais de sua mobilização: um com acepção positiva e outro com características críticas.

Na academia, uma abordagem mais sistêmica e positiva do termo, abrangendo as relações entre a agricultura e segmentos da indústria e dos serviços, apareceu pela primeira vez na dissertação de mestrado do jesuíta Roque Lauschner. Baseando-se na obra *A Concept of Agribusiness* (1957), Lauschner finalizara em 1974 sua pesquisa intitulada *Agro-industria y desarrollo económico* na Universidade de Chile (LAUSCHNER, 1974). Seu trabalho chamava atenção para a necessidade de os gestores públicos passarem a tratar dos desafios da política agrícola levando em consideração não só a agricultura em si, mas todas as funções relacionadas a ela a montante e a jusante.

Como tradução para *agribusiness*, Lauschner utilizou a noção pouco adequada de “complexo agrícola” (LAUSCHNER, 1974: 7), dado que, aludindo a um setor, a expressão não trazia a atenção devida às participações de outros atores naquele “complexo”. Voltando ao Rio Grande do Sul após a defesa de seu trabalho, o padre teve papel de destaque na organização cooperativa de produtores gaúchos e no aumento da percepção sobre a importância de as organizações de produtores agregarem outras funções “fora da fazenda” para desenvolverem-se no novo cenário econômico de verticalização. Houve, ademais, uma reportagem do jornal *Estado de Mato Grosso* explicando a noção de *agribusiness* para os leitores com base nas pesquisas de Lauschner (ESTADO DE MATO GROSSO, 07/09/1977).

Na imprensa, as caracterizações de *agribusiness*, mais pontuais, atribuíam outros sentidos ao termo. Na revista *VEJA*, anunciantes contratando executivos a serviço de corporações relacionadas à agropecuária passaram a usar a categoria tanto para tratar da industrialização da agricultura no Brasil quanto para nomear aquelas empresas (VEJA, 12/04/1978, 28/06/1978). Nos jornais, o termo também começava a ganhar algum espaço, com acepções

positivas (DIÁRIO DE NATAL, 27/11/1974; JB, 02/03/1978, 28/05/1978, 15/07/1980), na maioria das vezes para tratar de negócios na agricultura ou, ainda, de empresas ligadas à agroindustrialização. Em 1977, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* anunciou que uma delegação brasileira estava atuando no Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos em busca de oportunidades em *agrobusiness* (DP, 19/10/1977). O uso da expressão para tratar de agroindústrias também teve sua contribuição por parte do governo federal. Visitando uma fábrica de conservas e doces no Nordeste, o Ministro Mario Andreazza (Interior, 1979-1985) apontou nela um exemplo de “*agribusiness*” no Nordeste (DP, 20/12/1980: A20).

Concomitantemente aos agenciamentos positivos, surgiram análises críticas relacionadas ao termo *agribusiness*. Elas dividiam-se, grosso modo, em abordagens de intelectuais – tanto das universidades quanto de partidos – e de jornalistas. Importante notar que havia significados distintos atribuídos à noção nesses dois principais grupos críticos, como se mostrará a seguir.

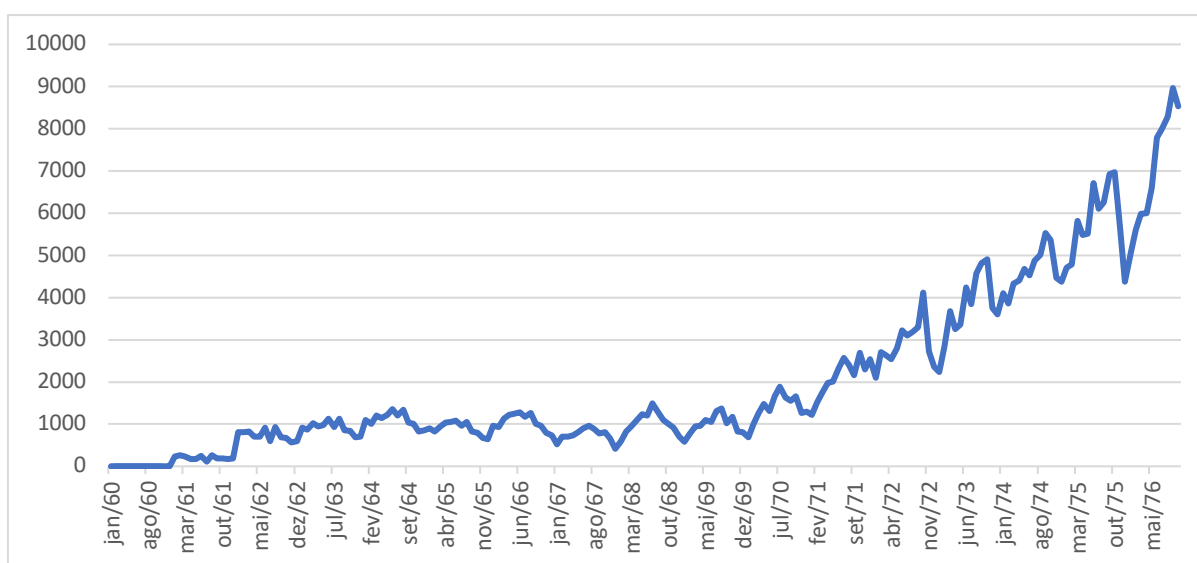
Entre os intelectuais, Alberto Passos Guimarães seguiu-se a Lauschner ao mencionar o termo *agribusiness* e desenvolver análises a partir dessa noção sistêmica, agora de forma crítica, diferentemente do jesuíta. Ao fazê-lo no semanário *Opinião*, ele citou a referência de Davis e Goldberg para tratar do que seria a constituição, no Brasil, do Complexo Agroindustrial (PASSOS GUIMARÃES, 1975). Em 1976, Passos Guimarães escreveu outro artigo sobre o tema explicando detalhadamente que “Os dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, são que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial” (PASSOS GUIMARÃES, 1976: 8). *Agribusiness*, então traduzido por Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil, remeteria à totalidade dos setores envolvidos com a agricultura, além dela própria.

A expressão “Complexo Agroindustrial” vinha sendo usada no Brasil há décadas, principalmente para aludir às unidades de produção e processamento de cana-de-açúcar (ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL ESTADO DE S. PAULO, 2017). A novidade em Passos Guimarães era sua acoplagem à visão intersetorial trazida pela noção de *agribusiness*. A partir de então, o conceito de CAI começaria a ser paulatinamente usado por intelectuais como unidade de

análise da crescente relação da agropecuária com agentes especializados das indústrias e de serviços⁹⁶.

Com efeito, a noção de CAI entre os intelectuais foi fundamental para que se passassem a perceber, mais claramente, os resultados de ações dos governos militares (como as políticas de crédito rural subsidiado, de pesquisa e de investimento em infraestrutura) na agricultura e nas funções a montante e a jusante dela. Esse conjunto de políticas havia garantido apoio à intensificação do uso de insumos (sob influência da narrativa da Revolução Verde) e máquinas, por um lado, e à modernização das funções de armazenamento, agroindustrialização, transporte e comercialização, por outro.

Gráfico 3: Número total de tratores e demais máquinas agrícolas produzidas no Brasil (1960-1976).



Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2017.

Tal como afirmado anteriormente, com a instalação no Brasil das indústrias de insumos e máquinas (ver gráfico 3), particularmente a partir da

⁹⁶ Importante ressaltar que os termos “agroindústria” e “agroindustrial” também foram usados na esfera pública brasileira na tentativa de aludir a “agribusiness”, embora essa não fosse a finalidade exclusiva de suas aplicações. Como exemplos daquela associação, citam-se a reportagem do *Jornal do Brasil* (30/03/1973) apontando que o *Agribusiness Council* viria ao Brasil para tratar de investimentos na agroindústria; a tradução do livro de Burbach e Flynn (1980), “*Agribusiness in the Americas*”, como “Agroindústria nas Américas”; e o relato, pelo *Estado de S. Paulo* (09/12/1990), de evento de *agribusiness* com a presença de Ray Goldberg como afeto à “atividade agroindustrial”.

década de 1960, foram sendo criadas condições favoráveis para a maior integração da agricultura com as funções especializadas que se relacionavam a ela. Isso porque essa nova configuração passava a liberar, em crescente medida, as relações nas cadeias produtivas de dificuldades cambiais ou outros problemas relacionados à importação (KAGEYAMA et al., 1990).

Após os dois artigos no *Opinião*, Guimarães lançou um livro no qual aprofundaria suas análises do CAI, afastando-se tanto da noção de *agribusiness* quanto de menções a seus criadores e baseando-se mais firmemente nas análises de Louis Malassis (PASSOS GUIMARÃES, 1982)⁹⁷. Esse afastamento fazia sentido, pois Passos Guimarães tecia uma análise crítica da constituição do CAI, tanto pelas relações que se impunham envolvendo a agricultura – a dependência dela em relação a dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante – quanto por seus efeitos sociais negativos, com destaque para sua argumentação da manutenção das relações arcaicas de trabalho (PASSOS GUIMARÃES, 1982).

O conceito de CAI ganharia destaque entre os intelectuais nas décadas de 1980 e 1990, principalmente entre os economistas rurais. Um deles, Geraldo Muller (1989), também aludiu à formulação de *agribusiness* de Davis e Goldberg para tratar do Complexo Agroindustrial, elogiando-a em sua novidade sistêmica, mas chamando atenção para a importância de contextualizar seu uso no Brasil, dado que nesse país somente uma minoria dos produtores havia sido incorporada à lógica industrial. Kageyama et al. (1990), além de darem mais atenção à participação do governo na constituição do CAI, desagregaram a análise em distintos CAIs, abordados pelo grau de soldagem entre os elos de suas cadeias.

⁹⁷ Inspirado nos pesquisadores da *Harvard Business School* e no economista François Perroux, Louis Malassis foi um dos principais autores na França a desenvolver estudos sobre as relações intersetoriais envolvendo a agricultura (MALASSIS, 1975, 1979). Vale ponderar, nesse sentido, que a despeito de CAI ter obtido maior destaque na esfera pública brasileira, distintos conceitos propondo o rompimento com a perspectiva monosetorial na agricultura surgiram nos anos 1970 e 1980, como o de Sistema Agroalimentar (BELIK, 2007). Além disso, outros intelectuais destacaram-se nesse período com análises não compartimentadas da agropecuária, a exemplo de Tamás Szmrecsányi (RAMOS, 2007). Sobre as semelhanças e diferenças entre as análises de Davis e Goldberg, de um lado, e a de Malassis, dentre outros teóricos franceses, de outro, ver Zylbesztajn (1995a).

Se o conceito de Complexo(s) Agroindustrial(is) tinha, em sua abordagem intersetorial, a inspiração na noção de *agribusiness*, ele rumava para outra direção, como unidade de análise do processo brasileiro de subordinação da agropecuária às indústrias relacionadas a ela, cabendo, ainda, ter em conta que havia ênfases específicas relacionadas ao conceito, de acordo com cada autor.

Na imprensa, as críticas acompanhavam, em outra direção, o processo de atribuição de acepção negativa a *agribusiness* na esfera pública norte-americana. Com efeito, nota-se que as reprovações ao termo dessa época estavam concentradas nos colunistas internacionais, que, por dever de profissão, liam as principais edições da imprensa norte-americana. Interessante perceber que essas críticas tenderam a focar em efeitos negativos do *agribusiness* em outros países, como no Irã e no México.

O exemplo clássico foi Paulo Francis, que, morando nos Estados Unidos e tendo acesso recorrente às contestações à categoria *agribusiness* que circulavam no NYT e no WP, fazia críticas com alguma frequência mobilizando o termo em suas colunas na *Tribuna da Imprensa* (06/03/1975, 07/08/1975, 02/01/1979) e na *Folha* (31/12/1976, 05/01/1977, 13/10/1978, 17/10/1978, 31/10/1978, 16/02/1979, 27/02/1979, 04/03/1979, 23/06/1980, 25/04/1981, 22/06/1980, 31/12/1981).

Nessas ocasiões, Francis identificava o *agribusiness* com as multinacionais, as grandes empresas de exportação e o latifúndio, por um lado, e o opunha aos camponeses, por outro. Ademais, denunciava experiências de países que haviam tomado a decisão de promover abertura pouco criteriosa ao *agribusiness* norte-americano, afirmando, por exemplo, que a Revolução Iraniana teria sido deflagrada por massas camponesas expulsas do campo pelo *agribusiness*.

Com o processo de deterioração da política de crédito rural subsidiado durante a década de 1980 (GRAZIANO DA SILVA, 1996; BELIK, 2001), começaram a surgir, na imprensa, críticas ao *agribusiness* no Brasil. Isso demonstrava que, com a ausência de forte apoio governamental aos CAIs no país, agudizavam-se os conflitos distributivos no interior das cadeias produtivas. Ao mesmo tempo, conforme o governo militar perdia força, aumentavam as possibilidades de contestações às suas políticas na esfera pública.

No caso do colunista Sebastião Lobo, houve, ao lado de críticas ao *agribusiness* internacional, reprovação ao *Projeto Jari*⁹⁸, que representaria bem, segundo ele, o homem do campo sendo marginalizado pelo “*agribusiness*” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/03/1980, 04/07/1980, 02-03/01/1982). Já Lia Furtado abordava o *agribusiness* como os interesses das multinacionais a montante, que estariam insatisfeitas com as perdas diante da falência da política creditícia (MOVIMENTO, 31/08 a 06/09/1981).

Essa visão crítica expressa por Lia Furtado teve maior força em estados onde as cadeias produtivas se encontravam mais bem desenvolvidas, como o Paraná, estado dentre os quais os produtores sentiam, de modo mais intenso, os conflitos distributivos com agentes a montante e a jusante. No *Diário do Paraná* (22/06/1980), começou-se a falar em cooperativas sendo manipuladas pelas grandes do “*agrobusiness*”. Nesse sentido, certamente não foi por acaso que o senador Leite Chaves (PMDB-PR), nacionalista e apoiador da reforma agrária, passou a criticar o estímulo do governo a alianças com as “grandes *agrobusiness*” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2018; DIÁRIO DO PARANÁ, 17/03/1981: 2). Note-se que aqui o sentido de *agribusiness* estava conectado às indústrias ligadas à agropecuária, como prevalecia nos Estados Unidos.

2.4 Considerações finais ao capítulo

Apresentou-se, neste capítulo, que entidades patronais de representação da agricultura foram os primeiros atores brasileiros a notarem o neologismo criado nos EUA e a mobilizarem-no no Brasil.

Impulsionada por agentes norte-americanos, a noção de *agribusiness* somente ganhou maior relevo público no país com o advento da industrialização da agricultura nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Foi para entender os efeitos desse processo que ela foi traduzida e inflexionada para descrever a constituição dos CAIs. Ademais, ressalta-se que havia, entre o

⁹⁸ Sobre o Projeto Jari, ver Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2018).

começo dos anos 1970 e começo da década seguinte, várias acepções atreladas à noção, algumas positivas e outras negativas.

Em meados da década de 1980, o trabalho obstinado de uma empresa, a Agrocere, resgataria a noção original de *agribusiness*, fazendo dela o esteio de um projeto político-econômico, tema que será tratado no capítulo 3.

Capítulo 3 – Um projeto político-econômico de *agribusiness*

No começo da década de 1980, a noção de *agribusiness* encontrava-se em disputa, como se apresentou anteriormente, com acepções positivas e negativas. Isso iria começar a mudar gradualmente a partir de meados dessa década, por meio do trabalho de um grupo de assessores da *Agroceres*, sob liderança de Ney Bittencourt de Araújo, seu presidente.

Quando o grupo da *Agroceres* começou a atuar com esse objetivo, ele agiu intencionalmente resgatando a noção original de Davis e Goldberg. Foi por meio dela, das narrativas históricas e do espírito a ela atrelado, construídos pelos dois economistas da HBS, que se pôde desenhar um projeto político-econômico de *agribusiness* no Brasil.

Figura 10: Ney Bittencourt de Araújo.



Foto: *Guia Gessulli da Avicultura e Suinocultura Industrial*, 2015.

3.1 Redemocratização e a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

Em meados da década de 1980, cenário de crise fiscal no Brasil, o grande elemento catalisador do processo de industrialização da agropecuária, o crédito

rural subsidiado, perdera força. Concomitantemente, a questão agrária vinha reconquistando destaque com a retomada democrática. Em 1984, tinha sido fundado o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), e, em abril de 1985, criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em outubro do mesmo ano, surgiu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa, originalmente, assentar um milhão e quatrocentas mil famílias até 1989 (GOVERNO FEDERAL, 1985).

A retomada, em intensidade, das movimentações para responder à questão agrária causava, duas décadas após o golpe militar, bastante preocupação à elite atuante em relação à agricultura. No momento, seus atores encontravam-se fragmentados sob o aspecto da atuação política relacionada a temas que diziam respeito, ao mesmo tempo, ao conjunto das cadeias produtivas. Com a constituição dos CAIs, durante a ditadura, a relação desses setores com o Estado passava, principalmente, por representações de produtos e multiprodutos e das grandes cooperativas (GRAZIANO DA SILVA, 2014; BRUNO, 2015; CARVALHO, 2017⁹⁹). Em suma, não havia entidade capaz de elaborar e transmitir um discurso unificado do CAI.

À época, a CNA¹⁰⁰, entidade criada em 1951, e reconhecida em 1964 como entidade sindical representante dos interesses (fundamentalmente patronais) da agropecuária, estava, em larga medida, inoperante (GRAZIANO DA SILVA, 2014). Por um lado, essa situação era tributária do próprio processo de fragmentação política aludido acima.

Por outro lado, apesar de ter abrangência nacional – baseada em federações estaduais de agricultura e sindicatos municipais – e de ser a entidade do patronato rural com mais recursos financeiros, a CNA enfrentava sérias dificuldades em obter legitimidade na representação do setor agropecuário junto ao governo, que era visto como grande influenciador de suas estratégias.

⁹⁹ Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Abag, entrevista ao autor em 30 de junho de 2017.

¹⁰⁰ Em 2001, a entidade passaria a chamar-se *Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil*.

Essa falha de representação da CNA durante a renovação das demandas por reforma agrária foi o elemento fundamental que deu impulso à criação da *União Democrática Ruralista* (UDR) em maio de 1985 (GRAZIANO DA SILVA, 2014). Surgindo principalmente ligada a pecuaristas (a maior parte deles de produção extensiva) preocupados com o PNRA, a UDR ganharia terreno com a politização da questão agrária, começando a conquistar, inclusive, representatividade em setores mais modernos e produtivos da agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 2014).

O discurso da UDR era agressivo – principalmente no que se relacionava à defesa da propriedade da terra, tida como valor absoluto (MENDONÇA, 2008; BRUNO, 2015) – e ousado – no que se referia à tentativa de posicionamento de sua imagem como a de uma associação “[...] que mobilizou e mobiliza toda a classe produtora neste país, e vem mostrando competência para isso”, como disse Ronaldo Caiado, maior líder da entidade, no *Programa Roda Viva*, da TV Cultura, em 6 de outubro de 1986.

Em grande medida por reação à ação da UDR (MENDONÇA, 2008), foi criada, em maio de 1986, a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* (FAAB). A FAAB era liderada por Roberto Rodrigues e Flávio Teles de Menezes, respectivamente presidentes da *Organização das Cooperativas Brasileiras* (OCB) e da *Sociedade Rural Brasileira* (SRB).

Nascida em 1969, a OCB exercia a representação do sistema cooperativista. Embora a entidade abrangesse em sua atuação um amplo leque de temas do cooperativismo, os assuntos ligados à agricultura eram nela muito relevantes, razão pela qual a OCB tinha (e tem) forte atuação política nesse tema. Ademais, a organização apresentava acentuada inserção, por meio de seus quadros, em postos no MAPA (LAMOUNIER, 1994; MENDONÇA, 2008; RODRIGUES, 2017b¹⁰¹).

A SRB, por sua vez, era mais tradicional que a OCB, tendo sido fundada em São Paulo em 1919 por representantes da cafeicultura. Com o passar das décadas, e o gradual declínio do poder dos empresários do café, a “Rural”, como é chamada internamente, passara a ser influenciada por outros

¹⁰¹ Roberto Rodrigues, entrevista ao autor em 4 de outubro de 2017.

interesses, a exemplo de grandes pecuaristas e agroexportadores, que, contudo, ainda permaneciam mais concentrados no estado de São Paulo, a despeito de investirem fortemente em outros estados, como o Paraná. Teles de Menezes era um dos líderes dessa nova fase. Mantida por doações voluntárias, a SRB tinha bem menos recursos financeiros que a CNA e menor capacidade de mobilização política que a OCB. Pouco inserida com quadros no âmbito no Estado, ela dependia da legitimidade e inserção de seus líderes em arenas dominantes da esfera pública (LAMOUNIER, 1994; MENDONÇA, 2008; RODRIGUES, 2017a)¹⁰².

O grande destaque público da FAAB na esfera pública deu-se por meio de seu *lobby* pela recuperação de elementos da política agrícola dos anos de ouro da industrialização da agricultura (1967-1979) (ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 2017). A frente pressionava o governo argumentando que havia queda de renda do produtor rural e reclamando da política de crédito, do aumento do preço relativo dos insumos e máquinas e da política de controle dos preços de alimentos. Nessa ação sobre o Estado, a entidade disputava espaço com a UDR, que, como mencionado, tinha atuação pública mais radicalizada (ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 2017)¹⁰³.

Essa animosidade entre a FAAB e a UDR foi, contudo, bastante diminuída quando se tratou de fazer contraposição, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, aos anseios sociais por redistribuição agrária no país¹⁰⁴. De fato, as duas entidades agiram conjuntamente nessa direção, pressionando e assessorando o bloco de parlamentares ligado ao tema¹⁰⁵ nas argumentações e estratégias contrárias aos planos das representações progressistas, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), a Contag, a *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) e a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), dentre outros órgãos, que propunham uma redistribuição fundiária com

¹⁰² Roberto Rodrigues, entrevista ao autor em 6 de junho de 2017.

¹⁰³ Sobre as disputas entre a FAAB e a UDR na Constituinte, ver Mendonça (2008).

¹⁰⁴ Conforme analisou José Gomes da Silva (1989), a Constituição Federal promulgada em 1988 (CF-88) representou um retrocesso para as frentes progressistas que queriam uma redistribuição de terras rápida e ampla.

¹⁰⁵ Vale ressaltar, no entanto, que houve alternância, entre essas entidades, de influência majoritária sobre a frente parlamentar, como mostra Mendonça (2008).

amplitude e drasticidade (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1988; GOMES DA SILVA, 1989).

Nesse sentido, destaca-se que, no ambiente de discussões da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária da Constituinte, o tema agrário, muito mais que o agrícola, foi primordial. Um dado quantitativo demonstra isso: enquanto se utilizou, na referida subcomissão, a expressão “reforma agrária” 1.478 vezes, “crédito rural” apareceu em 36 momentos. Para “insumos”, foram 33 menções; para “comercialização”, 29; para “preços mínimos”, 12; e para “seguro”, 33. “*Agribusiness*”, por sua vez, foi mencionado em apenas três ocasiões, e “Complexo(s) Agroindustrial(is)”, em nenhuma (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1988)¹⁰⁶.

A razão principal desse foco é que, diante da movimentação progressista, a FAAB decidiu (articulada à UDR e à bancada ruralista) executar uma estratégia principal de resistência à reforma agrária (PAOLINELLI, 2017). Nesse processo, a política agrícola foi instrumentalizada pelo campo conservador para defender limites à referida reforma agrária, ou seja, o “tamanho” dessa reforma deveria estar limitado pela possibilidade de existência de apoio agrícola aos novos assentamentos (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1988). Essa operação da agricultura patronal não era nova, como Caio Prado Júnior havia indicado na década de 1960 (PRADO JÚNIOR, 1960, 1962).

A outra estratégia, voltada à política agrícola em si, seria tanto pressionar o governo Sarney para que atendesse, tempestivamente, a demandas como melhorias das condições de crédito e dos preços mínimos (FAAB, 1987a), dentre outros pleitos, quanto garantir a inclusão de itens fundamentais daquela política na CF-88, programando a elaboração de lei específica sobre o tema. Esses elementos constam do artigo 187 da Magna Carta e do artigo 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Cálculo realizado utilizando sistema informacional de contagem de termos a partir da transcrição da totalidade dos debates ocorridos na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1988).

¹⁰⁷ Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

A FAAB, especificamente, tinha dentre seus principais quadros Alysson Paolinelli. Eleito deputado constituinte pelo PFL, ele foi o primeiro líder do grupo multipartidário, formado logo na sequência da instalação da Assembleia, que viria a ser conhecido como a bancada ruralista. Completavam a liderança da entidade informal Rodrigues e Teles de Menezes, que participaram das movimentações contra a reforma agrária na Constituinte na condição de articuladores políticos e de convidados para suas audiências (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1988).

Em sua atuação no âmbito da Constituinte, a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* produziu um resultado inovador, o de aproximar associações que tinham representatividade na agricultura – como a CNA (cuja presidência Alysson Paolinelli conquistaria no final de 1987), a OCB e a SRB – de algumas entidades de segmentos a montante e a jusante da agropecuária. Roberto Rodrigues, principal líder da FAAB, em diversas oportunidades enfatiza essa aproximação, caracterizando-a como o embrião de uma articulação política do *agribusiness* no Brasil:

A Frente Ampla tinha como objetivo básico unificar os discursos e as reivindicações em termos de uma política agrícola do complexo agroindustrial, tanto que a frente teve uma característica única: foi a primeira vez que o setor convocou para as discussões de política agrícola entidades que não eram agrícolas, como a Anda, Andef, Abrasem, Abiove, Abia, Febraban. Na verdade, a *Frente Ampla*, que era algo informal, se constituiu na semente de uma organização de *agribusiness* no Brasil (*Agroanalysis*, agosto de 1996: 1).

A FAAB teve méritos pela aproximação com setores industriais e de serviços. Esse avizinhamento, contudo, respondia antes a necessidades de

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

Art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

ordem econômica e política. Isso porque, pelo aspecto econômico, a crise do modelo público de crédito rural vinha paulatinamente transformando setores a montante e a jusante em financiadores da agricultura; pelo lado político, os debates que questionavam, no âmbito da questão agrária, o direito à propriedade como absoluto tinham contribuído para aproximar alguns representantes dos outros setores em relação aos líderes do patronato rural, por temerem desdobramentos negativos a seus interesses (GOMES DA SILVA, 1989). Esse último aspecto mostra, conseqüentemente, que a luta contra a reforma agrária tinha desempenhado um papel relevante na aproximação intersetorial, embora, é claro, os setores industriais e de serviços fossem, em geral, menos refratários à ideia da reforma quando comparados aos ruralistas.

Ademais, a hegemonia na condução das pautas estava, sem dúvidas, no setor agropecuário. De fato, a atuação das entidades representantes de funções a montante e a jusante da agropecuária não tinha nada perto de protagonismo na FAAB, muito pelo contrário, elas raramente apareciam na esfera pública nessa condição de atuantes ao lado de entidades como a OCB e a SRB. Tampouco havia, na FAAB, propostas de maior coordenação no âmbito das cadeias produtivas, de enxergar o setor como um todo, e pouco se usavam noções que poderiam ajudar nesse sentido, como a de *agribusiness* ou a de CAI. Existia, ainda, a vocalização pública, por integrantes da *Frente Ampla*, de conflitos distributivos nas cadeias produtivas (em direta oposição ao que a Abag faria futuramente). Pedia-se controle sobre os preços dos insumos agropecuários e criticavam-se empresas processadoras por derrubarem preços de itens agrícolas, por exemplo (FAAB, 1987b).

Nas raras ocasiões em que entidades representantes de funções a montante ou a jusante atuavam na esfera pública com a FAAB, como no caso da articulação dessa frente com a Abiove, os pleitos davam-se por interesses específicos ao ramo de atuação da referida associação, e não por demandas que tivessem maior aceitabilidade entre todas as cadeias (OESP, 03/02/1988). Não havia, portanto, uma orquestração intersetorial que avançasse interesses transversais caros a todos os segmentos nela envolvidos, papel que somente a Abag começaria a desempenhar a partir de sua criação, em 1993.

A FAAB não era, por conseguinte, uma entidade informal do *agribusiness*, mas da agropecuária. O ambiente de diálogo que ela havia criado, contudo, mostrar-se-ia fundamental para gerar as condições políticas para a criação da Abag. Conforme se analisará no próximo capítulo, foi do encontro da FAAB – enfraquecida e sem direção estratégica clara após a Constituinte – com o projeto político-econômico de *agribusiness* da *Agrocere*s que foram dadas as condições para a criação da Abag, entidade formal que surgiu com o desafio de coordenar e administrar os interesses dos três grandes subconjuntos abarcados na noção de *agribusiness*: agropecuária e segmentos de outros setores relacionados a ela.

3.2 Militância nacional: o grupo da *Agrocere*s

Em meados da década de 1980, alguns assessores da *Agrocere*s, com destaque para Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, começaram a desempenhar um papel mais ativo na divulgação da noção de *agribusiness*. Ambos eram formados na Esalq, na qual, assim como em outras escolas de agronomia do país, as abordagens pedagógicas ficavam bastante restritas à dimensão agrícola. Os dois, além disso, haviam pertencido ao grupo inicial da revista *Agroanalysis*, no final da década de 1970. Essa revista tinha trazido, desde seu início, algumas análises com perspectivas mais sistêmicas da agricultura (PINAZZA, 2012, 2017¹⁰⁸; WEDEKIN, 2017¹⁰⁹)¹¹⁰.

Estando na *Agrocere*s, tanto Wedekin quanto Pinazza participaram dos seminários na HBS durante a segunda metade da década de 1980. Os dois agrônomos tinham conhecido, portanto, a abordagem sistêmica de *agribusiness* em contato direto com Ray Goldberg, e percebiam no chefe, Bittencourt de Araújo, a determinação em torná-la mais reconhecida no Brasil.

Pinazza foi quem escreveu, em 1986, um dos primeiros textos públicos do grupo agenciando a concepção, com a finalidade de apresentá-la em um

¹⁰⁸ Luiz Antônio Pinazza, entrevista ao autor em 5 de abril de 2017.

¹⁰⁹ Ivan Wedekin, entrevista ao autor em 29 de maio de 2017.

¹¹⁰ Para mais detalhes sobre as trajetórias profissionais de Wedekin e Pinazza, ver Grynszpan (2016).

seminário (PINAZZA, 1986). Intitulado “Aspectos do *Agribusiness* no Brasil”, esse material foi um passo decidido do grupo da *Agrocere*s na mobilização da categoria.

A característica fundamental do texto era a filiação à noção original de *agribusiness*, em identificação com as pesquisas da década de 1950, em especial Davis e Goldberg (1957). Esse vínculo representava um resgate da categoria criada HBS, perfazendo movimento inverso ao do uso de CAIs no Brasil, em que se percebe, como mostrado anteriormente, menções iniciais ao termo caminhando para seu esmaecimento posterior.

De fato, CAIs, além de ter se tornado uma unidade de análise mais propriamente (mas não exclusivamente) acadêmica, não fazia sentido ao grupo da *Agrocere*s por suas teorizações estarem centradas na análise crítica da subordinação da agricultura às indústrias a montante e a jusante (WEDEKIN, 2017; ZYLBERSTAJN, 2017)¹¹¹.

Reproduzindo, ainda, as explicações históricas conectadas à noção de *agribusiness* pela HBS, Pinazza mobilizava uma narrativa fundamentada em determinismo tecnológico que, além do mais, ignorava as hierarquias que haviam passado a se impor e os conflitos distributivos que advinham do processo de industrialização da agricultura no Brasil. Segundo ele,

[...] a agricultura moderna exige crescente especialização do produtor nas operações de cultivo e criação. Por outro lado, as funções de armazenar, processar e distribuir alimentos, bem como de suprimentos de insumos e fatores de produção, gradativamente, ficam mais especializadas, passando a ser desenvolvidas por organizações além da fazenda. É exatamente dentro desse cenário que o conceito do *Agribusiness* passa a ser um importante instrumento, para facilitar o entendimento de como o setor agrícola atua (PINAZZA, 1986: 16).

Wedekin, por sua vez, destacou-se no uso da estratégia iniciada por Davis (1955) de atrelar a noção a um aparato justificatório, contribuindo, nessa direção, para a divulgação, no Brasil, do primeiro pilar estatístico do *agribusiness*: sua participação no PIB. No *1º Debate Agrofolha*, em outubro de 1988, ele afirmou que “estamos montando no Brasil uma agricultura industrial,

¹¹¹ Decio Zylbersztajn, entrevista ao autor em 30 de maio de 2017.

capitalista e moderna, que tornou o *agribusiness* o maior negócio do país e que já representa 35% do PIB” (FSP, 25/10/1988: 4-5). No ano seguinte, Wedekin reforçou esse dado na imprensa, ressaltando que o *agribusiness* brasileiro corresponderia a um terço do PIB (FSP, 26/04/1989).

O “argumento do PIB” tinha implicações importantes para contestar o lugar que as contas nacionais atribuíam à agricultura. Com o fracionamento oficial nos três setores clássicos, resultava, à época, uma participação relativa cada vez menor da agricultura em relação aos outros setores (BRUGNARO & BACHA, 2009). Ao evidenciar o peso econômico do *agribusiness* (como noção) na renda gerada na economia nacional, muito superior ao da agricultura tomada separadamente, a *Agrocere*s esperava obter maior legitimidade perante a opinião pública, para si e para as empresas com as quais atuava. Com isso, ela projetava obter maior potencial de convencimento e pressão sobre o governo.

De fato, o agenciamento de números sobre a participação do agronegócio no PIB constituiu-se como um dos elementos-chave iniciais de conquista de legitimidade pelos atores que passariam a mobilizar aquela categoria. Registre-se que esses dados macroeconômicos, como os referentes ao PIB, eram operados na esfera pública com base em convenções coletivas do bem comum (THÉVENOT, 2001), como se beneficiassem a toda a população. Nesse sentido, eles tinham grande poder de justificação, como apontado por Boltanski e Chiapello (2005). Perspectivas conservadoras utilizam-no, como se mostrará mais adiante, para argumentar que esses benefícios supostamente para “todo mundo” –ou para o “Brasil” – superam os problemas “menores” causados pelo *agribusiness*.

Com efeito, em muitas controvérsias, líderes da concertação política do agronegócio procuram deslocar as lógicas de justificação baseadas em direitos ou em sustentabilidade ambiental, por exemplo, para lógicas (ordens de grandeza) assentadas em argumentações macroeconômicas como a citada no parágrafo acima.

Resulta que, em várias ocasiões, o principal embate é para estabelecer qual lógica de justificação é a mais legítima para ser utilizada em uma dada controvérsia (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006). Nesse sentido, a participação de segmentos da imprensa e da mídia

televisiva na concertação política do agronegócio auxilia-a na estratégia de estabelecer, pelo acesso mais fácil às arenas dominantes da esfera pública (FRASER, 1997) e pela reiteração que essa forma de acesso propicia, qual será o modo com maior validade.

Foi Ney Bittencourt de Araújo, contudo, quem começou a esboçar um projeto mais bem-acabado para o *agribusiness* no Brasil. Em *O Globo* (OG, 26/07/1989: 4), ele destacou a “interdependência entre insumos-agricultor-indústrias de processamento e distribuição” que configurariam o *agribusiness*. Para o presidente da *Agrocere*s, a mobilização por meio da concepção teria dois endereçados fundamentais, o empresariado e o governo. A abordagem do *agribusiness* poderia ajudar, segundo ele, a promover o desenvolvimento mais harmônico do conjunto de relacionamentos tecnológicos, mercadológicos e negociais existentes entre a agricultura e os setores industriais que a cercavam. E seria justamente da análise desses contornos que deveria ser criada a política macroeconômica para o conjunto desses agentes.

O trabalho da *Agrocere*s seria bem-sucedido em dotar a noção de *agribusiness* de caráter positivo e, também, instrumental. Aos poucos, a categoria começou a ser operacionalizada nesse sentido por outros atores, como publicitários, professores universitários e agentes do mercado financeiro.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, promoveu o “Seminário de Marketing Agrícola - *Agribusiness 88*” (OESP, 03/05/1988). O anúncio do evento afirmava que teria chegado o momento de cercar o assunto, de deter “o entendimento do mercado como um todo, de todo o seu fluxo, de todo o seu *mix*. A visão sem distorções de todo o espectro de produção, comercialização e comunicação de bens e serviços dirigidos ao mercado agrícola” (OESP, 03/05/1988). Como não podia deixar de ser, a *Agrocere*s estava presente no evento: José Luiz Tejon Megido, gerente de *marketing* da empresa, apresentou nesse seminário a palestra “Comunicação rural a partir do *Agribusiness*” (OESP, 03/05/1988).

Já o professor Guilherme Leite da Silva Dias, da FEA/USP, afirmou que “cada vez mais as empresas de *agribusiness* vão precisar de alguém que saiba relacionar macroeconomia com a intermediação financeira de produtos agrícolas” (OESP, 28/12/1989: 7). Na mesma reportagem, a jornalista Marina

Makyama escreveu que o economista agrícola estaria sendo cada vez mais visado para trabalhar com o *agribusiness*, que representaria parte considerável do PIB. Não haveria, contudo – e essa seria uma demanda dos empresários – escolas preparadas para formar esse tipo de profissional (OESP, 28/12/1989)¹¹².

Ainda em 1989, agentes financeiros passaram a interessar-se pela noção de *agribusiness*. Nesse ano, a *Bolsa de Mercadorias* e a *Ordem dos Economistas de São Paulo* lançaram o prêmio “Os mercados futuros na lei agrícola e a expansão do *agribusiness* no Brasil” para estimular análises técnicas que pudessem subsidiar a discussão da Lei Agrícola no Congresso Nacional (FSP, 26/04/1989: 12-13).

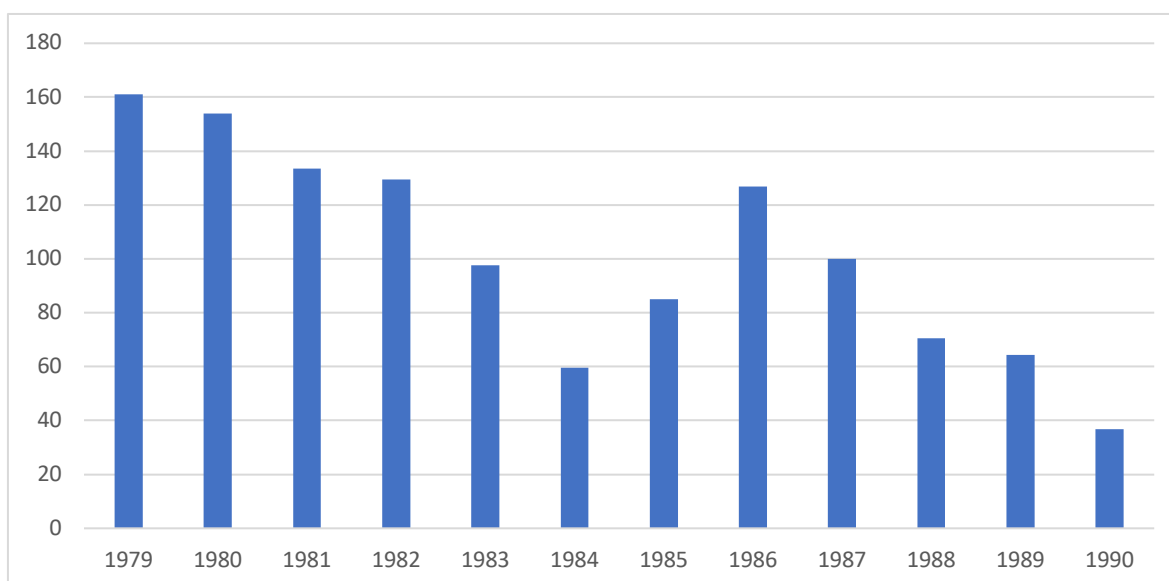
3.2.1 Respostas à orientação neoliberal

Se, na década de 1980, o modelo de financiamento público da agricultura criado na ditadura militar vinha, por conta da crise fiscal, sendo inviabilizado, no começo dos anos 1990, o processo de diminuição de apoio do Estado ao setor agrícola seria aprofundado com decisão política.

Influenciado pelo neoliberalismo reinante na maioria dos países do mundo, o governo Fernando Collor de Mello (1990–1992) tinha como uma de suas metas “administrar o recuo da ingerência governamental direta sobre o setor agrícola”, como estabelecia o documento da Casa Civil “Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura” (HOFFMANN, 1989). Com efeito, em 1990 o total de crédito rural foi reduzido a menos de um quarto do que havia sido em 1979, como demonstra o gráfico 4.

¹¹² Mais à frente, será analisado o processo de entrada e consolidação de abordagens de *agribusiness* nas universidades brasileiras.

Gráfico 4: Evolução de recursos do crédito rural, 1979-1990 (valores constantes em R\$ bilhões)*.



Fonte: Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2012b.

(*) IGP-DI - Índice médio anual.

Nesse contexto político, a demanda por tecnologia a montante da agropecuária, por parte dos produtores rurais, continuava instável, aprofundando-se, conseqüentemente, as dificuldades das indústrias de máquinas e insumos agrícolas quanto ao mercado interno. As vendas nacionais de máquinas agrícolas tinham caído acentuadamente. Se em julho (mês de pico no ano) de 1979 as vendas nacionais estiveram em 7.802 máquinas, em julho de 1990 elas haviam diminuído para 4.352 unidades (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, 2017).

O consumo aparente de fertilizantes tinha caído de 10 milhões de toneladas em 1987 para cerca de 8 milhões de toneladas em 1989 (*Agroanalysis*, dezembro de 1994). A indústria de sementes apresentava variações díspares. Se a soja e o trigo estavam em 1989 em patamar melhor do que em 1981, o milho tinha tido um resultado pior: ante 158 mil toneladas de milho produzidas em 1981, a produção foi de 118 mil em 1988 (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: 183).

Para agudizar esse cenário, o lançamento, em março de 1990, do Plano Collor I – criando defasagem entre as correções dos preços mínimos e do

crédito rural, retendo recursos financeiros e usando a importação de produtos agropecuários como mecanismo para controle inflacionário (LAMOUNIER, 1994) – enfraqueceu ainda mais a demanda interna por insumos e máquinas.

Foi nesse momento histórico que o grupo da *Agrocere*s decidiu elaborar uma estratégia com três focos principais, oportunizando o primeiro grande salto de reconhecimento da perspectiva de *agribusiness* e concatenando a ela um projeto político-econômico mais bem estruturado. Os três elementos principais dessa estratégia foram a realização de um evento internacional, o lançamento de um livro e a fundação de um curso na USP.

3.3 O projeto

O ensejo para essas ações veio com o aniversário de 45 anos da *Agrocere*s (PINAZZA, 2012), data para a qual se programaram o *Encontro Internacional de Agribusiness* e o lançamento do livro “Complexo Agroindustrial: o ‘*agribusiness*’ brasileiro” (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990). No dia seguinte, um segundo evento, dessa vez no Instituto de Estudos Avançados da USP, contribuiria decisivamente para criar as condições favoráveis para que um programa de *agribusiness* fosse posteriormente criado naquela universidade (ZYLBERSZTAJN, 2017). Aqui se repetia a história ocorrida nos EUA na década de 1950: a utilização de uma universidade de prestígio no país para servir como base acadêmica central para o agenciamento da nova perspectiva.

O grupo da *Agrocere*s imaginou que seria fundamental lançar seu livro sobre o *agribusiness* em um evento que mostrasse autoridade sobre a concepção criada na HBS. Nesse sentido, Bittencourt de Araújo convenceu Goldberg a participar e tirou grande proveito de sua vinda a São Paulo (GOLDBERG, 2017a). De fato, o professor da HBS foi usado como um dispositivo autenticador para as iniciativas da *Agrocere*s, tendo participações tanto no evento internacional quanto no seminário na USP, além de ter se envolvido com outros eventos menores.

No *Encontro Internacional de Agribusiness*, realizado no dia 6 de dezembro pela empresa de Bittencourt de Araújo, com apoio do *Estadão* e a

presença de aproximadamente 500 pessoas (WEDEKIN, 2017), Goldberg argumentou sobre a importância de o governo dar tratamento fiscal, financeiro e comercial adequado ao *agribusiness*, sob pena de o desenvolvimento econômico do país ficar comprometido, ameaçando, por desdobramento, o bem-estar da população. O *agribusiness*, segundo ele justificou fazendo referência à noção, seria responsável por metade dos empregos no mundo e o mesmo percentual do consumo mundial (OESP, 07/12/1990).

Além disso, Goldberg prognosticou que as corporações multinacionais teriam centralidade no futuro para atender às demandas globais por comida, deixando o governo de ter qualquer atuação relevante na área (OESP, 07/12/1990). Com essa colocação, ele resgatava a narrativa liberal original da noção de *agribusiness* (DAVIS, 1955, 1956), embora ele próprio já a houvesse matizado (GOLDBERG, 1966). Aqui ficava patente uma contradição da narrativa do *agribusiness*, qual seja, instrumentalizar as propostas sobre a atuação do Estado de acordo com as conveniências do momento¹¹³.

Figura 11: Bittencourt de Araújo e Goldberg no *Encontro Internacional de Agribusiness*, 1990.



Foto: Agrocere, 2015.

¹¹³ Sobre a importância do Estado para a dinâmica do agronegócio, com ênfase no crédito rural, ver Leite e Wesz Jr. (2014).

Nada mais adequado que aquele evento para o lançamento do livro de Bittencourt de Araújo, Wedekin e Pinazza, “Complexo Agroindustrial: o ‘*agribusiness*’ brasileiro” (1990), editado pela própria *Agrocere*s. A sugestão de fazer a obra foi de Ivan Wedekin (WEDEKIN, 2017). Ele e o professor da FEA/USP, Decio Zylbersztajn, que à época também era assessor da *Agrocere*s, haviam anteriormente visitado Goldberg na HBS, de onde tinham trazido quinze casos discutidos nos seminários daquela escola (WEDEKIN, 2012).

O livro, espelhando em grande medida *A Concept of Agribusiness* (1957), é a apresentação mais bem delineada do projeto político-econômico mobilizado por meio da noção de *agribusiness* no Brasil, sendo escrito em linguagem matematizada e acessível. O eixo central da obra foi a defesa da adoção da perspectiva de *agribusiness* no país, que seria, segundo o grupo da *Agrocere*s, essencial para promover uma melhor percepção das relações entre a agropecuária e as funções a ela conectadas (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

Para isso, os autores enfatizavam ser fundamental difundir um novo ferramental analítico, a “disciplina do *agribusiness*”, que permitiria uma visão mais ampla e sistêmica, ausente no Brasil: “Tanto isto é verdade que não há uma palavra em português para descrever o inter-relacionamento destas funções” (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: XII). Esse fato seria curioso, destacavam os autores, pois a ideia de *agribusiness* seria ferramenta analítica usada há bastante tempo em muitas nações.

Tratava-se, em particular, do encorajamento do uso de uma noção específica de *agribusiness*, pois, como mostrado anteriormente, havia outros sentidos para essa palavra na esfera pública brasileira, além de outros termos com perspectivas sistêmicas para a agricultura. Essa noção, como apontado, era aquela das análises iniciais da HBS, em especial a do primeiro livro dos autores (DAVIS & GOLDBERG, 1957), elemento que já fora, aliás, adiantado por Pinazza em 1986.

Esse fundamento assentado nas formulações originais do termo permitia, ao mesmo tempo, replicar sua narrativa histórica da aproximação entre a agricultura e as indústrias de uma maneira que convinha às empresas a montante da agropecuária, como a *Agrocere*s. Essa narrativa tinha dois

elementos essenciais: o determinismo tecnológico e a complementariedade na relação entre os setores.

A especialização das funções “dentro da porteira” (agropecuária em si), antes da porteira” (a montante) e “depois da porteira” (a jusante)¹¹⁴ era explicada, assim como na obra seminal de Davis e Goldberg (1957), como consequência do desenvolvimento tecnológico, o que se adequava, pelo menos em termos retóricos, ao predomínio neoliberal da época:

[...] as mudanças provocadas pelo processo de desenvolvimento (gerando rápida urbanização), combinadas com a revolução tecnológica, estreitaram as funções da fazenda. [...] O moderno agricultor é um especialista, confinado às operações de cultivo e criação. Por outro lado, as funções de armazenar, processar e distribuir alimento e fibra vão se transferindo, em larga escala, para organizações além da fazenda (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: XII).

Essas organizações, continuavam os autores, também teriam sido transformadas em operações altamente especializadas. Como desdobramento, havia surgido um novo arranjo de funções a montante da produção agrícola: a produção de insumos agrícolas e fatores de produção, incluindo máquinas e implementos, tratores, combustíveis, fertilizantes, suplementos para ração, vacinas e medicamentos, sementes, inseticidas, herbicidas, fungicidas, dentre outros itens, além de serviços bancários, técnicos, de pesquisa e informação. A jusante, teriam sido constituídas complexas estruturas de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

O discurso sobre os avanços tecnológicos acarretando a especialização desdobrava-se, por seu turno, em uma análise que sugeria a complementariedade de interesses no processo de industrialização da agricultura. Essa ideia de complementariedade, ou de interdependência, cumpria o papel de criar fundamentos para minorar conflitos distributivos nas

¹¹⁴ Com o trabalho do grupo da *Agrocere*, essas três noções entre aspas começaram a ganhar projeção pública no Brasil (MAGGI, 1996). Elas constam do livro *Complexo Agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro* (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990: 2). Mantendo relação com esse fato, começam-se a utilizar esses termos, a partir deste ponto da tese, como substitutos eventuais de “agropecuária”, “a montante” e “a jusante”.

cadeias produtivas e propiciar bases positivas para o aperfeiçoamento do entendimento e coordenação dentro delas. Nesse mesmo sentido caminhava o pouco relevo que os autores davam para os processos de verticalização ocorrendo em relação à agropecuária.

Outra decorrência do uso das análises originais da HBS era enfatizar o potencial de influências práticas que a noção de *agribusiness* poderia deter. Governos, empresários e acadêmicos teriam possibilidades de usar essa nova ferramenta para promover melhores políticas públicas, maior capacidade gerencial e avanços na educação e na pesquisa.

Grande parte da análise constante do livro estava voltada, contudo, para mensurar a participação do *agribusiness* na economia nacional, assim como para promover uma série de cálculos desagregando seus subconjuntos.

Se os dados desagregados visavam responder aos anseios dos empresários e do Estado por informações sobre o *agribusiness* (como noção), os números macroeconômicos agregados tinham uma função política evidente, que consistia em dotar de substância a afirmação dos autores de que o *agribusiness*, embora pouco percebido e valorizado, seria o maior negócio do país. Baseados em informações de 1989, os autores declaravam que o *agribusiness* seria responsável por 65% do saldo da balança comercial brasileira; de acordo com dados de 1980, que ele responderia por 32% do PIB e por mais de 40% dos empregos no Brasil (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

Estavam lançadas, conjuntamente, as estatísticas que, somando-se aos números do PIB, passariam a compor o cerne do aparato justificatório relacionado ao agronegócio no Brasil. Esse dispositivo de legitimação era, ao mesmo tempo, composto por uma dimensão mais propriamente discursiva, baseada em ideias-chave como competitividade no cenário mundial (SAUER, 2008) e importância para a desconcentração econômica entre as regiões brasileiras¹¹⁵. Esses são os fundamentos do espírito do *agribusiness*, que tanta influência teria no país a partir da década de 2000.

¹¹⁵ As justificações focadas em elementos macroeconômicos seriam complementadas em 1993, quando da criação da Abag, por argumentos de ordem social (ABAG, 1993).

Por essas justificações, os autores argumentavam que o *agribusiness* deveria ser colocado em posição de destaque no conjunto de estratégias para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Por *agribusiness*, nesse caso, eles estavam referindo-se tanto ao termo em seu sentido econômico, como conjunto das cadeias produtivas relacionadas à agropecuária, quanto aos agentes que atuavam promovendo a noção de *agribusiness*, a exemplo da *Agroceres*. Ou seja, estavam aludindo aos CAIs como realidade empírica, e, ao mesmo tempo, colocando-se como seus legítimos representantes. A imagem de grandeza projetada na esfera pública, contudo, remetia à noção de *agribusiness*, como apresentado.

No livro, Araújo, Wedekin e Pinazza (1990) também fizeram análises e propostas relativas aos grupos rurais que não haviam sido inseridos nas cadeias. Em relação a esse aspecto, eles propunham uma classificação dual para as unidades produtivas agropecuárias, sob o critério da eficiência. Haveria um modelo moderno, que seria eficiente produtivamente, e outro tradicional, muito pequeno ou muito grande, mas, sobretudo, pouco eficiente.

A agricultura comercial é um polo dinâmico que incorpora tecnologias avançadas, ganhos sistemáticos de produtividade e articula a produção agroindustrial com o desenvolvimento urbano. A agricultura de baixa renda é um núcleo estagnado, que utiliza tecnologia tradicional e produz à base de unidades familiares independentes, ou, às vezes, articuladas com a propriedade latifundiária (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN E PINAZZA, 1990: XII).

Mobilizando ideias-chave, a exemplo de “produtividade”, os autores buscavam distanciamento de termos como latifúndio e de entidades como a UDR. Essa estratégia prevaleceria nos primeiros anos da Abag, ensejando uma postura inicial de crítica ao latifúndio improdutivo e de tímido apoio à reforma agrária, assunto do qual se tratará no capítulo 7 (ABAG, 1993, 1994). Fundamental ter em conta, contudo, que a crítica da Abag era à improdutividade, e não à concentração fundiária no Brasil, a qual, aliás, era elemento central da competitividade das principais cadeias produtivas relacionadas à agropecuária. A despeito dessas proposições nos primórdios da Abag, não restam dúvidas de que a concertação política do agronegócio,

constituída a partir dessa entidade, passaria a abrigar atores bastante diferenciados, tendo alguns deles maior rentabilidade operacional, e outros, patrimonial (UNGER, 2017)¹¹⁶.

Como propostas práticas, os agrônomos sinalizavam dois tipos de encaminhamentos para os produtores de baixa renda, emulando a proposta de Davis (1956). A parte mais bem desenvolvida ou, pelo menos, com capacidade produtiva razoável (medida da qual não foi claramente especificada), deveria ser auxiliada a produzir mais e melhor, e ser inserida, por meio de tecnologia, no *agribusiness*. No entanto, eles argumentavam que esse não seria um caminho possível para todas as famílias, pois a tendência era a continuidade do aumento da concentração fundiária; ao restante, que no Brasil significava a numerosa quantidade de famílias da chamada pobreza rural, caberia, segundo eles, procurar oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

Por último, vale chamar atenção para o conceito de CAI no livro da *Agrocères*, que, como atesta o título da obra, os autores levavam em consideração, embora enfatizassem que ele não seria a tradução correta para a noção de Davis e Goldberg (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990). A inclusão do termo CAI na obra aconteceu porque a estratégia do grupo da *Agrocères* tinha como um dos seus principais interlocutores a academia, onde esse conceito prevalecia¹¹⁷.

Dessa forma, os autores acolheram, em seus primeiros trabalhos, a ideia de CAI ao lado daquela de *agribusiness*, com o intuito de dialogar com os pesquisadores (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990). Conforme esta noção foi ganhando projeção na esfera pública, os autores do livro continuaram agindo para reforçá-la, cada vez mais, no lugar de CAI, crítico aos processos de dominação da agricultura pela indústria e mais circunscrito à análise acadêmica, embora tivesse começado, ainda que modestamente, a ter alguma importância no âmbito governamental (KAGEYAMA et al., 1990). Esse afastamento da ideia de Complexo Agroindustrial ficaria patente em um

¹¹⁶ Ex-ministro Roberto Mangabeira Unger, entrevista ao autor em 15 de maio de 2017.

¹¹⁷ Repare-se que os autores aludem a “CAI” e não à sua desagregação “CAIs”, pois estavam justamente defendendo uma perspectiva sobre a importância do *agribusiness* como totalidade.

segundo livro de Bittencourt de Araújo, “Segurança alimentar – uma abordagem de *agribusiness*” (ABAG, 1993).

3.3.1 Resultados da campanha

O *Encontro Internacional de Agribusiness* e o lançamento do livro conseguiram influenciar decisivamente o reconhecimento da noção do *agribusiness*. Em 18 de dezembro de 1990, menos de duas semanas após o evento com a presença de Ray Goldberg, a *Folha de S. Paulo* criou uma seção com o título “*Agrobusiness*”, que contribuiu para popularizar a palavra (mesmo que em sua variação, com o “o” no lugar do “i”). A visão intersetorial que o grupo da *Agroceres* propunha, contudo, não ganhou tanta relevância nessa parte do jornal, pois nela eram mais escassas as menções a segmentos “antes” e “depois da porteira” e às relações entre eles e a agropecuária (ACERVO HISTÓRICO DA FOLHA DE S. PAULO, 2017).

Algumas empresas verticalizadas passaram a defender a categoria propagandeada pelo grupo da *Agroceres* com maior convicção, lançando mão, para isso, de narrativas laudatórias. Boris Tabacof, diretor-superintendente da *Bahia Sul Celulose*¹¹⁸, afirmou estarem ao menos 40% do PIB relacionados ao *agribusiness*, que, além de apresentar vantagens competitivas no mercado internacional, ajudaria a conter o êxodo rural, incentivando a descentralização da indústria e produzindo alimentos mais baratos em maior quantidade e qualidade. A esses argumentos, que não eram mais novidade na esfera pública, Tabacof acrescentou que o *agribusiness* ajudaria a “ecologia”. No âmbito das discussões de preparação para a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (Eco-92), a empresa tentava defender que a indústria florestal estaria conciliando desenvolvimento com preservação (OESP, 26/03/1991: 28)¹¹⁹.

¹¹⁸ Empresa resultante de uma *joint-venture* entre a *Companhia Suzano Papel e Celulose* e a então *Companhia Vale do Rio Doce*.

¹¹⁹ A temática ambiental não seria muito desenvolvida, na década de 1990, pela concertação política do agronegócio, ganhando maior relevância somente em meados da década de 2000, a partir da instalação da controvérsia relacionada a ela, assunto que será tratado mais à frente nesta tese.

As grandes cooperativas agrícolas também tomavam apreço pelo termo da HBS. Minoru Takano, superintendente da *Cooperativa Agrícola de Cotia*, passou a defender a necessidade de implantação do *agribusiness* por meio da verticalização da agricultura (OESP, 03/07/1991). No *XXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, realizado em agosto de 1992, Takano apresentou o trabalho “O *agribusiness* e sua interação com a agricultura”, em que, citando Bittencourt de Araújo, dizia que “a sobrevivência da agricultura dependerá da integração do setor agrícola com os demais segmentos que o cercam” e da agregação de valor (TAKANO, 1992: 96).

Atores industriais e financeiros não ficaram para trás. A *Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação* passou a mobilizar a noção (JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS, 17/05/1991; OESP, 10/10/1991); a Fiesp organizou o *Seminário de Agribusiness* em junho de 1991 (FSP, 02/07/1991); e o *Banco Nacional* e a *Bolsa de Cereais de São Paulo* lançaram, em consonância com o olhar abrangente proposto pela nova abordagem, o “*Agribusiness Card*”, serviço de pregões eletrônicos que permitiam o acesso direto de todos os elos da cadeia do *agribusiness*, como produtores, armazenadores, distribuidores, agroindústrias e supermercados, aos computadores dessa bolsa, sem intermediação de atravessadores (OESP, 07/08/1991; FSP, 30/07/1991).

Além de Elisio Contini, que havia ajudado nos cálculos das contas nacionais para o livro da *Agroceres* (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990), outros pesquisadores da Embrapa começaram a mobilizar a noção (FSP, 06/08/1991), assim como apareciam mais professores universitários que o faziam, fosse no âmbito do Pensa, a exemplo da professora Elizabeth Farina (1992), fosse na Esalq, com seu diretor Evaristo Marzabal Neves (FSP, 04/05/1992).

3.3.2 Um programa acadêmico de *agribusiness*

Enquanto o evento internacional e o livro tinham tido um papel mais voltado para convencer a opinião pública e influenciar o governo a reconhecer a importância do *agribusiness*, do qual alguns líderes empresarias se colocavam

como representantes, o terceiro elemento da estratégia da *Agrocere*s – a criação de um programa de *agribusiness* na USP – era mais focado nas estratégias empresariais, tendo como objetivo atuar sobre as relações entre as (e dentro das) organizações privadas.

Era por isso que o livro e o programa universitário estavam baseados em obras diferentes da HBS. Se o livro do grupo da *Agrocere*s remetia aos trabalhos de Davis e Goldberg da década de 1950, especialmente Davis e Goldberg (1957) – que tratavam, fundamentalmente, de divulgar e medir o *agribusiness* como uma totalidade em relação à economia norte-americana –, o programa de *agribusiness* resgatava a segunda fase das análises de Goldberg – aquela da década de 1960, especificamente Goldberg (1968) –, na qual ele abordava as cadeias produtivas singulares do trigo, da soja e da laranja.

Como mencionado anteriormente, a atuação de Goldberg não tinha ficado restrita ao *Encontro Internacional de Agribusiness*. Logo no dia seguinte a esse evento, ele palestrou sobre o *agribusiness* no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), contribuindo com seu prestígio e o de sua universidade para que se criasse o ambiente propício na USP para a fundação do *Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial* (Pensa), onde Wedekin e Pinazza, dentre outros, atuavam sob a coordenação do professor da FEA/USP, Decio Zylbersztajn.

Além disso, Goldberg compôs o primeiro conselho do Pensa, ao lado de Bittencourt de Araújo e do presidente da *Batavo*¹²⁰, dentre outros líderes empresariais (ZYLBERSZTAJN, 1993). Tendo trabalhado como assessor econômico do presidente da *Agrocere*s na década de 1980, Zylbersztajn tinha sido apresentado à noção de *agribusiness* e levado a frequentar o HAS. Em Boston, ele presenciou a influência que o seminário tinha sobre o setor privado (ZYLBERSZTAJN, 2017).

Esse processo modificou a trajetória de Zylbersztajn. Quando ele se tornou professor do Departamento de Administração da USP, entrou determinado a montar um programa parecido com aquele que Goldberg liderava em Harvard. Bittencourt de Araújo, de sua parte, ajudou a patrocinar o programa

¹²⁰ Nascida como cooperativa de laticínios, a *Batavo* é atualmente de propriedade do grupo francês *Lactalis*.

em seus primeiros anos, colocando a *Agrocere*s como uma empresa a ele associada (ZYLBERSZTAJN, 2017).

O Pensa foi lançado no Conselho Universitário da USP em 6 de junho de 1991, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e abrigado na *Fundação Instituto de Administração* (FIA/USP), com vistas à realização de contratos com o setor privado. Seu modelo repetia a fórmula empresarial-acadêmica exitosa nos EUA. Assim como Moffett havia feito na HBS, Bittencourt de Araújo percebia a importância da criação de um curso em uma universidade prestigiada, razão que o fez apoiar o professor Decio Zylbersztajn a abrir o programa.

O objetivo do Pensa era, além de agir sobre as estratégias das empresas que atuavam no ambiente de coordenação e verticalização relacionadas à agricultura, formar mão-de-obra especializada para o *agribusiness*. Na época do lançamento do programa, Zylbersztajn argumentar que

A sofisticação da indústria do suco de laranja e do complexo soja, por exemplo, arrecadam cerca de US\$ 5 bilhões em divisas com exportações e necessitam de profissionais experientes, com uma visão clara não só de economia rural e administração, mas do mercado de *commodities* (OESP, 26/06/1991: 8).

O professor justificava o programa como um elemento fortalecedor do tripé universitário:

Constatamos, também, que a associação entre universidade e empresa pode ser uma realidade, mais do que retórica. É através desta experiência que estamos buscando cumprir as funções de ensino, pesquisa e extensão, metas e pilares da USP (ZYLBERSZTAJN et al., 1993: aba do livro).

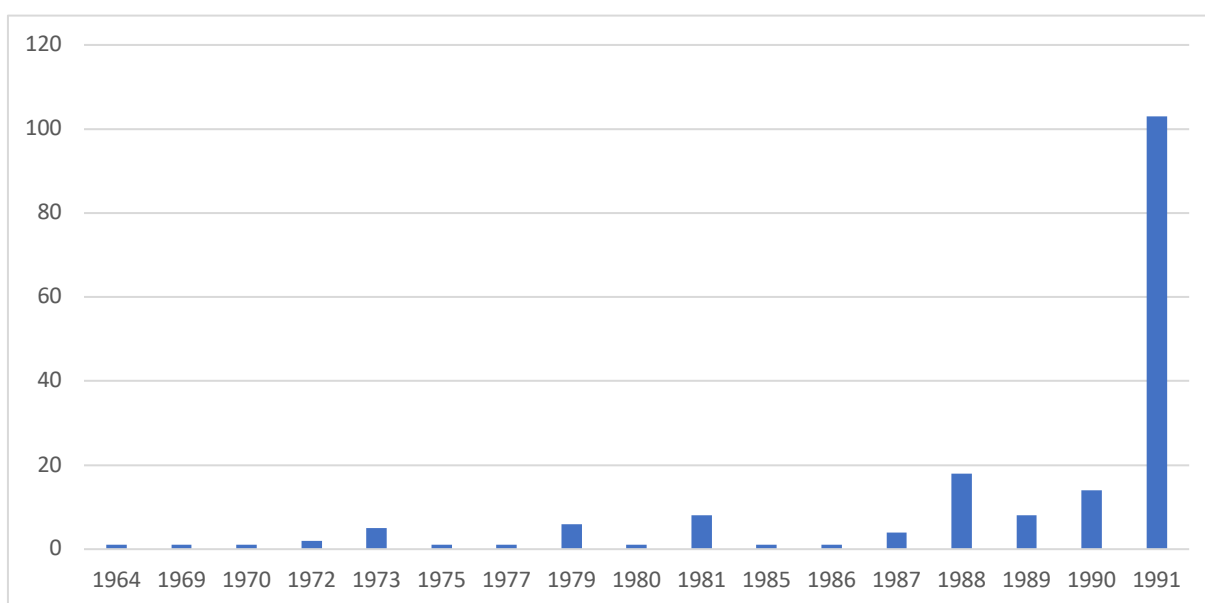
Reproduzindo o modelo do HAS, os coordenadores do Pensa usavam o método de caso para abordar problemas envolvendo as empresas e cooperativas brasileiras, com foco no estudo das interligações dentro das cadeias, “antes, dentro e depois da porteira”. O seminário consistia em reservar um hotel para centenas de empresários e com eles analisar meia dezena de casos reais, com foco em “[...] manter nosso trabalho fortemente vinculado à

realidade e às necessidades do *agribusiness* moderno” (ZYLBERSZTAJN, 1993: aba do livro; 2017).

Para além do programa, o professor passou a trabalhar como consultor para organizações privadas. Nessas situações, ele utilizava a abordagem baseada na noção de *agribusiness* para reorientar o planejamento das empresas.

O Pensa completava a estratégia bem-sucedida de divulgação do uso da noção de *agribusiness* e de criação de um plano político a ela conectado. Entre 1990 e 1991, houve um aumento de 630% no número de páginas utilizando o neologismo nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, conforme se pode notar no gráfico 5.

Gráfico 5: Páginas de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* mencionando *agribusiness* ou *agrobusiness* (1964-1991).



Fonte: Acervos de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, maio de 2016 (elaboração do autor).

3.3.3 Limites da campanha

A despeito desse ganho de proeminência de *agribusiness*, como noção e projeto político a ela relacionado, o governo Collor continuou, em larga medida, executando a mesma orientação de retirada de apoio à agropecuária e às

funções a ela relacionadas. Somando-se a isso, em março de 1991 o Tratado de Assunção foi assinado, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e agilizando o processo de abertura econômica do país, o que preocupava líderes nacionais que advogavam pelo referido projeto.

Nesse contexto, o ministro da Agricultura e Reforma Agrária de Collor, Antônio Cabrera Mano Filho (1990-1992), mobilizou o termo na perspectiva de justificar a retirada de apoio do Estado à agricultura de uma forma geral. Com essa estratégia, ele instrumentalizava a narrativa da desnecessidade governamental do *agribusiness* para os propósitos neoliberais de seu governo.

Cabrera era um “neo-neoliberal” na agricultura, como fica evidenciado quando se compara seu comportamento enquanto ministro com suas falas como líder de pecuaristas. Em um artigo meses antes de começar a integrar o governo, falando como presidente da *Associação Brasileira de Criadores de Búfalos*, ele solicitava recursos para a agropecuária, afirmando que o apoio estatal vinha sendo prioritariamente destinado à indústria (DIÁRIO DO PARÁ, 04/02/1990).

Claramente, Cabrera assumira as diretrizes do governo que compunha, agenciando a ideia de *agribusiness* de acordo com os segmentos que queria influenciar. Respondendo ao questionamento de um jornalista sobre a agricultura brasileira estar pronta para ser menos amparada pelo governo, o ministro provocou os produtores agropecuários a qualificarem sua coordenação com os agentes a montante e a jusante: “O produtor tem que ser um *agribusiness*, sentando à mesa com todos os setores para definir o que vai fazer. O que adianta o produtor ser bom se o açougue é ruim?” (OG, 22/01/1991: 23). No final de 1991, ele dirigiu-se aos segmentos posicionados “antes” e “depois da porteira”:

Cabe, agora, à iniciativa privada assumir uma nova posição. No complexo “*Agribusiness*”, as empresas – que se beneficiam e contribuem para o desenvolvimento agropecuário, produzindo e distribuindo insumos, máquinas e equipamentos, e outras, que atuam comprando, industrializando e vendendo a produção rural – não podem cruzar os braços e esperar que o Governo e os produtores façam tudo, resolvam tudo sozinhos (OG, 22/12/1991: 6).

Obstinado, Ney Bittencourt de Araújo continuava a defender seu projeto político-econômico. Em artigo na *Folha* no final de 1992, ele insistiu que a

[...] sociedade brasileira precisa se conscientizar de que está no *agribusiness* – da cadeia de alimentos e fibras – nossa alternativa de crescimento sustentado, nossa principal alavanca de integração competitiva com a economia internacional e nosso grande instrumento de distribuição de renda (FSP, 15/12/1992: 2).

O presidente da *Agrocere*s reforçou, na ocasião, alguns pilares do espírito do *agribusiness*, aludindo à sua participação no PIB, ao falar de crescimento, e à sua contribuição para a balança comercial, ao mencionar a integração internacional competitiva (FSP, 15/12/1992).

Foi nesse contexto que a ideia de criação de uma entidade agrupando diversas representações da agropecuária e dos setores a ela conectados, já aventada desde, pelo menos, o começo da década de 1990, finalmente tomou corpo.

3.4 Considerações finais ao capítulo

No início deste capítulo, mostrou-se que, entre a segunda metade da década de 1980 e começo dos anos 1990, o contexto econômico e político para a agropecuária, e, por extensão, às indústrias de máquinas e insumos agrícolas, era problemático, principalmente por conta da falência do mecanismo de financiamento de crédito rural subsidiado pelo governo (pela população, melhor dizendo).

Respondendo a esse desafio, a *Agrocere*s agiu desenhando um projeto político-econômico para o *agribusiness* que tinha como fundamentos tanto a noção original criada na *Harvard Business School* em 1955 quanto narrativas que a acompanhavam.

Houve relevante aceitação desse projeto entre o empresariado, na imprensa e na academia, o que era evidenciado, dentre outras razões, pelo aumento da proeminência da noção de *agribusiness* na esfera pública. O governo, contudo,

endereçado principal do projeto, não havia acompanhado esse movimento. Foi nesse ambiente que a ideia de criação da Abag ganhou materialidade.

Capítulo 4 – Institucionalização do projeto: a concertação

Os planos de criação de uma entidade representativa do *agribusiness* no Brasil tiveram sua origem no início da década de 1990. Nessa época, a atuação da FAAB vinha perdendo intensidade após a vitória contra a reforma agrária na Assembleia Constituinte, seu principal elemento aglutinador (GOMES DA SILVA, 1989; PAOLINELLI, 2017). Gradativamente, as entidades que haviam liderado essa movimentação patronal, OCB, SRB e CNA, passavam a distanciar-se entre si (RODRIGUES, 2017). Além disso, as frágeis conexões políticas construídas na *Frente Ampla* com representantes das funções a montante e a jusante da agropecuária ficavam ainda mais precárias, assumindo, por vezes, caráter mais conflitivo, em função de disputas distributivas que eram agudizadas pelo quase desmoronamento da política agrícola.

Pode-se entender esse processo pelo recurso à imagem de um pêndulo que havia partido da (1) fragmentação advinda tanto da constituição dos CAIs e de suas entidades representativas quanto do enfraquecimento da CNA para (2) uma atuação política relativamente concentrada no âmbito da FAAB e, finalmente, para (3) uma nova fragmentação da atuação política quanto aos assuntos que diziam respeito ao conjunto de agentes das cadeias produtivas ligadas à agropecuária.

Esse movimento ocorria em ambiente de crescente abertura comercial, que, por sua vez, exigia uma rearticulação do patronato rural. Presidente da OCB, Roberto Rodrigues liderou a reação a esse cenário (MENDONÇA, 2011)¹²¹. Em uma comemoração de aniversário da *Sociedade Nacional da Agricultura* (SNA)¹²² no começo de 1990, Rodrigues anunciou que a OCB, a CNA, a SRB e a própria SNA, que compunham a enfraquecida FAAB, iriam criar o “Instituto Superior de Estudos Agrícolas” (JB, 17/01/1990: 14).

Seu diagnóstico era que faltava uma base acadêmica mais robusta que provesse seus líderes com fundamentos sólidos – como argumentos tecnicamente embasados e estatísticas – que dessem sustentação a um

¹²¹ Para mais detalhes sobre a história de vida de Roberto Rodrigues, ver Grynszpan (2016).

¹²² Entidade patronal da agropecuária criada em 1897 no Rio de Janeiro. Sobre a SNA, ver Mendonça (2005).

trabalho político de unificação, em torno de objetivos compartilhados, dos agentes de segmentos ligados à agropecuária e daqueles a ela relacionados. Ao lado do centro de estudos, planejava-se dar origem a uma *trading* que abrisse oportunidades nas exportações (JB, 17/01/1990). Com base nessa proposta, seria criada, ainda em 1990, a *Exportadora e Importadora de Cooperativas S.A. (EXIMCOOP)*, que passou a intermediar as exportações de algumas de algumas das principais cooperativas agrícolas brasileiras (GRYNSZPAN, 2016).

Nesse contexto, a noção de *agribusiness* passaria a ser mais relevante para Rodrigues. Bittencourt de Araújo, então presidente tanto da *Agroceres* quanto da *Associação Brasileira de Milho e Sorgo* (1986-1988), tinha se aproximado da FAAB ao final da Constituinte (RODRIGUES, 2017a)¹²³. O diálogo entre Rodrigues e Bittencourt de Araújo evoluiu a partir de então, com destaque para a contribuição da OCB à publicação do livro “Complexo Agroindustrial: o ‘*agribusiness*’ brasileiro”, apresentado anteriormente.

Começara a ficar evidente que o plano político-econômico sendo proposto pela *Agroceres* poderia oferecer uma base conceitual sólida e adequada para a reorganização, em bases mais bem consolidadas, dos atores do patronato rural e de segmentos a montante e a jusante da agropecuária, e, além disso, para a reinserção política de Rodrigues, que estava para deixar a presidência da OCB, o que ocorreu em março de 1991 (OESP, 05/03/1991, 27/03/1991).

Após mencionar várias propostas diferentes, Rodrigues finalmente anunciou, em fevereiro de 1991, dois meses após o *Encontro Internacional de Agribusiness*, com a presença de Goldberg, o planejamento que viria a tornar-se realidade: estava sendo preparada a primeira “associação nacional de *agribusiness*”, que agregaria produtores de máquinas, insumos, armazéns, produtores rurais, dentre outros atores (FSP, 12/02/1991: 2).

¹²³ A *Agroceres* chegou a ceder Ivan Wedekin para ajudar nos trabalhos da FAAB na Constituinte (WEDEKIN, 2012).

4.1 Abag: criação e justificação

A decisão definitiva de criar uma entidade de *agribusiness* foi tomada na fazenda de Rodrigues, no interior de São Paulo, com a presença do grupo da *Agroceres* (RODRIGUES, 2017a; WEDEKIN, 2017). No dia 10 de março de 1993, era fundada oficialmente a Abag (ABAG, 2013), procurando concatenar empresas da agropecuária e algumas daquelas situadas a montante e a jusante dela. Diferentemente da FAAB, que era um agrupamento informal, foi decidido que a nova organização teria sede, orçamento e estatuto (RODRIGUES, 2017a).

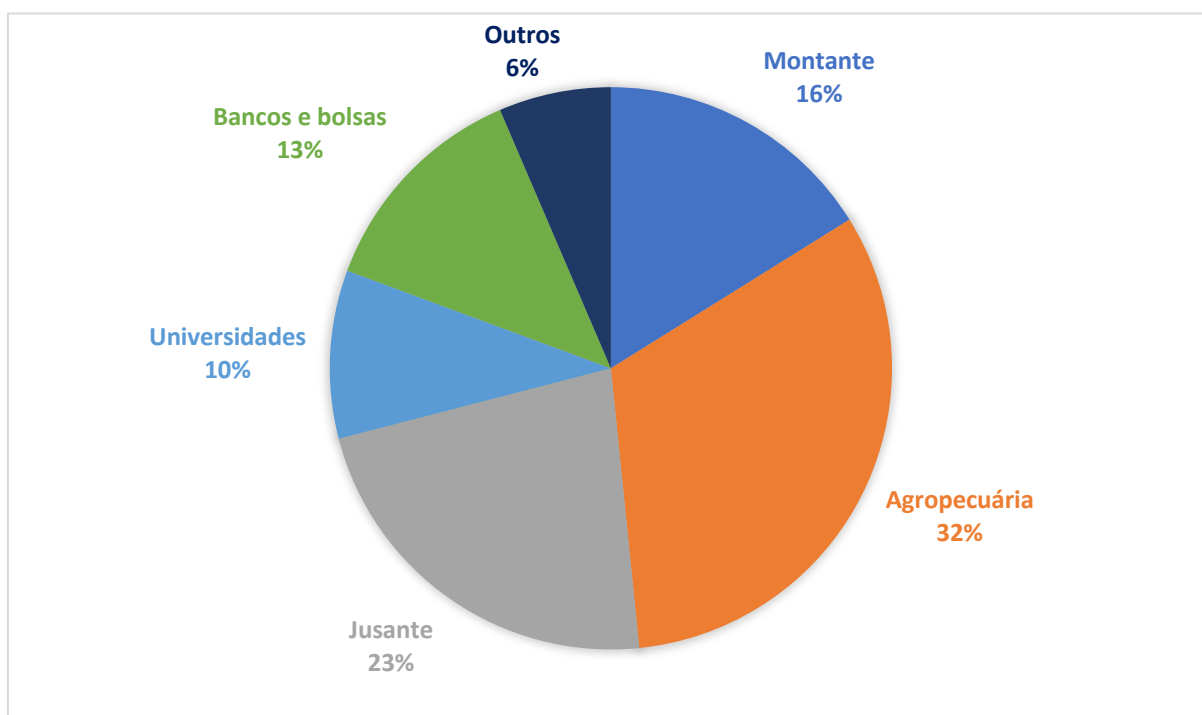
A criação da Abag representou o surgimento da concertação política do *agribusiness* no Brasil. Como elaborado na introdução, a concertação consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos da indústria e de serviços conectados a ela que, alicerçada na categoria *agribusiness/agronegócio*, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Seu objetivo central é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental. Dadas essas características fundamentais, a concertação é um fenômeno *sui generis* que representa mais do que a soma de suas partes.

Por sua liderança na elaboração e promoção do projeto político-econômico do *agribusiness*, Ney Bittencourt de Araújo foi escolhido presidente da Abag. Em seu Conselho Administrativo, a entidade contava com representantes de empresas e entidades de agrotóxicos (*Monsanto*), de fertilizantes, de sementes, da agropecuária, de alimentos (com destaque para a *Nestlé*, a *Sadia* e a *Abiove*), de várias cooperativas agrícolas, de uma rede de supermercados (*Sendas*), de uma empresa de comércio e exportação (*Quintella*), de bolsas, de bancos, da Embrapa, do jornal *O Estado de São Paulo* e de acadêmicos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993)¹²⁴. No gráfico 6, pode-se

¹²⁴ A Abag continha, em seu início, participação tanto de empresas quanto de entidades. Com o tempo, como se verá nesta tese, ela passou a ser, fundamentalmente, uma entidade formada por empresas, o que implicou a diminuição de seu potencial de representação no âmbito da concertação ao longo dos anos 2000 e 2010.

ver a participação relativa de cada segmento no primeiro Conselho Administrativo da Abag.

Gráfico 6: Composição relativa do Conselho Administrativo da Abag em 1993, por segmento¹²⁵.



Fonte: Câmara dos Deputados, 1993 (elaboração do autor).

O segmento com maior representatividade era a agropecuária, com 32% dos membros do Conselho Administrativo da entidade. Esse número era predominantemente composto por grandes cooperativas, o que mostrava a influência de Roberto Rodrigues, ex-presidente da OCB, na Abag. Os segmentos a montante e a jusante detinham, respectivamente, 16% e 23% dos membros do conselho. Cabe notar, também, a importante participação relativa do mercado financeiro e de acadêmicos (“universidades”), além das presenças da Embrapa e do jornal *O Estado de S. Paulo* (contabilizando os 6% em “outros”) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993).

¹²⁵ Sobre os critérios utilizados na confecção deste gráfico circular, ver nota metodológica na introdução da tese.

No dia 6 de maio de 1993, aproximadamente dois meses após a criação formal da Abag, foi realizada no Congresso Nacional a cerimônia de posse da diretoria da entidade e de seu Conselho Administrativo (ABAG, 2013). Na ocasião, Ney Bittencourt de Araújo defendeu a perspectiva sistêmica de *agribusiness*, propondo a orquestração de empresas agregadas da Abag como elemento indispensável para a conquista de maior segurança alimentar no país:

Reconhecendo que a sociedade brasileira e o seu Governo não têm aplicado à cadeia de alimentos e fibras a visão sistêmica que seu aperfeiçoamento e desenvolvimento exigem; reconhecendo que esta miopia tem, nos últimos anos, deteriorado a capacidade e eficiência do sistema; e reconhecendo que o desenvolvimento sustentado do Brasil começa, necessariamente, pela Segurança Alimentar e, conseqüentemente, pelo fortalecimento da cadeia de alimentos e fibras, um grupo de empresas, de todos os segmentos do *agribusiness* – produtores de insumos, agricultores (principalmente através de suas cooperativas), processadores, industriais de alimentos e fibras, “tradings”, distribuidores e áreas de apoio financeiro, acadêmicos e de comunicação – aliados a entidades e lideranças do sistema, decidiu fundar a *Associação Brasileira de Agribusiness* – Abag (BITTENCOURT DE ARAÚJO, 2013: 12).

Como é possível perceber, Bittencourt de Araújo acrescentava à narrativa legitimadora do *agribusiness* um elemento social, operador de sensibilidades, que estava em destaque no Brasil naquele momento. A questão da segurança alimentar passara a ganhar maior importância na esfera pública internacional no início da década de 1990¹²⁶. A *Conferência Internacional sobre Nutrição*, realizada conjuntamente pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no final de 1992, trazia em sua declaração final, baseada na concepção de que o acesso ao alimento seria um direito individual, a orientação para eliminar a fome e reduzir todas as formas de desnutrição. Aos governos nacionais, caberia garantir esse direito, por meio da priorização orçamentária, do planejamento e da implementação de políticas de melhoria da nutrição de suas populações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992a).

Rapidamente, o assunto angariou mais força no Brasil. Logo antes da virada de 1992 para o ano seguinte, o PT anunciou que iria entregar um plano

¹²⁶ Para uma análise das mobilizações e controvérsias envolvendo a noção de segurança alimentar, ver Moruzzi Marques (2010).

de luta contra a fome ao presidente Itamar Franco (PMDB, 1992-1995) (OG, 28/12/1992). Prevendo a distribuição gratuita de alimentos para populações em insegurança alimentar, a utilização de vale refeições e o apoio a pequenos agricultores, a proposta dialogava com o que se passava a exigir dos Estados nacionais no âmbito das Nações Unidas, e Itamar Franco não titubeou, incorporando-a em seu plano de governo (FSP, 05/02/1993).

Ao mesmo tempo, sob a liderança de Herbert de Souza, o Betinho, a sociedade civil ampliava suas ações em relação ao tema. Betinho dizia, à época, que “Eu já sinto uma consciência crescente no Governo e na sociedade em relação ao problema”, e pedia urgência nas ações, pois quem tinha fome, tinha pressa, salientava (OG, 17/02/1993: 4). No dia 24 de abril de 1993, ele e outras pessoas célebres lançaram uma campanha, veiculada na mídia, para dar impulso à uma mobilização no país pela luta contra a fome, a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” (AÇÃO DA CIDADANIA, 2016).

Esse tema social mobilizador foi destaque também no livro que a Abag apresentou na oportunidade em que a entidade fez seu lançamento público em São Paulo, em junho de 1993. O título da obra era “Segurança alimentar - uma abordagem de *agribusiness*” (ABAG, 1993). O livro aprofundava a adesão da entidade de *agribusiness* ao discurso de luta pela segurança alimentar, dizendo ser esse desafio a principal “responsabilidade social” da entidade:

A história dos países desenvolvidos revela que foi a adoção de uma política de segurança alimentar que lhes assegurou crescimento econômico com demanda sustentada, dando-lhes estabilidade e melhor distribuição dos frutos do progresso material e melhor qualidade de vida. Não se diga que eles o fizeram porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles tornaram-se ricos porque assim o fizeram (ABAG, 1993: 10).

Ancorada nessa justificção, a publicação chamava atenção para um elemento central da concertação política de *agribusiness* – a demanda por investimento governamental, de um lado, e por diminuição dos tributos, de outro: “Não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos” (ABAG, 1993: 21). Nessa direção, Bittencourt de Araújo criticava o que, segundo ele, seriam impostos excessivos e fracos subsídios: “Da porteira para

dentro a realidade é uma; da porteira para fora, é outra” (JORNAL DO COMMERCIO, 07/05/1993: 11).

Essas argumentações coadunavam-se com o posicionamento público de Roberto Rodrigues, que à época chamava atenção para a importância de uma política de segurança alimentar no Brasil, pois, até aquele momento, segundo ele, teria havido somente programas de socorro alimentar. Realizada por meio de apoio à produção, afirmava ele, uma política alimentar robusta seria fundamental para a maior estabilidade social e econômica no país. Mais do que isso, nos países mais ricos, o incremento na oferta de comida seria o que havia garantido redistribuição de renda. Por conta dessa importância, Rodrigues demandava uma série de ações do Estado, e, fundamentalmente, que as medidas deveriam estar centradas na competitividade do setor rural, o que incluía, em especial, a redução de tributos (FSP, 12/01/1993).

Nessas colocações ficava mais perceptível a seletividade quanto ao papel do Estado: forte aporte orçamentário para atender aos pleitos dos líderes da concertação e menor cobrança de tributos no âmbito das cadeias produtivas.

Voltando à obra da Abag, percebe-se que ela, por outro lado, concedia à percepção de que a dimensão do acesso teria importância como problema a ser enfrentado no âmbito da segurança alimentar, conforme Amartya Sen havia mostrado de forma peremptória (1981a, 1981b). Isso ficava patente na definição que o livro anunciava: “Segurança alimentar quer dizer precisamente o acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos para garantir uma dieta adequada a todos os seus membros para uma vida saudável” (ABAG, 1993: 21)¹²⁷.

A Abag sugeria, ainda, uma espécie de proposta social da entidade, a criação da “Família Brasil”. Tratava-se da sugestão de um pacto nacional composto por uma série de políticas macroeconômicas e setoriais que visaria garantir alimentação suficiente para todos os brasileiros. Os principais mecanismos advogados nela eram tanto (1) uma política de aumento do poder real de compra dos salários e (2) ações relacionadas à merenda escolar e a

¹²⁷ Vale ressaltar que Bittencourt de Araújo teve participação ativa (e elogiada por Betinho) no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado em 1993 por Itamar Franco (PELIANO, 1996; SOUZA, 1996).

vales para compra de comida quanto (3) a redução de custos de comercialização e distribuição de alimentos – constando a diminuição dos impostos sobre os alimentos – e (4) a melhoria da infraestrutura relacionada ao *agribusiness* (ABAG, 1993).

A estratégia de inserir os agentes da concertação do *agribusiness* como elemento essencial para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar apresentava dois ganhos potenciais. O primeiro, de legitimidade perante a opinião pública e o governo; o outro, de incentivo à ampliação do mercado interno de alimentos – o que aumentaria a demanda por produtos da agropecuária e de segmentos a montante e a jusante dela.

Para além da relação com o tema da segurança alimentar, a Abag surgia manifestando objetivos ambiciosos (e, de certa forma, fragilmente ancorados na realidade), como se pode notar em uma entrevista de Ney Bittencourt de Araújo ao OESP (13/06/1993: 9):

A Abag nasce com uma visão e com uma missão. A visão é de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros do *agribusiness* podem, se adequadamente administrados, contribuir decisivamente para vencer os quatro desafios da sociedade brasileira: o desenvolvimento sustentado, a integração à economia internacional, a melhor distribuição de renda e a proteção ao ambiente. A missão, difícil e ambiciosa, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira e maior delas é conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação – para a importância e a complexidade do sistema de *agribusiness*.

A Abag reforçava essa ambição argumentando que o *agribusiness* seria o maior negócio do país, com 40% do PIB, mais de 40% das exportações e o principal empregador. Por meio desse aparato, anunciava-se o projeto central, a obtenção de reconhecimento da opinião pública e do Estado, frisando, nesse sentido, a relevância de abordá-lo de forma sistêmica, e acima de tudo, apoiá-lo (ABAG, 1993).

Cabe ressaltar que a entidade nascia operando sinédoques políticas. Por um lado, argumentava ser “representante de um amplo leque produtivo nacional” (ABAG, 1994), embora congregasse, à época, apenas algumas entidades e empresas; por outro, procurava legitimar-se por meio de números

macroeconômicos que diziam respeito a muito mais do que ela abrangia, ou seja, à noção de *agribusiness*.

De acordo com o livro da Abag, o *agribusiness* representaria um novo sistema, com novos conceitos e métodos de análise próprios, os quais, por seu turno, demandariam novos tratamentos dos agentes privados e públicos. À Abag, como líder nesse processo, não caberia fazer a defesa de segmentos específicos, embora se reconhecesse que eles tivessem divergências entre si. A tarefa anunciada seria trabalhar no que unisse, com foco no *agribusiness* como um todo e na atuação voltada à dissolução de problemas transversais, como a instabilidade de preços e renda, as deficiências no ensino e na pesquisa, a deficiência de coordenação dos agentes privados, a baixa capacidade de gestão e as políticas públicas com má qualidade (ABAG, 1993).

A entidade tornou-se, desde o começo, referência na mobilização da noção e no avanço do projeto político-econômico a ela ligado. Para Luiz Antônio Pinazza e Regis Alimandro, tratava-se de “[...] fazer proselitismo sadio, destinado a erradicar uma mentalidade isolacionista e infecunda, para substituí-la, no planejamento público e privado, por uma nova cultura, a da solidariedade efetiva” (PINAZZA & ALIMANDRO, 1999: XIII). Esse era um dos aspectos; o outro era realizar um forte *lobby* para beneficiar as empresas que faziam parte da entidade.

No âmbito das principais cadeias produtivas, havia muita preocupação com a capacidade de competir no mercado internacional. Segundo o vice-presidente da Abag, Alex Fontana, representante da *Sadia* na entidade, uma das mais internacionalizadas empresas do ramo da alimentação,

A Abag tentará dissolver os gargalos do setor agroindustrial, atuando em várias frentes, como a área de tributação, de infraestrutura, de mercado internacional, onde o País produz sem subsídios e importa com impostos, competindo com países que têm subsídios e não têm a produção destinada à exportação taxada internamente. Os alimentos chegam a pagar 40% em impostos, quando computadas as cargas tributárias das diversas etapas da produção (CORREIO BRAZILIENSE, 06/05/1993: 14)¹²⁸.

¹²⁸ A fala de Santana no *Correio Braziliense* foi identificada em Giffoni Pinto (2010: 62).

Quando da criação da entidade, cabe adicionar, houve a decisão dos conselheiros em manter o termo da HBS na grafia original, evitando-se tentativas de traduções (JORNAL DO COMMERCIO, 07/05/1993). Essa foi a principal razão pela qual, na maior parte da década de 1990, o termo “*agribusiness*” dominou a esfera pública brasileira. “Agronegócio”, embora já utilizado no Brasil desde os anos 1960, somente ganhou destaque quando o projeto de *agribusiness* teve sua aceitação pela cúpula do governo federal, o que será discutido no capítulo seguinte.

4.1.1 Lobby

A Abag, emprestando para si o prestígio (BOURDIEU, 1991) de seus líderes e das empresas que a compunham, passou rapidamente a atuar com destaque na esfera pública. Ainda em 1993, a entidade realizou um seminário sobre aumento da produção de alimentos e promoveu encontro para discutir os problemas de transporte para as safras. Segundo Bittencourt de Araújo, a ineficiência em infraestrutura seria a principal responsável pelas dificuldades de competitividade dos produtos agrícolas (JB, 12/04/1993; OG, 20/06/1993; OESP, 01/09/1993).

A entidade também criticou o volume de recursos para o crédito. Ela estava acompanhada, nessa reivindicação, pelo *Sindicato da Indústria de Fertilizantes de São Paulo* e pela *Associação Nacional dos Exportadores de Cereais* para afirmar que, além disso, a burocracia na liberação do crédito rural estaria retardando o plantio das safras (OESP, 24/08/1994).

No primeiro semestre de 1994, a Abag participou de um processo de avaliação da Secretaria de Agricultura de São Paulo, no momento chefiada por Roberto Rodrigues. Um dos diagnósticos ao final do processo foi que haveria desintegração das áreas dentro da secretaria, sendo um modelo mais sistêmico a melhor solução (ESP 04/05/1994). Havia, ademais, um olhar estratégico da entidade com relação às possibilidades das exportações, em especial relacionado ao potencial futuro da China na demanda por *commodities* (OESP, 01/01/1994).

Ainda em 1994, a organização presidida por Bittencourt de Araújo criou uma estratégia de apresentação direta de propostas aos candidatos à presidência da República que se tornaria o elemento fundamental de sua atuação nas décadas seguintes: o envio de documento com pleitos da concertação aos postulantes a esse cargo. Em “Um panorama do *agribusiness* no Brasil - Documento para os candidatos à Presidência da República” (ABAG, 1994), percebe-se, de início, o pleito de que a concertação política de *agribusiness* fosse inserida no planejamento estratégico do governo federal. Na administração pública, propunha-se que o Ministério da Agricultura estivesse em maior diálogo com outros ministérios que tinham envolvimento com as pautas que relacionavam, transversalmente, agricultura, serviços e indústria.

Em seguida, a entidade propunha o revigoramento da política agrícola, com solicitações de mais recursos para custeio e comercialização das safras, melhorias nas taxas de juros e aumento das possibilidades de financiamento privado, além de avanços nas políticas de preços mínimos, de informações de safras, de pesquisa e de seguro agrícola. Outro destaque era a ênfase a uma política de exportações, que tinha como proposições fundamentais a desvalorização da moeda e a extinção de tributos para itens exportados (ABAG, 1994).

No documento, a Abag sinalizava, embora sem muita ênfase, apoio à política de reforma agrária (ABAG, 1994), repetindo posição já externada no ano anterior (ABAG, 1993), o que operava uma clivagem com a posição predominante nas organizações nacionais do patronato rural, como havia ficado evidente com a atuação da FAAB nos debates da Assembleia Constituinte. No começo da Abag, o patronato rural, historicamente contrário aos anseios por redistribuição das terras (BRUNO, 2015), não detinha hegemonia – quando comparada àquela adquirida no âmbito da FAAB – sobre as decisões estratégicas da entidade, que, como se apresentou, era de natureza intersetorial. Além disso, seu presidente, Ney Bittencourt de Araújo, considerava a reforma como socialmente importante, sendo uma das razões dessa consideração a possibilidade de ela aliviar tensões no campo (XAVIER, 1996). Um terceiro fator é que as ações do *Movimento dos Sem Terra* ainda não haviam ganhado maior ímpeto e publicidade, o que começaria a acontecer a

partir de 1995 (DATALUTA, 2015; POMPEIA, 2009a). Finalmente, é possível que a proximidade com acadêmicos progressistas nos primeiros anos da entidade tenha influenciado esse posicionamento (ABAG, 1993, 1994)¹²⁹.

Ademais, sugeria-se no documento (ABAG, 1994) uma política agrícola específica para os produtores não patronais. Havia no documento, ainda, propostas sociais para o campo, com incentivo à universalização da habitação e da educação rurais. Tanto a posição sobre a reforma agrária quanto propostas sociais dessa ordem saíam do leque das posições da Abag no futuro (ABAG, 2003, 2010).

Pode-se notar, também, uma convergência forte entre os interesses dos atores da agropecuária e daqueles das indústrias a montante, e algum elemento conflitivo entre a agropecuária e os representantes das funções a jusante (ABAG, 1994). Isso porque, por um lado, enfatizava-se a necessidade de mudanças normativas no que tange às sementes e aos agrotóxicos, e solicitava-se a isenção de impostos para a aquisição de máquinas agrícolas; por outro, pedia-se apoio para a construção de armazéns nas fazendas, além da montagem de frigoríficos públicos (estes ajudariam a garantir preços melhores para a venda de animais; aqueles, para a comercialização das safras).

O fato de os segmentos de insumos e máquinas dependerem da renda crescente da agropecuária (pois, em caso contrário, a demanda por seus produtos potencialmente decresce) e de os produtores patronais contarem com a tecnologia para aumentar sua produtividade cria sinergias para o entendimento político entre esses dois subconjuntos do *agribusiness*, embora suas relações sofram também com conflitos distributivos. Esses conflitos são, contudo, mais complicados na relação entre a agropecuária e as indústrias e serviços a jusante, não tão dependentes da boa remuneração dos produtores rurais. Muito ao contrário, quanto menos se paga, mais lucro se pode obter¹³⁰.

Esse quadro ajuda a explicar o porquê de, no âmbito da Abag, as indústrias de alimentação e as redes de supermercados terem, na maioria dos

¹²⁹ O documento aos candidatos à Presidência da República (ABAG, 1994) tinha sido redigido por Ana Célia Castro.

¹³⁰ Isso não significa, contudo, que os segmentos a jusante não dependam de oferta em quantidades maiores e em melhor qualidade.

casos, estado afastadas. Anos após a fundação da entidade, começariam a predominar na representação das funções a jusante as grandes esmagadoras de oleaginosas, os fabricantes de suco de laranja e as usinas de açúcar e álcool (ABAG, 2003). As empresas dessas áreas, por sinal bastante concentradas, são em grande medida detentoras de amplas plantações, tendo, conseqüentemente, interesses diretos na política agrícola, além de relações bem soldadas com as indústrias de máquinas e insumos agrícolas.

A conexão entre os agentes “antes” e “dentro da porteira” ganharia um grande impulso com a criação de uma feira dinâmica, gerando um dispositivo tanto econômico – de divulgação e venda de tecnologia – quanto político, como se mostrará abaixo.

4.2 Agrishow

Com efeito, a aproximação entre representações patronais da agropecuária e segmentos a montante dela acabou gerando a *Agrishow*. Criada em 1994, essa feira foi consolidando-se, com o tempo, como um grande espaço de contato entre indústrias de máquinas e insumos e os produtores rurais inseridos nas cadeias produtivas.

A inspiração para a *Agrishow* vinha da *Expo Dinâmica 92*, feira amparada pela SRB e pela *Sociedade Rural do Paraná*, e organizada por Brasília de Araújo Neto, ex-secretário de Agricultura do estado do Paraná, em uma fazenda de sua propriedade próxima a Londrina. Idealizada no *Farm Progress Show*, dos Estados Unidos, a *Expo Dinâmica* apresentava plantações de soja e algodão que permitiam a empresas privadas e públicas de fertilizantes e sementes – a exemplo da *Agroceres*, da *Bayer* e da *Embrapa* – demonstrarem ao vivo as aplicações e os resultados de seus produtos. Planejada como itinerante, a *Expo Dinâmica* teve sua segunda edição em Uberaba, em 1993 (OESP, 20/03/1992; AGROANALYSIS, maio de 2013).

Motivado pela iniciativa da feira dinâmica montada por Araújo Neto, Roberto Rodrigues, que no momento era Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, firmou convênio com a Abag para montar a feira em uma área pública do município de Ribeirão Preto. Para isso, houve o patrocínio do Banco

do Brasil e o apoio de entidades representativas de segmentos a montante e da agropecuária, como a *Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos* (Abimaq), a *Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores* (Anfavea), a *Associação Nacional para Difusão de Adubos* (Anda), a *Associação Nacional de Defesa Vegetal* (Andef) e a SRB (OESP, 04/05/1994, 05/05/1994; PINAZZA, 2012; AGROANALYSIS, maio de 2013).

Figura 12: Visão aérea da Agrishow.



Foto: Abag, 2013.

Para justificar os gastos públicos com a feira, foi apresentado na imprensa o triplice aparato estatístico: “[...] o *agribusiness* responde por mais de um terço do Produto Interno Nacional, emprega 40% da força de trabalho e significa 40% do valor das exportações” (OESP, 15/04/1994: B12). Apesar do apoio estatal, Ney Bittencourt de Araújo procurou explicar a existência da feira dizendo que se estavam “[...] organizando todos os elementos da cadeia do *agribusiness* que estiveram bastante desunidos por causa do Estado paternalista que resolvia todos os problemas” (OESP, 05/05/1994: B15). Isso deixava evidente, mais uma vez, a contradição entre o discurso neoliberal e as demandas elaboradas ao Estado.

A *Agrishow* contribuiu para construir uma relação robusta entre aquelas entidades que passaram a ser suas organizadoras constantes: a Abag, a Abimaq, a Anda, a SRB e a *Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo* (Faesp) (AGRISHOW, 2017).

Ao mesmo tempo, conforme foi conquistando legitimidade, a feira passou a ser um lócus de diálogo entre os agentes da concertação de *agribusiness* e deles com políticos de primeiro escalão do governo federal, como presidentes da República. A propósito, FHC, Lula e Dilma visitaram a feira enquanto cumpriam seus mandatos (FSP, 04/05/2001; OESP, 01/05/2003; 20/04/2010).

4.3 Comunicação interna

A concertação do *agribusiness* conseguiu promover, no final da primeira metade da década de 1990, o fortalecimento de seus dispositivos de comunicação estratégica. Bittencourt Araújo percebia que a concertação política do *agribusiness* precisava de um veículo para os agentes privados sobre o qual tivesse influência para divulgar sua perspectiva, publicar informações estratégicas e apresentar análises técnicas mais qualificadas sobre a agropecuária e funções a montante e a jusante dela. A publicação que havia tratado do desenvolvimento da agricultura com melhor desenvoltura era a revista *Agroanalysis*, que, no entanto, havia deixado de ser editada durante o governo Collor, devido à retirada de apoio oficial (novamente, importante notar, o apoio estatal como elemento crucial).

Liderando um grupo de empresários interessados em apoiar o relançamento da *Agroanalysis*, Bittencourt de Araújo visitou Julian Chacel, um dos fundadores da revista, na *Fundação Getúlio Vargas* do Rio de Janeiro. Nessa visita, em 1994, ele contou a Chacel sobre a sustentação política e financeira inicial que o grupo aportaria para que a publicação voltasse a ser produzida (ALIMANDRO, 1996; PINAZZA, 2012). O esforço rendeu resultados. Em setembro daquele mesmo ano, a *Agroanalysis* começava sua segunda fase, sob orientação editorial da concertação ¹³¹.

¹³¹ Sobre a *Agroanalysis* e a participação de Roberto Rodrigues na revista, ver Lerrer (2016).

Não por acaso, a seção “Panorama Agropecuário” da primeira fase da *Agroanalysis* foi substituída pela “Conjuntura do *Agribusiness*”. A propósito, logo nas primeiras edições do relançamento da revista surgiu, de forma bastante destacada, uma série de agenciamentos da noção de *agribusiness*, incluindo artigos de acadêmicos como Marcos Sawaya Jank, então orientando de doutorado de Decio Zylbersztajn na FEA/USP.

4.4 Considerações finais ao capítulo

Este capítulo tratou da institucionalização do projeto político-econômico elaborado pela *Agroceres*. Viu-se que o referido projeto somente pôde ganhar materialidade quando foi adotado por líderes da *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira*, especialmente por Roberto Rodrigues.

A Abag, tendo Ney Bittencourt de Araújo à frente, nasceu como uma orquestração de cooperativas agrícolas com indústrias a montante e a jusante da agropecuária, além da presença de representantes do mercado financeiro, das universidades e de um órgão de imprensa. Tratava-se da primeira concretização da concertação política do *agribusiness*.

Suas reivindicações, expressas a partir de 1994 em documentos aos candidatos, tratavam tanto de políticas macroeconômicas quanto daquelas agrícolas, apresentando, também, algumas propostas sociais para o campo. Mostrou-se, ademais, que a Abag articulou a organização de dispositivos para aprofundar o projeto de *agribusiness*, participando decisivamente da montagem de uma grande feira dinâmica e de uma publicação sob seu direcionamento editorial.

Seria somente na segunda metade da década de 1990 que o governo federal passaria a ver o projeto de *agribusiness* de modo diferente, como se mostra no próximo capítulo.

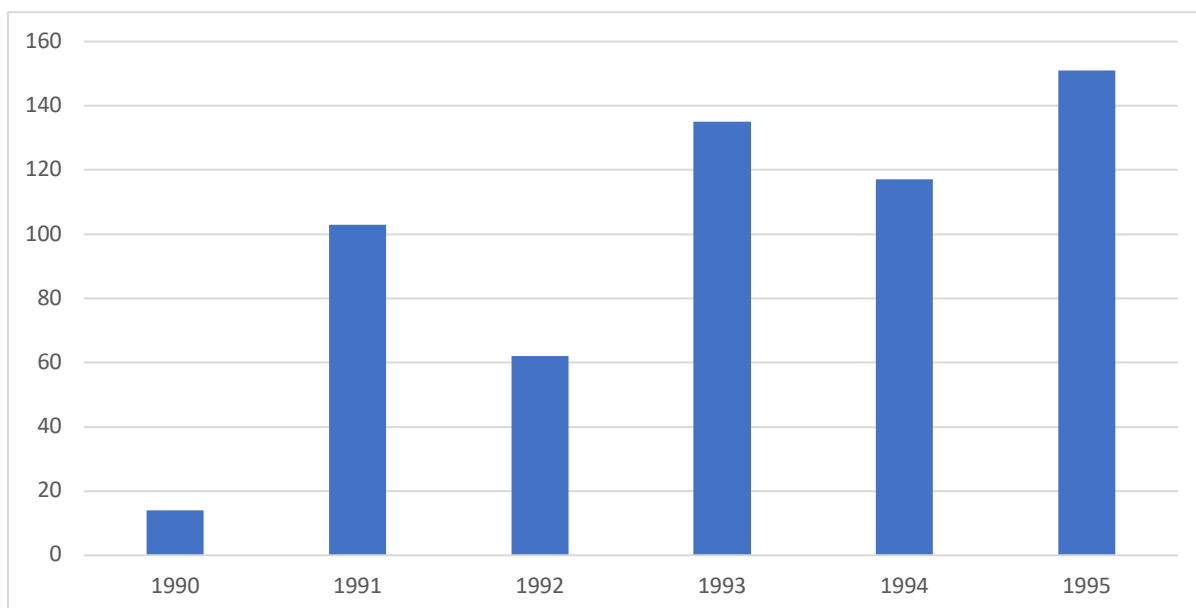
Capítulo 5 – O governo federal e a legitimação reticente da concertação

Em função, principalmente, do trabalho da *Agroceres* e da Abag, a noção de *agribusiness* ganhara, ao longo da primeira metade da década de 1990, projeção na esfera pública. Quando se comparam os anos entre 1990 e 1995 na imprensa e na academia, o agenciamento da categoria *agribusiness* tivera, definitivamente, um salto, como se pode conferir nos gráficos 7 e 8, na página seguinte.

Não obstante as adesões na esfera pública à noção, os presidentes da República que governaram nesse período tinham propostas políticas distintas sobre o tema quando comparadas àquelas dos agentes que mobilizavam o projeto político de *agribusiness*. Os integrantes das cúpulas desses governos tampouco aceitavam a insistência desses agentes para que a agricultura fosse considerada não de forma isolada, mas sim em suas relações com segmentos da indústria e serviços.

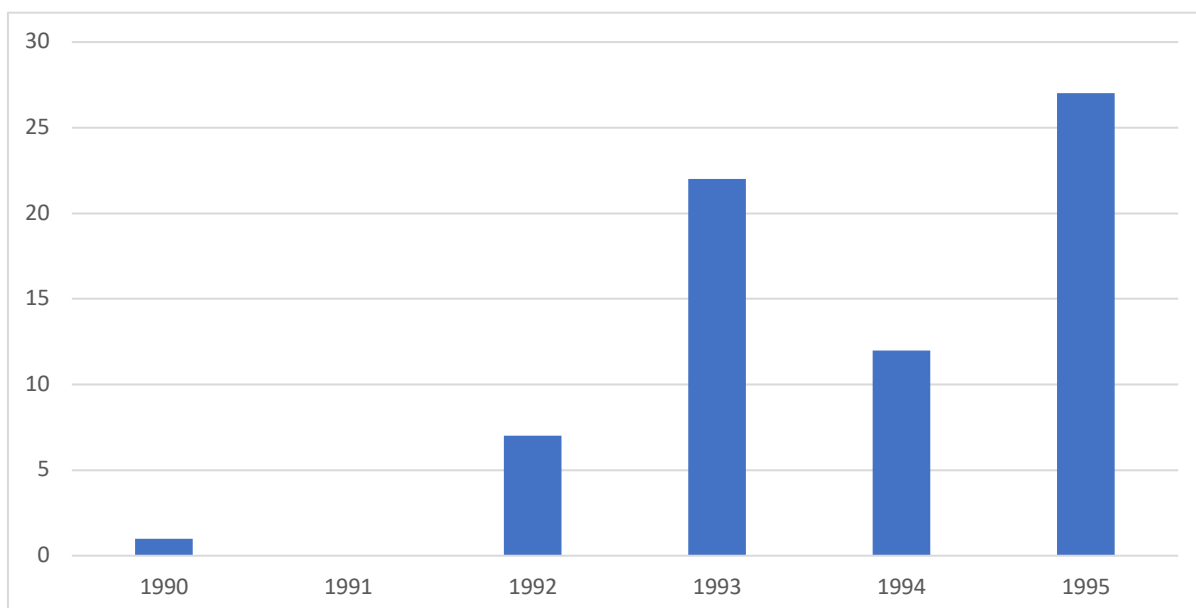
Antônio Cabrera, ministro da Agricultura de Collor, havia instrumentalizado o termo para defender o planejamento governamental de minimização da atuação do Estado em relação às cadeias produtivas ligadas à agropecuária; Itamar Franco, por sua vez, não tinha dado muita atenção às demandas da Abag; e, embora um dos cinco pilares da campanha vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso em 1994 tivesse sido a agricultura, ele atribuiu, de início, pouco destaque às propostas apresentadas pela entidade que se colocava como a representante do *agribusiness* (ABAG, 1994; OESP, 08/01/1995). De fato, pode-se notar que o presidente FHC não considerava a agricultura como estratégica, a não ser eleitoralmente (CARDOSO, 2016).

Gráfico 7: Páginas de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* mencionando *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (1990-1995).



Fonte: Acervos de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, 2017 (elaboração do autor).

Gráfico 8: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando os termos *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (1990-1995).

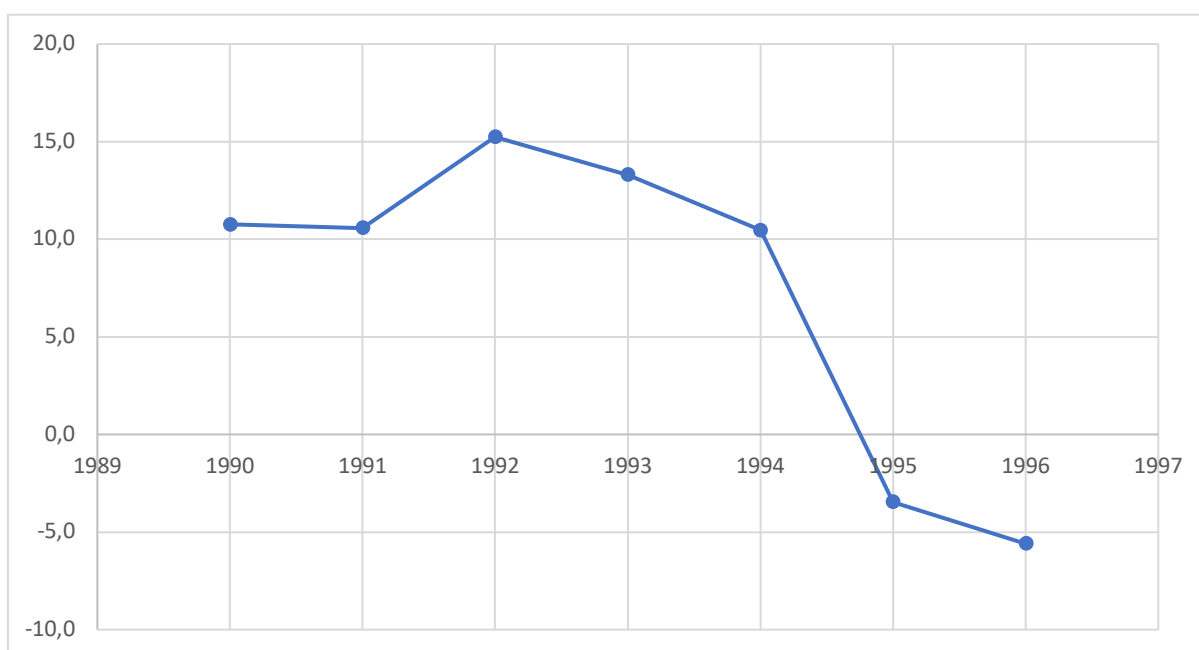


Fonte: *Dedalus*. Outubro de 2016 a Abril de 2017 (elaboração do autor).

5.1 Balança comercial e conquista de legitimidade

Essa atitude em relação ao setor primário (o governo ainda não adotava, como afirmado anteriormente, a ideia abrangente da noção de *agribusiness*) começou a mudar em 1996. Em parte por conta das políticas adotadas no âmbito do Plano Real, a balança comercial brasileira havia se tornado deficitária a partir de 1995, tendo o déficit continuado a aumentar em 1996 (gráfico 9):

Gráfico 9: Balança Comercial Brasileira, 1990-1996 (US\$ bilhões).



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016b.

Observando estatísticas da balança comercial desagregadas pelos três setores clássicos (agricultura, indústria e serviços), o governo começou a atender para o fato de que o único setor que vinha produzindo saldos comerciais era a agricultura (BRAUN, 2004). Ao mesmo tempo, o setor primário tinha aumentado sua participação relativa nas exportações, passando de 26% em 1993 para 30% em 1995 (REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, abril a junho de 2014).

Em decorrência disso, o governo FHC começou, principalmente a partir de 1996, a alterar sua relação com a agropecuária. No começo desse ano, Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), ministro das Relações Exteriores, afirmou que exportação de *commodities* seria a principal prioridade do Brasil (FSP, 10/03/1996).

O próprio presidente FHC tratou dos fundamentos dessa inflexão: “É preciso admitir que mudaram as condições e variáveis macroeconômicas que determinam e condicionam as políticas passíveis de serem aplicadas no campo” (CARDOSO, 1998: 7). E completou: “O Brasil esqueceu que, realmente, a agricultura está inserida nesse novo mundo. A agricultura não é o passado, é o futuro” (CARDOSO, 1998: 7).

Tanto por meio da atuação política dos agentes da concertação de *agribusiness* quanto por conta do destaque crescente que a categoria que eles defendiam passara a obter na esfera pública, essa inflexão foi gradualmente sendo deslocada para uma modificação da atitude governamental em relação ao “*agribusiness*”.

Segundo o então ministro da Agricultura, Arlindo Porto (1996-1998), a análise das variáveis macroeconômicas estava levando o governo a reconhecer a importância do “*agribusiness*”. De acordo com a reportagem do *Estadão* que trazia essa consideração do ministro, “Único setor da economia com saldo positivo e crescente na balança comercial, o *agribusiness* é hoje a ‘menina dos olhos’ da equipe econômica” (OESP, 26/05/1997: B7). A Abag começava a alcançar, ainda que de modo incipiente, seu principal objetivo: convencer o Estado da importância do *agribusiness* e do que seria sua representação política – a própria concertação –, o que significava ela ser considerada (e tratada como) estratégica. O lugar que esse convencimento tinha para o planejamento do governo era anunciado por FHC:

A agricultura e o agronegócio¹³² nacional têm amplas possibilidades de desenvolvimento e crescimento no cenário internacional, particularmente a partir do funcionamento da *Organização Mundial do Comércio* e da nova regulação que dela se está originando. O setor agropecuário, desde a produção até a comercialização final,

¹³² Note-se que o governo, ao começar a reconhecer o *agribusiness* como estratégico, mobilizava sua tradução, “agronegócio”. Mais adiante neste capítulo se tratará da passagem de “*agribusiness*” a “agronegócio” na esfera pública brasileira.

apresenta excelentes perspectivas de ganhos de participação nos mercados mundiais. Hoje, as exportações brasileiras são ainda muito modestas ante a demanda internacional. Existe um enorme espaço a ser conquistado pelo setor privado, e é isto que o meu governo quer apoiar, de modo a reduzir custos, aumentar a produtividade, eliminar barreiras e impedir a competição desleal. O Brasil, com o maior potencial de expansão de área agricultável do mundo, com certeza saberá aproveitar as novas oportunidades (CARDOSO, 1998: 5).

Uma política externa assertiva dentro de uma estratégia ampla de incentivo às exportações para as cadeias produtivas ligadas à agropecuária era demanda de empresas vinculadas à Abag (ABAG, 1994), principalmente daquelas que desenvolviam funções a jusante, a exemplo da *Sadia*, como se mostrou anteriormente. Em 1993, ano de lançamento daquela entidade, Bittencourt de Araújo e Pinazza publicaram, pela editora *Globo*, o livro “Agricultura na Virada do Século XX – Visão de *Agribusiness*” (BITTENCOURT DE ARAÚJO & PINAZZA, 1993). Nele, os autores escreveram que os países mais ricos requeriam a abertura de mercados no Brasil em áreas nas quais eram mais competitivos, mas continuavam protegendo demasiadamente seus produtos de origem agrícola. Seria fundamental, pois,

[...] promover ações mais coordenadas, em parceria com todas as associações que representam os vários segmentos do *agribusiness* brasileiro, para promover um maior apoio logístico, político e de informações ao nosso Ministério de Relações Exteriores, para que a questão do protecionismo se constitua em prioridade real de nossa Política Externa (BITTENCOURT DE ARAÚJO & PINAZZA, 1993: 15).

A partir dessa mudança no posicionamento do governo, o então ministro Luiz Felipe Lampreia passou a criticar com mais ênfase a proteção dos mercados europeu e da América do Norte contra as *commodities* agropecuárias brasileiras. “O Brasil tem no *agribusiness* um de seus principais polos de desenvolvimento, e essa concorrência limita as exportações nacionais”, afirmou ele (OESP, 04/11/1998: B6).

Em visita à *AgriShow* em 1997, o presidente FHC propôs aos líderes da concertação política do *agribusiness* que, “[...] juntos, e reafirmo que, juntos, nós vamos encontrar os caminhos viáveis para transformar o Brasil realmente

num grande celeiro para o mundo” (CARDOSO, 1998: 8). Como se pode notar, FHC reeditava a narrativa que posicionava o Brasil como potencial provedor mundial de alimentos.

Um fundamento importante dessa narrativa estava na ideia – falaciosa – de infinitude de terras disponíveis para serem exploradas no Brasil, dado que implicava ignorar a presença, nelas, de pequenos agricultores, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais¹³³. Alguns dos primeiros mobilizadores da noção de *agribusiness* haviam promovido essa ideia em meados de 1990. Para o então diretor da Esalq, Evaristo Marzabal Alves, a vocação do Brasil seria o *agribusiness*, confirmando que

[...] o maior patrimônio nacional é a terra, contemplada com as benesses da mãe-natureza que premiou as dimensões continentais do Brasil com possibilidades quase infinitas de explorações agropecuárias, abrigadas sob os climas tropical e temperado (FSP, 10/03/1996: 2-3).

Embora FHC fosse mais cuidadoso em seu discurso, enfatizando antes os ganhos de produtividade da agricultura, o MAPA conectava a narrativa de “celeiro” à existência de novas áreas a serem exploradas. Segundo o secretário-executivo desse ministério, Ailton Barcelos Fernandes, “O Brasil dispõe de 80 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, ainda virgens e por serem explorados, que representam um potencial para aumentar em nove vezes a produção de soja e milho” (FERNANDES, A. B., 1998a: 12)¹³⁴.

Concomitantemente, o novo presidente da Abag, Luiz Garcia (1996-1999), contribuía com essa visão, defendendo, no *I Congresso de Agribusiness*, organizado pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, em 1997, que 64% das terras brasileiros teriam potencial para serem usadas pela agricultura (GARCIA, 1997). Nesse mesmo ano, muitos territórios indígenas, como o de Marãiwatsédé, estavam invadidos por não-índios e passavam por intenso

¹³³ A expressão “celeiro do mundo” constava da esfera pública brasileira desde, pelo menos, o começo do século XX, como mostra uma carta de José Antunes dos Santos, proprietário português de empresa que trazia imigrantes para a lavoura cafeeira paulista. Santos afirmava, então, que o Brasil teria a chance de “[...] constituir o primeiro celeiro do mundo”. Além disso, a ideia de celeiro vinha acompanhada, na escrita dele, do que seria um trunfo do país, “[...] os inexgotáveis recursos naturais de que é dotado” (OESP, 28/02/1903: 2).

¹³⁴ Para uma análise sobre a finitude dos ecossistemas, ver Abramovay (2012).

desmatamento. Na visão que o MAPA e a Abag avançavam, tratava-se de cerrados virgens com potencial para cultivo.

5.2 Fórum Nacional da Agricultura

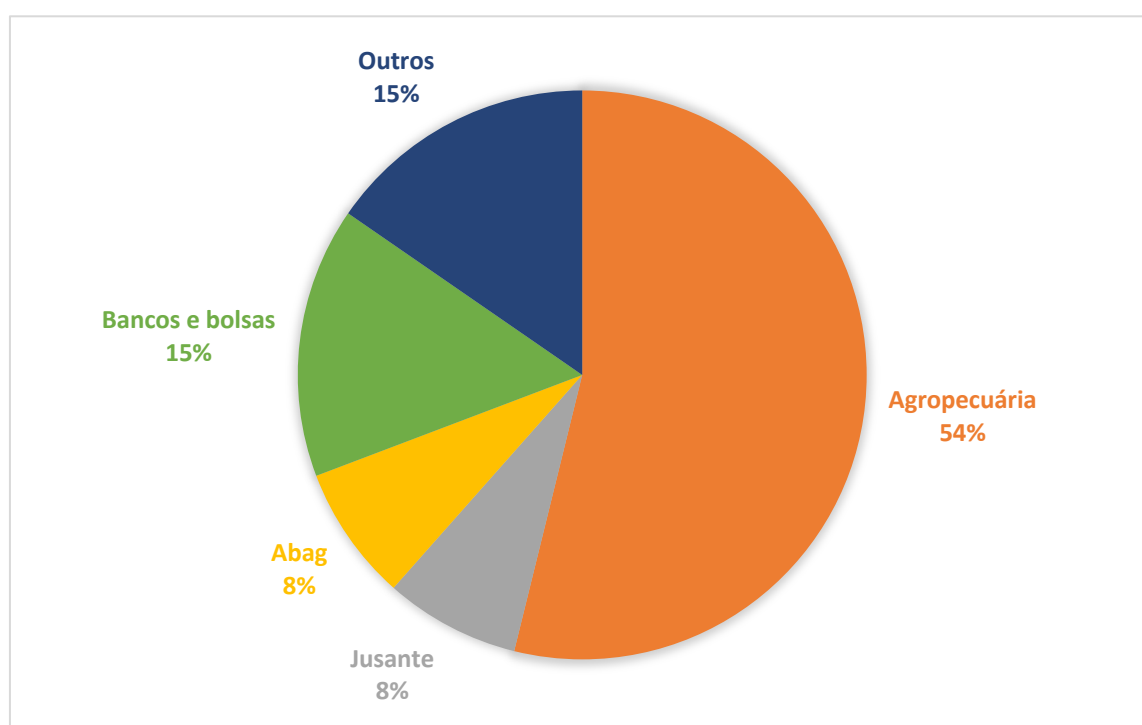
Além da narrativa vinculada à provisão internacional de alimentos, a fala de Cardoso na *Agrishow* enfatizava a palavra “juntos” não por acaso. No ano de 1996, o presidente da República criou o *Fórum Nacional da Agricultura* (FNA), espaço de articulação entre o governo e empresários, congregando diversos atores da concertação do agronegócio e, nesse processo, contribuindo para que ela passasse a ter outra nucleação política. Como a Abag tinha recentemente perdido Bittencourt de Araújo, falecido no começo de 1996, havia um vácuo de liderança na concertação. Esse vácuo foi ocupado pelo FNA, que passou a ser o novo núcleo a concertação.

Instalado em 5 de setembro de 1996, o *Fórum* tinha dois coordenadores, um do setor público e outro do setor privado, e 34 grupos temáticos, metade deles voltados às cadeias produtivas e a outra parte direcionada aos instrumentos de política agrícola e outros temas, como crédito, defesa, comercialização, tributação, cesta básica, insumos à produção e agricultura familiar (MAPA, 1998). Ao criar o FNA em 1996, o presidente da República trazia para relações mais sistemáticas e institucionalizadas as diversas representações das cadeias ligadas à agropecuária, abrindo, assim, um canal de manifestações ao mesmo tempo político e técnico:

O FNA foi criado como um instrumento para sistematizar o pensamento estratégico voltado para o aprimoramento do agronegócio nacional, órgão do qual possam sair propostas que tenham abrangência geográfica e representatividade dos interesses dos agentes econômicos, consumidores e trabalhadores. O objetivo é a remoção de obstáculos à inserção no cada vez mais competitivo mercado mundial e o melhor atendimento do nosso cada vez mais exigente consumidor. É preciso encontrar fórmulas que permitam um melhor aproveitamento do extraordinário potencial de crescimento ainda não explorado na agricultura. O *Fórum* ilustra, ainda, o empenho do meu governo em mudar o modo de encarar alguns dos temas fundamentais do Brasil [...] (CARDOSO, 1998: 6).

O FNA era presidido pelo ministro da Agricultura, tendo como seu coordenador dos agentes estatais o secretário-executivo desse ministério. Roberto Rodrigues, como afirmado anteriormente, coordenava os agentes privados. A comissão organizadora tinha a seguinte composição relativa de entidades, como mostra o gráfico 10.

Gráfico 10: Composição relativa de entidades integrantes da comissão organizadora do Fórum Nacional da Agricultura em 1996, por segmento.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1998 (elaboração do autor).

Estavam representadas na comissão organizadora: Abag, Abia, CNA, SRB, OCB, *Conselho Nacional do Café (CNC)*, *Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F)*¹³⁵, *Federação Brasileira de Bancos (Febraban)*, Fiesp, *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)*, além da Contag e

¹³⁵ Atualmente B3. A presença dessa instituição no âmbito da concertação guardava estreita relação com o papel do mercado financeiro nas cadeias produtivas do agronegócio.

da *Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo* (Fetaesp)¹³⁶ (MAPA, 1998).

Embora a Abag fosse participante do FNA, é interessante perceber que as composições deste *Fórum* e daquela organização eram muito distintas quando comparadas entre si. Nesse sentido, cabe salientar que o fórum era constituído por entidades, e não por empresas, que cada vez mais predominariam na Abag.

No FNA, a participação de representantes da agropecuária era muito maior: 54% (MAPA, 1998), ante 32% na Abag (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993). Havia, ainda, somente 8% referente a segmentos a jusante no FNA, enquanto a Abag tinha apresentado 23% “depois da porteira”. A Abag continha, ainda em 1993, 16% de participação relativa de segmentos a montante da agropecuária, o que não se notava na comissão organizadora do FNA. Apenas uma entidade “antes da porteira”, a *Associação Brasileira de Sementes e Mudas* (Abrasem), havia feito parte do *Fórum*, mas não em sua comissão organizadora, e sim como coordenadora do grupo temático de insumos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; MAPA, 1998).

O aumento da participação relativa das entidades do patronato rural no núcleo da concertação, com a inserção de agentes como a CNA e a SRB, que não haviam composto o Conselho Administrativo da Abag, quando de sua inauguração, criava condições para Roberto Rodrigues afirmar que:

O elo principal da cadeia produtiva é o produtor rural porque dele depende o sucesso dos produtores de insumos e das agroindústrias. Assim, é evidente a necessidade de reorganização institucional do agronegócio nacional com foco no produtor rural (1998: 20).

Por um lado, essa maior presença relativa de atores ligados diretamente à agropecuária promoveu a mudança de atitude do núcleo da concertação em relação à questão agrária, como se mostrará a seguir.

Por outro lado, a despeito dessa predominância, e do próprio nome (*Fórum Nacional da “Agricultura”*), o FNA era caracterizado por uma perspectiva

¹³⁶ Fiesp e Sebrae integram a categoria “outros”.

de *agribusiness*, como argumentava FHC ao enfatizar que ele contém “[...] a visão integrada das cadeias produtivas, identifica ineficiências e facilita a harmonia entre os agentes econômicos” (CARDOSO, 1998: 5). As propostas do *Fórum*, ademais, eram baseadas na noção avançada pelo grupo da *Agroceres*.

Havia no FNA, também diferentemente da Abag, a representação de duas entidades relacionadas aos trabalhadores rurais (MAPA, 1998). A contribuição delas foi muito frágil, pois os pleitos da FNA no âmbito social eram mais conservadores que os da Abag em 1993 e 1994 (ABAG, 1993, 1994). Cabe destaque, ainda, para as participações da Abia e da Fiesp no *Fórum*, representando, fundamentalmente, indústrias a jusante da agricultura.

Após dois anos de trabalho, o FNA entregou, em 2 de setembro de 1998, os resultados de suas discussões, chamados de “As Dez bandeiras do Agronegócio”. As justificações estavam baseadas nas promessas de aumentar as exportações e a oferta interna de alimentos, ampliar a geração de renda e criar mais empregos (MAPA, 1998)¹³⁷.

O documento síntese consolidava o uso de estatísticas macroeconômicas pela concertação, ao afirmar que

[...] o agronegócio brasileiro movimentou no ano passado US\$ 320 bilhões, cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Nele, estão envolvidas atividades que abrangem desde o plantio até a estocagem e distribuição, passando pela produção de máquinas e implementos agrícolas. O setor também é um grande gerador de divisas. A balança comercial agrícola no ano passado proporcionou um superávit de US\$ 11,8 bilhões. A contribuição do agronegócio foi fundamental para a geração de emprego e renda para a economia brasileira (MAPA, 1998: 23).

As dez bandeiras anunciadas pelo *Fórum* eram as seguintes (MAPA, 1998: 22):

- 1 - Financiamento do agronegócio;
- 2 - Modernização da comercialização interna e externa;
- 3 - Desoneração e simplificação tributária;
- 4 - Redução do custo Brasil;
- 5 - Desenvolvimento tecnológico;
- 6 - Modernização da defesa agropecuária;

¹³⁷ A taxa de desemprego vinha crescendo no país, passando de 6,1% em 1995 para 9% em 1998 (GOVERNO FEDERAL, 2017).

- 7 - Sustentabilidade da agricultura;
- 8 - Pequeno produtor em regime de agricultura familiar;
- 9 - Política fundiária; e
- 10 - Coordenação institucional do agronegócio.

No documento, o FNA encorajou a repressão às “invasões” de terras. A preponderância de entidades do patronato rural, como a CNA e a SRB, e a liderança de Roberto Rodrigues, tinham influenciado essa mudança em relação ao posicionamento da Abag de apoio à reforma agrária, quando de sua fundação (ABAG, 1993, 1994; MAPA, 1998)¹³⁸.

O FNA questionou, além disso, a legislação trabalhista. Essa contestação respondia, em parte, à criação, em junho de 1995, por meio do Decreto Nº 1.538, de 27 de junho de 1995, do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf).

Em outra direção, o *Fórum* incentivou a política agrícola específica para a agricultura familiar, com apoio ao recém-nascido Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, Resolução nº 2191 do BCB, de 24 de agosto de 1995, e Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996), à cooperativização e à sua aproximação com as agroindústrias (MAPA, 1998).

O FNA adotava uma proposta mais aguerrida na política exterior, com demandas de melhor promoção comercial, redução de barreiras ao livre comércio, proteção comercial contra *dumping* e subsídios na origem, participação direta de agentes privados do agronegócio nas negociações internacionais e formação, no âmbito da administração pública, de especialistas no tema (MAPA, 1998).

Paralelamente aos pleitos relacionados às melhorias da política agrícola (crédito, preços mínimos, seguro agrícola, defesa e extensão) e de infraestrutura, nota-se, no documento do FNA, a articulação entre interesses da agropecuária com representantes de funções a montante e a jusante.

Na convergência com os segmentos a montante (os quais, conforme indicado, não detinham representação na comissão organizadora, mas a

¹³⁸ Há, no capítulo 7, que trata especificamente das controvérsias em que a concertação foi inserida, uma discussão mais aprofundada de seu posicionamento e sua atuação em relação à reforma agrária.

coordenação do grupo temático de insumos), essa aliança pode ser verificada nas propostas de alteração de regulações relacionadas aos insumos agropecuários e naquelas de desoneração e simplificação da incidência tributária sobre máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Na aproximação com as indústrias a jusante, o FNA solicitava a redução de tributos sobre a cesta básica e desonerações de produtos utilizados pelas agroindústrias (MAPA, 1998).

O *Fórum* também resgatava uma sugestão clássica do agronegócio no âmbito da educação: a de adequar a formação das universidades às necessidades técnicas e gerenciais do agronegócio. Ao mesmo tempo, insistia-se na institucionalização de um espaço permanente de discussão e articulação entre os atores públicos e privados relacionados ao agronegócio.

Em seu diário, publicado anos depois, o ex-presidente FHC escreveu:

Particpei da cerimônia da entrega de propostas do *Fórum Nacional da Agricultura*, havia muita vibração, foi uma coisa importante. Os jornais quase não noticiaram, mas é um grande acordo de vários segmentos da agricultura a respeito da política agrícola e agrária (CARDOSO, 2016: 686).

5.3 Desdobramentos políticos

Houve uma série de desdobramentos políticos advindos da inflexão do governo em relação à agricultura, em um primeiro momento, e, posteriormente, em direção ao agronegócio, envolvendo mudanças em órgãos da administração federal, em políticas de desoneração tributária e na política agrícola.

No mesmo dia em que o FNA apresentou suas “Dez Bandeiras”, o presidente criou, por meio do Decreto de 2 de setembro de 1998, o *Conselho do Agronegócio* (Consagro). De caráter consultivo, o órgão reunia, de forma paritária, atores do Estado e das entidades privadas, “[...] com o objetivo de implementar os mecanismos, as diretrizes e as respectivas estratégias competitivas do agronegócio brasileiro, no médio e longo prazos, a partir das propostas do *Fórum Nacional da Agricultura*” (DECRETO DE 2 DE SETEMBRO DE 1998).

Uma conquista da FNA, o Consagro representava a criação de um dispositivo de interação sistemática e (idealmente) perene entre agentes públicos e privados. O conselho foi um ambiente relevante de discussão de estratégias para aumentar as exportações de *commodities* agropecuárias, aglutinando, em seu ambiente político, negociações entre ministros de diferentes áreas, como Agricultura, Casa Civil, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Transportes (OESP, 11/02/1999). Essa presença de diferentes pastas, cabe destacar, sinalizava um tratamento estatal, ainda que inicial, baseado na noção “agronegócio”.

Em 1998, o MAPA passou a agenciar a categoria agronegócio para demandar maior orçamento à sua pasta e melhor coordenação com outros ministérios. Nesse ano, o diretor de Planejamento Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do ministério, Antônio Lício, argumentou que “Este novo conceito – agronegócio ou *agribusiness* – tem implicações profundas na organização econômica de uma nação, muito além do que pode parecer uma simples formulação conceitual de setores da economia” (LÍCIO, 1998: 113). Lício dava voz, dentro da Administração Pública Federal, a um dos argumentos centrais do grupo da *Agroceres*, qual seja, que, muito mais que a agricultura tomada isoladamente, o agronegócio teria grande relevância macroeconômica para o país.

Ainda no mesmo ano, Barcelos Fernandes escreveu o artigo “Crescendo aproveitando as oportunidades ou como obter uma nova liderança exportadora através do agronegócio”, no qual afirmou que:

Esse conceito de agronegócio tem implicações profundas na organização econômica das nações, particularmente do Brasil, pois mostra a dimensão estratégica da agricultura. Dentro desse conceito o setor agrícola não é visto como uma atividade estanque, cujo valor adicionado representa apenas uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB), que decresce com o desenvolvimento econômico.

Nele, o setor agrícola é visto como o centro dinâmico de um conjunto de atividades que presentemente representa mais de 40% do PIB (cerca de US\$ 321,2 bilhões) e é responsável pelo emprego da maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil (FERNANDES, A. B., 1998b: 61).

Fernandes acrescentou na imprensa que, por conseguinte, o agronegócio não poderia ser tratado “[...] como atividade estanque, de segunda linha”. Deveria, argumentava, “[...] desfrutar de prestígio político [...]” que equivalesse a seu peso na economia (OESP, 09/02/1999: B2). Ou seja, pretendia-se conquistar maior acesso aos recursos públicos. Importante notar, contudo, como se mostra por meio do conceito de sinédoque política, que o “peso” na economia era medido com base na noção, enquanto os dividendos dessa mobilização dele eram auferidos, substancialmente, pela concertação.

Essa mudança de relação dos líderes políticos do agronegócio com o governo findou exercendo influência sobre a Embrapa, vinculada ao MAPA. Em 1997, o ex-ministro da Agricultura e então diretor-presidente dessa empresa (1994-2002), Alberto Duque Portugal, começara a mobilizar a concepção de agronegócio. Segundo ele, um primeiro desdobramento prático do agenciamento dessa noção era que ela trazia à Embrapa maior poder de convencimento para as disputas políticas e orçamentárias (PORTUGAL, 2017)¹³⁹.

Saindo de uma experiência, sob a gestão de Murilo Flores (1991-1994), de maior preocupação¹⁴⁰ para com os diferentes grupos e projetos que precisavam dessa empresa de pesquisa agropecuária, a noção de agronegócio foi estratégica tanto para justificar quanto para operacionalizar o novo aprofundamento da concentração do foco da empresa nos agentes patronais¹⁴¹.

“A Embrapa existe para viabilizar soluções para o agronegócio brasileiro”, escreveram o presidente Portugal e Elisio Contini (PORTUGAL & CONTINI, 1998: 138). O agenciamento da categoria agronegócio, por um lado, contribuía para incentivar (um pouco) a expansão do escopo de atuação da empresa (maior atenção a funções a montante e a jusante da agropecuária); por outro, para diminuir seu público potencial, pois, na prática, a grande maioria dos agricultores pequenos e em situação de pobreza não eram percebidos como “agronegócio”.

¹³⁹ Alberto Portugal, entrevista ao autor em 30 de maio de 2017.

¹⁴⁰ Não se tratava, por certo, de priorização dos agricultores familiares na gestão de Flores, mas de maior sensibilidade com esse público.

¹⁴¹ Foi nessa época que a empresa passou a atuar de forma mais próxima às multinacionais relacionadas à agricultura (DELGADO, 2010).

Um discurso ancorado no espírito do agronegócio e na eficácia dos agentes patronais justificava esse foco. Segundo Portugal e Contini (1998), o agronegócio seria muito importante por conta de suas contribuições à renda, ao emprego e ao equilíbrio das contas externas. Dado que a empresa tinha uma política de “tecnologia de resultado”, o grande salto a ser dado estaria na “[...] aproximação com o agronegócio, com produtores que fossem capazes de interagir com a pesquisa”, argumentou o agora ex-diretor-presidente (PORTUGAL, 2017).

É importante salientar a sinédoque política em uso nesse caso. As “contribuições à renda, ao emprego e ao equilíbrio das contas externas”, calculadas e anunciadas recorrentemente pela concertação do agronegócio na esfera pública, diziam respeito à noção da HBS, e não à concertação. Por meio do agenciamento das estatísticas, justificava-se o foco em “[...] produtores que fossem capazes de interagir com a pesquisa”, que seriam, segundo essa conceituação – no mínimo, preconceituosa –, grandes e médios empresários rurais.

Além do mais, essa noção de “tecnologia de resultado”, operando uma seleção entre produtores a serem auxiliados e aqueles a ficarem em segundo plano guardava correspondência com os critérios avançados por Davis ao criar a noção de *agribusiness* (1956). Esses critérios, mostrou-se anteriormente, foram replicados no projeto político-econômico desenhado pelo grupo da *Agrocere*s (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

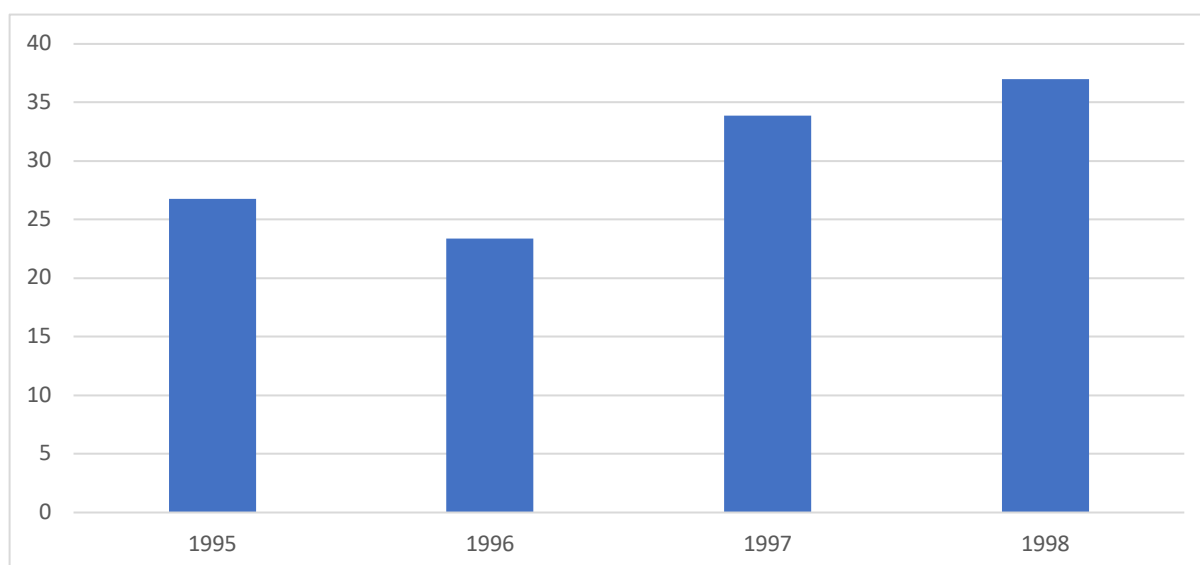
Ao agenciar a noção de agronegócio, a Embrapa passara a desagregar sua atuação em “antes”, “dentro” e “pós-porteira”. Como exemplos de pesquisas “antes da porteira”, citavam-se, à época, recursos genéticos, biotecnologia e automação agropecuária; “dentro da fazenda”, produção animal, produção de frutas e hortaliças; e “depois da porteira”, pós-colheita, transformação e preservação de produtos agrícolas. Naquele momento, de 263 projetos de programas “dentro da porteira”, apenas 21, ou aproximadamente 8%, eram da agricultura familiar, incluindo nesse número os assentamentos da reforma agrária (cálculo do autor a partir de PORTUGAL & CONTINI, 1998).

Entre 1996 e 2000, podem-se citar algumas ações do governo que respondiam a outras solicitações da concertação política do agronegócio. A

primeira foi a Lei Complementar Nº 87, de 13 de setembro de 1996, sancionada pelo presidente FHC uma semana após a criação do FNA, atendendo a um pleito que a Abag – dentre outros atores – fizera em 1994 (ABAG, 1994). A Lei Kandir, como ficou conhecida, estabeleceu o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente às exportações de produtos primários, dentre outros produtos, o que desonerou os produtores das principais culturas de exportação, com efeitos a montante e a jusante das cadeias¹⁴².

Em seguida, observa-se que o volume de crédito agrícola, que havia caído em 1996, teve aumentos relevantes em 1997 e 1998 (gráfico 11), como também pleiteara a Abag (1994).

Gráfico 11: Evolução de recursos do crédito rural no Governo FHC I, 1995-1998 (valores constantes em R\$ bilhões)*.



Fonte: Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2012b.

(*) IGP-DI - Índice médio anual.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), houve elementos importantes que ajudaram alguns grupos ligados à concertação do agronegócio. Em 1999,

¹⁴² O deputado Antônio Kandir (PSDB-SP, 1995-1996) tinha, a propósito, uma visão bastante positiva sobre os efeitos macroeconômicos e sociais do *agribusiness*. Para ele, rincões do patronato rural estariam sendo democratizados pela modernização provocada pelo *agribusiness* (OESP, 27/02/1994).

ocorreu uma grande renegociação de dívidas, principalmente do patronato agrário, por conta de forte pressão da bancada ruralista; ocorreu, também, a brusca desvalorização do Real no começo desse ano ajudou a aumentar a competitividade dos setores exportadores de *commodities* agrícolas. A desvalorização cambial era uma demanda da Abag desde 1994, mas sua efetivação passara por várias outras mediações e fatores não relacionados ao agronegócio (ABAG, 1994).

No ano 2000, foi criado o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), com o objetivo de financiar, com juros subsidiados, a aquisição e a renovação dessa frota (GOVERNO FEDERAL, 2000). No mesmo ano, em direção distinta, pode ser destacada a MP Nº 2.027-38, de 4 de maio, que criou um eficiente mecanismo contra as ocupações de terra, como a previsão de que imóveis ocupados não seriam objeto de vistoria por dois anos após a saída dos manifestantes. Como a reforma agrária vinha sendo intensificada, em importante medida, por aquela forma de ação política, a referida MP causou grande impacto: entre 1999 e 2000, houve queda de 39,4% das ocupações de terra (DATALUTA, 2015)¹⁴³.

Como fruto do ambiente combinado de (1) pleitos da concertação do agronegócio por uma política exterior assertiva e aberta à participação empresarial e das (2) novas possibilidades de concorrência internacional, o governo federal criou a *Agência Brasileira de Desenvolvimento do Agronegócio* em fevereiro de 1999, cujo propósito era potencializar as exportações de *commodities*. Essa agência não chegou a ganhar relevo, contudo.

Outra articulação, dessa vez exclusivamente da área privada, acabou conquistando destaque na época. Em preparação ao encontro de Seattle¹⁴⁴ da *Organização Mundial do Comércio* (OMC), que ocorreria no final de 1999, a Abag, a CNA e a OCB, criaram, ainda em fevereiro daquele ano, o *Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais*. Esse fórum foi responsável por fazer estudos – como em um caso no qual apresentou cálculos

¹⁴³ Esses números não incluem as retomadas indígenas.

¹⁴⁴ Foi exatamente nesse evento que começou a tomar forma mais nítida a mobilização anti-globalização.

sobre as perdas econômicas resultantes de subsídios, tarifas alfandegárias e barreiras sanitárias de outros países (FSP, 26/10/1999) – e contribuir para unificar os pleitos e o discurso dos líderes que participaram dessa conferência ministerial. O governo brasileiro foi receptivo ao *Fórum Permanente*, como se pode notar pela delegação brasileira que esteve em Seattle: três ministros, nove deputados, quinze diplomatas e onze representantes de segmentos do agronegócio (RODRIGUES, 2008: 223).

Inegavelmente, a noção de agronegócio entrara para o vocabulário do governo federal. Esse fato não remetia, como se mostra, somente a uma questão semântica, e sim à adesão estatal – ainda no início – a reivindicações da concertação.

É importante ter em conta, entretanto, que o governo FHC tinha uma atitude de certo modo hesitante perante os líderes da concertação. Após um primeiro semestre promissor (último trimestre de 1998 e primeiro de 1999), o *Conselho do Agronegócio* começara a perder prioridade. A oferta de crédito rural, vindo de trajetória ascendente, entrou em estabilização, caindo de 37,1 bilhões de reais em 1998 para 36,1 bilhões em 2000 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012b)¹⁴⁵. A maioria das propostas contidas na “Dez Bandeiras do Agronegócio” teve, destaca-se, atendimento moderado (MAPA, 1998).

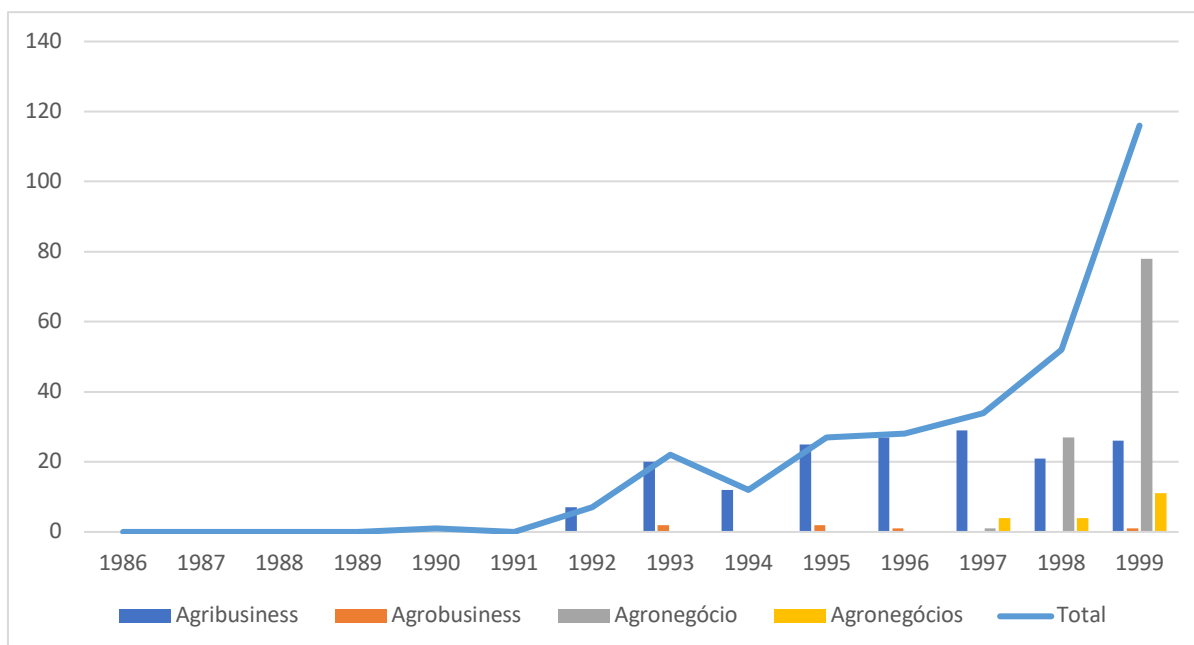
5.4 Influências da legitimação na esfera pública

Como havia acontecido nos Estados Unidos entre o final da década de 1960 e começo da seguinte, a legitimação da noção de agronegócio e dos agentes que a mobilizavam pelo Poder Executivo foi fundamental para o avanço da valorização dessa perspectiva por agentes situados em outros campos, como a academia, a imprensa e o Poder Legislativo.

A produção das universidades reagiu acentuadamente em 1999 ao momento de maior legitimação do agronegócio pelo governo brasileiro (gráfico 12).

¹⁴⁵ Valores constantes em reais, IGP-DI - Índice médio anual.

Gráfico 12: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de *agribusiness*, *agrobusiness*, agronegócios ou agronegócio (1986-1999).



Fonte: *Dedalus*. Outubro de 2016 a Abril de 2017 (elaboração do autor).

O avanço, nas universidades, das mobilizações de perspectivas sistêmicas inspiradas pela noção de *agribusiness* não havia ficado atrelado ao Pensa. Inspirada nas graduações dos Estados Unidos baseadas nessa noção, mas também na abordagem da economia alimentar francesa, de autores como Malassis, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lançou, em 1993, o curso de graduação em Engenharia de Produção Agroindustrial. Anunciada como a única do tipo no Brasil, a graduação era dividida nos módulos manufatura de insumos, produção agropecuária, processamento, distribuição e comercialização (FSP, 08/02/1993, 31/01/1995). Na própria UFSCar se conformaria, em 1994, um núcleo de pesquisa sobre o *agribusiness*, o Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (Gepai) (BATALHA, 2017)^{146 147}.

¹⁴⁶ Mario Batalha, professor da UFSCar especializado em agronegócio, entrevista ao autor em 19 de outubro de 2017.

¹⁴⁷ Existiam, ainda, áreas de engenharia de alimentos que conduziam pesquisa sobre as funções que se relacionavam com a agricultura, a exemplo das universidades federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ZYLBERSZTAJN, 1999).

Se existia a abordagem do *agribusiness*, tanto no âmbito da administração da USP (com enfoque nos trabalhos da HBS) quanto naquele da engenharia de produção, a exemplo da UFSCar (com base nos trabalhos da economia agroalimentar francesa), havia sido criada uma segunda vertente acadêmica influenciada pela noção. Ela era centrada em cursos de agronomia e economia agrícola. Nesses cursos, *agribusiness* tinha outro sentido, indicando, principalmente, o alargamento das funções do profissional a trabalhar nesse ramo (NEVES, 2017; MARQUES, 2017)¹⁴⁸.

Foi nessa direção que a noção adentrou com mais força na Esalq. Com efeito, essa escola implantou, em 1994, uma área de Concentração em Economia e Administração Agroindustrial. Nesse ano, o professor da instituição, Pedro Valentim Marques, e produtor rural e pós-graduando, Luiz Caffagni, descreveram no *Estado de S. Paulo* as mudanças curriculares em curso, que colocavam a agronomia em relação com a economia e a administração: “Para atender às necessidades do *agribusiness*, tornou-se necessária a presença de um engenheiro agrônomo que alie forte conhecimento de mercado à sólida formação técnica de produção” (OESP, 23/11/94: G2). Entre as disciplinas relacionadas a esse novo perfil, os pesquisadores destacaram estatística e computação, administração e planejamento, marketing, comércio internacional, análise financeira e demonstrativos de resultados econômicos, e administração de cooperativas (OESP, 23/11/94).

Em 1998, a Esalq criou o curso de graduação em Economia Agroindustrial¹⁴⁹, ocasião na qual a *Folha* o anunciou com a manchete “*Agrobusiness* vira curso na Esalq/USP”. De acordo com um dos idealizadores desse bacharelado, professor Carlos Bacha, o curso teria sido criado por conta da falta de profissionais especializados em “*agrobusiness*”. Disse ele que

Estamos formando um profissional preparado para lidar com áreas como importação e exportação, planejamento operacional, mercados de *commodities*, entre outras. A demanda do mercado para esses profissionais será maior do que a oferta (FSP, 22/09/1998: 12-13).

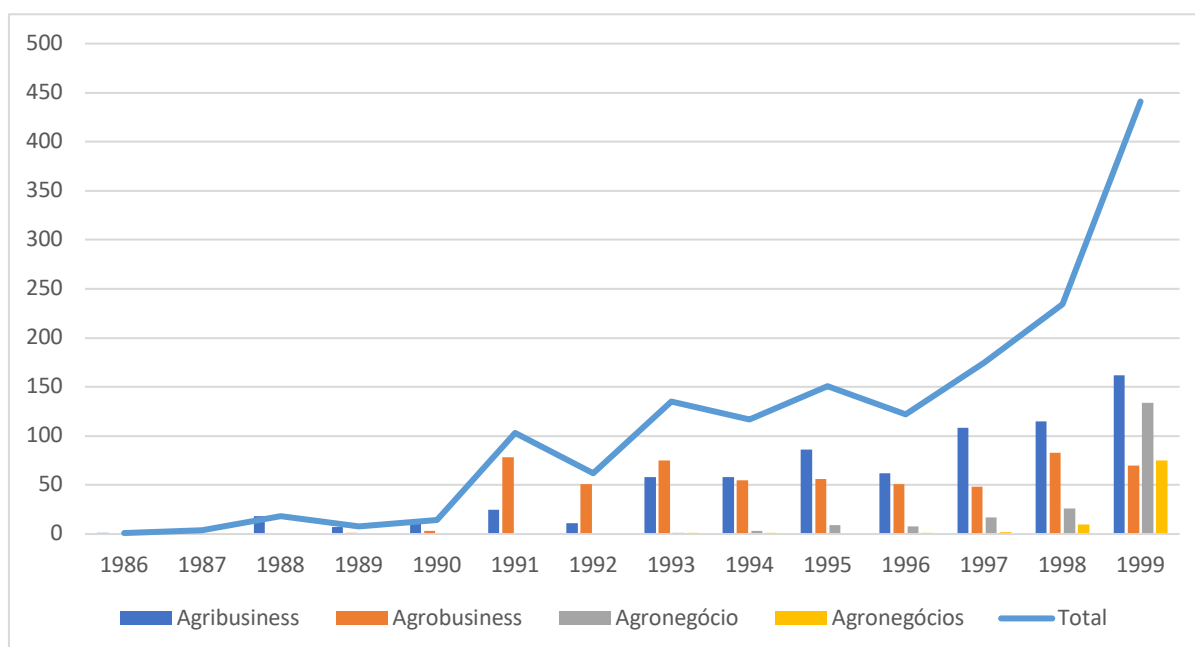
¹⁴⁸ Evaristo Marzabal Neves, ex-diretor da Esalq, resposta ao autor em 26 de maio de 2017; Pedro Valentim Marques, professor da Esalq, entrevista ao autor em 29 de maio de 2017.

¹⁴⁹ Hoje não mais existente.

Na segunda metade da década de 1990, as escolas privadas passariam a oferecer formações de *agribusiness* no âmbito dessa segunda vertente, com destaque para a Fundação Getúlio Vargas (FSP, 02/03/1997).

Ao mesmo tempo que nas universidades, ocorria grande salto de reconhecimento da categoria agronegócio na imprensa. Isso significava que, além do forte aumento de mobilizações do termo nas reportagens e colunas dos principais jornais do país, haveria editoriais dedicando-se a elogiar o “agronegócio” (gráfico 13). Na verdade, o que se começava a fazer com mais assertividade na imprensa era vangloriar o agronegócio como composição econômica, tendo como sua dimensão imaginada as estatísticas relacionadas à sua noção. Essa ação gerava, contudo, vantagens para os líderes da concertação do agronegócio, que seriam os agentes posicionados estrategicamente para influenciar o governo na direção que lhes conviesse melhor.

Gráfico 13: Páginas de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* mencionando *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (1986-1999).



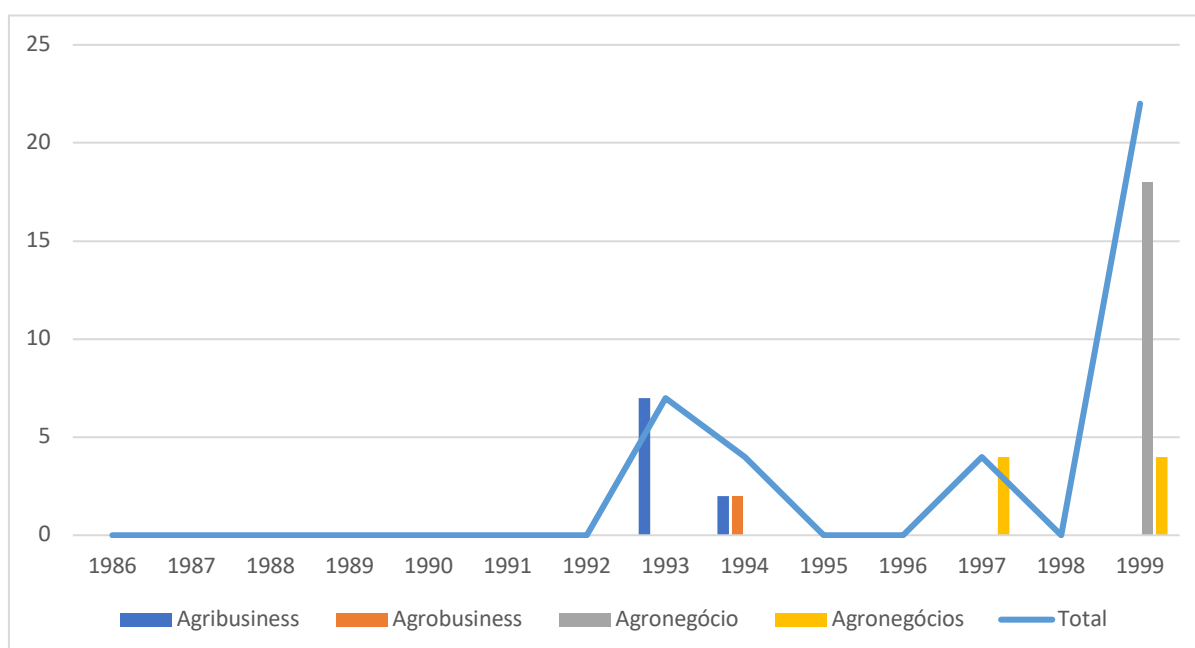
Fonte: Acervos de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, 2017 (elaboração do autor).

Já em 1998, um editorial do *Estadão* aludira às potencialidades do agronegócio ao anunciar os resultados do *Fórum Nacional da Agricultura* (OESP, 08/09/1998). No ano de 1999, o mesmo jornal encadeou outros cinco editoriais laudatórios sobre o assunto. Em “O superávit do agronegócio”, por exemplo, afirmava-se que “[...] nenhum setor tem contribuído tanto quanto o agronegócio para a recuperação das contas externas” (OESP, 26/12/1999: A3).

Vinculado formalmente à Abag, o *Estadão* era o líder entre os meios de comunicação a atuar em acordo com a orientação política do núcleo da concertação. Após o salto nas exportações de *commodities* ao longo da década de 2000, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* adeririam, paulatinamente, à essa linha editorial de louvor ao “agronegócio”.

Na Câmara dos Deputados, pode-se notar que houve um primeiro salto no agenciamento da concepção de agronegócio em 1999 (gráfico 14). Até então, os deputados da bancada ruralista não mobilizavam, com frequência, essa categoria.

Gráfico 14: Discursos no âmbito da Câmara dos Deputados citando *agribusiness*, *agrobusiness*, agronegócios ou agronegócio (1986-1999).



Fonte: Acervo histórico da Câmara dos Deputados, 2017 (elaboração do autor).

Silas Brasileiro (PMDB-MG), um dos integrantes da frente ruralista na Câmara dos Deputados, fora, antes desse salto em mobilizações da noção no Congresso, um dos poucos parlamentares a aproximar-se de modo mais sistemático dos núcleos da concertação política do agronegócio. Em 1997, Brasileiro representou a frente ruralista no comitê de negociação do FNA (MAPA, 1998).

Na década de 1990, as pautas da bancada ruralista haviam ficado predominantemente marcadas por duas dimensões patrimonialistas: barganhas com o governo para a renegociação de dívidas e defesa obstinada da propriedade rural contra a reforma agrária e outras movimentações que afetavam, especialmente, os latifúndios improdutivos, como o aumento do Imposto Territorial Rural e a atualização dos índices de produtividade (LAMOUNIER, 1994; VIGNA, 2001; BRUNO, 2015).

Nesse sentido, essa frente parlamentar aproximara-se mais da UDR e da CNA que da Abag, que, nos seus primeiros anos, trazia propostas menos focadas no patrimonialismo e mais na melhoria qualitativa dos diversos instrumentos de política agrícola, além de uma abordagem intersetorial, que englobava, também, interesses de segmentos a montante e jusante da agropecuária (ABAG, 1993, 1994), temas que, ressalte-se, recebiam tratamento assistemático pela bancada.

5.4.1 Agronegócio: noção traduzida

Neste momento, cabe uma breve explicação sobre o processo de passagem da preponderância, na esfera pública brasileira, dos termos da língua inglesa “*agribusiness*” e “*agrobusiness*” para a tradução “agronegócio(s)”.

Como pode ser notado nos gráficos 12, 13 e 14, “agronegócio(s)” somente ultrapassa “*agri(o)business*” na imprensa em 2000; na academia, “agronegócio(s)” demorou mais para ser incorporada (1997), mas, uma vez que isso aconteceu, ultrapassou “*agri(o)business*” já em 1998; e nos discursos na Câmara dos Deputados, “agronegócio(s)” alcançara predominância em 1997.

O termo “agronegocio” tinha aparecido pela primeira vez em língua espanhola, em meados dos anos 1960, no âmbito da sociologia da *Universidad Nacional Autónoma de México*, mas era, pelos anos 1990, muito pouco utilizado naquele país (DECIMOQUINTO CONGRESO NACIONAL DE SOCIOLOGÍA, 1964; REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA, 1965).

No Brasil, a primeira aparição pública de “agronegócio”, ao que tudo indica, ocorreu em matéria da *Veja* (19/02/1969), “Soja, bom agronegócio”. Era o anúncio do *Saci*, o refrigerante de soja da *Coca-Cola* criado no país em 1967. A corporação agia no âmbito da política norte-americana de “Guerra contra a Fome”, dos quais um dos parâmetros centrais era a invenção de alimentos (que, em princípio, deveriam ser) mais nutritivos.

A legitimação da concertação do agronegócio pelo governo federal desempenhou papel importante, nesse sentido, para que a tradução do termo alcançasse maior aceitação. Organizando um seminário para discutir as exportações de *commodities* em 1997, o Ministério das Relações Exteriores exigiu o uso da tradução agronegócio, contrariamente ao que queriam os empresários, muitos dos quais tinham decidido, quando da criação da Abag, que não se utilizaria tradução para o termo. Bastante crítico ao uso de estrangeirismos, o referido ministério nomeou o evento como “Seminário Agronegócio de Exportação” (JB, 02/11/1997: 16).

Conseqüentemente, é possível dizer que o processo de tradução da palavra *agribusiness* na esfera pública brasileira correspondeu à legitimação do agronegócio pelo Poder Executivo Federal. Como mostrado anteriormente, quando FHC e seus ministros começaram a mobilizar essa categoria, eles já o faziam, em grande medida, por meio de sua versão aportuguesada.

5.5 Considerações finais ao capítulo

Mostrou-se, neste capítulo, que o governo federal inflexionou seu posicionamento em relação à concertação do agronegócio quando começou a ficar claro, a partir da segunda metade da década de 1990, que a agricultura era o único setor superavitário na balança comercial brasileira.

Foi nesse ambiente que se criou o *Fórum Nacional da Agricultura* (FNA), que representou a aproximação da concertação do *agribusiness* com governo. Estando a Abag vivendo um vazio de liderança, o FNA atraiu o núcleo da concertação para si, apresentando uma composição mais concentrada na agropecuária, se comparada com aquela da Abag, e propostas que diferiam sensivelmente em relação àquelas desta entidade de *agribusiness* criada em 1993, principalmente no que diz respeito aos temas sociais, nos quais mostrava um posicionamento politicamente conservador.

Os pleitos da Abag, e a própria noção de agronegócio, encontraram acolhimento em áreas do Estado, a exemplo da Embrapa, onde o agenciamento do termo contribuiu para um redirecionamento político da pesquisa agropecuária. Ao mesmo tempo, essa legitimação estatal influenciou a proeminência da concepção em diversas dimensões da esfera pública, como a academia, a imprensa e o Legislativo.

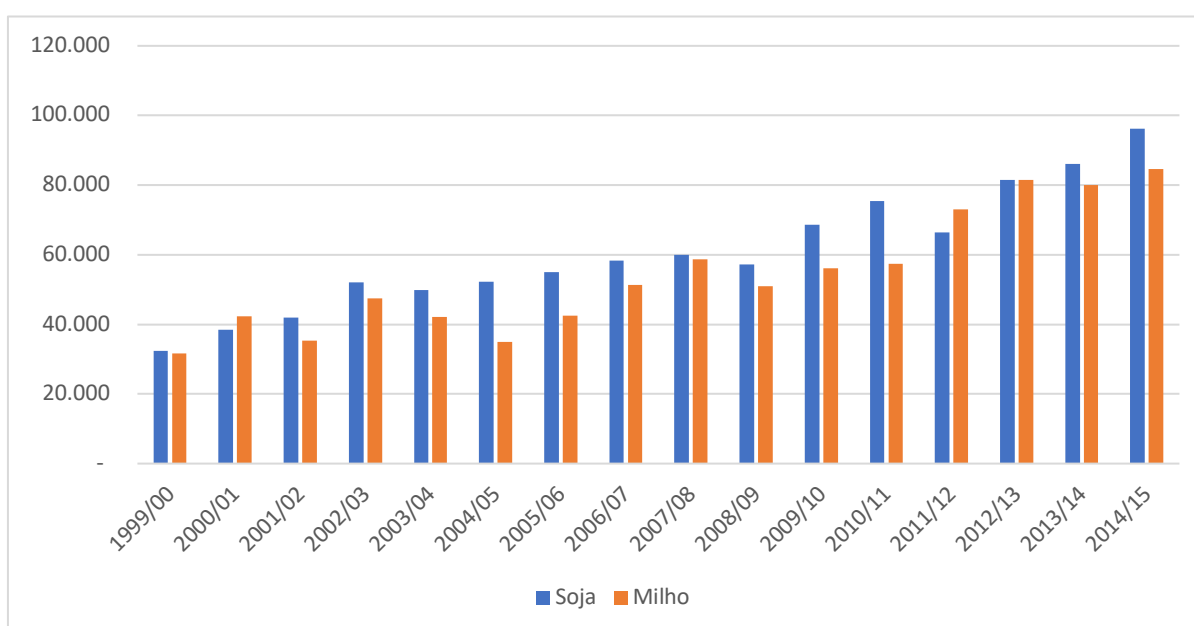
O governo, contudo, teve posicionamento reticente em relação às propostas da concertação consubstanciadas no FNA, atendendo-as apenas parcialmente. Todavia, uma grande alteração macroeconômica global envolvendo *commodities* agrícolas nas quais o Brasil se sobressaía mudaria a história da concertação do agronegócio. Esse tema será tratado no capítulo 6.

Capítulo 6 – Aumento do poder da concertação política do agronegócio

O marco que alterou, definitivamente, a história da concertação – estimulando, ao lado do apoio estatal, o movimento de reorganização que Guilherme Costa Delgado (2010) chamou de economia do agronegócio – foi o processo de alta dos preços das *commodities* agropecuárias iniciado em meados de 2001. Esse processo era influenciado, em grande medida, pelo crescimento da demanda por esses produtos em países como a China. Do lado da oferta, havia um relativo esgotamento da capacidade de crescimento da produção em países tradicionalmente exportadores desses produtos, como os Estados Unidos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

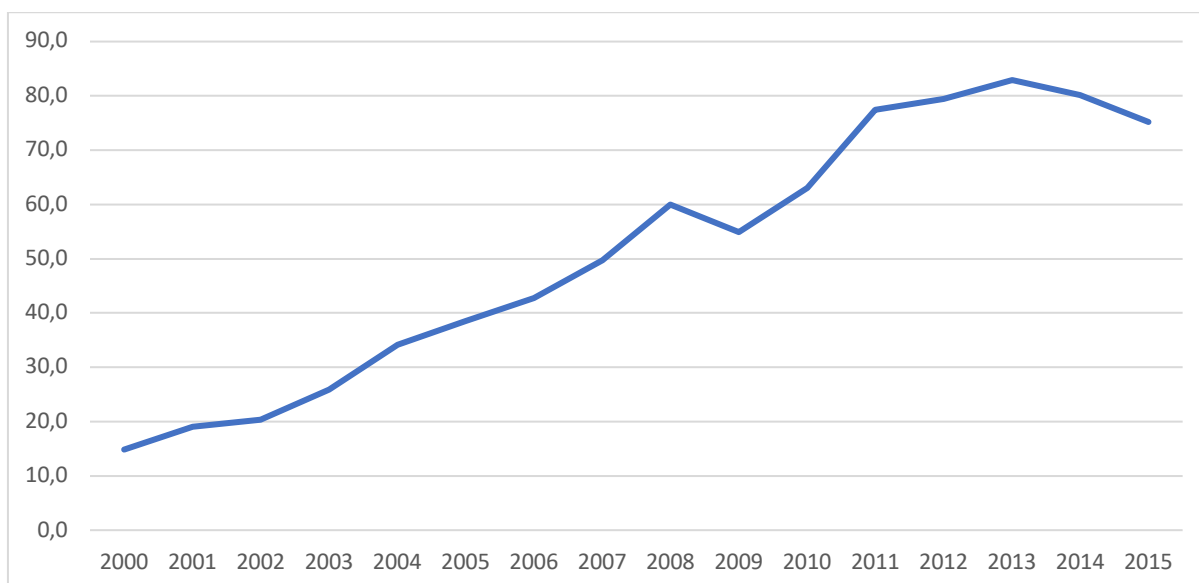
Em consonância com esse cenário, o Brasil passou a elevar sua produção e exportação de *commodities* agrícolas. Gráficos com características distintas evidenciam essas elevações: o 15 mostra o crescimento da produção, a partir do ano safra 1999/2000, das duas culturas que mais se destacaram nesse contexto, soja e milho; o 16 apresenta o processo de aumento do valor das exportações do agronegócio em geral, começando pelo ano 2000.

Gráfico 15: Produção de soja e milho no Brasil, 1999/2000-2014/2015 (em mil toneladas).



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, 2016.

Gráfico 16: Exportações brasileiras relacionadas ao agronegócio (2000-2015) (em US\$ bilhões).



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016b.

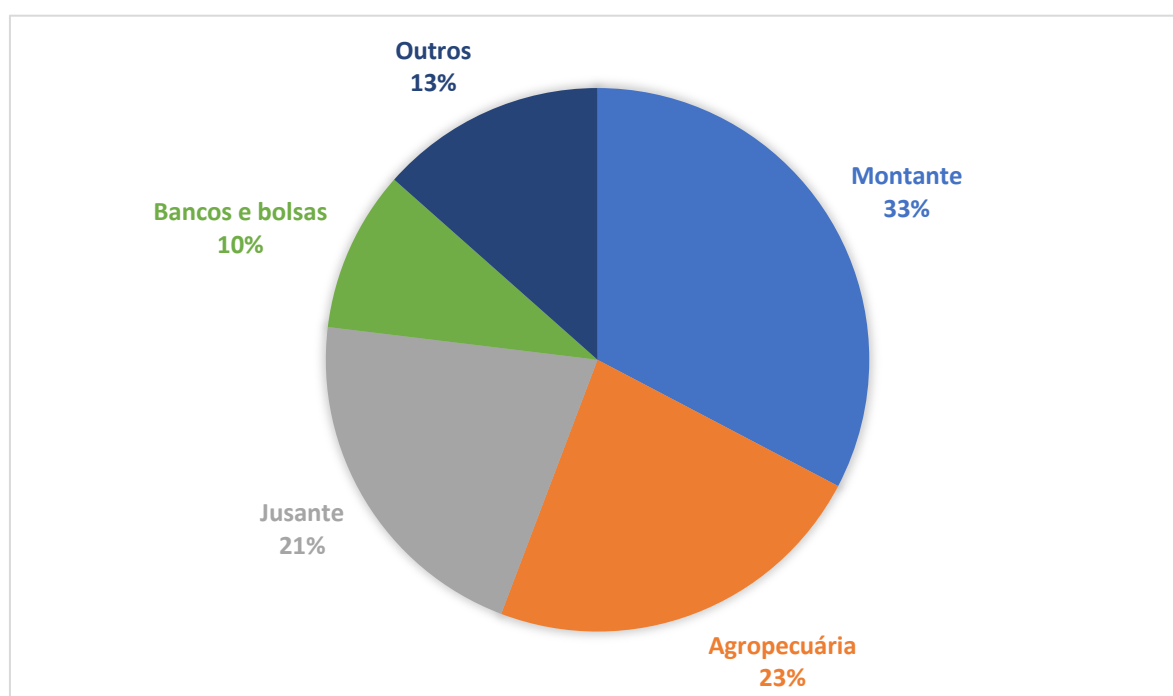
Em função desse grande reordenamento no mercado internacional de *commodities* agrícolas, da capacidade (baseada na confluência do Estado com os agentes privados) de aumento de sua produção no Brasil e das potencialidades das exportações daqueles produtos para o balanço de pagamentos do país, a concertação política do agronegócio, mobilizando o espírito do agronegócio com habilidade, passou a contar, cada vez mais, com um cenário favorável à implementação de suas estratégias.

6.1 Recomposição da arena do agronegócio nos anos 2000

Depois de liderar a participação do setor privado no FNA (fórum que se encerrou em 1998), Roberto Rodrigues assumiu a presidência da Abag no começo de 1999. Por meio de sua atuação nesse novo contexto econômico, a entidade reconquistou a influência que tivera até meados da década de 1990, reassumindo a centralidade no âmbito da concertação. Em 2002, a Abag superaria, inclusive, a projeção pública que tivera com Ney Bittencourt de Araújo, passando a ser interlocutora qualificada do governo federal.

Dez anos após sua fundação, a Abag havia mudado razoavelmente em termos de composição, conforme se pode observar no gráfico 17:

Gráfico 17: Composição relativa dos membros associados à Abag em 2003, por segmento.



Fonte: Associação Brasileira de Agribusiness, 2003 (elaboração do autor).

Enquanto as empresas a montante tinham aumentado seu papel na entidade de agronegócio, passando de 16% em 1993 a 33% em 2003, a agropecuária havia perdido espaço relativo, indo de 32% em 1993 a 23% em 2003 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003). Embora as cooperativas (que representavam a maior parte da categoria “agropecuária” na composição da Abag) tivessem aumentado sua participação em termos absolutos (11 cooperativas em 2003, ante 9 em 1993), houve um número muito maior de empresas “antes da porteira” que passavam a compor a entidade, causando essa mudança na composição relativa¹⁵⁰.

Representando as indústrias de máquinas e insumos para a agropecuária, estavam presentes na Abag, em 2003, a maioria das grandes

¹⁵⁰ Vale levar em consideração que se trata de cotejamento entre participantes do Conselho Administrativo da entidade, em 1993, e membros associados, em 2003.

empresas, como *Bayer*, *CNH* – fusão da *Case* com a *New Holland* –, *DuPont*, *John Deere*, *Monsanto* – única participante, dentre esse conjunto de indústrias, no Conselho Administrativo da Abag em 1993 – e *Syngenta* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003).

Diferentemente de 1993, quando havia relativo equilíbrio entre empresas e entidades brasileiras e estrangeiras a montante da agropecuária no Conselho Administrativo da Abag (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993), em 2003 a entidade passava ser composta predominantemente, no segmento “antes da porteira”, por corporações multinacionais (ABAG, 2003), o que refletia a crescente internacionalização do agronegócio brasileiro ao longo da década de 1990 e começo da década de 2000¹⁵¹. Essa internacionalização – e o processo de concentração que a acompanhava – era, contudo, muito pouco tematizada publicamente pela entidade (BRUNO, 2010).

As indústrias a jusante tinham perdido um pouco de participação relativa, passando de 23% em 1993 a 21% em 2003 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003). Nesses segmentos “pós-porteira”, havia duas novidades que chamavam atenção: a substituição da *Abiove* pelas *tradings Bunge* e *Cargill* (ambas se inseriam naquela associação de óleos vegetais), o que evidenciava o fato de a Abag estar consolidando-se como uma associação de empresas, e não de entidades¹⁵²; e a força da representação das usinas de álcool-açúcar, que se desdobrava do crescente papel que essas *commodities* passavam a desempenhar no mercado internacional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003).

A despeito de o maior foco dessas empresas estar nas funções a jusante da agropecuária, é importante ter em consideração que se tratava, nos dois casos, *tradings* e usinas, de indústrias nas quais a verticalização se encontrava muito presente. Ou seja, eram empresas que atuavam em diversas funções ao longo dos complexos de que participavam. A Abag espelhava, assim, o processo de crescente verticalização nas cadeias produtivas do agronegócio.

¹⁵¹ Para uma análise dessa internacionalização, ver Medina, Ribeiro e Brasil (2016).

¹⁵² Ressalta-se, como exceção a essa afirmação, que uma empresa de propriedade da *Bunge*, a *Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro*, havia participado do Conselho Administrativo da Abag em 1993. Não se tratava, contudo, da *Bunge* como um todo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993).

Embora aquelas empresas verticalizadas fossem, ao mesmo tempo, representantes dos segmentos de alimentação, o grande leque dessas indústrias de alimentos, liderado pela Abia, estava fortemente sub-representado na Abag (adicionando-se que a *Nestlé* havia saído dela). Tampouco permaneciam na Abag a rede de supermercados e a empresa exportadora¹⁵³ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993).

Essa caracterização é importante para evidenciar os déficits de representação da Abag, e ajuda a compreender a habilidade da entidade em apresentar-se como a encarnação do agronegócio (como noção e conjunto das cadeias produtivas ligadas à agropecuária), o que teve desdobramentos importantes para o peso político que o governo Lula atribuiu a ela, como se mostrará adiante.

Bancos e bolsas continuaram presentes na entidade, perdendo um pouco da participação relativa (13% em 1993 e 10% em 2003). Em “outros”, pode-se destacar a entrada da *Rede Globo*, ao lado de outras empresas de comunicação, na entidade. As universidades, se tinham sido representadas por alguns pesquisadores no Conselho Administrativo da entidade em 1993, não eram associadas em 2003 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003).

Além de aumentar o leque de empresas associadas, a Abag começaria a destacar-se, no começo dos anos 2000, por seu potencial de atuar como agregadora das entidades representativas do “agronegócio”. Nesse sentido, Rodrigues argumenta que houve, em 2000, um acordo no âmbito do bloco intersetorial do agronegócio segundo o qual a Abag

[...] ficou responsável por promover discussões em prol de um discurso organizado para o *agribusiness*. Isso porque existem muitas entidades e torna-se inevitável uma dispersão dos discursos. A aglutinação dos pensamentos aparece como uma atitude moderna, que vai ao encontro do que se precisa numa economia globalizada (RODRIGUES, 2008: 223).

¹⁵³ Embora seja importante levar em consideração, nesse aspecto, o papel verticalizado de *tradings* como a *Bunge* e a *Cargill* quanto às exportações de *commodities*, em especial a soja.

6.2 O Plano Estratégico para o Agronegócio Brasileiro 2002/2010

Em meados de 2002, durante a campanha para as eleições presidenciais, a Abag realizou, com apoio do Ministério da Agricultura, seu *1º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. O evento reuniu um grupo de destaque da concertação política do agronegócio, como o próprio Roberto Rodrigues, que se consolidava como o grande líder dela, Luiz Fernando Furlan, vice-presidente da Fiesp e presidente do conselho da *Sadia*, Alberto Portugal, diretor-presidente da Embrapa e ex-ministro da Agricultura, o deputado federal Silas Brasileiro, da bancada ruralista, e Manoel Félix Cintra Neto, presidente da BM&F, dentre outros (ABAG, 2002a).

Anteriormente a esse congresso, a Abag havia convidado um grupo de pesquisadores e técnicos a contribuir com elementos para uma estratégia decenal do “agronegócio”. Dentre eles, estavam Eduardo Pereira Nunes e Waldir Jesus Lobão, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcos Sawaya Jank, da Esalq, e José Eli da Veiga, da FEA/USP (ABAG, 2002a); entre os técnicos, destacavam-se dois ex-integrantes do grupo da *Agrocere*s, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza. Durante o evento, os resultados do trabalho desses especialistas foram apresentados e debatidos, fundamentando, posteriormente, o *Plano Estratégico para o Agribusiness Brasileiro 2002/2010* (ABAG, 2002a).

Nesse plano, a Abag desenhava metas para grãos, carne, café, cana e laranja, argumentando que os benefícios do apoio a essas *commodities* seriam a melhoria da alimentação dos brasileiros, aumentos da renda no campo e da atividade nas cidades, crescimento de saldos na balança comercial e evolução positiva da renda *per capita* no campo. Novamente, a Abag procurava divulgar o que seriam suas contribuições como se beneficiassem a todos.

Para que se atingissem aquelas metas, foram propostos os “*Dez C’s da Competitividade do Agribusiness*” (ABAG, 2002a: 5-12):

1. Capital: crédito, financiamento e seguro;
2. Condução ao mercado: infraestrutura e logística;
3. Comercialização e comércio exterior;
4. Conhecimento tecnológico e comunicação com o consumidor;
5. Carga fiscal;

6. Coordenação institucional de políticas, do setor privado e das ações locais;
7. Conservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
8. “Clustering”: interiorização e desenvolvimento local;
9. Cidadania e inclusão social: cesta básica, renda mínima e segurança alimentar; e
10. Capital humano: a grande diferença.

Um dos elementos centrais desse plano estratégico era a postura mais incisiva relativamente ao lugar que o agronegócio (leia-se a concertação política do agronegócio) deveria ocupar nas prioridades do Executivo Federal, quando comparada àquelas constantes do documento da Abag aos presidentiáveis de 1994 e das “Dez Bandeiras do Agronegócio”, do *Fórum Nacional da Agricultura* (ABAG, 1994; MAPA, 1998).

Propunham-se, nessa direção, a formalização da priorização orçamentária ao agronegócio e a previsão de audiências prévias do Conselho Monetário Nacional¹⁵⁴ com líderes da concertação antes de decisões sobre assuntos que envolvessem as cadeias produtivas ligadas à agropecuária, além da participação direta do setor privado nas negociações internacionais sobre temas atinentes a essas cadeias (ABAG, 2002a).

Na questão ambiental, nota-se, pela primeira vez em um documento central da concertação, o questionamento às determinações do Código Florestal; na questão agrária, havia crítica às atuações dos movimentos sociais (ABAG, 2002a). Desses dois posicionamentos decorria um elemento novo na ação política da concertação, posterior à ação política mais estritamente ruralista: a proposta de revisar os marcos legais ambiental e agrário¹⁵⁵.

Por outro lado, continuava-se a defender a política agrícola para a agricultura familiar, com a proposição de programa de renda mínima com contrapartidas produtivas para esse público, de mecanismos de crédito customizados e do incentivo ao associativismo e cooperativismo (ABAG, 2002a).

¹⁵⁴ O Conselho Monetário Nacional, componente do Sistema Financeiro Nacional, é responsável por formular as políticas monetária e de crédito.

¹⁵⁵ A ação voltada a mudanças legislativas sobre esses temas, dentre outros, ganharia maior ímpeto no âmbito da concertação a partir da década de 2010, como será apresentado à frente.

A dimensão de propostas de cunho social para o campo, enfraquecida no FNA, retornava com mais força, com o encorajamento de políticas públicas para saúde, educação e saneamento nas áreas rurais. Essa dimensão social era acompanhada por outra mais estratégica, que aumentaria a demanda interna por produtos do agronegócio (ABAG, 2002a).

Por meio do resgate da ideia da “Família Brasil”, de Ney Bittencourt de Araújo (ABAG, 1993), sugeriam-se o aumento do valor real do salário mínimo, programas de alimentação para a população, ampliação da merenda escolar, bolsa alimentação e doações emergenciais. Essa agenda, além de remeter a elementos da proposta da própria Abag, quando de sua criação, dialogava com a política de segurança alimentar advogada pelo PT, cujo candidato, Lula, tinha, à época, quase o dobro de intenção de voto em relação ao segundo colocado (DATAFOLHA, 2002).

Outra novidade do plano estratégico da Abag foi a sugestão de que o governo incentivasse relações positivas entre elos das cadeias produtivas, ajudando a reduzir conflitos e a fortalecer a convergência de interesses de longo prazo (ABAG, 2002a). Nesse caso, uma visão de agronegócio por excelência (DAVIS, 1955, 1956; DAVIS & GOLDBERG, 1957; BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

Ao mesmo tempo, pleiteava-se maior incentivo à incorporação de tecnologias químicas, mecânicas, biológicas e eletrônicas, o que evidenciava o forte estreitamento político entre o “antes” e o “dentro da porteira” (ABAG, 2002a). Aqui vale lembrar que esses segmentos eram, respectivamente com 33% e 23% da participação relativa na entidade, os dois mais bem representados nela (ABAG, 2003).

Na relação da agropecuária com as funções a jusante, notava-se a repetição da proposta de desoneração da cesta básica, que envolve benefícios para as *tradings* e as usinas (por meio de produtos como óleo de soja e açúcar). No entanto, percebia-se um esforço de afastar intermediários entre os produtores e os supermercados, o que mostrava tanto os conflitos distributivos entre esses dois atores quanto a não inserção das redes varejistas e atacadistas na concertação. Havia, também, solicitações de promoção das

exportações e proteção contra produtos do exterior que fossem indevidamente apoiados por seus governos (ABAG, 2002a).

No mais, mantinham-se as demandas de melhorias das políticas agrícolas clássicas, como ampliação da oferta de crédito rural e melhoras em preços mínimos, seguro agrícola, defesa e pesquisa, além de propostas relacionadas à infraestrutura (transportes, energia, irrigação e armazenamento) e informação.

6.3 A concertação no Ministério da Agricultura

Ao vencer as eleições presidenciais de 2002, Lula escolheu Roberto Rodrigues como ministro da Agricultura. Na cerimônia de encerramento do 2º *Congresso Brasileiro de Agribusiness*, em meados de 2003, o então presidente da República disse ter pensado, após ser eleito, que iria “[...] convidar alguém que ninguém do setor tenha qualquer suspeição da ligação, credibilidade e competência com o agronegócio” (ABAG, 2003: 79). Era a primeira vez que um líder destacado da concertação se tornava ministro.

Segundo o presidente, “[...] às vezes gostamos muito de uma pessoa sem conhecer e desgostamos quando conhecemos e, muitas vezes, a gente não gosta de uma pessoa sem conhecer e quando conhece gostamos dela”; antes dessa explicação, Lula havia afirmado que estava “[...] orgulhoso do agronegócio brasileiro” (ABAG, 2003).

Rodrigues, por sua vez, chamou para ser Secretário de Política Agrícola Ivan Wedekin, ex-integrante do grupo da *Agrocere*s que tinha contribuído de forma substantiva com o projeto político-econômico da *Agrocere*s e com os “*Dez C’s da Competitividade do Agribusiness*” da Abag. A ideia de Rodrigues era implementar o plano que a concertação do agronegócio havia tornado público em seu 1º *Congresso Brasileiro de Agribusiness* (WEDEKIN, 2017).

Os “*Dez C’s*” tiveram, de fato, importância para orientar as políticas do MAPA. Em uma edição especial de outubro de 2005 da *Revista de Política Agrícola*, publicação oficial do ministério, Wedekin apresentou a seguinte figura, que os mencionava literalmente (p. 29):

Figura 13: Dez C's da Competitividade do *Agribusiness*.

Fonte: Revista de Política Agrícola, 2005.

A chegada de Roberto Rodrigues ao MAPA aconteceu ao mesmo tempo que a bancada ruralista se fortalecia no Congresso Nacional, embora a organização dessa frente parlamentar fosse avançar muito ao longo da década de 2000, e, principalmente, 2010 (IPA & FPA, 2016; IPA, 2017). Em forte entendimento com esses congressistas, Rodrigues atuou intermediando suas demandas com a cúpula decisória do governo.

Figura 14: Ministro Roberto Rodrigues com o presidente Lula em 2004.



Foto: Agência Brasil, 2004.

Ademais, o ministro buscou aproximar-se das lideranças das cadeias produtivas, instituindo o *Conselho Nacional do Agronegócio*. Com isso, Rodrigues reeditava o Consagra do governo FHC, com a diferença de atribuir maior poder aos empresários nele do que o conselho precedente. O *Conselho Nacional do Agronegócio* foi formado por câmaras setoriais das principais cadeias (AGÊNCIA BRASIL, 21/02/2003). O Ministério da Agricultura explicava as câmaras assim:

Órgãos consultivos compostos por representantes dos setores público e privado, elas servem como fóruns para que as principais cadeias produtivas da agropecuária avaliem os cenários dos seus respectivos segmentos, apontando problemas e apresentando sugestões de políticas públicas para serem implementadas a curto, médio e longo prazos (MAPA, 2004).

Foi, no entanto, entre o final de 2004 e o começo de 2005 que Roberto Rodrigues conseguiu implementar a maioria de suas principais ações. Em 30 de dezembro de 2004, ele e Wedekin conseguiram emplacar a Lei nº 11.076, que criou títulos de crédito do agronegócio, gerando uma forma complementar e privada de financiamento aos agentes privados. Essas novas formas de acesso a recursos por agentes do agronegócio constavam, vale lembrar, como item dos *Dez C's da Competitividade do Agribusiness* (ABAG, 2002 a). Veja-se a explicação de Wedekin:

Os três títulos distinguem-se fundamentalmente pelo tipo de entidade emissora. O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas, prestadores de serviços e empresas supridoras ou demandantes da produção agropecuária. A LCA é um título emitido pelas instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito) e o CRA por empresas de securitização, sociedades com o propósito específico de atuar no mercado de recebíveis agropecuários (2005: 30-31).

No começo de 2005, Rodrigues criou uma área estratégica no MAPA, trazendo especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Embrapa (RODRIGUES, 2017). Foi nesse processo que nasceu a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio no ministério, com este passando a dispor de 333 novos cargos de livre nomeação (FSP, 26/01/2005).

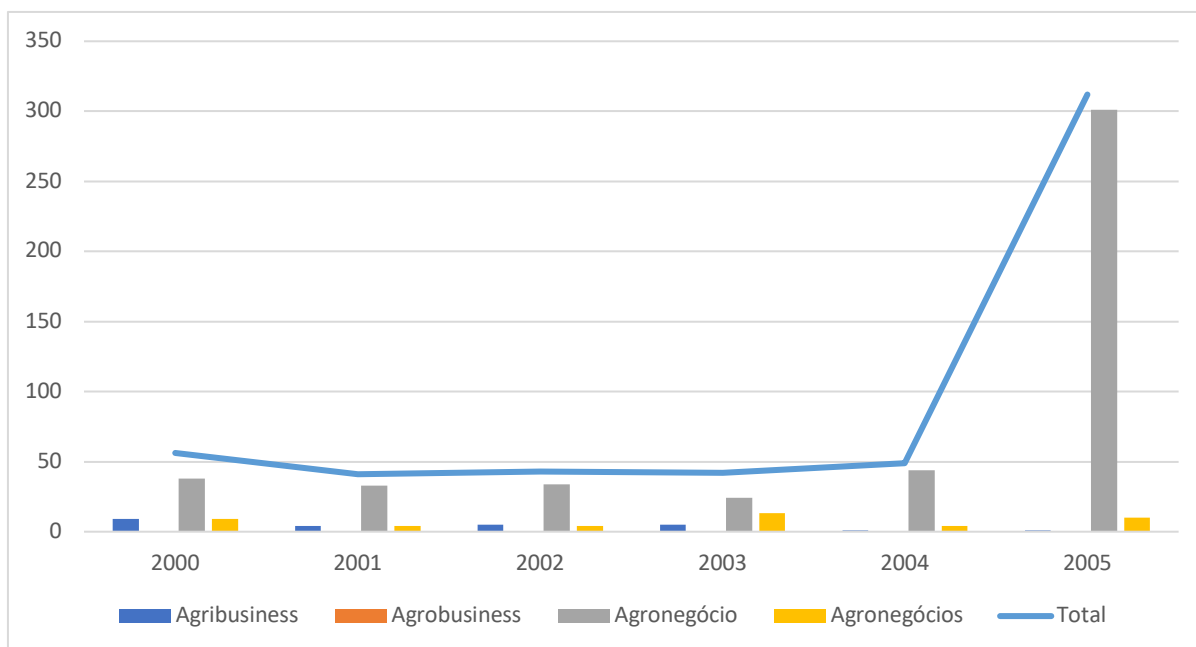
Por liderança política da bancada ruralista e atuação das multinacionais de sementes, com destaque para a *Monsanto* (PALATNIK, 2017)¹⁵⁶, foi aprovada a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a Lei de Biossegurança, após uma série de vitórias de agentes favoráveis ao uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) na agricultura brasileira. Essa lei regulamentou a produção e o comércio de OGMs, definindo a criação de um órgão especializado, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para analisar as solicitações pertinentes a esses organismos. Obter acesso a novas tecnologias relacionadas a sementes, cabe mencionar também, era um dos pleitos contidos nos “*Dez C’s da Competitividade do Agribusiness*” (ABAG, 2002a).

6.3.1 Salto nas mobilizações públicas da noção

Em meados da década de 2000, conforme o agronegócio enquanto fato econômico apresentava crescente participação no mercado internacional de *commodities* e a concertação conquistava maior influência política, o agenciamento da noção de agronegócio atingiu grande destaque público, seja na academia, na imprensa ou no Congresso Nacional, como se apresenta, respectivamente, nos gráficos 18, 19 e 20, a partir da próxima página.

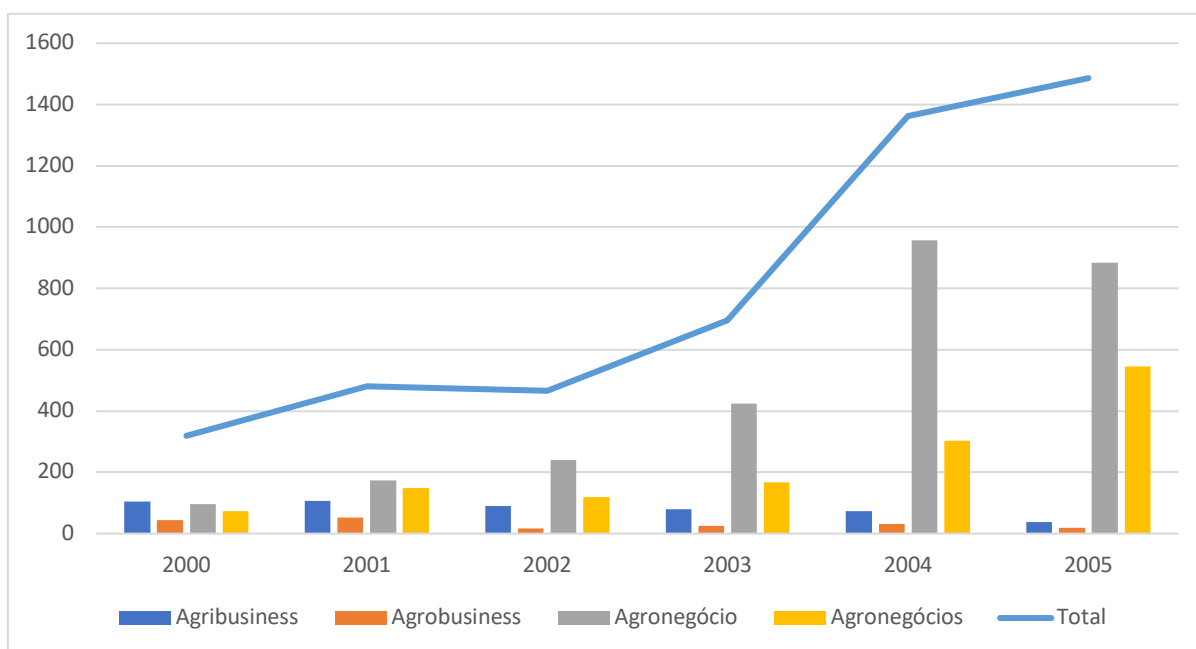
¹⁵⁶ Pedro Palatnik, gerente de relações governamentais da *Monsanto* no Brasil, entrevista ao autor em 26 de maio de 2017.

Gráfico 18: Produção científica (livros, artigos, conferências, resenhas, teses e dissertações) utilizando a noção de *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (2000-2005).



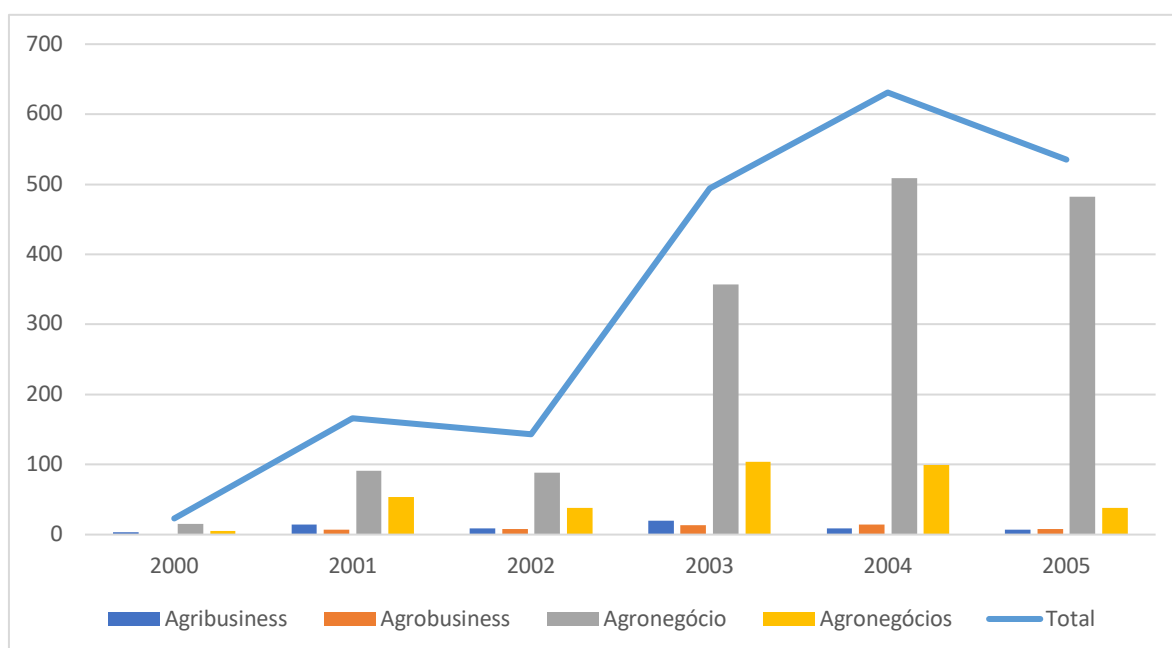
Fonte: *Dedalus*. Outubro de 2016 a Abril de 2017 (elaboração do autor).

Gráfico 19: Páginas de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* mencionando *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (2000-2005).



Fonte: Acervos de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, 2017 (elaboração do autor).

Gráfico 20: Discursos no âmbito da Câmara dos Deputados citando *agribusiness*, *agrobusiness*, *agronegócios* ou *agronegócio* (2000-2005).



Fonte: Acervo histórico da Câmara dos Deputados, 2017 (elaboração do autor).

O ministro Roberto Rodrigues, entretanto, enfrentava sucessivos embates com setores do governo. Não tendo conseguido obter recursos que demandava para, dentre outras finalidades, a defesa agropecuária e a compensação da quebra de safra por efeitos climáticos, ele decidiu deixar o governo, o que fez em meados de 2006, um pouco antes das eleições. Segundo ele, a agricultura patronal estaria sendo preterida na relação com a agricultura familiar, pois

[...] hoje a agricultura familiar é a mais privilegiada pelo nosso governo, tem um ministério que cuida só disso e os efeitos da crise agrícola foram muito mais fortemente direcionados em termos de ação do governo para a agricultura familiar do que para a empresarial (OESP, 16/05/2006: B7).

Na hora de expressar sua insatisfação com o governo, Roberto Rodrigues ressaltava a singularidade da agricultura familiar, ao contrário do que ele propunha quando, ao responder a críticas dos movimentos sociais e de entidades sobre favorecimento do governo à concertação, justificava-se enfatizando que estava trabalhando em prol de todos os segmentos produtivos

ligados à agropecuária, pois não haveria distinção entre o agronegócio e os produtores em regime familiar (essas críticas, bem como as respectivas justificativas, serão analisadas no capítulo seguinte).

6.4 Agronegócio na Fiesp

Pouco tempo após deixar o Ministério da Agricultura, Roberto Rodrigues foi convidado por Paulo Skaf, presidente da Fiesp, a desenvolver uma área de agronegócio dentro dessa instituição. A federação de indústrias tinha relações muito fortes com o agronegócio. Como se apresentou anteriormente, a primeira mobilização pública da noção de *agribusiness* de que se tem nota no Brasil ocorrera na Fiesp, em 1957. Ao longo de sua atuação na segunda metade do século XX, essa entidade tinha organizado uma série de eventos mobilizando a concepção de *agribusiness*. Isso não era despropositado, uma vez que parte relevante das indústrias abrangidas na noção de agronegócio estava nela representada.

Nota-se, em meados da década de 2000, contudo, uma mudança quanto à proeminência que a Fiesp atribuía ao agronegócio como noção, materialidade econômica e fenômeno político. O pano de fundo era a alta da demanda das *commodities* agrícolas a partir de meados de 2001 e as possibilidades que se abriam com esse cenário para as indústrias representadas na federação paulista.

Em outubro de 2006, a Fiesp decidiu criar o *Conselho Superior do Agronegócio*, com Roberto Rodrigues assumindo-o como presidente. Tratava-se de um importante passo político na tentativa de aproximação da concertação do agronegócio com o amplo leque de indústrias – principalmente a jusante – que dela estavam apartadas.

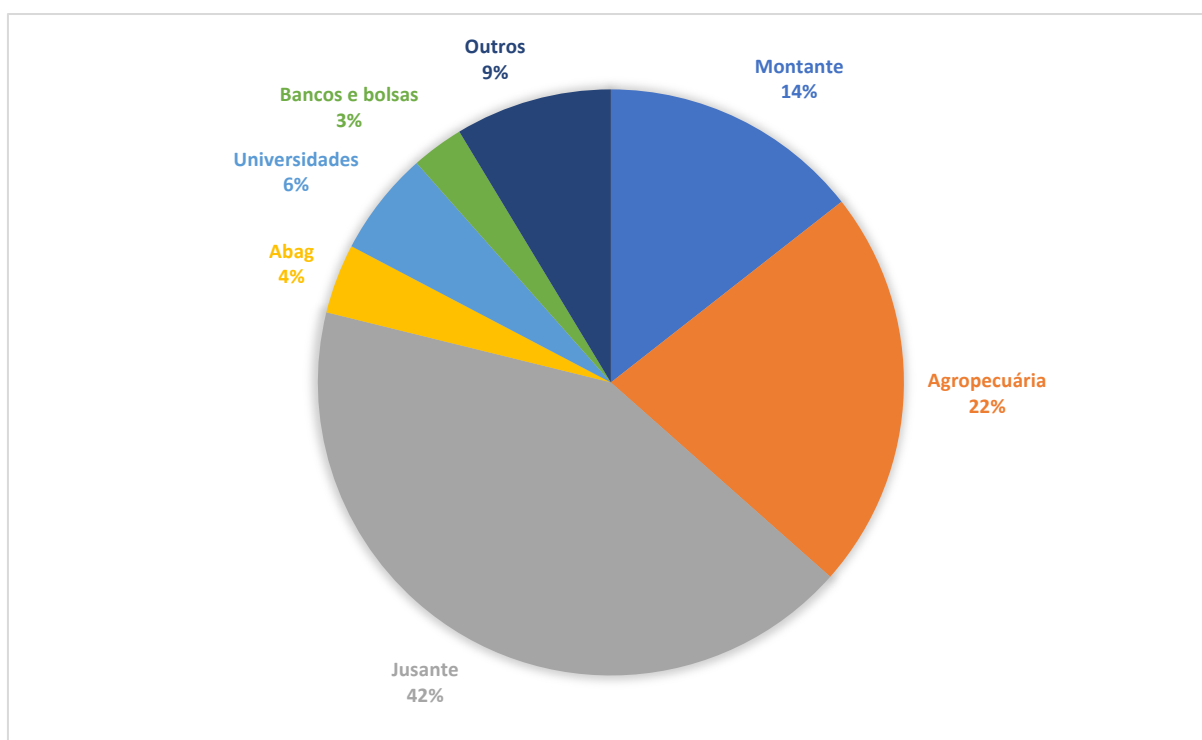
Segundo Rodrigues, os objetivos do Cosag eram formular propostas para o “agronegócio” e consolidar as cadeias produtivas, além de “[...] trazer o assunto do agronegócio para outro departamento. Vamos deixar de falar para nós mesmos e buscar ter no setor industrial urbano um aliado” (OESP, 06/10/2006: 2; FSP, 10/10/2006: 13). De acordo com Skaf, o Cosag seria “[...] um

entrosamento entre a agricultura e a agroindústria” (FSP, 10/10/2006: 13). A presidência e a vice-presidência do Cosag, compostas, respectivamente, por Roberto Rodrigues e Edmundo Klotz, presidente da Abia, evidenciavam essa estratégia.

Conjugando a influência política de Rodrigues com o poder econômico da Fiesp, o Cosag começou a destacar-se, rapidamente, como o principal espaço de atuação política da concertação do agronegócio¹⁵⁷. Tendo um caráter estratégico e planejador, o órgão de representação intersetorial inverteu a relação de centralidade que o governo tinha com o tema. Não foram poucas as situações em que, ao invés de viajarem a Brasília, líderes da concertação do agronegócio receberam ministros de Estado na sede da Fiesp.

O Cosag tinha a seguinte composição relativa (gráfico 21).

Gráfico 21: Composição relativa do *Conselho Superior do Agronegócio* em 2007, por segmento.



Fonte: Fiesp, 2007a (elaboração do autor).

¹⁵⁷ Esse processo ocorria concomitantemente à complexificação desse bloco intersetorial, uma vez que Carlo Lovatelli, acumulando a presidência da Abag com a Abiove durante a maior parte dos anos 2000, também detinha certo prestígio e influência, embora menor que o da Fiesp (ABAG, 2013).

O deslocamento do núcleo da concertação política do agronegócio para a Fiesp implicou a alteração de sua composição relativa. Se comparada a composição do Cosag em 2007 com aquela do FNA, em 1996¹⁵⁸, ver-se-á que houve diminuição da participação de entidades da agropecuária (54% em 1996 e 22% em 2007) e aumento dos agentes a jusante (de 8% em 1998 para 42% em 2007) (MAPA, 1998; FIESP, 2007a).

A mudança qualitativa fundamental era, como adiantado antes, a tentativa de aproximação de representações de indústrias a jusante que não costumavam atuar politicamente com a concertação do agronegócio, como entidades e sindicatos dos segmentos de bebidas, têxteis, panificação, doces e conservas, dentre vários outros, ressaltando-se o retorno da *Nestlé*, que tinha saído da Abag após integrá-la em seu início (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993; ABAG, 2003; FIESP, 2007a).

Enquanto as entidades a montante apareciam com 15% da composição de membros do Cosag, na comissão organizadora do FNA¹⁵⁹ elas não tinham tido participação (MAPA, 1998; FIESP, 2007a)¹⁶⁰.

Havia um incremento das participações de centros de pesquisa e ensino no âmbito da concertação, como a Esalq, a Fundação Getúlio Vargas e uma área da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Em “outros”, cabe destaque à presença de um conjunto de empresas de consultoria.

Percebendo a falta de uma instância de operacionalização das estratégias definidas no Cosag, Roberto Rodrigues sugeriu a Skaf a criação de um órgão de linha. Em resposta a essa sugestão, a Fiesp fundou o *Departamento do Agronegócio* (Deagro), que começou a funcionar em 2007 (RODRIGUES, 2017b; COSTA, 2017a, 2017b¹⁶¹).

¹⁵⁸ Apesar de a Fiesp ser uma federação de indústrias do estado de São Paulo, e não do Brasil como um todo, seu Cosag era representação do agronegócio nacional, abrangendo entidades como Anda, Andef, SRB, Abia, Abiec, *Associação Brasileira de Frigoríficos* (Abrafrigo), *Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel* (Abics) e Abipecs.

¹⁵⁹ Houve, no FNA, como apresentado anteriormente, somente uma participação de representação a montante da agropecuária, a da Abrasem, como coordenadora do grupo temático de insumos.

¹⁶⁰ Cabe ter em consideração que a relação entre o “antes” e o “dentro da porteira” continuava forte em outras instâncias da concertação, como a *Agrishow* e a Abag.

¹⁶¹ Antonio Carlos Costa, gerente do Deagro, entrevista ao autor em 4 de dezembro de 2017.

Organizado com inspiração na noção de *agribusiness*, o Deagro tinha quatro divisões: (1) insumos, (2) agropecuária, (3) agroindústria – sendo essa fracionada entre produtos de origem animal e aqueles de origem vegetal, além de uma terceira parte de café, trigos e panificação – e (4) comércio exterior (FIESP, 2017a).

A função do Deagro tem sido, desde então, a de prestar apoio técnico às decisões estratégicas da concertação do agronegócio (COSTA, 2017a, 2017b). Assim como a Abag se propunha a fazer, principalmente em seu início (ABAG, 1993), o órgão de linha da Fiesp não foca em questões específicas de cada cadeia produtiva – o que, aliás, tem sido extensivamente trabalhado pelas associações representativas de produtos –, mas em temas estruturais e transversais considerados importantes pelo Cosag, tendo o cuidado, nota-se, para filtrar o que pode ou não ser tornado público.

Após o início de suas operações em 2007, pequenas mudanças aconteceram nas diretorias do Deagro, tendo se consolidado, ainda nesse ano, os diretores Mario Sergio Cutait (insumos), presidente do *Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações)*; Cesário Ramalho da Silva (agropecuária), pecuarista que estava assumindo a presidência da SRB; Francisco Turra (agroindústria – produtos de origem animal), ex-ministro da Agricultura (1998-1999) e executivo do *Banco de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE)*; Laodse Abreu Duarte (agroindústria – produtos de origem vegetal), superintendente e herdeiro da *JB Duarte*, empresa do ramo de óleos vegetais¹⁶²; Nathan Herszkowicz (agroindústria – café, confeitos, trigo e panificação), diretor-executivo da *Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic)*; e André Nassar (comércio exterior), analista do *Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône)* (FIESP, 2007b)¹⁶³.

¹⁶² Em 2016, Laodse renunciou ao cargo de diretor na Fiesp após seu nome ganhar publicidade na imprensa como o maior devedor da União entre pessoas físicas.

¹⁶³ Mais adiante se tratará do papel das empresas de consultoria, a exemplo do Icône.

6.4.1 Reivindicações

Se a indústria a jusante estava em maioria na composição do agronegócio na Fiesp, a liderança de Roberto Rodrigues contribuía decisivamente para que os pleitos não se afastassem da linha política daqueles que a concertação do agronegócio vinha tornando públicos a partir da segunda metade da década de 1990 (MAPA, 1998; ABAG, 2002a).

Insatisfeito com as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para as empresas da concertação, o presidente do Cosag liderou, no começo de 2007, a elaboração da proposta de um PAC específico para essa composição intersetorial (RODRIGUES, 2007).

As reivindicações da Fiesp focavam em algumas iniciativas. Duas tinham sido, segundo Rodrigues, dificuldades em sua gestão no Ministério da Agricultura: seguro e defesa (RODRIGUES, 2017a). Para o seguro rural, demandavam-se a constituição e a regulamentação de um fundo para catástrofes, a definição de um órgão para coordenar o seguro e a formação de recursos humanos especializados no tema. Para a defesa, pleiteava-se aumento considerável de recursos (RODRIGUES, 2007).

Em relação ao crédito, solicitavam-se incentivos públicos para maior participação dos bancos privados no financiamento aos empresários do agronegócio e o “equacionamento” do endividamento rural¹⁶⁴, sob essas justificações:

O elevado nível de endividamento dos produtores rurais compromete acentuadamente suas liquidez e capacidade de investimento, problema que exige ser equacionado como condição para a continuidade do crescimento sustentável do agronegócio (RODRIGUES, 2007).

Requeriam-se, ainda, no “PAC para o agronegócio”, a adoção, com urgência, de Parcerias Público-Privadas no desenvolvimento de novas tecnologias e o apoio comprometido para o aprimoramento da rastreabilidade e

¹⁶⁴ Importante ter em conta que pleitos relacionados às renegociações e perdões de dívidas relacionadas ao crédito rural, predominantes na atuação da bancada ruralista, são mais escassos nos documentos centrais da concertação.

da certificação nas cadeias produtivas (RODRIGUES, 2007). Chamava-se, também, atenção para a importância de planejamento estratégico relacionado à questão energética:

É absolutamente imperioso um projeto estratégico para etanol e biodiesel, tendo em vista a abertura de mercados que assimilem os excedentes de produção, uma vez garantido o abastecimento interno, e que considere aspectos do zoneamento agrícola, do financiamento da estocagem e das relações comerciais dentro da cadeia produtiva canavieira (RODRIGUES, 2007).

Havia duas linhas de sugestões ao governo que beneficiavam diretamente representantes das funções a jusante da agropecuária: a desoneração tributária das cadeias produtivas do agronegócio e a agregação de valor. Esta última teria duas frentes principais, sendo a primeira um grande incremento no crédito para a agroindustrialização, com foco nas cooperativas; a segunda, a geração de melhores acordos comerciais com distribuidores estrangeiros. Era um avanço em relação às solicitações que contemplavam interesses de segmentos a jusante da agropecuária, quando comparadas às sugestões do FNA (MAPA, 1998) e da Abag (ABAG, 2002a), mas ficava aquém de representar os anseios do conjunto das empresas inseridas na Abia (ABIA, 2013).

No que concerne às indústrias de alimentos, percebe-se que continuaram a se aproximar politicamente da concertação do agronegócio aquelas das principais *commodities* agrícolas, como soja, aves e cana. Elas atuam, em grande medida, de forma verticalizada, sendo, frequentemente, proprietárias de vastas áreas rurais, e tendo, por consequência, interesses diretos na política agrícola.

Quanto às indústrias de alimentos mais elaborados, tendeu a prevalecer menor coordenação delas com a agropecuária. Isso tanto porque há menos dependência, em vários de seus segmentos, em relação aos produtores agropecuários – como naqueles de base trigo, por exemplo – quanto por conta de os assuntos regulatórios atinentes a elas estarem mais concentrados em órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e menos no

MAPA, órgão de maior influência dos líderes da concertação (COSTA, 2017a; ANVISA, 2018).

Em função de sua projeção na Fiesp, mas também por conta dos outros cargos de expressão que havia assumido anteriormente, Rodrigues passou a assinar uma coluna semanal na *Folha* em meados de 2007. Até 2012, ele manteve-a nesse jornal, embora com menor frequência. Nesse espaço privilegiado da esfera pública, o presidente do Cosag focou nos desafios da agricultura, a qual ele argumentou ser o setor mais importante no âmbito do agronegócio. Em uma das primeiras colunas nesse jornal, Rodrigues escreveu que as cadeias produtivas tinham três capítulos principais, o primeiro, “antes da porteira”, o terceiro, “depois da porteira”,

E ambos dependem intensamente do segundo, que conta com o plantio, os tratos culturais e a colheita, tudo sob gestão vigorosa de recursos gerenciais e humanos, da área comercial, da área ambiental, fiscal, tributária, trabalhista, técnica, mecânica e um sem-número de ações que fazem da atividade rural de hoje uma verdadeira indústria a céu aberto (FSP, 23/06/2007: 2).

Em uma série de textos seguidos a esse, Rodrigues homenageou a agropecuária, defendeu o seguro agrícola e a manutenção dos índices de produtividade da terra, elogiou os transgênicos, abordou a importância da *Agrishow* e do crédito para compra de máquinas agrícolas, tratou de negociações internacionais e criticou o protecionismo e os subsídios nos países mais ricos (FSP, 21/07/2007, 04/08/2007, 18/08/2007, 01/09/2007, 15/09/2007, 13/10/2007).

6.5 Considerações finais ao capítulo

Mostrou-se, neste capítulo, que a alta dos preços das *commodities* agrícolas no começo da década de 2000 ensejou o aumento da produção e exportação delas pelo Brasil, com destaque para soja e milho.

Nesse contexto, a Abag reassumiu a liderança no âmbito da concertação do agronegócio. Obtendo maior capacidade de influência sobre o governo federal por conta, principalmente, de sua mobilização do espírito do

agronegócio, a Abag agregou os principais líderes da concertação para criar um plano estratégico em 2002.

Esse plano recebeu a oportunidade de implementação quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou Roberto Rodrigues a assumir o Ministério da Agricultura, o que representou a inserção direta do principal líder da concertação no âmbito do governo federal.

Atuando de forma aproximada com a bancada ruralista, o ministro Rodrigues conseguiu tornar realidade algumas das propostas da concertação, como a criação de títulos de crédito do agronegócio, a constituição de uma área estratégica no MAPA e a aprovação da Lei de Biossegurança. Desgastes políticos com setores do governo, entretanto, findaram em sua saída, no ano de 2006.

Nesse mesmo ano, a Fiesp estava criando, motivada pelo êxito exportador relacionado às *commodities* agropecuárias, uma área específica para tratar de agronegócio. Roberto Rodrigues assumiu, assim, o *Conselho Superior do Agronegócio* da entidade. Com sua ampla influência e o poder da Fiesp, o Cosag passou a ser, a partir de 2007, o novo núcleo político da concertação.

Esse processo de ganho de influência da concertação foi acompanhado do surgimento de controvérsias públicas em torno dela, tema do capítulo 7.

Capítulo 7 - Controvérsias

Conforme a concertação política do agronegócio foi adquirindo maior relevância nas definições do governo federal, o que se pôde notar com maior intensidade a partir de 2003, com a chegada de Lula à Presidência da República, uma série de confrontos passou a receber maior impulso na esfera pública, como aqueles relacionadas às questões agrária, agrícola, ambiental, indígena e do trabalho escravo¹⁶⁵.

Embora as disputas atinentes a esses temas fossem muito mais antigas, e frequentemente envolvessem, fundamentalmente, os ruralistas, a novidade então era que os atores progressistas passavam a mobilizar a categoria agronegócio, tanto como elemento unificador das contestações quanto como ferramenta de alargamento da percepção dos atores envolvidos.

Esses confrontos tiveram uma dimensão importante como controvérsias, no sentido de debates entre agentes que se opõem sobre determinada questão, em processo que acaba por instituir um problema social, a ser tratado de maneira pública (MONTERO, 2012)¹⁶⁶.

Duas dessas controvérsias, sobre a reforma agrária e a política agrícola, atingiram seu ápice ainda nos primeiros anos do governo Lula, tendo desdobramentos majoritariamente positivos para a concertação política do agronegócio, ou seja, caminhando ao encontro dos posicionamentos dela (MAPA, 1998; ABAG, 2002a).

As demais, relacionadas ao meio ambiente, aos direitos territoriais indígenas e ao trabalho escravo, ganharam maior proeminência no segundo mandato de Lula e no começo do governo de Dilma Rousseff. Os resultados desse segundo grupo de disputas foram mais ambíguos, pois renderam tanto

¹⁶⁵ Embora a controvérsia indígena com o “agronegócio” tenha, ao lado das outras citadas, ganhado destaque na década de 2000, sua análise constará de seu momento de maior intensidade, a primeira metade da década de 2010, período tratado no capítulo 8.

¹⁶⁶ Como afirmado na introdução, vale reforçar que a tese tem como centro os agentes políticos da concertação, que são seu objeto principal, ao lado da noção de agronegócio. Nesse sentido, a pesquisa procura antes observar os modos como os líderes da concertação reagem às críticas que mapear, com profundidade, as características delas. Por essa razão, a abordagem dessas críticas ao “agronegócio” tem um caráter não exaustivo, certamente não tratando de alguns aspectos e autores que apareceriam em uma pesquisa focada nelas.

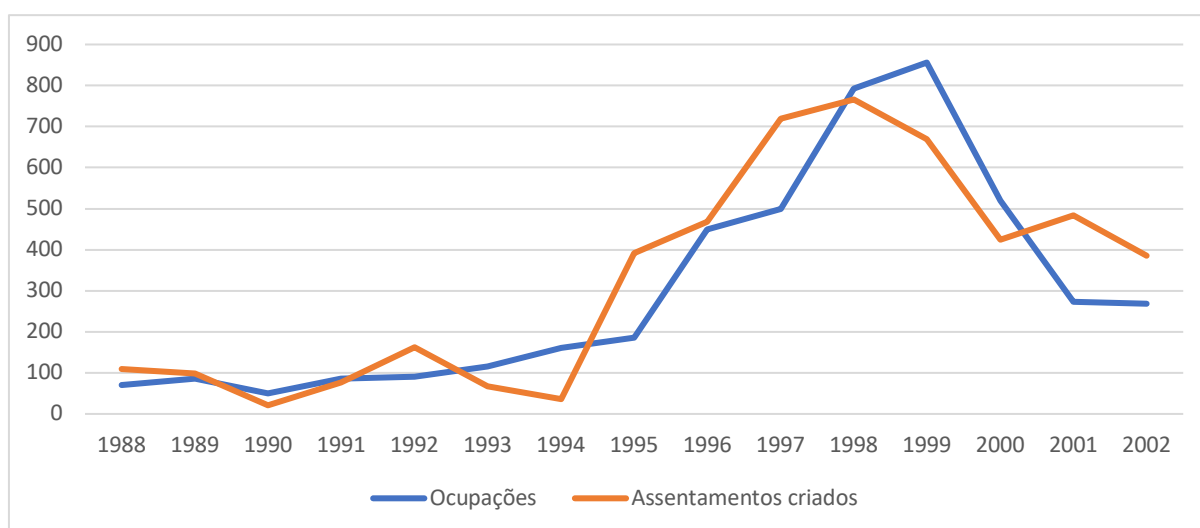
vitórias quanto derrotas políticas para a concertação, como se analisará neste capítulo.

7.1 Reforma Agrária

Quando de sua fundação, a Abag tinha defendido, embora timidamente, apoio à política nacional de reforma agrária (ABAG, 1993, 1994). Mostrou-se, anteriormente, que esse posicionamento tinha uma série de razões: a presença de alguns intelectuais progressistas na entidade em seu início; a consideração de seu presidente, Ney Bittencourt de Araújo, sobre a importância da reforma para diminuir tensões no campo; a atenuada influência do patronato rural na organização naquele momento; e a menor força e visibilidade que as ações de movimentos sociais de luta pela terra detinham na primeira metade da década de 1990 em comparação com a segunda metade desse decênio.

Com a morte de Bittencourt de Araújo em 1996, o grupo de agentes que liderara a FAAB na Constituinte retomou a orientação estratégica da concertação do agronegócio em momento no qual as ações políticas e a proeminência do MST ascendiam rapidamente e a criação de assentamentos da reforma agrária começava a acontecer em maior número (ver gráfico 22).

Gráfico 22: Número de ocupações de terra realizadas e de assentamentos da reforma agrária criados (1988-2002)*.



Fonte: DATALUTA, Universidade Estadual Paulista, 2015.

* As retomadas indígenas estão excluídas desses números.

Com efeito, entre 1996 e 1997, a questão agrária ganharia amplo destaque na esfera pública, por uma série de fatores, dentre elas o aumento de ocupações de terra, o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, em abril de 1996 (NEPOMUCENO, 2007), a trama da novela *Rei do Gado* (Rede Globo, 1996-1997) (HAMBURGUER, 2005)¹⁶⁷ – que narrava de forma positiva a vida de um grupo de acampados – e a marcha dos sem-terra a Brasília em 1997.

Todos esses acontecimentos contribuíram para que a maior parte da opinião pública passasse a apoiar a luta por reforma agrária dos movimentos sociais, a despeito da cobertura extremamente crítica dos principais canais de televisão e órgãos de imprensa (POMPEIA, 2009a).

Diante desse cenário, o FNA – tendo Roberto Rodrigues como líder do setor privado e o protagonismo da CNA, da OCB e da SRB – posicionou-se contrariamente à reforma agrária, demandando que o Estado defendesse a propriedade privada e reprimisse as “invasões” (MAPA, 1998).

A partir de 2000, embora as ocupações e a criação de assentamentos começassem a decrescer em comparação à curva ascendente dos anos anteriores (como mostra o gráfico 22), a possibilidade de vitória do PT nas eleições presidenciais e as chances que poderiam abrir-se para a intensificação da criação de assentamentos deixava apreensivos os líderes da concertação do agronegócio.

Refletindo essa preocupação, a Abag propôs, em seu plano estratégico de 2002, a revisão do Estatuto da Terra – que estaria, segundo ela, antiquado – e enfatizou a defesa do “direito de propriedade” e da “segurança” no campo (ABAG, 2002a).

7.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Focando suas críticas, até o começo da década de 2000, em áreas improdutivas ou subtraídas de forma ilegal da União, o MST passou a tratar publicamente do “agronegócio” em 2003, primeiramente na grande imprensa e depois em seus

¹⁶⁷ Para uma etnografia da recepção dessa mesma novela, ver Almeida (2003).

meios de comunicação¹⁶⁸. Nos principais jornais do país, as falas de líderes do MST tinham três elementos que se destacavam: o modelo agrícola avançado pela concertação (1) seria concentrador de riquezas, (2) não produziria alimentos para atender à demanda interna e (3) promoveria desemprego no campo (OESP, 19/05/2003, 26/06/2003).

Nesse contexto, o bifrontismo (MARTINS, 2003) do governo Lula era um desafio para esse movimento social. De um lado, compatibilizava-se, de forma, até então, sem precedentes, com a concertação do agronegócio; de outro, falava-se em reforma agrária e em apoio aos agricultores não patronais. Essa decisão política não prestava a devida atenção, contudo, para seus desdobramentos em termos de efeitos nocivos para as populações indígenas e tradicionais (o que, inclusive, tinha me instigado a ir ao Vale do Araguaia para entender como os Xavante lidavam com os latifundiários da região), nem em termos de resultados políticos negativos de médio prazo (como o processo de impedimento de Dilma Rousseff demonstrou).

Em seu primeiro pronunciamento como presidente da República, Lula havia afirmado que seu governo daria vigoroso apoio ao “agronegócio”, e, ainda, que a “reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis” (OG, 02/01/2003: 10).

De forma condizente com essa estratégia bifronte, o presidente do Inca, Marcelo Resende, ex-seminarista relacionado à CPT, apoiava as ocupações de terra do MST, além de posicionamentos desse movimento social (MARTINS, 2003). Conforme os sem-terra intensificavam suas ações após o PT assumir o governo, o ministro Roberto Rodrigues, entidades do patronato rural e a bancada ruralista aumentaram a pressão contrária a elas. Reagindo a essa pressão, Lula fez uma das primeiras importantes escolhas em detrimento da

¹⁶⁸ No *Jornal dos Sem Terra*, “agronegócio” apareceu pela primeira vez em novembro de 2003, em entrevista do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL DOS SEM TERRA, 2017). O editorial daquele jornal, por seu turno, usou o termo inicialmente em fevereiro de 2004. Antes disso, a noção tinha sido mencionada na publicação apenas por atores internacionais: uma vez em 2000, em artigo de integrante da *Via Campesina* que falava em “*agribusiness*”; e outra em 2002, por meio de participante italiano no Fórum Social Mundial que tratou do “*agrobusiness*” (ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL DOS SEM TERRA, 2017). Realizando trabalho de campo em acampamentos e assentamentos de reforma agrária entre 2006 e 2008 (POMPEIA, 2009b), eu notava o processo de divulgação da noção.

reforma agrária avançada pelo MST, exonerando Resende em setembro de 2003. Um pouco antes dessa destituição, o presidente da República havia declarado:

A lei será cumprida ao pé da letra. Chamo a atenção dos sem-terra e também de proprietários rurais. O governo tem seu tempo e seu prazo, e a radicalização, nesse momento, não traz nenhum benefício a ninguém. Afinal, todos sabem que somos um governo comprometido com as mudanças e justiça social (FSP, 15/08/2003: 1).

Com a saída do presidente do Incra, a CPT passou a manifestar publicamente seu desacordo sobre a relação do governo Lula com a concertação do agronegócio. Em uma nota à imprensa, essa comissão afirmou que a pressão para a desoneração teria vindo do “agronegócio”, e que o governo estaria afastando-se dos movimentos sociais (OG, 04/09/2003; FSP, 04/09/2003). Segundo o então presidente da CPT, Dom Tomás Balduino, haveria consciência, entre as entidades e movimentos sociais, de que o “agronegócio” estaria inserido no governo (FSP, 22/11/2003).

Para o presidente da CNBB, Dom Geraldo Magella, a reforma agrária atingiria um dos fundamentos da injustiça social, devendo ser ampla para dar fim à concentração fundiária; o “agronegócio”, segundo ele, deveria complementar a agricultura não patronal, e não ser a prioridade do governo (OESP, 31/12/2003).

Geógrafos próximos ao MST, dentre outros acadêmicos, começaram, nessa época, a analisar as estratégias patronais de mobilização da noção. Eles ressaltavam que o agenciamento da categoria agronegócio por esses agentes seria uma estratégia para cambiar a percepção de latifúndio, sem mudanças político-econômicas relevantes. Segundo Bernardo Mançano Fernandes,

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (2004: 1).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira buscou criticar o que chamou de “mitos do agronegócio” (2004). De acordo com ele, o modelo relacionado ao “agronegócio” não contribuiria com a alimentação da população pobre do país, sendo as pequenas unidades rurais aquelas que produziram a maior parte dos produtos do campo e as que criariam mais empregos nele.

Diante da compreensão da priorização do governo em relação à concertação e a seus pleitos (MAPA, 1998; ABAG, 2002a), o MST passou a visar a empresas do agronegócio, e, inicialmente, às plantações de empresas produtoras de celulose (STÉDILE, 2009). Em abril de 2004, militantes dos sem-terra entraram em área da *Veracel* na Bahia e derrubaram árvores plantadas; alguns dias depois, fizeram a mesma coisa em plantações da *Votorantim*, em São Paulo, e da *Klabin*, em Santa Catarina (FSP, 17/05/2004). No espaço que conseguiram na esfera pública dominante com essas ações, os coordenadores do MST procuraram opor as plantações e as exportações das indústrias de celulose ao trabalho dos sem-terra para produzir alimentos à população no Brasil (OG, 06/04/2004, 07/04/2004; 17/05/2004; OESP, 09/04/2004).

Se, por um lado, a reforma agrária era limitada politicamente pela articulação entre o governo e a concertação do agronegócio, por outro, a elevação dos preços das terras, que acompanhava, dentre outras influências, o aumento da demanda global por *commodities* (SAUER & LEITE, 2012), criava maiores dificuldades econômicas para realizá-la. Considerados esses fatores, o MST começou a falar em mudar o modelo agrícola no campo. No aniversário de vinte anos do movimento social, seu maior líder, João Pedro Stédile, afirmou que “Neste momento, a reforma agrária que defendemos não vai se viabilizar se não mudar o modelo econômico. O agronegócio produz dólares, mas não comida” (STÉDILE, 2004)¹⁶⁹.

O governo reagiu energeticamente. E não foi Roberto Rodrigues quem assumiu a frente dessa reação, e sim o próprio presidente da República e integrantes da cúpula do PT no governo. Para Lula, as ações em terras produtivas prejudicariam a reforma agrária, causando-lhe estranheza a mudança de foco do latifúndio improdutivo para empresas do “agronegócio”

¹⁶⁹ Discurso em Itapeva, São Paulo. Fala ouvida presentemente pelo autor em 21 de junho de 2004.

(FSP, 08/04/2004). Segundo Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário, a ação contra a *Verace!* tinha sido inaceitável (OESP, 08/04/2004). De acordo com José Graziano da Silva, então assessor especial do presidente, “É um erro político e estratégico fazer qualquer ameaça sobre o segmento do agronegócio. Ele não é inimigo da reforma agrária” (OESP, 12/05/2004). Segundo esse economista, “agronegócio” seria “apenas um agregado, uma definição operacional de um conjunto de atividades inter-relacionadas” (2010: 157).

O então presidente do STF, ministro Maurício Corrêa, pediu medidas decididas do governo contra as “invasões” do MST, argumentando que

Hoje o Brasil possui algo extraordinariamente significativo no campo do desenvolvimento da economia, o agronegócio. Se hoje conseguimos uma boa produção de soja e outros itens do agronegócio, tudo isso pode ser prejudicado com uma política que realmente não está correspondendo a essa expectativa do agricultor (OESP, 21/04/2004: A5).

Paralelamente às críticas sobre a atuação do *Movimento dos Sem Terra*, a cúpula do governo enfatizava reiteradamente o apreço pelo “agronegócio”. Nesse sentido, Antônio Palocci, ministro da Fazenda, declarou, ao sair de café da manhã com o ministro Roberto Rodrigues e parlamentares da bancada ruralista, que o “agronegócio” continuaria a ser “a âncora fundamental para o desenvolvimento do país” (OG, 10/12/2004).

Em meio às disputas pelo rumo das ações para a reforma agrária durante o governo Lula, entidades ruralistas primaram pelo agenciamento de elementos do espírito do agronegócio. A UDR, que ganhava impulso com a reascensão dos debates fundiários durante os primeiros anos do governo do PT, após ficar restrita, por um período, à região do Pontal do Paranapanema, (CONGRESSO NACIONAL, 2014), foi uma delas. Apesar de ter pauta própria, focada, fundamentalmente, na defesa da propriedade privada, e de estar politicamente distante dos núcleos da concertação do agronegócio (MAPA, 1998; ABAG, 2003), a entidade foi uma das principais divulgadoras do referido aparato de legitimação.

Em uma manifestação em Presidente Prudente, na região referida no parágrafo acima, um grupo da UDR manifestou-se, em 2004, dizendo que “Sem agronegócio o Brasil para”. Um de seus diretores, Guilherme Prata, chegou a questionar a política de reforma agrária por completo, mobilizando a ideia-chave da eficiência, apesar de a entidade ruralista ser importante representante do rentismo no país (OLIVEIRA, 2001): “Reformar o quê, se hoje temos, sem subsídios, o agronegócio mais eficiente do mundo?” (OESP, 29/05/2004: B2). A sinédoque política nesse caso, cabe enfatizar, era ainda mais acentuada que a operada pela concertação, dado o enorme déficit de representatividade dos ruralistas em relação à noção de agronegócio (DAVIS, 1955; BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990).

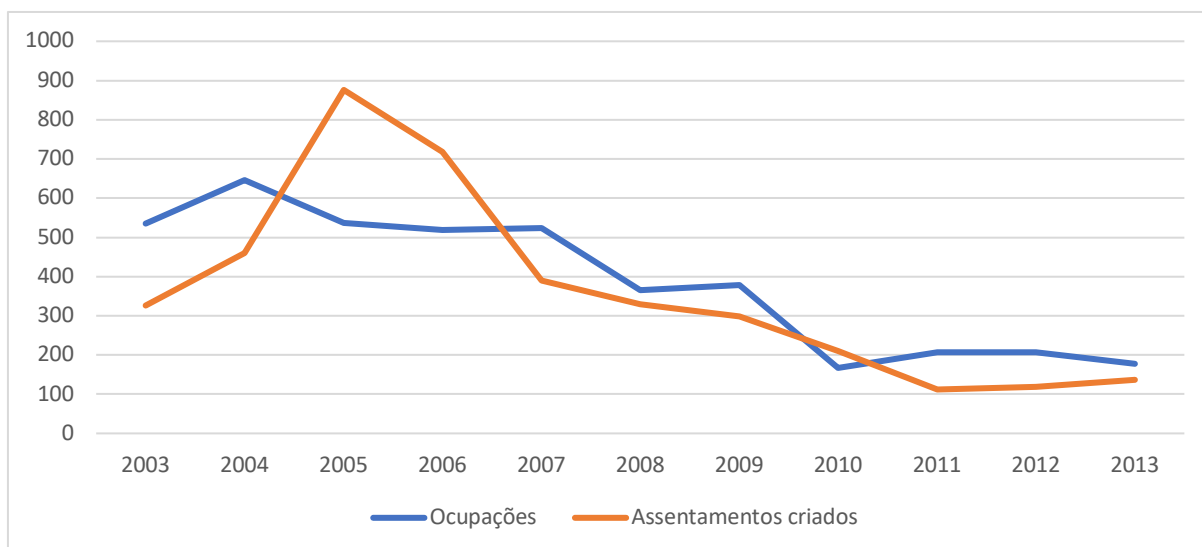
Outras entidades ruralistas, dessa vez ligadas politicamente a núcleos da concertação do agronegócio, também fizeram agenciamento desse espírito durante o governo Lula. Em 2008, o presidente da SRB e diretor de agropecuária do *Departamento do Agronegócio* da Fiesp (FIESP, 2007b) Cesário Ramalho da Silva, criticou as políticas de reforma agrária, afirmando que elas seriam realizadas para atrapalhar o agronegócio, que, de acordo com ele, “[...] segura as contas do País, com efeito multiplicador de gerar riqueza, emprego e renda para a indústria e os serviços” (OESP, 19/07/2008: A3).

Nesse período, começavam a ganhar maior publicidade análises argumentando que a reforma agrária não deveria mais ter espaço relevante no país como política nacional (NAVARRO, 2008). Por outro lado, havia um conjunto de cientistas, a exemplo de Leite e Ávila (2007), demonstrando a importância dessa política tanto em termos de crescimento econômico, dadas certas condições, quanto de seu potencial para combater a pobreza e reduzir a desigualdade¹⁷⁰.

Nesse processo, o MST foi, aos poucos, afastando-se (e sendo afastado) de Brasília. Em 2009, tinham diminuído de forma drástica os encontros desse movimento com a cúpula do governo federal (OESP, 01/11/2009). Concomitantemente, a agenda da reforma agrária ia gradualmente perdendo força na esfera pública e no Poder Executivo. Após um pico de assentamentos criados em 2006 (876), haveria queda para 112 em 2011 (gráfico 23).

¹⁷⁰ Para outros elementos sobre esse debate, ver Moruzzi Marques (2014).

Gráfico 23: Número de ocupações de terra realizadas e de assentamentos da reforma agrária criados (2003-2013)*



Fonte: *DATALUTA*, Universidade Estadual Paulista, 2015.

* As retomadas indígenas estão excluídas desses números.

Paralelamente, o MST consolidava a narrativa que o opunha ao “agronegócio”, caracterizado como elemento central de um modelo produtivo dominante no país. No *Fórum de Resistência ao Agronegócio*, em Buenos Aires, Stédile disse que

[...] a disputa agora é entre dois grandes modelos para organizar a agricultura. De um lado o modelo das multinacionais, que subordina e se alia aos fazendeiros exportadores e gera o agronegócio, usando a alta tecnologia que desemprega e gera êxodo rural; e de outro o modelo da agricultura familiar e camponesa, que busca a produção de alimentos em primeiro lugar, a fixação do homem no campo e a distribuição de renda [...].

O MST é apenas um ator dessa disputa. De um lado estamos nós, movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas, o povo. De outro lado, os fazendeiros do agronegócio, as multinacionais, o capital internacional e seus puxa-sacos na imprensa (OESP, 12/03/2006: A15).

Nesse sentido, a noção de “agroecologia” vem se fortalecendo como uma proposta de setores acadêmicos, movimentos sociais e agentes públicos, dentre outros atores, especialmente no âmbito de ações críticas ao modelo agrícola dominante e de construção de relações mais equilibradas da agropecuária com

a dimensão socioambiental (NORDER et al., 2016; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017).

Nesse sentido, outra concepção que vem ganhando destaque, especialmente em agências internacionais, é a de sistemas alimentares sustentáveis, que, incorporando a perspectiva intersetorial da categoria *agribusiness*, inflexiona-a com proposta socioambiental distinta (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION, 2014).

7.2 Agricultura familiar

A outra controvérsia agudizada no início do governo Lula envolveu as relações entre o “agronegócio” e a “agricultura familiar”. A disputa orçamentária relacionada à política agrícola era o fundamento desse debate. Em 1999, por meio da MP nº 1911-12, de 25 de novembro, FHC havia criado o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar¹⁷¹, aproximando a agricultura familiar da pauta fundiária. Com isso, era criado o ambiente institucional para a transferência do Pronaf, a partir do ano-safra 2000/2001, para o novo ministério (BIANCHINI, 2015). Com o Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, esse órgão passou a ser intitulado Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A existência dos dois ministérios para realizar política agrícola foi interpretada por muitos atores, dentre eles destacados líderes políticos, como uma divisão entre a “agricultura familiar” e o “agronegócio”. “Tirando o *agribusiness*, todo o resto é conosco, agora” disse, em 1999, Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária e Agricultura Familiar (OESP, 27/11/1999: A18)¹⁷². Quando perguntei à ex-presidente Dilma Rousseff sobre sua relação com a concertação estudada nesta tese, ela respondeu que o “agronegócio” era muito importante para o país, como mostrado na introdução, e logo completou:

Isso não significa que nós não tenhamos um Ministério do Desenvolvimento Agrário, que não tem nada a ver (com o agronegócio). Basicamente, o MDA é o pequeno agricultor, o

¹⁷¹ Esse órgão era um desdobramento da designação de um ministro Extraordinário para Temas Agrários em 1996, após o Massacre de Eldorado do Carajás.

¹⁷² Jungmann foi o Ministro Extraordinário de Política Fundiária apontado por FHC em 1996, permanecendo no cargo – a partir de 1999 como ministro da Política Fundiária e Agricultura Familiar – até 2002.

agricultor pequeno familiar, o pequeno empresarial, que responde por 70% da alimentação do Brasil. Ou seja, em termos do país, é uma outra força (ROUSSEFF, 2017).

A distinção a que Jungmann e Rousseff aludiam tem sido objeto de uma grande disputa classificatória, com efeitos bastante tangíveis na realidade social brasileira. De fato, um dos grandes debates que surgiriam na esfera pública entre as noções de “agronegócio” e “agricultura familiar” seria sobre o (não) pertencimento desta naquele, com todos os resultados práticos que uma ou outra concepção poderiam trazer.

Por seu turno, a categoria “agricultura familiar” ganhara maior projeção na esfera pública, no começo da década de 1990, com os trabalhos de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, que atribuíam novos desdobramentos ao tema em relação às pesquisas focadas na pequena produção e na produção familiar de autores como Angela Kageyama, José Graziano da Silva e Sonia Bergamasco (PICOLOTTO, 2014). Em diálogo com esses trabalhos, entidades sindicais começariam a mobilizar o termo, e, em meados da década, ele seria incorporado formalmente pelo Estado por meio da Resolução nº 2191 do BCB, de 24 de agosto de 1995, que criou o Pronaf.

Por volta da virada do milênio, alguns agentes políticos tinham começado a opor as duas noções, a exemplo de Jean-Pierre Leroy¹⁷³, que, relacionando a “agricultura familiar” à multifuncionalidade, à manutenção das paisagens e à diversidade da alimentação, contrastava-a com o “agronegócio”, o qual, segundo ele, seria mais voltado às exportações, diminuiria a variedade de sementes e matrizes, além de causar erosão e assoreamento (OG, 28/02/2000: 7).

Por outro lado, outros agentes políticos, como alguns segmentos da imprensa, respondiam às críticas baseadas naquela oposição argumentando que o modelo agrícola escolhido no país não seria incompatível com a agricultura familiar. Afora isso, afirmavam que o *agribusiness* abasteceria tanto o mercado internacional quanto o interno (OG, 20/08/2000; 18/11/2001).

¹⁷³ Então coordenador do *Projeto Brasil Sustentável e Democrático* da organização não-governamental *Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional* (FASE), que atua desde 1961 com projetos de desenvolvimento comunitário e participação popular.

Cabe lembrar que o projeto político-econômico da *Agroceres* propunha, adaptando a proposta de Davis (1956) ao Brasil, uma seleção entre produtores que teriam ou não capacidade produtiva razoável¹⁷⁴: para aqueles, o apoio por meio de políticas agrícolas; para estes, a procura de trabalho em outras áreas fora da unidade produtiva (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990). Embora não se trabalhasse, em 1990, com a categoria de “agricultura familiar”, a proposta não remetia a uma oposição a seu público como um todo, mas a uma parte dele.

Contando com a participação de entidades como a Contag, o *Fórum Nacional da Agricultura* incentivou uma política agrícola específica para a agricultura familiar, apoiando o Pronaf, a cooperativização e a aproximação de produtores das agroindústrias (MAPA, 1998). Na Abag, em 2002, defendeu-se uma política agrícola para a agricultura familiar, que abrangeria um programa de renda mínima com contrapartidas produtivas para esse público, mecanismos de crédito customizados e incentivos ao associativismo e cooperativismo (ABAG, 2002a).

Com o aprofundamento das políticas públicas para a agricultura familiar (das quais se falará um pouco à frente), incluindo a retomada da Ater, durante o governo Lula, a concertação inflexionou seu posicionamento sobre o tema, como se mostrará. Ao longo do período entre 2003 e 2005, anos iniciais do governo Lula, atingir-se-ia o clímax dos debates envolvendo o “agronegócio” e a “agricultura familiar”.

Nessa controvérsia, estiveram em embate pelo menos três narrativas classificatórias distintas. Uma delas, avançada pelo governo federal, colocava ambas as noções em relação de complementariedade; uma segunda, mobilizada por movimentos sociais, entidades da sociedade civil e setores das universidades, opunha “agricultura familiar” a “agronegócio”; finalmente, uma terceira, operada pela concertação do agronegócio, pela maioria da imprensa e por outros segmentos da academia, era diametralmente oposta àquela dos movimentos sociais, inserindo a “agricultura familiar” no “agronegócio”.

¹⁷⁴ Critérios para essa razoabilidade não estavam claros no livro.

Como afirmado acima, uma proposta classificatória consistia em tratar “agronegócio” e “agricultura familiar” como entidades distintas, mas complementares. Nesse sentido, o agronegócio foi frequentemente entendido como sinônimo da agricultura patronal. Essa classificação era comumente ouvida de políticos dos mais altos escalões do governo Lula, que tentavam agradar tanto às entidades defensoras da agricultura familiar quanto à concertação do agronegócio.

Durante a campanha presidencial de 2002, se Lula falava de políticas para o “agronegócio” e a “agricultura familiar” (OG, 23/06/2002), seu adversário José Serra propunha ampliar o financiamento para um e para outra (OESP, 22/09/2002). Ao assumir a presidência em 1º de janeiro de 2003, Lula investiu no argumento de que as duas seriam complementares:

Vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, a forma de economia solidária, elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, com a agroindústria e o agronegócio. São, na verdade, complementares, tanto na dimensão econômica quanto social (OESP, 02/01/2003: H4).

Em diversos momentos durante seus dois mandatos, Lula reforçou esse argumento: “Ao contrário do que muita gente diz, o agronegócio e a agricultura familiar não são incompatíveis” (OG, 12/10/2003: 12). Quando elogiava o agronegócio, como o fez em rede aberta de televisão e rádio no dia 14 de agosto de 2003, preocupava-se em ressaltar que a agricultura familiar, da mesma forma, seria prioridade (FSP, 15/08/2003).

Aliás, o argumento da dupla prioridade entre “agronegócio” e “agricultura familiar”, operado também na controvérsia com a reforma agrária, foi usado sistematicamente pelo governo petista. Ao anunciar os focos para 2005, sua cúpula política afirmou que tanto um quanto a outra seriam centrais (FSP, 12/12/2004); ao elogiar o crescimento do número de empregos no país, o governo colocava os dois como responsáveis (FSP, 14/01/2005), além de argumentar que iria continuar aumentando o crédito para ambos (OESP, 20/01/2005).

Quando estava próximo de representantes da agricultura familiar, Lula fazia esforços retóricos para contentá-los, sem abandonar a noção de dupla prioridade. Na abertura do 9º Congresso da Contag, isso ficou evidente:

[...] esse país não vai para a frente enquanto o agricultor familiar não tiver, do Estado brasileiro, o respeito que tem que ter, porque se o agronegócio é importante, e o é, é importante a gente salientar que a agricultura familiar é tão importante ou mais importante que qualquer outra coisa que produza neste país. Os dois são muito importantes. (OG, 01/03/2005: 4).

No ramo da publicidade institucional, o governo federal procurava manter atenção para o “agronegócio” e a “agricultura familiar”, tratando, de um lado, da velha ideia de celeiro do mundo, e, de outro, da alimentação para a população brasileira:

Nos últimos anos, a agricultura brasileira ganhou o respeito do mundo. Desenvolvemos as mais avançadas pesquisas agropecuárias. O agronegócio se modernizou e conquistou novas fronteiras, fazendo do Brasil um importante celeiro mundial. Com a força do homem do campo, 70% dos alimentos que o Brasil consome vêm da agricultura familiar. Tudo isso se transforma em crescimento, oportunidades e qualidade de vida para todos (OESP, 16/12/2008: A13).

Divergindo dessa narrativa, movimentos sociais e a parcela socialmente progressista da Igreja, dentre outros agentes políticos, passaram, principalmente a partir de meados da década de 2000, a mobilizar a categoria “agricultura familiar” em oposição a “agronegócio”. Tratava-se da segunda proposta de classificação.

Como mostrado acima, no item “reforma agrária”, o *Movimento dos Sem Terra* operava uma narrativa que opunha dois modelos agrícolas no Brasil, um fundamentado no “agronegócio” e outro na “agricultura familiar e camponesa” (OESP, 12/03/2006). Em 2008, por exemplo, o MST distribuiu um documento à imprensa denunciando “o modelo que privilegia o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar e impede a realização da reforma agrária” (OESP, 11/03/2008: A8). Nas universidades, pesquisadores como Sérgio Sauer fizeram

contribuições para a perspectiva de oposição entre as duas categorias (SAUER, 2009).

Respondendo a essas críticas, a terceira proposta classificatória advogava pela inserção da agricultura familiar no agronegócio. Um de seus eixos argumentativos foi chamar atenção para a participação de setores da agricultura familiar nas cadeias produtivas. O editorial de *O Globo*, por exemplo, lembrou dos agricultores familiares integrados do Sul que abasteciam as rotas de exportação de aves (OG, 06/02/2003).

Para Roldão Arruda, jornalista de assuntos agrários do OESP, no “Brasil não há oposição entre agricultura familiar e agronegócio”, não sendo esta uma atividade vinculada somente aos grandes produtores. Arruda afirmou que um dos CAIs mais desenvolvidos do agronegócio, o de frango, estaria fortemente envolvido com a agricultura familiar (OESP, 31/12/2003: X9).

De acordo com um editorial do *Estadão*,

[...] muitos dos mais eficientes produtores de milho são pequenos agricultores que também produzem aves e porcos para grandes frigoríficos. Esse é um exemplo de agricultura familiar altamente eficiente, mas esses agricultores são integrantes do agronegócio (OESP, 25/04/2005: A3).

Uma variante desse eixo de argumentação consistia mais em afirmar a importância de a agricultura familiar ser inserida no agronegócio (como cadeias produtivas) que em enfatizar que ela já estivesse nele incorporada¹⁷⁵.

Nesse sentido, Decio Zylbersztajn propunha “[...] transformar o agronegócio em agronegócio – transformando um agricultor de qualquer escala, e sem acesso aos mercados, em agricultor produtor de bens e serviços desejados pelas sociedades urbanizadas no Brasil e no exterior” (ZYLBERSZTAJN, NEVES & NEVES, 2006: 63). Para o professor, “[...] a agricultura familiar deseja, precisa e não sobreviverá se não for transformada em agronegócio” (ZYLBERSZTAJN, NEVES & NEVES, 2006: 62).

¹⁷⁵ Ressalte-se o recurso, por movimentos sociais e pesquisadores, à expressão “agronegocinho”, caracterizando ironicamente proposições de inserção como essa (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014).

Enquanto, de um lado, criticava-se a narrativa que opunha “agricultura familiar” a “agronegócio” tomando este como realidade econômica empírica, havia, ainda, outro eixo dessa terceira proposta classificatória que se baseava na noção da HBS. Efetivamente, fundamentados em alusões à noção original de *agribusiness*, alguns atores relacionados com a concertação contestavam a oposição agronegócio-agricultura familiar.

Marcos Sawaya Jank argumentou, nessa direção, que oposições como essa “[...] aumentam invasões de terra, repulsa a empresas multinacionais e visões opostas sobre o futuro desejável para o setor”. Seria uma perspectiva incorreta, segundo ele, pois a ideia de agronegócio diria respeito apenas a um conceito para demarcar integração (OESP, 04/10/2006: A2).

Outro defensor da concertação, Xico Graziano enfatizou que o agronegócio não teria nenhuma relação, em sua concepção original, com o tamanho das propriedades (OESP, 20/12/2005), uma das características fundamentais no Brasil para que uma família possa ser considerada, oficialmente, da agricultura familiar (ver excerto da Lei nº 11.326 na introdução desta tese).

Já Marcos Fava Neves escreveu, nesse sentido, sobre seu incômodo com

[...] a ignorância em relação ao conceito de agronegócio. Somos obrigados a ver propaganda eleitoral dizendo que “somos contra o agronegócio, contra a opressão, contra a violência...” e contra tudo o que gera renda – provavelmente a favor apenas da perpetuação da miséria.

É importante que essas lideranças que criticam o agronegócio entendam que esse conceito foi criado em 1957 nos Estados Unidos (apenas em 1990 no Brasil) para dar o caráter de integração à agricultura.

Agricultura integrada com o comércio, com a indústria, com os serviços, com a pesquisa, com os insumos e com os produtores.

Na definição, não existe a palavra “tamanho”. É preciso entender que agronegócio não significa algo grande, e sim algo “integrado” (FSP, 25/09/2010: S24).

7.2.1 Operacionalização das disputas classificatórias

Se a Casa Civil e os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Relações Exteriores e da Agricultura priorizavam a agricultura patronal, o MDA e o MDS (por meio de sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) não deixavam de promover a defesa de orçamento e das políticas para a agricultura familiar (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2011).

Dentre essas políticas destacavam-se o Pronaf, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Mais Gestão, o Programa Cisternas (especialmente em sua modalidade de água para produção) e o Garantia-Safra.

Uma das formas pelas quais o MDA procurou justificar o apoio à agricultura familiar na esfera pública e dentro do ambiente de disputas do governo foi por meio de estatísticas referentes à agricultura familiar. Para isso, escolheu-se um dos elementos balizadores do espírito do agronegócio, a participação no Produto Interno Bruto (PIB). Aceitando a proposta de que a agricultura familiar estaria contida no agronegócio, procurou-se calcular a participação daquela neste.

Para isso, o MDA contratou pesquisadores que vinham desenvolvendo análises quantitativas relacionadas à noção de agronegócio. O resultado apontou que, se o agronegócio como um todo representava, em 2003, 30,6% do PIB, o “agronegócio familiar” – parte do agronegócio relacionado “antes”, “dentro” e “depois da porteira” à agricultura familiar – seria responsável por aproximadamente um terço disso, ou seja, 10,1% do PIB (MDA, 2004)¹⁷⁶.

O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, argumentou que os números demonstravam a vitalidade econômica da agricultura familiar, justificando os investimentos públicos focados nela. Ao *O Globo*, Rossetto disse que “O estudo mostra a força da agricultura familiar. Esse

¹⁷⁶ De fato, a ideia de “agronegócio familiar”, ao incluir também os produtos a montante e jusante da agricultura familiar, gerou um PIB sensivelmente maior que aquele calculado com base na agropecuária em si.

é um setor dinâmico e que tem capacidade de resposta quando recebe investimentos” (OG, 17/12/2004: 30).

Um segundo grande embate prático entre as propostas classificatórias vinculadas à relação entre a “agricultura familiar” e o “agronegócio” aconteceu na Embrapa entre 2003 e 2005. Substituindo Alberto Portugal a partir do começo do governo Lula, o novo diretor-presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, assumiu a posição propondo mudanças na empresa.

Em abril de 2003, no aniversário de trinta anos da empresa, Campanhola teria falado: “Chegou a hora de abraçar uma missão crucial que ficou para trás: viabilizar o segmento de pequenos agricultores esquecidos no processo de modernização”. Complementando, Lula afirmou no mesmo evento que era “[...] a vez de colocar tecnologia e pesquisa também na terra do pequeno produtor”. “Até porque a produção empresarial e a familiar não são antagônicas, mas complementares”, salientou o presidente, consoante sua linha de argumentação (FSP, 23/01/2005: 12).

Em outra oportunidade, Campanhola explicara que “Nos últimos anos, a Embrapa se concentrava nas grandes cadeias do *agribusiness*. O pequeno agricultor ficava meio de lado” (FSP, 11/02/2003: 11). Os conhecimentos empíricos dos pequenos produtores, contudo, precisariam de validação científica, defendia ele.

Além disso, o diretor-presidente da Embrapa propunha cautela com os transgênicos, justificando seu posicionamento com base no princípio da precaução (CAMPANHOLA, 2017)¹⁷⁷. Esse princípio havia constado da “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, durante a Eco-92:

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992b).

¹⁷⁷ Clayton Campanhola, entrevista ao autor em 22 de setembro de 2017.

Campanhola começou, ainda, a contestar o discurso predominante na empresa de que qualquer tecnologia gerada seria adequada para todos os produtores do país. Ele representava a perspectiva de que as inovações tecnológicas não seriam neutras. Além disso, para além da criação de inovações customizadas para todos os setores, havia o desafio do acesso a elas (CAMPANHOLA, 2017). Em suma, o diretor-presidente tentava fortalecer, na Embrapa, a pesquisa voltada para as parcelas da agricultura familiar pouco apoiadas no processo de industrialização da agropecuária, além de defender uma atitude cautelosa em relação aos transgênicos.

Houve uma reação contrária muito forte da bancada ruralista, de entidades do patronato rural e de multinacionais de insumos, como a *Monsanto*, a essa nova orientação. A eles juntar-se-iam setores da imprensa, críticos ao novo papel proposto por Campanhola. O jornalista Lourival Santana, do *Estado de S. Paulo*, órgão associado à Abag (ABAG, 2003), escreveu que o novo foco da Embrapa teria colocado o “agronegócio” e a biotecnologia em plano inferior (OESP, 15/02/2004).

No início de 2005, o que se pode chamar de projeto de democratização da pesquisa na Embrapa foi derrotado, com a destituição do diretor-presidente da empresa. Lula cederia novamente às pressões. Elogiando a destituição liderada pelo ministro Roberto Rodrigues, o editorial do *Estadão* louvou o que seria o resgate da empresa do aparelhamento ideológico e partidário¹⁷⁸, reempossando-se a “competência” e o “bom senso”. Para o editorial, durante a gestão de Campanhola, o agronegócio teria deixado de ser prioridade, dando lugar à ênfase na criação de tecnologias para a agricultura familiar. A “distinção relevante não é entre agronegócio e agricultura familiar, mas entre a produção eficiente e a ineficiente”. E completava:

Quanto aos produtores familiares, os competentes participam da produção destinada ao mercado e ganham dinheiro, muitos deles apoiados em contratos com indústrias processadoras de matérias-primas. Fazem parte, portanto, do agronegócio [...] (OESP, 23/01/2005: A3).

¹⁷⁸ Tinha ocorrido uma forte influência do sindicato da Embrapa na escolha dos diretores da empresa (CABRAL, 2005).

Para o *Estadão*, a imensa maioria dos agricultores familiares pouco ou não inseridos no mercado seriam incompetentes. Dessa constatação absurda vinha a sentença: já que essa maioria não possuiria capacidade produtiva, o melhor seria apoiar com maior ênfase a agricultura patronal e a parcela minoritária da agricultura familiar que respondesse mais rapidamente aos estímulos para inserção nas cadeias produtivas, como se articulara na Embrapa (PORTUGAL, 2017).

O editorial de *O Globo*, por sua vez, anunciou o “fim do pesadelo” na empresa, que teria consistido na priorização da “agricultura familiar” em detrimento do “agronegócio”. Afirmava-se, em defesa da história da empresa, que a Embrapa nunca havia desprezado os agricultores familiares (OG, 25/01/2005: 6). Não havia preterido uma parte dos agricultores familiares, aqueles fundamentais para algumas das principais cadeias produtivas ligadas à agropecuária, mas tinha, sim, se esquecido de grande parcela de agricultores pobres do país.

Segundo nota do Ministério da Agricultura, a saída de Campanhola “[...] não representa qualquer mudança estratégica na gestão dos projetos desenvolvidos pela instituição ou na sua linha de atuação”. “O que se pretende é reforçar e retomar o papel histórico da Embrapa na área de planejamento de ações para a inclusão social do agronegócio” (OESP, 20/01/2005: B8).

O ministro Roberto Rodrigues apressou-se em esclarecer que a agricultura familiar, que, segundo ele, estaria inserida no agronegócio, continuaria tendo prioridade (OESP, 22/01/2005). Nesse caso, diferentemente de quando saiu do MAPA (ocasião em que, como mostrado no capítulo anterior, reclamaria de favorecimento do governo à agricultura familiar), Rodrigues preferiu investir na perspectiva de inserção entre as duas noções abordadas neste item, “agricultura familiar” e “agronegócio”.

7.3 Controvérsias distintas passam a envolver a concertação

Na segunda metade da década de 2000, a concertação política do agronegócio começou a ser, cada vez mais, envolvida em controvérsias de ordem de grandeza distinta daquelas pelas quais ela havia passado anteriormente. Por

ordem de grandeza distinta, quer-se dizer que elas estavam amparadas em lógicas (convenções) de justificação diferentes (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006)¹⁷⁹.

As disputas relacionadas às políticas agrária e agrícola estavam fundamentadas em reivindicações envoltas em luta por igualdade social, ou melhor, por menor desigualdade, desdobrando-se, portanto, em demandas por redistribuição de recursos públicos, incluindo terra. Nesse sentido, elas implicavam a pressão sobre o Estado para que esse atuasse como promotor dessa justiça social.

A ideia de justiça social, contudo, vinha perdendo sustentação política internacionalmente havia algumas décadas, com implicações no Brasil. Como analisa Nancy Fraser em seu debate com Axel Honneth (FRASER & HONNETH, 2003), as lutas contra a injustiça socioeconômica, ao lado de seu “remédio”, a redistribuição, estavam cada vez mais dando lugar às lutas contra a injustiça simbólica e às demandas por reconhecimento¹⁸⁰.

Nesse contexto, a concertação política do agronegócio foi, com frequência, exitosa em promover (1) deslizamentos das lógicas de justificação, fazendo, nessa direção, uso reiterado de elementos do espírito do agronegócio, não raro em conexão com sinédoques políticas, e (2) manipulações classificatórias sobre as relações entre a “agricultura familiar” e o “agronegócio”.

Quanto aos deslizamentos das lógicas de justificação: se os líderes da concertação eram acusados de promover desemprego no campo, aludiam às criações de postos de trabalho na cidade, em função do dinamismo do agronegócio como um todo (ou seja, como noção); às críticas sobre contribuírem para a concentração de renda e propriedade, respondiam com sua participação no PIB, que, argumentavam, beneficiaria a todo o país.

¹⁷⁹ Além das controvérsias analisadas no capítulo, chama-se atenção para outra, que relacionava a nova fase de exportações de *commodities* à desindustrialização do país. Dois de seus principais propositores, com importantes diferenças em suas análises, são Guilherme Costa Delgado (2010) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2010).

¹⁸⁰ Embora a autora ressalte que sua distinção entre essas duas formas de injustiça seja primeiramente analítica, seu diagnóstico ajuda a compreender o lugar que o ideário da justiça social passou a ocupar a partir, principalmente, da década de 1990 (FRASER & HONNETH, 2003).

Em respeito às manipulações classificatórias: quando estavam lutando pelo orçamento público para os grandes empreendimentos patronais ou pelo direcionamento das pesquisas a esses empreendimentos, a agricultura familiar também estaria, argumentavam os líderes da concertação, sendo beneficiada, pois os esforços seriam para contemplar o “agronegócio” como um todo, que incorporaria a agricultura familiar; quando os confrontos se agudizavam, como no caso das disputas dentro da Embrapa no começo do governo Lula, porta-vozes do bloco intersetorial enfatizavam a especificidade da agricultura familiar, dizendo que não se podia privilegiar os produtores familiares, ou, ainda, preterir o “agronegócio”, uma vez que a empresa seria voltada a “resultados”.

Ao contrário daquelas inseridas nas controvérsias agrária e agrícola, as críticas aos efeitos de ações do agronegócio – tanto como fato econômico quanto como concertação política – sobre dimensões ambientais, étnicas e trabalhistas estavam ancoradas em fundamentos que aglutinavam adesões de setores mais amplos da sociedade civil, extrapolando o campo da esquerda.

Na década de 2000, ganhava força um movimento de justiça ambiental global, com importantes efeitos locais (ALIER et al., 2016), ocorria o recrudescimento das lutas por reconhecimento étnico (FRASER & HONNETH, 2003) – diretamente ligadas à questão dos territórios¹⁸¹ – e tomavam intensidade ações de defesa dos direitos humanos (FRASER, 2000).

Ao mesmo tempo, as críticas fundamentadas nessas dimensões eram mobilizadas mais intensamente em arenas dominantes da esfera pública internacional que aquelas da justiça social (FRASER, 1997). Conseqüentemente, elas vinham, muitas vezes, de governos, organizações não-governamentais (ONGs) e intelectuais estrangeiros, não passando pelos crivos da imprensa nacional, frequentemente aderida politicamente à concertação.

Uma amostra do poder da pressão internacional nas controvérsias que circundam o agronegócio pode ser percebida pelo incômodo do deputado Marcos Montes (PSD-MG), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados:

¹⁸¹ Trata-se de um caso muito interessante de política de reconhecimento que implica redistribuição.

Os problemas ambientais, os quilombolas, os índios. Todas essas questões devem ser discutidas aqui dentro, no Brasil, e sem alarde. Todos nós somos a favor do resgate da questão indígena e da preservação ambiental, mas são situações que devem ser discutidas entre nós (AGROANALYSIS, setembro de 2007).

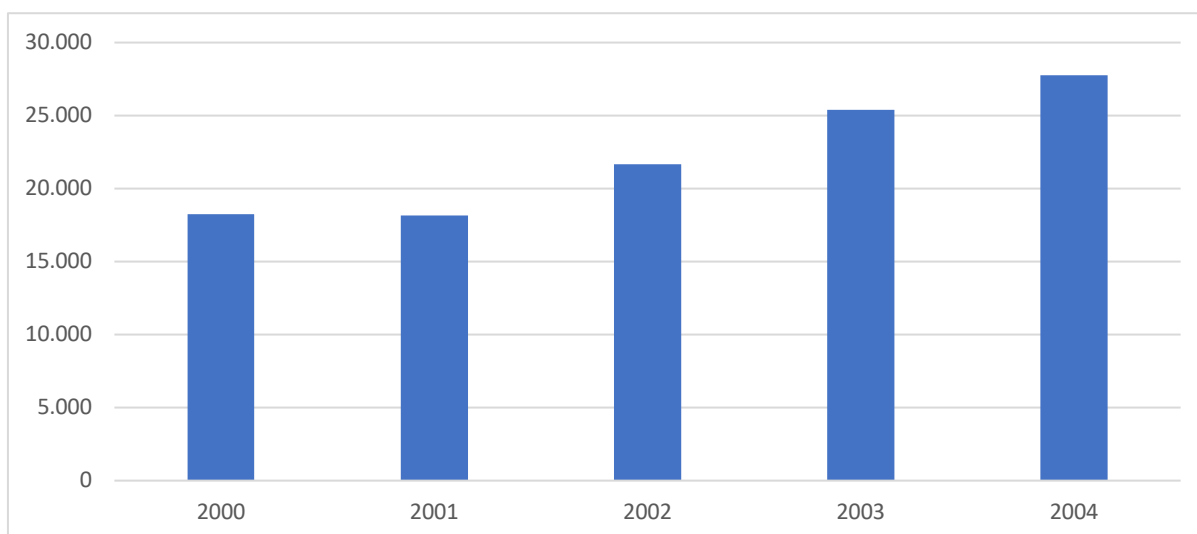
Ver-se-á que as estratégias que a concertação do agronegócio utilizou de modo exitoso nas controvérsias envolvendo as questões agrária e agrícola não operavam com os mesmos efeitos nos casos envolvendo as questões ambiental, indígena e do trabalho escravo. A dificuldade de dominância que a concertação detinha nessas dimensões das controvérsias dava ensejo à atuação de setores progressistas, dentro e fora do Estado brasileiro, que, baseados em arcabouços legais e discricionariedade da administração, infligiam algumas derrotas políticas à concertação, como se mostrará abaixo.

7.4 Meio Ambiente

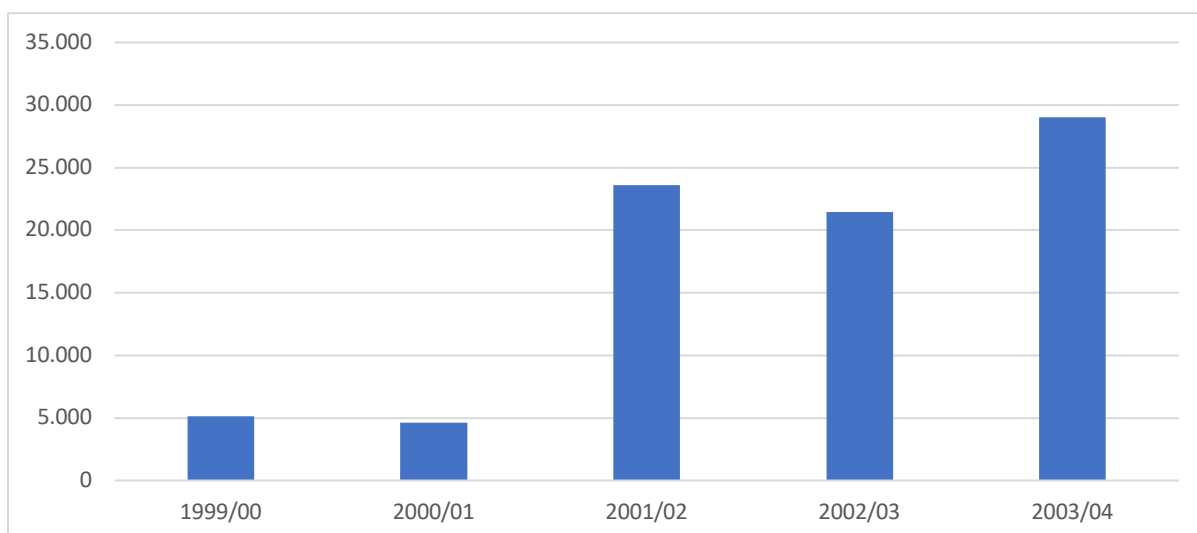
A controvérsia ambiental envolvendo a arena do agronegócio esteve bastante conectada à Floresta Amazônica¹⁸². Após relativa estabilização entre 1999 e 2001, as taxas de desmatamento vinham aumentando na Amazônia Legal, coincidindo com o crescimento da utilização de áreas para a plantação de *commodities*. Tratava-se, em grande parte dos casos, de ação indireta, pela influência sobre a pecuária extensiva, que, deslocada por culturas como a soja, adentrava em áreas de floresta (ARIMA et al, 2011). No trabalho de campo que realizei para o doutorado no Vale do Araguaia, esse movimento era nítido.

Dois gráficos com informações relacionadas a totalidades espaciais distintas auxiliam na compreensão desse fenômeno. Entre 2000 e 2004, mais de 111 mil quilômetros quadrados haviam sido desmatados na Amazônia Legal (ver gráfico 24). No período entre os anos-safra 1999-2000 e 2003-2004, somente o cultivo da soja, aquele que mais crescia no Brasil, tinha incorporado aproximadamente 83 mil quilômetros quadrados em todo o país (ver gráfico 25).

¹⁸² Embora valha ressaltar que houve vários outros temas que também têm importância nessa controvérsia, como aquele relacionado aos efeitos do uso de agrotóxicos.

Gráfico 24: Desmatamento na Amazônia Legal, 2000-2004 (km²).

Fonte: Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal/Ministério do Meio Ambiente, 2013.

Gráfico 25: Área incorporada para plantação de soja no Brasil, 1999/2000-2003/2004 (km²).

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento, 2016.

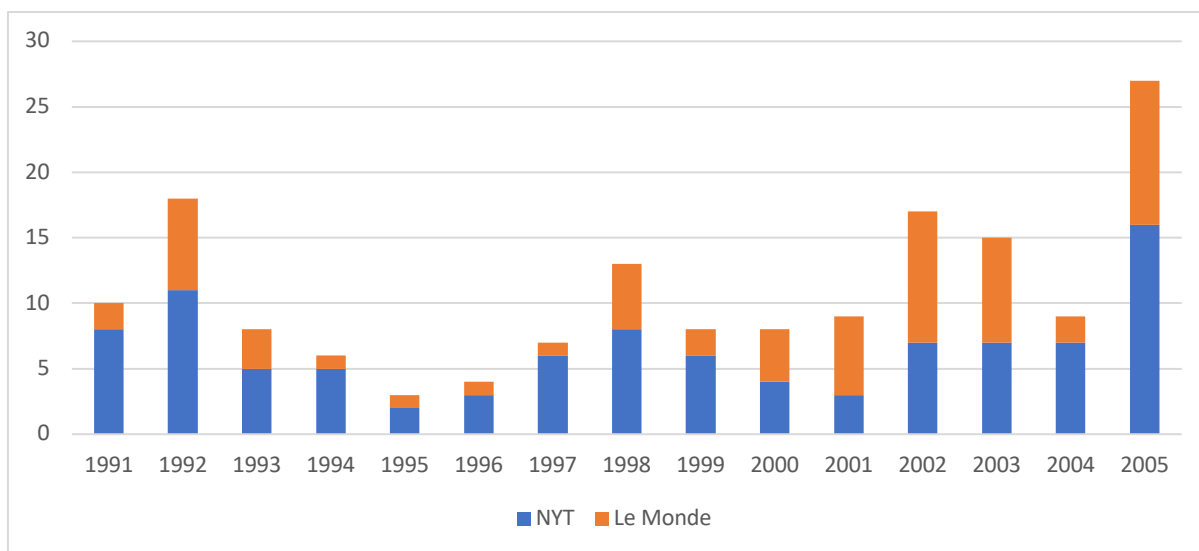
Como a soja estava muito vinculada, na esfera pública, à ideia de agronegócio, principalmente por ela ser o produto de um dos primeiros Complexos Agroindustriais a constituírem-se no Brasil, ainda na década de 1970, e a principal *commodity* agrícola de exportação do país, não tardou para

que se começasse a apontar, no Brasil, que o “agronegócio” seria o principal fator de desmatamento na Amazônia. Uma das principais promotoras dessa associação foi a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (2003-2008).

A partir de 2005, a ministra, mantendo sua defesa da sustentabilidade ambiental, passou a mencionar interesses do agronegócio contrários a essa dimensão da sustentabilidade (FSP, 23/05/2005)¹⁸³. No ano seguinte, Marina Silva criticou o que seriam segmentos do “agronegócio” que estariam atuando para minorar as garantias de proteção ambiental (FSP, 18/12/2006).

Essa controvérsia compunha-se, como assinalado há pouco, de características diferentes das anteriores nas quais a concertação do agronegócio obtivera maior preponderância. Uma dessas distinções era o forte apelo internacional que a Amazônia detinha (e detém). De fato, o aumento do desmatamento na primeira metade da década de 2000 não havia passado despercebido na América do Norte e na Europa, como pode ser notado nos jornais *The New York Times* e *Le Monde* (LM) (gráfico 26).

Gráfico 26: Páginas do *The New York Times* contendo “Brazil” e “deforesting” e do *Le Monde* com as expressões “Brésil” e “déforestation” (1991-2005)¹⁸⁴.



Fonte: Acervos históricos dos jornais *The New York Times* e *Le Monde*, 2017 (elaboração do autor).

¹⁸³ Para uma análise sobre o substantivo “sustentabilidade” e a noção de desenvolvimento sustentável, ver Veiga (2015).

¹⁸⁴ “Brasil” e “Desmatamento” em inglês e francês, respectivamente (tradução do autor).

O pico de notícias desses dois jornais relacionadas ao desmatamento no Brasil ocorreu em 2005, o que estava relacionado à divulgação do grande aumento do desmatamento na Amazônia em 2004. A associação negativa específica entre a soja e a Floresta Amazônica constou de reportagens desses órgãos da imprensa internacional, como revelam, por exemplo, as manchetes “*Relentless Foe of the Amazon Jungle: Soybeans*”¹⁸⁵ (NYT, 17/09/2003) e “*L'Amazonie asphyxiée par le soja*”¹⁸⁶ (LM, 29/02/2008). E não deixou de ser notada por organizações não governamentais, a exemplo do *Greenpeace*, como se mostra a seguir.

7.4.1 Críticas internacionais e reverberações internas

Uma campanha do *Greenpeace* foi responsável por um forte abalo na imagem da produção de *commodities* agrícolas no Brasil. Em abril de 2006, essa ONG lançou o relatório “*Eating up the Amazon*”¹⁸⁷, que mostrava os modos pelos quais a produção de soja estava constituindo-se como um dos grandes fatores de desmatamento na Amazônia (GREENPEACE, 2006).

Fazendo uso da categoria agronegócio – que reforçava a perspectiva sobre as relações entre os elos das cadeias produtivas agroindustriais –, o *Greenpeace* apontou nesse relatório para as grandes redes de supermercados e restaurantes *fast-food* envolvidas com a compra de carne de gado e de frango que haviam sido alimentados com soja produzida em áreas de desmatamento da maior floresta tropical do mundo. Houve, após o lançamento do relatório, diversos protestos na Europa que focaram especialmente no *McDonald's*, grande comprador da *Cargill* (*trading* que atua na cadeia da soja na Amazônia).

No Brasil, o terminal portuário da *Cargill* em Santarém (PA), concluído em 2003 sem o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA)¹⁸⁸, tinha se tornado um símbolo da expansão irregular da

¹⁸⁵ “Inimigo implacável da Floresta Amazônica: a soja” (tradução do autor).

¹⁸⁶ “A Amazônia asfixiada pela soja” (tradução do autor).

¹⁸⁷ “Comendo a Amazônia” (tradução do autor).

¹⁸⁸ Segundo o artigo 225, inciso IV da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de

soja na Amazônia e vinha concentrando manifestações do *Greenpeace* e de movimentos sociais¹⁸⁹. Com o lançamento do relatório da ONG ambientalista, protestos voltaram a correr no local.

Diante desse cenário, corporações que importavam soja do Brasil criaram o *European Soy Customer Group*. Em meados de 2006, esse grupo evoluiu para um acordo entre (1) a Abiove, que reunia empresas como *Cargill*, *ADM*, *Bunge*, *Dreyfus* e *Amaggi*, e (2) a *Associação Nacional dos Exportadores de Cereais* (Anec), chamado de a “Moratória da Soja”¹⁹⁰. A Abiove e a Anec eram membros do Cosag/Fiesp, sendo que, à época, o presidente da Abiove, Carlo Lovatelli, acumulava a presidência da Abag. A pactuação corporativa previa que elas não comprariam nem financiariam soja em áreas da Amazônia que tivessem sido desmatadas depois de 2006.

Ao mesmo tempo em que se criava a “Moratória da Soja”, começaram a aparecer novas críticas sobre os problemas ambientais da política agrícola defendida pela concertação do agronegócio. Em julho de 2006, a ONG *Repórter Brasil* publicou a matéria “Desmatamento e poluição seguem o rastro do agronegócio” (REPÓRTER BRASIL, 20/07/2006). Em seu primeiro parágrafo, dizia-se que

O agronegócio avança na trilha do desmatamento e da superexploração do meio ambiente. No lugar da floresta, grandes pastos para receber gado, lavouras de soja e algodão. E o que restou de árvores que alimentaram madeireiras e carvoarias ou que serviram de insumo para a construção civil das grandes cidades. Esse é o alto preço que paga o país por apostar na grande propriedade rural como alavanca para o desenvolvimento econômico (REPÓRTER BRASIL, 20/07/2006).

Segundo o diretor do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Tasso Azevedo, ouvido pela reportagem da *Repórter Brasil*, o agronegócio traria como principais problemas ambientais a utilização de

significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Para entender o caso, ver Ministério Público Federal (2007).

¹⁸⁹ Frise-se que essa participação das populações locais em conflitos ambientais era apenas um caso mais bem evidenciado da resistência dos povos tradicionais contra ações das corporações e do Estado (ALIER, 2002).

¹⁹⁰ Para uma análise sobre a “Moratória da Soja”, ver Gibbs et al. (2015).

agrotóxicos¹⁹¹, o desmatamento e usos ilícitos de áreas de Reserva Legal (REPÓRTER BRASIL, 20/07/2006).

No final de 2006, o *Instituto Socioambiental* (ISA) divulgou a reportagem “Agronegócio e desmatamento”, na qual discutia se a segunda queda consecutiva no índice de desflorestamento da Amazônia (anos de 2005 e 2006) tinha como fatores fundamentais os problemas momentâneos de renda da agricultura patronal ou as ações de fiscalização e punição do governo federal (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2006).

Principalmente a partir de 2007, a preocupação internacional com a Amazônia começaria a ser deslocada, cada vez mais, para seus efeitos em relação às mudanças climáticas. Um pouco antes do 13º encontro da *Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática* (UNFCCC, na sigla em inglês), na Indonésia, ambiente no qual se esperavam avanços para a criação de um novo protocolo sobre emissões de gases de efeito estufa, um relatório deu grande ênfase às altas probabilidades de a ação humana estar causando as mudanças no clima.

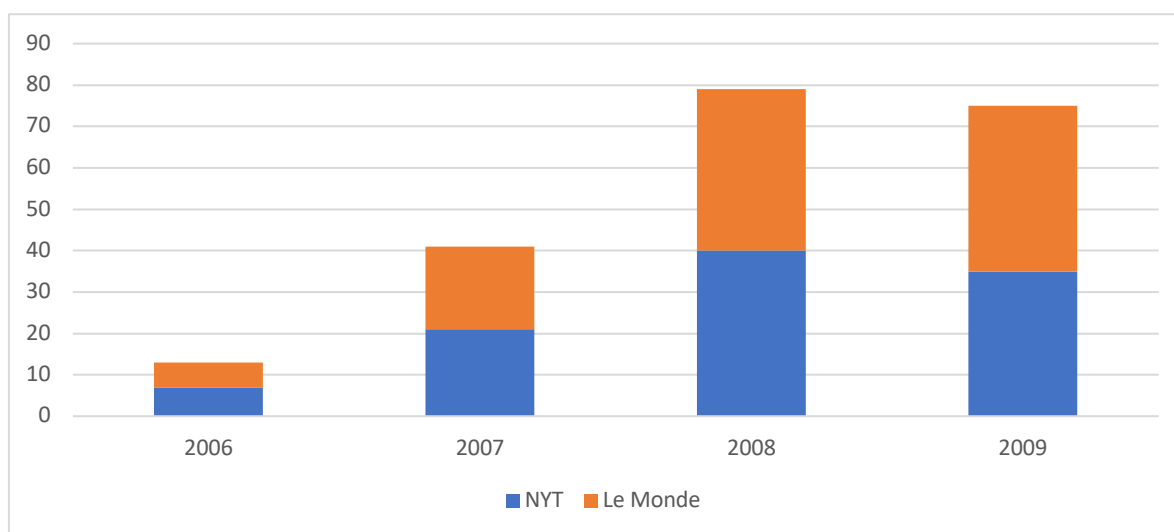
Reunindo um amplo conjunto de cientistas de vários lugares do mundo, o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC, na sigla em inglês), da *Organização das Nações Unidas* (ONU) concluíra, em sua quarta avaliação, que

[...] a maior parte do aumento observado no aumento da média de temperatura global desde a metade do século XX é muito provavelmente devido ao aumento observado de concentrações antropogênicas de gases de efeito estufa (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2007: 9).

A associação entre desmatamento e mudanças climáticas começou a potencializar as atenções sobre a Amazônia na imprensa internacional, como se pode visualizar no gráfico 27.

¹⁹¹ Para uma análise sobre intoxicações e mortes por agrotóxicos no Brasil, ver Bombardi (2016).

Gráfico 27: Páginas do *The New York Times* contendo “Brazil” e “deforesting” e do *Le Monde* com as expressões “Brésil” e “déforestation” (2006-2009)¹⁹².



Fonte: Acervos históricos dos jornais *The New York Times* e *Le Monde* (elaboração do autor).

Exemplos desse novo foco foram as seguintes reportagens: “*Biofuels Deemed a Greenhouse Threat*”¹⁹³, a qual afirmava que, em termos de custos totais de emissão de gases de efeito estufa, a produção de biocombustíveis no Brasil – em grande parte utilizando áreas desmatadas da Amazônia – seria mais prejudicial que a dos combustíveis convencionais (NYT, 08/02/2008); e “*Poumon de la planète, l’Amazonie pourrait devenir émettrice de CO2*”¹⁹⁴, a qual anunciava, baseada em artigo científico da *Nature*, que, por conta do desflorestamento, a Amazônia tenderia a passar de sequestradora de carbono a fonte líquida dele (LM, 18/01/2012).

7.4.2 Tentativa de inflexão no espírito do agronegócio

Quando da criação da Abag, Ney Bittencourt de Araújo argumentava que o avanço tecnológico nas fazendas e os ganhos de produtividade decorrentes dele seriam o elemento central para a “preservação ambiental” (BITTENCOURT DE ARAÚJO & PINAZZA, 1993: 14). A proteção ao meio ambiente seria,

¹⁹² “Brasil” e “Desmatamento” em inglês e francês, respectivamente (tradução do autor).

¹⁹³ “Biocombustíveis considerados uma ameaça de gases de efeito estufa” (tradução do autor).

¹⁹⁴ “Pulmão do planeta, a Amazônia poderia tornar-se emissora de CO2” (tradução do autor).

segundo ele, um dos quatro grandes desafios do país (OESP, 13/06/1993). A Abag, contudo, antes enunciava esse discurso do que focava em promover um outro paradigma quanto à sustentabilidade ambiental dos projetos de desenvolvimento pelos quais propugnava.

O FNA, por sua vez, inserira essa sustentabilidade como uma das “Dez Bandeiras do Agronegócio” apresentadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse aspecto, o FNA propunha o incentivo ao manejo sustentado de recursos naturais, à proteção da agrobiodiversidade, aos sistemas alternativos de produção e à coleta adequada de resíduos. Além disso, afirmava apoiar a criação de UCs (MAPA, 1998).

Com o salto no preço das *commodities* em meados de 2001 e o incremento da procura por terras que a ele se seguiu, os líderes da concertação do agronegócio começaram a alterar suas propostas para a sustentabilidade e a fazer críticas abertas ao marco legal de proteção ambiental. Em 2002, se a Abag definiu em sua proposta estratégica ao governo que seria importante apoiar o “desenvolvimento sustentável”, por um lado, ela começara a questionar abertamente o Código Florestal, por outro (ABAG, 2002a).

Na segunda metade dos anos 2000, contudo, cresciam as exigências de compradores no mercado internacional de *commodities*, particularmente quanto às garantias de que os produtos não estivessem contribuindo para o desmatamento da Amazônia. A concertação viu-se forçada a reagir.

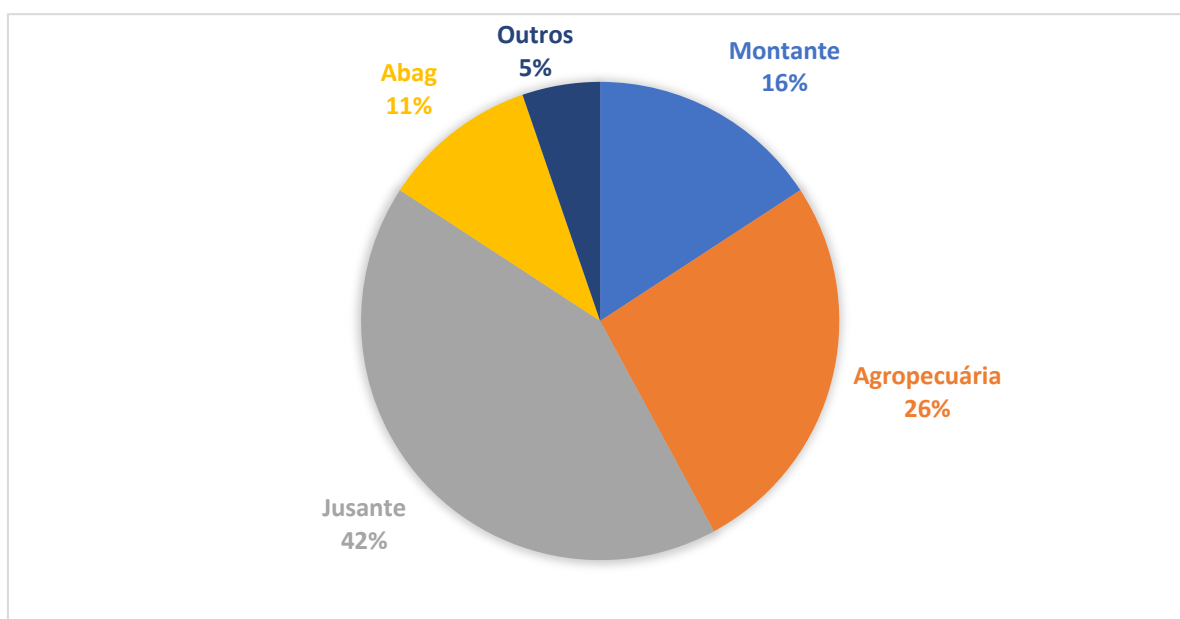
Além da “Moratória da Soja”, uma das primeiras reações às reivindicações internacionais foi o anúncio, pelo Ministério da Agricultura e a Embrapa, dos testes de um *Índice de Sustentabilidade* para o agronegócio. O planejamento era de que o índice permitiria o “[...] acompanhamento e a validação das técnicas de produção, da sustentabilidade do uso das terras e do monitoramento do ciclo de vida dos produtos” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Inicialmente sendo testado na cultura da cana, a intenção seria a expansão posterior do uso do índice para outros produtos líderes de exportação. O coordenador do projeto, Evaristo Eduardo de Miranda, da Embrapa Monitoramento por Satélite, destacar-se-ia nos anos seguintes como

um dos principais agentes de inteligência especializada para o avanço da estratégia da concertação de contestação das áreas protegidas (ABAG, 2010). Esse posicionamento da concertação, ressalte-se, inverteria as posições do FNA de defesa das UCs (MAPA, 1998).

Após liderar o processo de criação da “Moratória da Soja”, Carlo Lovatelli – que, como informado anteriormente, acumulava as presidências da Abiove e da Abag – investiu forças para fundar, em setembro de 2007, o *Instituto para o Agronegócio Responsável* (Ares). O Ares era mantido por dezenove entidades, que se distribuíam em segmentos conforme mostra o gráfico 28:

Gráfico 28: Composição relativa de entidades financiadoras do *Instituto para o Agronegócio Responsável* em 2007, por segmento.



Fonte: *Agroanalysis*, setembro de 2007 (elaboração do autor).

Havia no Ares um predomínio de entidades ligadas a funções a jusante da agropecuária (42% da composição total). De fato, um elevado número de entidades representativas das principais cadeias exportadoras de *commodities* – as quais podem ser consideradas a linha de frente interessada nas exportações, sendo, aliás, algumas delas responsáveis por várias funções ao longo dessas cadeias – estavam presentes no instituto, como a Abiove, a *União da Indústria*

de *Cana-de-Açúcar* (Unica), a *Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos* (Abef), a Abiec e a Abipecs (AGROANALYSIS, setembro de 2007). Além dessas, a participação da Abia no Ares – além do Cosag/Fiesp – confirmava um processo de reaproximação dessa entidade da indústria de alimentos em relação à concertação do agronegócio. Entretanto, essa movimentação da Abia não durou muito tempo, como se explicitará mais adiante¹⁹⁵.

A fundação do Ares advinha de um diagnóstico de que a imagem do agronegócio no Brasil estava passando por momento crítico na esfera pública internacional, principalmente por conta dos temas ambientais. Ademais, ponderava-se que essas críticas tinham duas origens, a concorrência comercial (OESP, 12/09/2007) e a insustentabilidade nas cadeias produtivas (essa segunda origem não era, contudo, claramente enunciada, mas se mostrava nas estratégias do instituto) (INSTITUTO PARA O AGRONEGÓCIO REPONSÁVEL, 2008).

As atividades do Ares, focando nas cadeias produtivas da soja, da cana e de carnes, tinham três elementos principais: geração de conteúdos, diálogos e comunicação. A geração de conteúdos consistia no acompanhamento, análise e elaboração de materiais sobre temas que conectassem a sustentabilidade ao agronegócio; os diálogos seriam o espaço de entendimento entre atores privados, o Estado e representantes da sociedade civil organizada sobre a sustentabilidade ambiental; por fim, a comunicação seria a iniciativa de circulação de materiais sobre a sustentabilidade do agronegócio nas esferas pública nacional e internacional (INSTITUTO PARA O AGRONEGÓCIO REPONSÁVEL, 2008).

O avanço efetivo em sustentabilidade ambiental operava em segundo plano. Nesse sentido, é importante ter em conta que o Ares acabou sendo, anos adiante, um dos principais apoiadores das mudanças consubstanciadas no Código Florestal, assunto do qual se tratará à frente.

A tentativa de inflexão do espírito construído pela concertação no sentido de incluir nele a sustentabilidade ambiental também pôde ser notada nos

¹⁹⁵ Em “outros”, está a presença do Icone, empresa de consultoria.

congressos nacionais de *agribusiness*. Em 2007, o tema apareceu de maneira tangencial tanto no *Congresso de Agribusiness da Sociedade Nacional da Agricultura* – situação na qual surgiu em falas de expositores – quanto no *Congresso Brasileiro do Agronegócio*, da Abag – em que se tratou no “[...] convívio harmônico com o meio ambiente” (SNA, 2018; ABAG, 2018b).

Nesse contexto, o agenciamento da noção de “sustentabilidade” foi extremamente importante para os líderes políticos do agronegócio. Roberto Rodrigues, à época presidente do Cosag/Fiesp, foi um dos principais agentes a mobilizar essa ideia para defender a concertação na esfera pública. Para tanto, ele usou o termo com diferentes sentidos e relacionado a distintas proposições, ora contestando as exigências de sustentabilidade, ora afirmando que o agronegócio era “sustentável” na dimensão ambiental.

Segundo ele escreveu na *Folha*, não se poderia abrir mão do crescimento da produção e dos lucros em função da sustentabilidade (FSP, 28/03/2009). Em um artigo em 2011, ele instrumentalizou o papel que o Brasil passara a desempenhar na oferta de *commodities* no mercado internacional ao dizer que não se deveria esquecer, em meio às exigências ambientais, das 7 bilhões de pessoas que precisariam de alimentos (FSP, 19/11/2011).

Respondendo a críticas ao agronegócio no mesmo jornal em outra oportunidade, ele qualificou-as como preconceito: “Sustentabilidade é hoje um tema importante em todas as modernas fazendas brasileiras, bem como nas cooperativas agropecuárias, nos sindicatos e nas sociedades rurais” (FSP, 29/08/2009). Por outro lado, nessa mesma coluna, Rodrigues incentivava alterações no Código Florestal.

Em 2008, o tema havia assumido centralidade no congresso da Abag, que foi intitulado “Agronegócio e sustentabilidade”. Segundo essa entidade, em seu resumo sobre o congresso,

O agronegócio desperta para a sustentabilidade: equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental, o conhecido *triple bottom line*. Essa tendência ganha força geral e faz parte dos anseios da civilização moderna. Processos de verificação, certificação e monitoramento dos produtos agropecuários estão na ordem do dia. A estratégia é buscar alternativas para implantar um modelo de remuneração adequado para os serviços ambientais. Enquanto

muitas informações inverídicas são disseminadas na mídia internacional, as florestas brasileiras aumentaram as suas participações globais (ABAG, 2018b).

No 8º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado em meados de 2009, a conjunção aditiva “e” do título foi substituída pelo verbo de ligação “é”, procurando conferir assertividade à relação entre os dois termos: “Agronegócio é sustentabilidade”. O resumo da Abag mostrava a visão sobre o tema:

As mudanças climáticas impõem outro modelo de economia, em substituição à baseada no uso intensivo de carbono, com atribuição de valor à atmosfera, aos oceanos, os rios e as florestas. O Brasil, enquanto líder da agricultura tropical, precisa ter um claro posicionamento a defender, com argumentos irrefutáveis nas questões de máxima importância, como o pagamento de serviços ambientais (ABAG, 2018b).

Como se pode perceber, a Abag começara a operar na “língua” das mudanças climáticas. De fato, conforme as questões do clima passaram a ganhar maior proeminência na esfera pública internacional, os líderes da concertação do agronegócio decidiram agir nesse sentido. Em agosto de 2009, uma orquestração do Ares – tendo a Abag e a Abiove à frente – com entidades representativas das cadeias produtivas de combustíveis renováveis e de florestas plantadas deu forma à *Aliança Brasileira pelo Clima* (ALIANÇA BRASILEIRA PELO CLIMA, 2009).

O objetivo dessa aliança era influenciar as negociações relacionadas à *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*. No final de dezembro, aconteceria na Dinamarca a 15ª Conferência das Partes da convenção. O documento de posições da *Aliança Brasileira pelo Clima* falava de compromisso com as “economias de baixo carbono”. As responsabilidades para sua consecução seriam “comuns, porém diferenciadas”, dado que os “países desenvolvidos” teriam maior responsabilidade histórica relacionada à concentração de gases causadores do efeito estufa (GEE) na atmosfera (ALIANÇA BRASILEIRA PELO CLIMA, 2009: 1).

Enfatizando que o agronegócio representaria 26% do PIB nacional, a aliança afirmava que os segmentos nela envolvidos, apesar de desenvolverem práticas ambientalmente responsáveis, seriam afetados de forma negativa pelo

desmatamento da Amazônia. E asseverava que: “O aumento da produtividade das diversas culturas brasileiras e a disponibilidade de áreas agricultáveis antropizadas, inclusive de áreas degradadas, dispensam a necessidade de conversão de florestas nativas para fins agroindustriais” (ALIANÇA BRASILEIRA PELO CLIMA, 2009: 2). Dessa forma, as iniciativas brasileiras de mitigação deveriam ter como principal foco a redução do desmatamento.

O posicionamento da diplomacia brasileira na *15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas* continuou fortalecendo o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. E colocou como meta principal para a mitigação das emissões do Brasil a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Além disso, apresentaram-se metas para restaurar pastagens, integrar lavoura e pecuária, além de incentivar o plantio direto de culturas, a fixação biológica de nitrogênio e a expansão do uso de biodiesel (GOVERNO FEDERAL, 2009).

Na virada da década de 2000 para a de 2010, Roberto Rodrigues também passara a falar nos termos das mudanças climáticas, ressaltando o quanto os ganhos de produtividade das lavouras de *commodities*, o etanol e as florestas plantadas poderiam representar em termos de diminuição de emissões (FSP, 09/10/2010, 30/07/2011). Tratava-se de uma adaptação, para os temas climáticos, de um argumento inicial da concertação do agronegócio sobre a questão ambiental: a ênfase no potencial da tecnologia para a proteção do meio ambiente, argumento utilizado por Ney Bittencourt de Araújo, como apresentado anteriormente (ABAG, 1993). Nesse sentido, Rodrigues afirmava que

A biotecnologia, a nanotecnologia, as novas máquinas agrícolas que reduzem perdas, os defensivos com moléculas muito menos agressivas, as sementes mais resistentes e rústicas, a irrigação, as biorrefinarias e um sem-número de outros temas que nos colocam na vanguarda do conhecimento científico no agro são garantia contínua de competitividade com sustentabilidade [...] (FSP, 22/10/2011: B13).

Com a iminência da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio+20), Roberto Rodrigues argumentou que o Brasil teria muitos elementos a mostrar, como ganhos de produtividade, o Plano ABC, as iniciativas de integração lavoura-pecuária-floresta, o plantio direto na

palha, a economia de defensivos, água e diesel com o uso de OGMs e as consequentes reduções das emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento. Por fim, ele afirmava que o Código Florestal, prestes a ser sancionado por Dilma Rousseff, seria um “[...] maravilhoso exemplo de moderno tratamento à questão ambiental” (FSP, 24/03/2012: B22).

Se esse discurso “tecnológico” fora avançado inicialmente no Brasil por empresas a montante da agropecuária, como a *Agroceres*, ele era baseado em uma narrativa razoavelmente antiga de multinacionais de sementes e agrotóxicos, que, inclusive, continua sendo mobilizada. Segundo a *Basf*, “[...] sustentabilidade é produzir mais, consumindo menos produtos não renováveis” (FSP, 27/04/2012: A14); de acordo com a *Syngenta*, significa

[...] produzir mais com menos e contribuir para que a oferta de alimentos seja suficiente para atender o incremento constante da demanda mundial. Nosso desafio é criar todas as condições para gerar produtividade e valor com menor impacto ambiental (FSP, 30/09/2012: OF18).

Para a *Monsanto*, o desafio atual é avançar com a agricultura digital, diminuindo, com ela, o uso de agrotóxicos e otimizando as respostas das sementes e do solo, para “[...] intensificar de forma sustentável a agricultura”, sob a justificativa de atender às necessidades da crescente população mundial (STERN, 2017)¹⁹⁶.

A despeito da reação da concertação, a controvérsia ambiental envolvendo-a continuaria sendo seu maior desafio, como se evidenciará à frente.

7.5 Trabalho escravo

Outra controvérsia de ordem distinta à agrária e à agrícola era a do trabalho escravo¹⁹⁷. Relacionada, em larga medida, às operações de fiscalização do

¹⁹⁶ Michael Stern, vice-presidente global da *Monsanto*, e presidente da *Climate Corporation*, apresentação seguida de entrevista ao autor no *Geological Lecture Hall*, Universidade de Harvard, em 3 de abril de 2017. No Brasil, a *Monsanto* está, segundo Stern, dando início a seus trabalhos com agricultura digital em grandes fazendas de soja do Mato Grosso.

¹⁹⁷ Embora se mantenha o uso do conceito de controvérsia em um tema como esse, para dar conta das disputas comunicacionais relacionadas a ele, entendem-se, de acordo com o

MTE, essa controvérsia tinha o fundamento de sua crítica assentado na temática dos direitos humanos. À primeira vista um tema que parece estar ligado somente às áreas mais antigas e conservadoras do rural brasileiro, o trabalho análogo ao de escravo tem sido encontrado em algumas grandes empresas ligadas diretamente à concertação política do agronegócio. Como aponta Regina Bruno (2015), no rural brasileiro, a modernidade está frequentemente articulada com o arcaico. Era grande o incômodo de líderes da concertação com essa questão por conta de a noção de agronegócio, que eles muito se esforçavam para associar definitivamente ao “moderno”, aparecer ligada a “atraso”.

A *Maeda Agroindustrial*, por exemplo, grande produtora e beneficiadora de algodão, associada à Abag (e posteriormente, a partir de 2007, integrante do Cosag) (ABAG, 2003; FIESP, 2007a), foi autuada em 2004 pelo MTE por manter 135 trabalhadores em situação análoga à escravidão em uma de suas fazendas no estado do Mato Grosso. O relatório dos fiscais apontou que as pessoas libertadas estavam alojadas em um galpão destinado ao armazenamento de grãos, com péssimas condições de higiene e expostas a insetos, ratos e cobras (FSP, 02/05/2005; OG, 20/03/2005; REPÓRTER BRASIL, 27/07/2004).

O caso da *Maeda* não era isolado. “Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo”, lia uma manchete da *Folha de S. Paulo* em 2004 (FSP, 18/07/2004). Segundo a reportagem,

Levantamento exclusivo da *Folha* com base em 237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003 revela que o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica (FSP, 18/07/2004: 1).

“É a face obscura de parcela do agronegócio, uma cicatriz escondida em meio à riqueza”, escreveu a repórter Elvira Lobato. A maior produtora de soja do país, a cidade de Sorriso (MT), reconhecida posteriormente, por lei federal – Lei

Código Penal, os casos de trabalho análogo à escravidão identificados nesses flagrantes como atividades criminosas.

nº 12.724, de 16 de outubro de 2012 – como a “Capital Nacional do Agronegócio”, tinha tido três de seus maiores produtores, Darcy Ferrarin, Valdir Daroit e Nei Frâncio, autuados em 2003, informava a matéria, que apontava, ainda, haver multinacionais que tinham cometido infrações nesse âmbito, como a belga *Sipef*, em fazenda de pimenta em Dom Eliseu, estado do Pará, de onde o MTE havia retirado 153 trabalhadores (FSP, 18/07/2004).

Anos depois, a *trading Bunge*, associada à Abag e ao Cosag, foi proibida pela Justiça do Trabalho de Minas Gerais de submeter os trabalhadores de uma usina de álcool a jornadas exaustivas e de reter carteiras de trabalho em períodos de inatividade (FSP, 14/05/2009).

Em março de 2004, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou artigo na *World of Work Magazine* tratando de trabalhos forçados no Brasil (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2004). Semanas depois, João Almeida Sampaio Filho, presidente da SRB, entidade membro da comissão organizadora do FNA participante do FNA (MAPA, 1998) e organizadora da *Agrishow*, disse que “Aceitar propaganda da OIT dizendo isso (que haveria trabalho escravo no Brasil rural) é dar munição para quem não quer que o Brasil exporte” (OESP, 25/04/2004).

Uma justificação bastante empregada foi a de que casos de trabalho escravo seriam episódicos. Ainda em 2004, Sampaio Filho argumentou que não se poderiam generalizar casos isolados. Para ele, o essencial seriam as estatísticas macroeconômicas do *agribusiness*, com destaque para os empregos gerados:

O agronegócio brasileiro tem garantido não apenas o superávit da balança comercial do país, mas há mais de uma década é o setor que mais emprega em toda a cadeia produtiva da economia brasileira. O agronegócio gera 18 milhões de empregos, o que corresponde a 30% da população economicamente ocupada do país.

Esses números, por si só, já colocam por terra as denúncias, absurdas e infundadas, de algumas entidades e ONGs, ideologicamente atrasadas, que insistem em afirmar que o trabalho escravo é a principal forma de emprego na agricultura brasileira.

As ONGs e entidades, em sua maioria, e muitas vezes órgãos do próprio governo federal, fecham os olhos para o óbvio: o agronegócio, como um todo, gera um emprego para cada três existentes no país (OESP, 08/12/2004: 21).

Novamente, a estratégia de líderes da concertação do agronegócio de deslizamento entre lógicas de justificação: para minorar as críticas à existência de trabalho escravo no âmbito das cadeias produtivas agrícolas no Brasil, invocavam-se as estatísticas do espírito do agronegócio.

O argumento de que o trabalho análogo ao de escravo seria minoritário nas cadeias produtivas e, portanto, não representativo, foi bastante mobilizado por outros atores da concertação. A Unica, membro do *Conselho Superior do Agronegócio* da Fiesp, afirmou que casos desse tipo de trabalho, como os flagrados em usinas de Goiás, seriam “isolados” (FIESP, 2007a; FSP, 23/01/2009: 8). Em outras vezes, usava-se de uma estratégia diferente, que consistia em criticar as autuações do MTE, como a própria Unica fez em 2008 (FSP, 24/08/2008).

A incidência de reportagens da imprensa internacional sobre trabalho análogo à escravidão em áreas de fronteira da Amazônia tinha crescido desde o salto dos ganhos com exportações de *commodities*, como mostra, por exemplo, uma do *New York Times*, em 2002, “*Brazil's Prized Exports Rely On Slaves and Scorched Land*”, que tratava da existência da relação de trabalho desumano com a exploração de carne e madeira nas frentes de expansão (NYT, 25/03/2002).

Veiculações como essas ganhariam intensidade na segunda metade da década de 2000. Em 2006, David Ismail, um fazendeiro britânico, incomodado com os efeitos que as exportações de carne do Brasil tinham sobre o preço dessa *commodity*, usou uma bolsa de pesquisa para visitar esse país da América do Sul e tentar entender as formas pelas quais nele se podia produzir gado de corte em grande quantidade a preços mais baixos que a média internacional. Ele relatou que viu cenas piores que o “*apartheid*”, com trabalhadores brutalizados, morando em barracos, sem assistência médica e com ferramentas inadequadas. Seu relatório de pesquisa concluiu que a carne vendida na Grã-Bretanha viria, provavelmente, de fazendas brasileiras onde havia trabalho escravo (TELEGRAPH, 05/01/2006; DAILY POST, 12/01/2006).

Em 2007, veiculou-se na esfera pública internacional que a cadeia do etanol brasileiro teria muitos escravos, entre 25 e 40 mil migrantes que trabalhavam na colheita da cana em condições degradantes, como turnos de

doze horas sob forte sol, locais superlotados para dormir e alimentos caros que, muitas vezes, os endividavam (THE GUARDIAN, 09/03/2007; BBC NEWS, 03/07/2007; FOX NEWS, 02/10/2007).

Ainda em 2007, a ONG *Anistia Internacional* enviou relatório à Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU tratando do assunto. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos dessa organização internacional, a RPU acompanha as evoluções e retrocessos em direitos humanos nos países membros. Referindo-se ao Brasil, a *Anistia* afirmava que “[...] há sérias preocupações com as condições exploratórias de trabalho na limpeza de terra, produção de carvão e no crescente setor de cana-de-açúcar” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2007: 4).

Foi diante dessas críticas internacionais que o presidente Lula começou a defender os líderes das usinas em seus discursos: “Os usineiros de cana, que dez anos atrás eram tidos como bandidos do agronegócio, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool” (OESP, 21/03/2007: A1). No ano seguinte, Lula minimizaria as críticas às condições de trabalho no corte da cana: “Vira e mexe, estamos vendo eles (os europeus) falarem do trabalho escravo no Brasil, sem lembrar que no desenvolvimento deles, à base do carvão, o trabalho era muito mais penoso que o trabalho na cana-de-açúcar” (FSP, 24/08/2008).

As críticas internas não arrefeceram diante das reações da concertação e do governo. Nesse processo, alguns movimentos sociais e entidades, como a CPT, tiveram importância tanto no enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo quanto nas críticas a essas violações. Na academia, o tema também ganharia mais atenção, a exemplo do seminário “Direitos Humanos, trabalho escravo contemporâneo e agronegócio”, promovido na Universidade Federal do Rio de Janeiro em outubro de 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008)¹⁹⁸.

¹⁹⁸ Dez anos depois desse seminário, a controvérsia continua proeminente, como revelou, em 2018, o desfile da escola Paraíso do Tuiuti na Sapucaí, com o enredo “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?” Uma das alas era a do “Trabalho Escravo Rural”.

7.6 A “morte” do agronegócio

Outra crítica ao agronegócio na dimensão dos direitos humanos veio com o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009:

É necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, estão na agenda do dia. Esta discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais.

Além de trazer essas colocações, o PNDH-3 tratava de objetivos diretamente relacionados ao combate ao trabalho análogo ao de escravo, elencando as seguintes propostas de ações:

Apoiar a alteração da Constituição para prever a expropriação dos imóveis rurais e urbanos nos quais forem encontrados trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravos.

Identificar periodicamente as atividades produtivas em que há ocorrência de trabalho escravo adulto e infantil.

Propor marco legal e ações repressivas para erradicar a intermediação ilegal de mão de obra.

Os graves problemas ambientais e de direitos humanos observados em alguns dos agentes inseridos na concertação política do agronegócio deram ensejo a um novo expediente de lidar com o problema, reclassificando-o: aos poucos, ganharia relevo a ideia de “setores atrasados do agronegócio”. Era uma forma de dar conta da heterogeneidade de atores abrangidos no bloco intersetorial.

A jornalista Miriam Leitão, por exemplo, propôs o combate ao atraso de uma parte do agronegócio pouco sustentável (ambiental e socialmente),

enaltecendo seus efeitos negativos sobre o comércio exterior brasileiro (OG, 09/08/2009, 13/05/2011); para Marina Silva, o Estado deveria prover incentivos para que os grupos mais atrasados do agronegócio avançassem na direção de uma cultura de sustentabilidade (FSP, 02/11/2009; OESP, 13/02/2011).

A concertação notava que sua grande bandeira e fundamento, a noção de agronegócio, e, por desdobramento, sua própria imagem como coletivo político (MONTERO, ARRUTI & POMPA, 2012), estava bastante ameaçada. Esse processo ocorria, ressaltando-se, ao mesmo tempo em que continuava a se intensificar a demanda internacional por *commodities* agropecuárias.

De todo modo, essa situação era diagnosticada por alguns como decorrente de fraqueza organizacional da concertação para defender sua grande “marca”. Em 2010, o presidente da Abag, Carlo Lovatelli, chegou ao ponto de afirmar que

As entidades do agronegócio não falam em nome do setor como um todo. Cada cadeia tem o seu *lobby*, a sua estrutura. Quando o agronegócio quer falar, vêm 30 cadeias juntas, e cada uma olha para o próprio umbigo; não existe uma consolidação (AGROANALYSIS, agosto de 2010).

Para Lovatelli, o grande desafio seria vencer os debates na esfera pública, porque

[...] levamos pancada porque nós não estamos fazendo a nossa lição de casa. E todo mundo que poderia ajudar a melhorar esta imagem não contribui. O próprio governo não ajuda. Lá fora, a nossa imagem é muito pior, até por várias diferenças. Nós estamos incomodando, tomando mercado de outros países, somos uma potência agrícola. A lição de casa é investir na imagem do agronegócio. Nós temos detratores, e ninguém fala bem de nós. A própria sociedade civil questiona o comportamento do agronegócio, a própria mídia. [...].

O problema é que nós somos sempre reativos, nunca recebemos o mesmo espaço na resposta. E respondemos mal, porque não estamos habituados a falar. Não somos proativos. A indústria do agronegócio só se pronuncia quando é atacada diretamente, senão fica quietinha (AGROANALYSIS, agosto de 2010).

Ao mesmo tempo, outros líderes políticos do agronegócio, como Roberto Rodrigues, começavam a manifestar, de forma mais intensa, seu desacordo

com essa imagem e, relacionado a ela, com o peso atribuído pelo governo à concertação:

O agronegócio representa mais de 1/4 do PIB brasileiro, gera mais de 1/3 de todos os empregos do país, é responsável por um saldo comercial na balança externa muito maior que o saldo do país todo (o que significa que os outros setores são deficitários). Cria demanda por insumos agrícolas, dando origem aos florescentes setores industriais de máquinas e implementos, fertilizantes, sementes, defensivos; demanda serviços, como crédito, planejamento, seguro, e ainda abastece a indústria de alimentos em geral, sem falar na área de roupas e calçados, celulose e papel, borracha, madeira para construção, etc.

Tem, portanto, um peso notável na economia do país, mas não tem, nem de longe, a atenção política proporcional a esta importância. Ao contrário, é sistematicamente acusado de prejudicar o meio ambiente, usar trabalho escravo, fora o preconceito urbanoide que faz seu agente, o produtor rural, ser visto como atrasado, indolente, incapaz de competir (A GRANJA, fevereiro de 2010).

Embora seja preciso interpretar essas afirmações com cautela – dado o costumeiro hábito dos líderes da concertação de reclamar de menosprezo pelo Estado mesmo quando o contexto lhes é bastante favorável –, veja-se que Rodrigues se queixava justamente das duas controvérsias, ambiental e do trabalho escravo, que mais traziam, no momento, ameaças ao espírito do agronegócio. Ademais, havia uma dimensão moral (HONNETH, 2003) operando nessas falas, bastante perceptível nas entrevistas que realizei, de ressentimento em relação às formas como os agentes do agronegócio eram (e são) reconhecidos na esfera pública, a despeito da eficácia (FRASER, 2014) de grande parte de seus pleitos apresentados ao Estado.

André Nassar, diretor da empresa de consultoria Icone, foi, contudo, o mais incisivo sobre a situação que envolvia a concertação, ao anunciar, em sua coluna no *Estadão*, “Um funeral para o agronegócio” (OESP, 20/01/2010). Nassar havia galgado inserção no bloco político intersetorial por meio da capacidade de assessoria técnica do instituto que dirigia. O Icone tinha sido criado pela Abag e outras instituições em 2003 como órgão voltado a subsidiar os líderes políticos do agronegócio em sua atuação internacional, e passara a compor blocos intersetoriais como o Cosag e o Ares (ABAG, 2003). No começo

dos anos 2010, Nassar começou a obter algum destaque como uma das vozes da concertação na esfera pública:

Lendo o decreto do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e os esclarecimentos sobre como o processo de consulta à sociedade foi feito, sou induzido a chegar à seguinte conclusão: o agronegócio não interessa à sociedade e ao governo brasileiros, pelo menos sob a perspectiva de garantia de direitos humanos. Diria, portanto, que conceitualmente o PNDH-3 enterra o agronegócio e atesta seu óbito no Decreto 7.037, datado de 21 de dezembro de 2009.

Os argumentos para o funeral do agronegócio, extraídos do atestado de óbito: o agronegócio contribui para, potencialmente, violar o direito de pequenos e médios agricultores e populações tradicionais; seus componentes, as monoculturas da cana-de-açúcar, do eucalipto, da soja e a grande pecuária (não sabia que havia a pequena pecuária), fazem mal ao meio ambiente e à cultura dos povos e comunidades tradicionais. Ainda estou meio fora de prumo com o julgamento do agronegócio que é apresentado no PNDH-3 (OESP, 20/01/2010: A2).

Apesar da ironia, o artigo tocava em aspectos significativos para a concertação do agronegócio, pois, segundo Nassar, o intuito consubstanciado no PNDH-3 seria o avanço de um modelo agrícola alternativo ao proposto por aquele coletivo político:

As manifestações passionais sobre o agronegócio que aparecem no PNDH não são fato isolado. A contestação do modelo que o Brasil seguiu na produção de alimentos, fibras, biocombustíveis e matérias-primas industriais de base agrícola e florestal tem se repetido em outros fóruns e ocasiões. O PNDH, a meu ver, foi o canal encontrado para tentar (espero que sem êxito) criar instituições que viabilizem a implantação de um novo modelo (OESP, 20/01/2010: A2).

Em seguida, Nassar remetia à obra do grupo da *Agrocere* (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990), fundindo a noção por ela mobilizada com a concepção de cadeias produtivas e argumentando que essa fusão seria a razão das críticas ao “agronegócio”:

Se o funeral do agronegócio foi em 2009, seu surgimento ocorreu em 1990, tudo registrado no livro *Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro*. Foi uma morte precoce, não? À época, os autores do livro nem poderiam imaginar que definir as cadeias produtivas de base agrícola e florestal como agronegócio produziria

seu próprio calvário 20 anos depois. Deve haver alguma explicação no inconsciente coletivo dos “esclarecidos brasileiros”. Colocada a designação agronegócio, já se ganha a pecha de algo ruim, que a sociedade brasileira não merece (OESP, 20/01/2010: A2).

Por certo, na ótica dos líderes da concertação, as dificuldades com a atuação das críticas estavam diretamente relacionadas ao déficit de poder apontado por Rodrigues. Embora se aprofundasse, de um lado, o processo de conquista do Estado para seus desígnios em várias dimensões (como mostrado no capítulo 6), eram aquelas mobilizações contestadoras, nacionais e internacionais, que respaldavam, de outro lado, ações fiscalizadoras como as do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e aquelas do MTE de combate ao trabalho escravo, além de criarem algumas dificuldades para as exportações de *commodities* (a exemplo da “Moratória da Soja”).

Esse processo complexo ocorria, como apontado mais acima, concomitantemente ao crescimento da demanda global por terras agricultáveis, procura que tinha como um de seus estímulos os interesses em torno das *commodities* agrícolas (SAUER & LEITE, 2012).

Foi nesse cenário que a concertação política do agronegócio, então liderada pelo Cosag/Fiesp e pela Abag, desenhou uma nova estratégia, cujos focos estavam baseados em três planos principais: mudanças administrativas, legais e publicitárias.

7.7 Considerações finais ao capítulo

Neste capítulo, apresentou-se que, conforme a concertação do agronegócio começara a ganhar maior proeminência política e êxitos em suas demandas, setores negativamente afetados por esse processo iniciaram reações críticas que acabaram por constituir controvérsias públicas.

Essas controvérsias podem ser agrupadas em dois conjuntos de modos de justificação. No primeiro, as questões agrária e agrícola, ancoradas no fundamento de justiça social; no segundo, aquelas do meio ambiente e do

trabalho escravo, amparadas em modos que, embora diversos entre si (ambientalismo e direitos humanos, respectivamente), estavam conectados tanto a públicos mais amplos no país que aqueles que se mobilizavam pela justiça social quanto mais bem inseridas em escalas internacionais da esfera pública.

Em relação à controvérsia da reforma agrária, mostrou-se que o afastamento do *Movimento dos Sem Terra* em relação ao governo – e a diminuição da intensidade da política de reforma agrária na segunda metade da década de 2000 – teve como elemento fundamental a concertação do agronegócio.

Quanto aos embates envolvendo a agricultura familiar, destacaram-se as disputas classificatórias. Houve agentes políticos que afirmaram que seria possível conciliar “agricultura familiar” e “agronegócio”; outros que propuseram que eles constituiriam polos, estando, portanto, em contraposição; e aqueles que contestaram a oposição entre eles, argumentando que uma estaria inserida no outro. Foram vários os desdobramentos práticos dessa disputa, como se procurou evidenciar.

Essas duas controvérsias tiveram resultados, ainda que parciais – pois essas controvérsias não haviam findado –, favoráveis à concertação. As outras duas, contudo, criariam mais dificuldades para os líderes políticos do agronegócio.

Tanto a crítica ambiental quanto a do trabalho escravo eram operadas em âmbito internacional, além de terem mais adeptos no país, o que posicionou a concertação na defensiva, implicando rearticulações de sua narrativa e reordenações de sua organização política, a despeito de seu aumento de poder junto ao Estado em diversas instâncias.

Foi em função desse contexto que a concertação desenvolveu novas estratégias, as quais são analisadas no capítulo 8.

Capítulo 8 – Novas Estratégias

Na segunda metade da década de 2000, a concertação política do agronegócio fora inserida em controvérsias com as quais seus líderes tinham dificuldades de lidar. Um dos resultados (ainda que parciais) havia sido a deterioração do status da noção de agronegócio, fundamento desse coletivo político. Embora a concertação estivesse aprofundando, à época, seu poder em relação ao Estado, aquela deterioração havia criado condições para que alguns setores progressistas do governo intensificassem ações de fiscalização de crimes ambientais e trabalhistas, sem mencionar a criação de alguns problemas para as exportações. Tudo isso ocorria em meio à escalada da procura global por novas terras que pudessem ser usadas para a agropecuária, em processo que Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010) intitulou de agroestratégias, chamando atenção para o papel de agentes políticos no processo de desterritorialização das populações indígenas e tradicionais.

Nesse contexto, a Fiesp e a Abag estreitaram relações e propuseram, conjuntamente, três estratégias de ação da concertação: alterações nos marcos legais, reestruturações administrativas no governo federal e câmbio de imagem (ABAG, 2010).

Com essa orientação, a concertação passava a colocar maior ênfase em temas fundiários¹⁹⁹, o que acabou por potencializar a institucionalização de sua relação com a FPA, como se mostrará. Com isso, a bancada ruralista passou, ao longo da primeira metade da década de 2010, a assumir a assumir crescente papel no âmbito do bloco político intersetorial.

8.1 Estratagem político: o plano conjunto Abag/Fiesp

Antes das eleições presidenciais de 2010, a Fiesp e a Abag lideraram a construção do documento “Agronegócio – Desenvolvimento e Sustentabilidade:

¹⁹⁹ Temas fundiários sob a ótica da concertação, pois, para muitos dos grupos situados no outro polo dessa disputa há, além da resistência pelo território, uma luta pela diferença. Nesse sentido, ver Almeida (2016).

Plano de Ação 2011/2014/2020”, apresentado aos candidatos à Presidência da República (ABAG, 2010). Uma das demandas que apareciam com força no documento era a de que o agronegócio deveria ser tratado como elemento de Estado, não sujeito a variações de governo a governo. Isso se traduziria, por exemplo, em um plano plurianual agrícola de 5 anos.

Com relação aos elementos da política agrícola, pleiteavam-se mais recursos para o crédito e o seguro, aprimoramento dos preços mínimos e defesa, além de reserva de recursos para pesquisa. Em relação à infraestrutura, solicitavam-se avanços em rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e dutovias. Na agenda comercial, pretendiam-se novos acordos bilaterais e entre blocos, além de revisões no Mercosul (ABAG, 2010).

Havia uma espécie de compromisso nas proposições que diziam respeito à relação entre a agropecuária e segmentos “antes da porteira”. Ao mesmo tempo em que se solicitava a liberação mais rápida, pelo governo, de novos insumos agropecuários e a revisão da rotulagem dos produtos transgênicos, indicava-se, timidamente, incômodo com a dependência em relação aos oligopólios a montante da agropecuária. Nessa direção, sugeria-se que se envidassem esforços estatais para o desenvolvimento, no país, de cultivares mais produtivos e resistentes e para a criação de um programa nacional destinado a aumentar a produção de fertilizantes e agrotóxicos. Por certo, a atuação das multinacionais na concertação evitava que os conflitos distributivos nas cadeias fossem vocalizados com maior intensidade, como ocorrera, por exemplo, no âmbito da FAAB (1987a, 1987b).

No que tange à relação da agropecuária com representantes de funções a jusante, propunha-se a desoneração tributária dos produtos para exportação e da cesta básica. Isso era pouco em relação às demandas das indústrias mais elaboradas de alimentos, o que mostrava o quanto elas estavam afastadas da concertação (e operando conjuntamente na Abia).

Constava do documento uma série de mudanças pleiteadas na organização administrativa do governo federal. O MAPA, há muito tempo controlado pela bancada ruralista, deveria passar a gerenciar também as políticas agroambientais, de florestas plantadas, assim como aquelas de água,

solo e minerais de uso pela agropecuária. A agenda da reforma agrária, por seu turno, deveria sair do Incra e ir para o Ministério da Justiça (ABAG, 2010).

Nessa direção de modificações administrativas, constava do documento uma importante inflexão nas reivindicações relacionadas à política agrícola para a agricultura familiar: a proposta de sua unificação com a patronal, o que garantiria “[...] melhores condições para os agricultores familiares crescerem e se desenvolverem. Amiúde os agricultores familiares reprimem o seu potencial de crescimento propositalmente para se manter sob a guarda da agricultura familiar”, afirmava-se (ABAG, 2010). Começava-se a esboçar mais claramente a estratégia de extinguir o MDA²⁰⁰:

A pulverização de competências entre diferentes ministérios e organizações públicas gera atritos, perda de eficiência operacional, aumento de gastos e traz confusão no setor produtivo. Propicia também o desperdício e o desencontro de orientações na formulação de políticas e normas. É fundamental a racionalização na estrutura pública, com ganhos de sinergia, agilidade e eficiência: a unificação de esferas e gestão matricial traz melhorias na administração e na interlocução com os participantes do setor (ABAG, 2010).

É digno de nota que apareceu, pela primeira vez, em um documento central da concertação política do agronegócio²⁰¹, o posicionamento sobre as questões indígena e quilombola, que se constituíam em:

[...] ameaça contínua de expropriação de áreas consideráveis de produção agrícola sob o argumento de remanescentes comunidades quilombolas e de demarcação de reservas indígenas. A Constituição de 1988 delimitou o prazo de cinco anos para que se concluísse o processo demarcatório e passados vinte e dois anos ainda persiste a ameaça de que propriedades venham a ser desapropriadas por estes motivos (ABAG, 2010).

Para dirimir esse “problema”, propunham-se mudanças nos marcos legais dos direitos dessas minorias étnicas que garantissem “[...] proteção aos

²⁰⁰ As mudanças administrativas teriam, contudo, pouca aceitação no governo de Dilma Rousseff, recebendo maior aceitação na gestão de Michel Temer, a partir de 2016, como se mostra na introdução desta tese.

²⁰¹ É claro que não eram contestações novas no âmbito dos ruralistas, por exemplo, mas, até então, não haviam tido destaque nas pautas políticas centrais da concertação.

produtores rurais quanto a ameaças de desapropriação sob o argumento de terras indígenas ou de remanescentes quilombolas” (ABAG, 2010).

Essa proposta de alterações de marcos legais de garantia dos direitos indígenas e quilombolas estava inserida em uma estratégia mais ampla de resolução das controvérsias. Ao lado dos direitos territoriais indígenas e quilombolas, o marco legal de proteção ambiental, as leis trabalhistas e o Estatuto da Terra constituiriam, na ótica da concertação, “insegurança jurídica”, prejudicando os efeitos positivos que o “agronegócio” traria ao país (ABAG, 2010). Apesar de menções a mudanças legislativas relacionadas aos temas ambiental e agrário já terem constado de documentos anteriores da concertação (ABAG, 2002a), tratava-se em 2010 de uma ação política mais abrangente, coordenada e justificada, com maior decisão (e poder) de implementação.

Com relação às demandas afetas à legislação ambiental, sobressaiam-se:

Alteração do Código Florestal com legalização definitiva das áreas de produção já consolidadas e estabelecimento de percentuais de preservação para áreas ainda não exploradas.

Ampliar os poderes dos estados para definição do Código Florestal com relação às realidades locais.

Constituição de fundo de compensação para pagamento dos serviços ambientais aos agricultores que conservem recursos naturais, como cursos de água, matas, etc (ABAG, 2010).

No que concerne às questões de trabalho rural, propunha-se, genericamente, “Aprimorar a legislação trabalhista para o emprego no setor rural”. Quanto à questão agrária, sugeria-se, também de modo vago, a modificação do Estatuto da Terra (ABAG, 2010).

Restava patente que a concertação do agronegócio decidira resolver os conflitos ambiental, trabalhista, indígena, quilombola e agrário subtraindo direitos e proteções. Nessa direção, mobilizava-se discurso sobre pequenos agricultores para beneficiar a concertação, pois, de acordo com o documento da Fiesp e da Abag aos candidatos à presidência, se não realizadas as modificações no âmbito legislativo, além daquelas no administrativo, haveria

- a) Inviabilidade de amplas áreas consolidadas, durante séculos, de produção de alimentos e outras matérias-primas, (os europeus subsidiavam pesadamente para continuar a produzir);
- b) Diminuição na produção de alimentos, redução da renda de pequenos produtores e aumento da pobreza rural, em muitos casos, transformando-se em pobreza absoluta;
- c) Abandono da agricultura, com a aceleração da migração rural-urbana, principalmente de pequenos produtores não qualificados, e aumento de favelas das cidades (ABAG, 2010).

Outro elemento fundamental a destacar-se das propostas da Abag e da Fiesp para os candidatos em 2010 foi a do desenvolvimento de um plano de “comunicação, imagem e valorização do agronegócio” (ABAG, 2010). Embora o documento “Dez Bandeiras do Agronegócio”, do *Fórum Nacional da Agricultura*, já houvesse mencionado essa ideia em 1998 (MAPA, 1998), ela tinha perdido forças com o desempenho macroeconômico das *commodities* a partir de meados de 2001 e com o êxito da concertação na esfera pública, em geral, e nas controvérsias sobre a reforma agrária e a agricultura familiar, em particular.

8.2 Mudança legal: o Código Florestal

O foco político da concertação do agronegócio entre o final da década de 2010 e começo da seguinte deu-se, definitivamente, em torno do Código Florestal. O desacordo com esse código vinha sendo apontado em núcleos da concertação desde o primeiro congresso da Abag, em 2002 (ABAG, 2002a).

A partir do final da década de 1990, tinham ocorrido maiores articulações da bancada ruralista na direção de implementar alterações no código (OESP, 03/12/1999). Após anos de disputas com o governo, esse ímpeto atenuador da proteção ambiental tinha ganhado força a partir da regulamentação, pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, da Lei de Crimes Ambientais, prevendo, a partir de então, infrações e sanções administrativas relacionadas ao meio ambiente.

Ainda em agosto 2008, a CNA, juntamente à frente parlamentar ruralista e a entidades do patronato rural, protocolou no MMA um documento sugerindo

alterações em dispositivos do decreto, “[...] com o objetivo de proporcionar segurança jurídica às atividades produtivas e à conservação ambiental” (CNA, 2008). De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Assuero Doca Veronez, o Código Florestal seria “[...] a fonte de todos os males e de uma legislação que ficou ultrapassada, que tem trazido insegurança jurídica aos produtores rurais” (CNA, 2008). Estava dado o impulso, pelo patronato rural, para o processo de alteração do referido código no Congresso Nacional.

Essa movimentação mais propriamente ruralista foi cada vez ganhando mais espaço no âmbito da concertação política do agronegócio, como no Cosag/Fiesp e na Abag. Aos poucos, líderes dessas duas entidades começariam a atuar publicamente para defender mudanças no código. Em 2009, Roberto Rodrigues, então presidente do Cosag, tinha incentivado os esforços para alteração da legislação ambiental com base nas críticas que atingiam aquela composição intersetorial no exterior.

Trata-se de uma proposta que daria ao país melhor condição de defesa diante de acusações vindas de fora quanto ao desmatamento. Vale lembrar que muitas delas se devem a interesses comerciais ameaçados pelo extraordinário potencial de crescimento do nosso agronegócio (AGROANALYSIS, junho de 2009).

Em outra ocasião, Rodrigues adicionou que o código estaria “[...] desatualizado em função da realidade dos fatos” (UNESP CIÊNCIA, outubro de 2010). Como é possível notar, a concertação estava, cada vez mais, assemelhando-se, em suas propostas centrais, a instâncias de representação cujas pautas estavam mais concentradas na agropecuária em si. Essa semelhança foi tanto promovida quanto foi promotora da maior institucionalização da relação entre a concertação do agronegócio e a bancada ruralista.

A (agora intitulada) Frente Parlamentar Mista da Agropecuária foi um subproduto da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Por idealização de Roberto Rodrigues – então presidente da OCB – e liderança do deputado federal Alysson Paolinelli (PFL-MG) – que assumiria também a presidência da

CNA em 1987 –, a frente ruralista foi agregada em 2 de fevereiro de 1987, dia seguinte à instalação da referida assembleia. Aglutinando, inicialmente, poucos parlamentares, ela evoluiu, durante a Constituinte, para algo em torno de 80 deputados e seis senadores, sendo fundamental para que se derrotassem as propostas de reforma agrária dos setores progressistas (GOMES DA SILVA, 1989; MENDONÇA, 2008; RODRIGUES, 2010, 2017a; PAOLINELLI, 2017).

Não demorou para que recebesse a alcunha pela qual teria grande notabilidade pública: bancada ruralista. Embora a expressão já tivesse sido usada na década de 1950 para tratar da atuação do patronato rural no âmbito do Legislativo (OESP, 24/09/1954, 14/08/1957), o uso da expressão no período democrático que se seguiu à ditadura militar implantada em 1964 começaria nos primeiros anos da década de 1990. Nesse momento, líderes da UDR comemoravam o crescente número de parlamentares que tenderiam a votar em conjunto nos assuntos envolvendo as questões agrária e agrícola (FSP, 31/10/1990).

Em meados de 1990, a bancada ruralista alcançaria notável projeção na imprensa (ACERVOS ELETRÔNICOS DE O ESTADO DE S. PAULO, O GLOBO e FOLHA DE S. PAULO), em especial por (1) sua estratégia de barrar votações importantes para o governo até que fossem atendidas suas reivindicações, sendo o pleito mais comum as renegociações de dívidas e (2) seu enfrentamento à reforma agrária (VIGNA, 2001)²⁰².

Embora obtendo maior destaque público no momento em que a Abag dava seus primeiros passos, a bancada ruralista não se aproximou dela de forma substancial durante os anos 1990. Quando as indústrias a montante ou jusante da agropecuária precisavam de atuações legislativas nesse sentido, elas tendiam a agir pontualmente com a bancada. Nesses casos, a convergência de interesses garantia aproximação com a concertação do

²⁰² A peculiaridade do posicionamento político patrimonialista da frente parlamentar talvez tenha sido mais bem explicada pelo insuspeito diretor da Esalq, Luiz Gustavo Nussio, que afirmou, recentemente, que a frente se trata de “[...] um grupo que se apresenta bem conservador. O discurso da bancada ruralista não ajuda a melhorar a imagem da agricultura. Quando ela se reúne para defender o setor, por exemplo, o foco principal é a busca por angariar vantagens” (DINHEIRO RURAL, 08/06/2017).

agronegócio, mas ela costumava ser antes episódica e circunstancial do que estratégica e de longo prazo²⁰³.

A articulação maior começaria a acontecer quando Lula convidou Roberto Rodrigues para chefiar o MAPA (2003-2006). Nesse convite, o planejamento estratégico da concertação, erigido no congresso da Abag (ABAG, 2002a), recebia a oportunidade de implementação, a bancada ruralista trabalhou de maneira muito bem articulada com o ministro, auxiliando-o em iniciativas como a retomada do controle na Embrapa, a criação dos títulos do agronegócio e a aprovação da Lei de Biossegurança. Além desses temas, a atuação parlamentar da frente contra a reforma agrária e os movimentos sociais durante o governo Lula vinha ao encontro dos pleitos da concertação no tema agrário (ABAG, 2002a).

A despeito dessa atuação conjunta, em meados da década de 2000 houve, na direção oposta, certa contrariedade de alguns líderes da concertação com a bancada ruralista, a exemplo do então presidente da Abag, Carlo Lovatelli, que afirmou que “[...] ela deixa muito a desejar” (OESP, 29/01/2006: B2). Tendo trabalhado por décadas na *trading Bunge*, Lovatelli tinha parte importante de sua atuação voltada para as exportações das *tradings* da soja. Por essa razão, ele definia como dois dos principais problemas do agronegócio o câmbio apreciado (o real desvalorizado em relação ao dólar facilitaria as vendas ao exterior) e o sistema tributário sobre as exportações (solicitavam-se desonerações) (OESP, 29/01/2006). Embora esses temas não passassem despercebidos pela bancada, eles não recebiam a atenção estratégica que a Abag requeria.

Começando no final da década de 2000, mas tomando maior proporção a partir dos anos 2010, esse cenário modificou-se. Com a criação do *Instituto Pensar Agropecuária* em 2011, os contatos da bancada com entidades do patronato rural e com as empresas passaria, paulatinamente, a adquirir maior

²⁰³ A exceção confirmando a regra havia sido o deputado Silas Brasileiro, que, como apontado anteriormente, havia participado do FNA e do 1º Congresso da Abag (MAPA, 1998; ABAG, 2002a).

colegialidade, institucionalidade, sistematicidade e caráter estratégico (RODRIGUES, 2017b; IPA & FPA, 2016)²⁰⁴.

O que explica essa mudança que tem marcado a atuação da FPA, contudo, é menos o fato de a bancada ter se modificado previamente, passando a atuar em outras direções e com outras estratégias (pois, se isso ocorreu em alguma medida, trata-se antes um de resultado da própria atuação mais bem articulada com a concertação). É, ao contrário, um certo empobrecimento das pautas da concertação, materializado, principalmente, em sua nova ênfase nas disputas fundiárias, em especial a contestação das áreas protegidas (MAPA, 1998; ABAG, 1993, 1994, 2002a, 2010; IPA & FPA, 2016).

Efetivamente, a concertação do agronegócio tinha começado, entre o final da década de 2000 e o início da seguinte, a colocar cada vez maior ênfase nas estratégias parlamentares como encaminhamento, em termos mais definitivos, de controvérsias que a envolviam. E foi justamente nesse processo de questionamento dos marcos legais de direitos e proteções envoltos nas controvérsias que a concertação estabeleceu uma relação mais bem coordenada com a bancada ruralista. As disputas em torno do Código Florestal foram o amálgama para que isso ocorresse.

Sob liderança de Rodrigues, o Cosag havia começado a funcionar como um centro de articulação entre agentes que defendiam essas mudanças. Em uma de suas reuniões em 2010, por exemplo, Aldo Rebelo, deputado federal (São Paulo) pelo Partido Comunista do Brasil²⁰⁵, relator na Câmara dos Deputados do projeto do novo código, esteve presente defendendo mudanças nele que possibilitariam aliar “desenvolvimento” com “sustentabilidade”, tendo em consideração que o Brasil teria a tarefa de ajudar a “nutrir o mundo” (FSP, 08/05/2010: 2).

Carlo Lovatelli, por seu turno, defendia a atuação de Rebelo quanto ao projeto de mudança desse marco legal, afirmando que:

[...] o que está aí em vigor, essa colcha de retalhos, com pedaços de legislação efetiva e pedaços de medidas provisórias ou de decretos, que não têm valor de lei, só gera insegurança jurídica.

²⁰⁴ Há, no capítulo 9, análise detalhada sobre a composição e atuação do IPA.

²⁰⁵ PCdoB.

Então isso tem de sumir. O Aldo Rebelo, quando emitiu seu relatório, deixou bem claro que existem alguns itens que ainda serão discutidos na regulamentação da lei. Ele foi impecável, consultou todas as bases do agronegócio, falou com todo mundo, rodou o Brasil inteiro (REVISTA GLOBO RURAL, 07/12/2010).

Impressionante a miopia (se não outra atitude) de dizer que “falou com todo mundo”, como se o Código Florestal, e os efeitos de sua alteração, dissessem respeito fundamentalmente às “bases do agronegócio”.

Ademais, a justificação da “missão do Brasil em alimentar o mundo” foi muito frequentemente usada por líderes da concertação para defender alterações no código. Marcos Sawaya Jank, presidente da Unica, entidade membro do Cosag, inseriu, em agosto de 2010, a necessidade de mudança do Código Florestal no contexto das projeções de organismos internacionais, como a FAO, de aumento da demanda global por alimentos (JANK, 2010).

Roberto Rodrigues também defendeu as mudanças na lei investindo nessa justificção:

Projeções da FAO apontam para a necessidade de aumento na produção de alimentos da ordem de 70% até 2050, cabendo ao Brasil uma parcela importante dessa oferta, em virtude de nossa área disponível, de água, de recursos humanos e de tecnologia. O pioneirismo na área de energia renovável e boas práticas agrícolas, além de uma nova consciência de respeito à natureza, dão ao Brasil uma posição de vanguarda e aptidão para surfar na onda da economia verde.

O grande desafio está em desenvolver instrumentos capazes de aliar a produção e o uso dos recursos naturais à conservação do ambiente. Para isso, uma legislação clara é fundamental.

A conformidade com a lei é premissa básica para a obtenção de crédito, de licenciamento, de certificações e de acesso a mercados. Além disso, a biodiversidade brasileira está entrando no negócio de pagamento por serviços ambientais prestados à humanidade.

O novo Código Florestal é, portanto, uma necessidade para o país. Só assim o setor rural poderá trabalhar com tranquilidade, dentro da legalidade (FSP, 09/04/2011).

Alguns ministros de pastas afetas ao agronegócio estiveram no Cosag tratando do Código Florestal. Dentre eles os titulares do Meio Ambiente e da Agricultura (FSP, 09/04/2011). A propósito, o ministro Wagner Rossi

(Agricultura, 2010-2011) esteve em reunião do Cosag em fevereiro de 2011, chamando o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, de “nosso presidente” e comprometendo-se com o empenho para obter a renovação da anistia temporária aos desmatadores ilegais (REDE BRASIL ATUAL, 07/02/2011).

Como apontado na introdução, no início da década de 2010, a Fiesp também começara a protagonizar eventos que agregavam atores que queriam modificar o código referido acima (GURGACZ, 2011; BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 15/08/2011; FSP, 16/08/2011).

Se, por um lado, havia a maior aproximação entre a concertação e o Congresso, por outro se criava um conjunto de campanhas publicitárias, como se analisará em seguida.

8.3 Nova imagem: de Tudo é Agro a Agro é Tudo

Tanto para justificarem-se no ambiente das controvérsias em que estavam envolvidos quanto para legitimar as estratégias de mudanças legislativas e administrativas que avançavam, líderes da concertação iniciaram, a partir de 2011, uma série de campanhas para valorizar o “agronegócio”.

Entre o final dos anos 2000 e início da década seguinte, a maioria desses agentes havia chegado à conclusão, após muitos debates, que a categoria agronegócio estava por demais comprometida na esfera pública. A avaliação era a de que a marca com fundamento na qual a concertação se constituía não tinha passado incólume pelas controvérsias da década de 2000. Por essa razão, dever-se-ia começar a trabalhar com outro termo (RODRIGUES, 2017a). Chegou-se a enfatizar a ideia de “cadeia produtiva”, mas prevaleceu o artifício de tirar “negócio” da categoria, deixando somente “agro” (OESP, 16/03/2011, 18/05/2011, 21/09/2011)²⁰⁶.

Interessante que, quando indaguei Ray Goldberg sobre o teor negativo do termo (principalmente nos EUA, mas também no Brasil), ele atribuiu esse fator a uma concepção errada sobre o “conceito”, que seria incentivada por uma

²⁰⁶ Ressalte-se que “agro” pode ser tanto usado nesse sentido, de tentativa de suavizar a categoria “agronegócio”, quanto como correspondente à agropecuária.

espécie de erro original, o de inserir o substantivo “*business*” no neologismo (GOLDBERG, 2017b)²⁰⁷. Segundo ele, esse termo suscitaria muitos desentendimentos. Seria mais simples, porém, se a oposição a “*agribusiness/agronegócio*” fosse uma questão estritamente semântica, o que, com certeza, não é, como se mostra nesta tese. Aliás, defender “*agronegócio*” como sendo somente uma noção contribui para elidir a estratégia de poder da concertação.

“*Agro*” acabou sendo, portanto, a palavra escolhida para a estratégia publicitária de acoplar nova imagem à categoria e, por meio dela, à concertação²⁰⁸. Foi com o agenciamento desse termo que se iniciou a fase de grandes campanhas publicitárias. Três delas tiveram bastante destaque na esfera pública dominante: *Sou Agro*, *Time Agro Brasil* e *Agro – a indústria riqueza do Brasil* (NOVA/SB, 2011; CNA & SEBRAE, 2012; ACERVO DIGITAL DO G1, 2017).

Outra característica comum às três, além do agenciamento de “*agro*”, era a veiculação em televisão aberta²⁰⁹, o que evidenciava o intuito de comunicação com público ampliado. Para valorizar o “*agro*”, sobressaía-se uma proposta totalizante, ancorada na noção de *agribusiness*, de que “*Tudo é Agro*” (*Sou Agro*) ou, invertendo-a, de que “*Agro é Tudo*” (*Agro – a indústria riqueza do Brasil*). Por meio dessa proposição, intencionava-se fortalecer a percepção intersetorial de que alimentos, roupas e combustíveis, dentre outros produtos, estavam diretamente conectados à agricultura e às funções a montante dela. A ideia totalizante agia em outras direções, fosse incluindo a agricultura familiar nesse “*tudo*” (*Agro – a indústria riqueza do Brasil*), ou, até mesmo, propondo que o “*agro*” abrangeria o conjunto dos cidadãos brasileiros (*Sou Agro*).

O papel do “*agro*” para a provisão de alimentos no Brasil e no exterior recebia destaque nas três campanhas. Além do mais, as ideias-força do espírito do *agronegócio* eram particularmente presentes, como *riqueza* (*Sou Agro* e *Agro*

²⁰⁷ Ray Goldberg, entrevista ao autor em 14 de junho de 2017.

²⁰⁸ Essa estratégia de agenciar “*agro*” ao invés de “*agronegócio*” fez mais sentido, contudo, nas ações publicitárias, não implicando abandono desta última por núcleos da concertação, como mostram, dentre outros, os exemplos centrais do *Conselho Superior do Agronegócio* da Fiesp e da *Associação Brasileira do Agronegócio*.

²⁰⁹ Embora essa não fosse a única plataforma das campanhas, conforme se mostrará a seguir.

– a indústria riqueza do Brasil), tecnologia (*Time Agro Brasil* e *Agro – a indústria riqueza do Brasil*) e sustentabilidade/preservação ambiental (*Time Agro Brasil* e *Agro – a indústria riqueza do Brasil*).

Havia, contudo, muitas diferenças entre as iniciativas publicitárias, a exemplo dos patrocinadores/idealizadores, atores evidenciados, formas de narração e foco entre funções do agronegócio. Duas delas, lançadas entre 2011 e 2012, serão examinadas a seguir (*Sou Agro* e *Time Agro Brasil*); iniciada em 2016 e atualmente (2018) em execução, *Agro – a indústria riqueza do Brasil* será objeto do último capítulo, que trata da organização atual da concertação.

Entre julho e outubro de 2011, a Fiesp, a *Unica* e a *Bunge* uniram-se no chamado *Movimento Sou Agro*. Elas contavam, para isso, com o aporte de recursos de outras empresas e associações, como Abag, Abramilho, *Accenture*, *Associação Brasileira de Celulose e Papel*, *Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócios*, ABCZ, *Associação Brasileira dos Produtores de Soja* (Aprosoja Brasil), *Associação Nacional de Defesa Vegetal* (Andef), *Cargill*, *Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias*, *Monsanto*, *Nestlé*, OCB, *Sindirações* e *Vale* (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2011).

O *Movimento Sou Agro* partia do diagnóstico de que a ideia de agronegócio, e a concertação nela fundamentada, passavam por sério risco de descrédito. A situação negativa era resultado das controvérsias públicas que as envolviam, como mostrado. Essa imagem tinha ficado em situação ainda pior com a intensificação das tramitações de mudanças do Código Florestal e as correspondentes críticas que as acompanharam. Nesse contexto, foi organizada a campanha publicitária *Sou Agro*.

A parte principal da campanha eram quatro vídeos – com os atores da *Rede Globo* Lima Duarte e Giovanna Antonelli – veiculados em horário nobre em canais como *Globo*, *Record*, *SBT* e *Bandeirante*. Um dos vídeos procurava tanto mostrar a relação entre itens da agropecuária e os produtos beneficiados “depois da porteira” quanto projetar na população o pertencimento a esse subsistema: se Antonelli falava de soja, aparecia o óleo dessa oleaginosa; se citava algodão, mostrava-se uma camisa. Todos os produtos seriam de uma

“fazenda chamada Brasil”. Ao fim, a atriz afirmava: “Sou agro. Agrobrasileira” (NOVA/SB, 2011).

Figura 15: Logomarca da campanha *Sou Agro*.

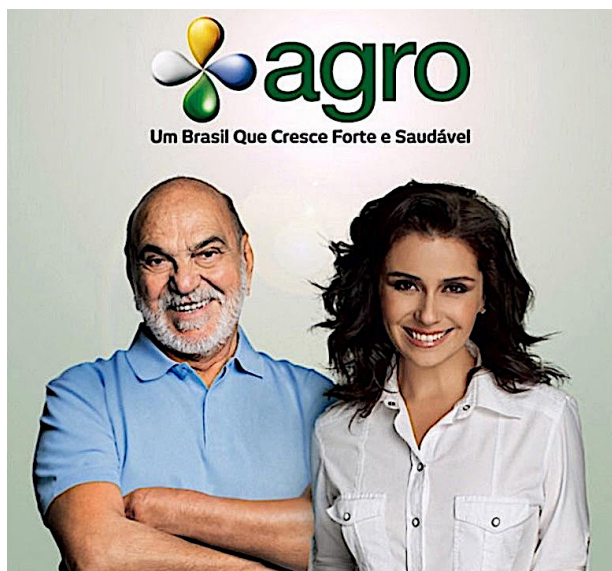


Foto: *Revista Cafeicultura*, 2011.

Protagonizando outro vídeo, Duarte proclamava, carregado de ufanismo: “Bendita terra, que alimenta todo um país, que alimenta o mundo. Bendita terra, que é uma das maiores agronações do planeta. Bendita terra, que me dá orgulho de dizer: sou agro. Sou agrocidadão. Sou agroator. Sou agrobrasileiro”. Além de fomentar a sensação de pertença acima aludida, a intenção era encorajar os telespectadores a sentirem orgulho do “agronegócio” brasileiro (NOVA/SB, 2011).

Com base nessa promoção de identificação, havia eixos da campanha em outros suportes, como revistas, propondo neologismos como “agroestudante”, “agrocooperado”, “agroestilista”, “agrotaxista” e “agromãe”. Existia, ainda, um esforço de associação da ideia de “agro” a temas que haviam afetado a imagem do “agronegócio” no âmbito de controvérsias, como “agroambiente” (replicando as contestações de sua sustentabilidade ambiental) e “agroinclusão” (respondendo às críticas sobre promoção de desigualdade social e desemprego) (NOVA/SB, 2011).

Figura 16: Peça da campanha *Sou Agro*.

Foto: NOVA/SB, 2011.

O *Movimento Sou Agro* lançou, ainda, um portal e uma rede na internet que teriam, respectivamente, a função de divulgar informações para o público urbano e de produzir conteúdos que abrangessem os vários segmentos do agronegócio. Segundo Marcos Sawaya Jank argumentou,

Além de produzir e disseminar conhecimento com base na ciência e em dados concretos, a *Redeagro* também servirá para reforçar vínculos do agro com pesquisadores e acadêmicos. Hoje, as diversas cadeias do agro brasileiro comunicam bem seus próprios assuntos, mas isso não acontece quando os temas são mais abrangentes (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2011).

No período de veiculação da campanha, a Câmara dos Deputados já havia aprovado o novo Código Florestal, estando ele no âmbito dos debates no Senado. Portanto, além de tentar elevar a imagem do agronegócio, respondendo a uma controvérsia que vinha da década de 2000, *Sou Agro* procurava apoiar o *lobby* para alteração do código (BRUNO, 2014).

Em seguida ao *Sou Agro*, a CNA e o *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (Sebrae) – que tinha nas áreas de agricultura e agroindústria duas de suas linhas de trabalho – organizaram uma campanha de grandes proporções. Embora fosse mais focada na agropecuária, a ação publicitária divulgava a ideia de agro, incluía Roberto Rodrigues e Alysson Paolinelli como seus personagens e, fundamentalmente, reforçava a estratégia

de *Sou Agro* de evidenciar a um público mais amplo as conexões entre a agropecuária e as funções a ela relacionadas.

A campanha *Time Agro Brasil* foi lançada em julho de 2012. Seu objetivo seria, segundo a CNA, “[...] consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior” (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS, 2012). O Brasil tinha acabado de sediar, em junho do mesmo ano, a Rio+20. Além disso, a presidente Dilma Rousseff havia vetado, recentemente, em maio de 2012, algumas mudanças no Código Florestal aprovado no Congresso Nacional.

O grande destaque da campanha era Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Ele abria o vídeo da CNA e do Sebrae dizendo que, acostumado a vencer no futebol, estaria, no momento, feliz por ver o Brasil campeão em outro “campo”, o da agricultura. A primeira ideia, portanto, era a de que a agricultura brasileira seria destaque no mundo. Em seguida, entrava em cena uma senhora falando que o pequeno agricultor estaria presente nesse “time” “[...] com muita informação e tecnologia”, reforçando o argumento político da concertação de que a “agricultura familiar” estaria inserida no “agro” (CNA & SEBRAE, 2012).

Figura 17: Anúncio da campanha *Time Agro Brasil*.



Foto: TDA Brasil, 2012.

Pelé, então, retornava ao vídeo para afirmar que o *Time Agro Brasil* “[...] faz bonito lá fora e aqui dentro também”. Com essa declaração, buscava-se desconstruir a crítica de que a agricultura patronal teria contribuições relevantes somente no comércio internacional. O ex-jogador era complementado pela senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, que dizia: “Somos milhões de produtores que suam a camisa todos os dias para fornecer o melhor alimento a todos os brasileiros”. Ao que Pelé complementava: “comida boa, barata e saudável”, este último adjetivo procurando responder antes às críticas ao uso de agrotóxicos na agricultura que àquelas sobre alimentos superprocessados, pauta de atuação mais direta da Abia (CNA & SEBRAE, 2012).

Com a liderança da CNA, a peça vinha, até aquele momento, como era de se esperar pela presença dessa entidade, focando a agricultura. Esse aspecto principal era matizado, no entanto, com falas que alertavam o telespectador que o “time” não se tratava somente de agropecuária, havendo também os produtos dela advindos, como etanol e roupa (CNA & SEBRAE, 2012).

No final, Alysso Paolinelli e Roberto Rodrigues entravam em cena para afirmar que somos campeões em “produção” e “preservação ambiental”. Ao fundo, ouvia-se uma adaptação da canção “Pra frente Brasil”, de Miguel Gustavo, utilizada outrora, no regime ditatorial, para instrumentalizar a ufanía durante a Copa do Mundo de 1970: “Todos juntos, vamos, pra frente Brasil, Brasil, pra ser campeão” (CNA & SEBRAE, 2012).

Assim como a campanha *Sou Agro*, a *Time Agro Brasil* não ficou restrita à televisão. Com ela foi criado um portal na internet com espaço para conversas e divulgação de artigos técnicos sobre temas como meio ambiente e tecnologia (CNA, 2012).

Em 2013, a CNA iniciou uma segunda fase da campanha. Nela, foi contratado um ator da *Rede Globo* (emulando a estratégia do *Sou Agro*), que se juntou a Pelé. Segundo a CNA anunciou à época, “O produtor rural e ator Murilo Benício entra em campo com o Rei Pelé para mostrar ao Brasil e ao mundo a nossa agropecuária sustentável, que ocupa apenas 27,7% do território nacional e preserva 61% dos biomas do País” (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2013). Como era de se esperar, poucos acreditavam que a agropecuária, como um todo, seria sustentável, e

muito menos que seria ela a responsável por preservar mais da metade dos biomas em território brasileiro. Seria preciso, para isso, uma série de mudanças práticas, e não campanhas publicitárias.

A *Time Agro Brasil* foi prestigiada, em diferentes momentos, por Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer. Em julho de 2012, Temer esteve no lançamento da campanha; em maio de 2013, Dilma recebeu uma homenagem na *Exposição Internacional de Gado Zebu* (Expozebu) por meio de Pelé, que estava dando início à segunda fase da campanha.

Figura 18: Presidente Dilma Rousseff e Pelé na *Expozebu*.



Foto: Palácio do Planalto, 2013.

Figura 19: O então vice-Presidente Michel Temer no lançamento da campanha *Time Agro Brasil*.



Foto: Site do deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), 2012.

8.4 Nova direção: ataque aos direitos indígenas

Em 2012, a concertação do agronegócio, com destaque para a bancada ruralista, tinha promovido a alteração do Código Florestal, reduzindo as previsões de proteção ambiental constantes desse marco e liberando da necessidade de restauração aproximadamente 40 milhões de hectares desmatados ilegalmente (OESP, 25/05/2017)²¹⁰, dentre outras mudanças.

Ficava mais claro que a concertação tinha, ao ampliar a institucionalização de suas relações com a bancada ruralista, ajudado essa frente a organizar-se de maneira mais estratégica e eficaz; doutra parte, a bancada havia permitido às entidades organizadas no bloco intersetorial exercerem maior influência sobre o processo legislativo e, por desdobramento, sobre os rumos do governo. A partir de então, sentindo-se fortalecidos, os

²¹⁰ Número anunciado pelo *Estadão* com base em trabalho de pesquisadores do *Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola* e da *Esalq*.

líderes da concertação passaram a atuar, mais decididamente, em prol de outras de suas reivindicações centrais (ABAG, 2010).

Estando o processo de reforma agrária praticamente paralisado (DATALUTA, 2015), e várias disposições do Código Florestal modificadas, a convergência daqueles agentes políticos direcionou-se, conforme se indica no começo da tese, para a contestação dos direitos territoriais indígenas (ABAG, 2010).

As críticas de líderes da concertação a esses direitos territoriais tinham começado a ganhar maior relevo na primeira metade da década de 2000 (nessa direção, elas juntavam forças com as contestações mais propriamente ruralistas a esses direitos, que haviam adquirido importância muito mais antigamente). Blairo Maggi, à época governador do estado do Mato Grosso, foi desde o início um dos principais agentes atuantes na concertação a questionar as Terras Indígenas. Em uma matéria de *O Globo* (10/08/2003), por exemplo, Maggi utilizara a narrativa do espírito do agronegócio quanto à sua importância em prover alimentos para asseverar que não poderia mais haver demarcações no estado que governava.

Ele, que afirmava ser “amigo” dos índios, fortalecia um dos elementos discursivos centrais de contestação às TIs: assemelhar os indígenas aos pobres do campo. Nesse sentido, ele argumentava: “Eu não conheço reserva que sofra pressão de fazendeiros. Mas a verdade é que as reservas indígenas são ilhas de pobreza num mar de riqueza” (OG, 10/08/2003: 14). O que seria Marãiwatsédé, então, para onde os Xavante não conseguiam voltar, naquele mesmo ano, por conta da invasão de ruralistas?

Esse discurso político teria importantes desdobramentos ao ser incorporado por distintos governos em um pacto desenvolvimentista com a concertação do agronegócio. Fortalecida por etnocentrismo, essa pactuação procura cambiar a garantia do território aos povos indígenas por “compensações” financeiras. Eduardo Viveiros de Castro explica a estratégia, que se trata de

Transformar o índio em pobre. Para isso, foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o constitui como indígena. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou

alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter (VIVEIROS DE CASTRO, 2017: 5).

A controvérsia indígena envolvendo a concertação do agronegócio, especificamente, tinha se constituído de modo mais bem definido em meados dos anos 2000, embora fosse alcançar seu ápice na década de 2010. A partir do primeiro mandato do governo Lula, o *Conselho Indigenista Missionário* e a CPT, dentre outras entidades e pesquisadores, passaram a associar o pouco apoio do governo para com os indígenas ao seu comprometimento com o “agronegócio” (OG, 25/02/2005; FSP, 13/01/2006).

Alguns setores da imprensa também fizeram críticas nesse sentido, chamando atenção para ações “irregulares” do “agronegócio”, como invasões de áreas indígenas, ou, ainda, apontando para caso de violações de direitos humanos de índios que envolviam agentes importantes da concertação do agronegócio, como foi o caso de trabalho degradante flagrado pelo MTE em fazenda do usineiro José Pessoa de Queiroz Bisneto (OG, 17/02/2008; FSP, 25/05/2008). Queiroz era, à época, diretor de Responsabilidade Social da Unica, entidade membro da Abag (ABAG, 2003) e do Cosag/Fiesp (FIESP, 2007a).

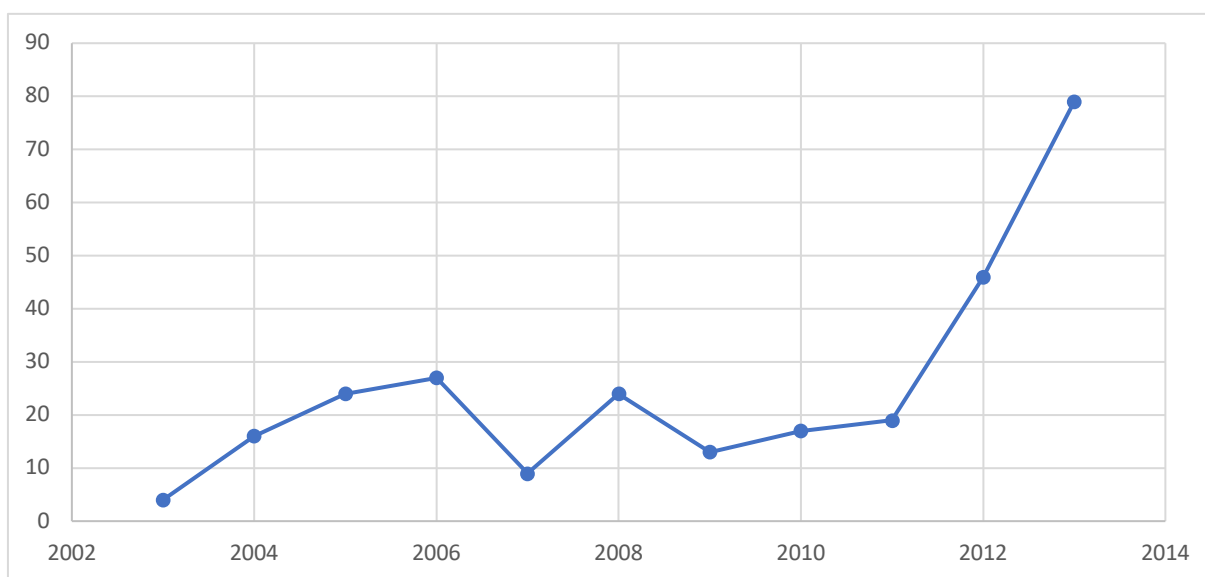
Na segunda metade da década de 2000, o caso da TI Raposa Serra do Sol tinha contrariado, em grande medida, líderes da concertação, de modo que, por meio das mobilizações em torno das disputas políticas e jurídicas sobre aquela terra, o tema indígena vinha ganhando destaque, para esses líderes, como “insegurança jurídica” (ABAG, 2010).

No período 2012-2013, os núcleos da concertação estavam especialmente preocupados com a decisão do STF sobre as 19 salvaguardas estabelecidas no processo que promovera a manutenção da demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol. Nesse sentido, vencida a disputa para mudar o Código Florestal, começaram a se organizar, com ênfase para a FPA, no sentido de obter decisão a eles favorável²¹¹.

²¹¹ O resultado da votação do Plenário do Supremo confirmou a validade das 19 salvaguardas, mas os ministros entenderam que a decisão não vincularia decisões relacionadas a outras TIs (STF, 2013).

Outro fator a preocupar os líderes da concertação era o processo de aumento das retomadas indígenas (ABAG, 2010). Com efeito, essas ações vinham ganhando intensidade na primeira metade da década de 2010, conforme apresenta o gráfico 29.

Gráfico 29: Número de retomadas realizadas por indígenas (2003-2013).



Fonte: DATALUTA, Unesp, 2015.

Casos envolvendo retomadas tinham rendido resultados favoráveis aos indígenas, como o dos Pataxó Hãhãhãe, da TI Caramuru/Paraguassu, no sudoeste do estado da Bahia. Após décadas de mobilizações, intensificadas no começo da década de 2010, os povos indígenas agrupados nesse etnônimo englobante assistiram ao STF considerar nulos os títulos de propriedade localizados dentro da TI (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012)²¹².

O caso mais impactante nessa quadra foi o dos Xavante de Marãiwatsédé. Deportados de seu território em 1965, eles haviam, após anos de tentativas e muito sofrimento, conseguido retomar pequena parte da área nos anos 2000. Foi, entretanto, somente no período 2012-2013, após grande

²¹² Quando visitei essa TI, em janeiro de 2013, não havia mais nenhum fazendeiro nela.

esforço dos próprios índios, da Casa Civil e da Funai, que se conseguiu desintrusar a área²¹³.

Aqui se remete ao começo da tese, encerrando seu ciclo histórico e dando início à análise da organização atual da concertação política do agronegócio.

8.5 Considerações finais ao capítulo

Neste capítulo se tratou da articulação entre a Fiesp e a Abag em 2010 no âmbito das controvérsias públicas envolvendo a concertação do agronegócio e seus conflitos com o governo. Nessa época, crescia a demanda global por *commodities* agrícolas, o que fizera intensificar a procura dos empresários por terra no Brasil.

Mostrou-se que, nesse contexto, aquela composição intersetorial definiu novos caminhos de ação, ampliando, nesse processo, a institucionalização de suas relações no Congresso Nacional. Uma delas calcava-se nas propostas por mudanças administrativas no governo federal; a segunda relacionava-se a estratégias de mudanças nos marcos legais das controvérsias; a terceira consistia na tentativa de renovação da imagem do “agronegócio” na esfera pública.

O primeiro grande campo de disputas desdobrado dessas novas estratégias foi o Código Florestal. Nessa nova direção política, a bancada ruralista foi assumindo protagonismo cada vez maior no âmbito da concertação. Após o enfraquecimento do código acima referido, o novo alvo foram os direitos territoriais indígenas, no período 2012-2013.

Paralelamente, a concertação engendrava um conjunto de campanhas com o intuito de renovação de sua imagem. Um dos novos objetivos, calcados nas proposições de mudanças em órgãos da Administração Federal, encontraria acolhimento somente anos depois, durante o governo Temer.

²¹³ Embora a área permanecesse sob ameaças constantes de novas invasões em outubro de 2014, quando estive na região.

O próximo, e último capítulo, trata da organização atual da concertação, destacando seus núcleos e dispositivos fundamentais.

Capítulo 9 - Inserção estratégica: a concertação política do agronegócio na atualidade

Como se aponta no capítulo 8, a concertação do agronegócio havia conseguido, a partir do período 2012-2013, atingir posição de maior destaque na relação com o governo federal. Poucos anos depois, com o processo de impedimento de Dilma Rousseff, essa composição intersetorial alcançaria uma inserção estratégica na agenda política do Estado brasileiro, como descrito na introdução desta tese.

Finalmente, para seus agentes, alcançar centralidade no processo político do Brasil, conforme constava dos primórdios do planejamento no âmbito da Abag (ABAG, 1993, 1994), virara realidade. Este capítulo, o último da tese, está voltado a analisar, no tempo presente, os principais agentes e dispositivos da concertação, com foco na apresentação de seus respectivos pesos relativos.

9.1 Agentes

A década de 2010 marca o aumento da institucionalização e da sistematicidade das relações entre empresas do agronegócio (fundamentalmente por meio de suas entidades representativas), associações do patronato rural e os parlamentares da FPA. O pano de fundo desse processo estava no recrudescimento da demanda por terras para a produção de *commodities* agropecuárias. Nesse processo, a concertação aproximou, ainda mais, seus pleitos daqueles mais típicos do patronato rural, como os relacionados às disputas por terras (controvérsias ambiental, indígena e agrária) e aqueles das relações trabalhistas nas fazendas.

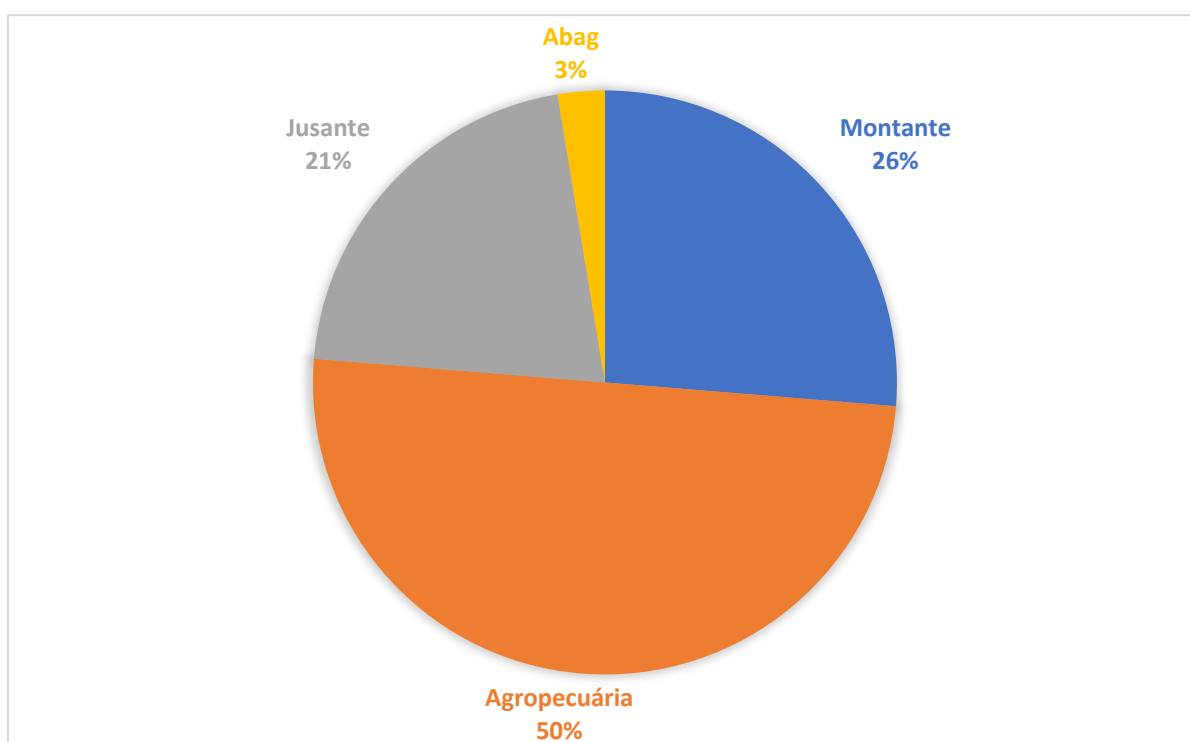
Esse processo havia sido facilitado, por sua vez, pela nova orientação predominante na concertação do agronegócio, que era a de levar as disputas com segmentos da sociedade civil e do governo a soluções legislativas mais duradouras. Pois bem, foi a partir daquela aproximação que se criou um órgão de intermediação entre entidades da concertação do agronegócio e a FPA. Fundado em 2011, durante o auge das disputas envolvendo mudanças no

Código Florestal, o *Instituto Pensar Agropecuária* é uma associação de direito privado atuante no âmbito da FPA e financiada por entidades do agronegócio (IPA, 2017).

Atribuindo, além de maior institucionalidade e sistematicidade, crescente caráter estratégico à interação de representações do patronato rural e das indústrias com o Legislativo, o IPA agrega, além de organizações ruralistas, entidades representantes das indústrias situadas a montante e a jusante da agropecuária²¹⁴.

No gráfico 30, apresenta-se sua composição relativa por segmento.

Gráfico 30: Composição relativa do *Instituto Pensar Agropecuária* em 2016, por segmento.



Fonte: *Instituto Pensar Agropecuária* e Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, 2016 (elaboração do autor).

A agropecuária predomina na composição relativa do IPA, com 50%, o que evidencia a força política e econômica crescente desse setor dentro da

²¹⁴ Diferentemente da Abag, que agrega, fundamentalmente, empresas (ABAG, 2018), o IPA abrange entidades (IPA & FPA, 2016).

concertação do agronegócio (IPA & FPA, 2016). Efetivamente, o setor primário aumentara sua participação relativa no âmbito do IPA, em comparação ao Cosag, que em 2007 apresentava 22% de sua composição de membros desse segmento (FIESP, 2007a)²¹⁵. Essa força relativa desdobra-se, como se apresentará a seguir, na maior ênfase em disputas fundiárias, agora menos focadas na reforma agrária e mais nas áreas protegidas (ABAG, 2010; IPA & FPA, 2016).

Por sua vez, as empresas a montante da agricultura haviam tido crescimento relevante no IPA, estando em 26%, ante 14% no Cosag em 2007 (FIESP, 2007a; IPA & FPA, 2016) e nenhuma participação na composição relativa de entidades integrantes da comissão organizadora do FNA, em 1996 (MAPA, 1998).

A participação das entidades de representação de funções a jusante da agropecuária, com 21% no IPA (IPA & FPA, 2016), sofrera queda notável em relação a 2007, quando detivera 42% da composição relativa no Cosag – o que, aliás, fazia muito sentido, por conta de o núcleo da composição intersetorial estar concentrado, à época, em uma federação de indústrias (FIESP, 2007a). A participação dos segmentos a jusante não havia retrocedido, no entanto, ao patamar de 8% de peso relativo na comissão organizadora do FNA (MAPA, 1998).

Em termos das empresas em si, continuava destacando-se a participação, na concertação, de corporações realizadoras de funções a montante e a jusante da agropecuária (muitas dessas últimas verticalizadas).

Representando as corporações de sementes e/ou agrotóxicos, há a Andef e o *Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal* (Sindiveg), que tem, entre as associadas, empresas como a *Bayer CropScience*, a *Monsanto*, a *Syngenta*, a *DuPont* e a *Dow AgroScience* (IPA & FPA, 2016; SINDIVEG, 2018b).

As principais entidades do patronato rural no IPA são a SRB, as federações de agricultura de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, as “Aprosojas”

²¹⁵ Contudo, na comissão organizadora do FNA, em 1996, a agropecuária tinha tido 54% de participação relativa (MAPA, 1998).

(Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil), a ABCZ, a Abramilho e a *Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil* (Orplana), além da OCB.

Dentre as representações a jusante no IPA, continuam a destacar-se aquelas das cadeias produtivas das principais *commodities* brasileiras, como a *Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais* (Abiove), a *Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes* (Abiec), a *União da Indústria de Cana-de-Açúcar* (Unica) e a *Indústria Brasileira de Árvores* (Ibá). Havia, ainda, a presença da Abag, como entidade intersetorial por excelência.

Logo antes de assumir a presidência da FPA, o que fez em 14 de fevereiro de 2017, o deputado Nilson Leitão declarou que “São essas entidades que nos fortalecem ao trazer seus pleitos, suas reivindicações, suas preocupações e nos apresentar suas bandeiras para que possamos defendê-las no Congresso Nacional” (FPA, 2017: nota à imprensa).

Figura 20: Logomarca do *Instituto Pensar Agropecuária*.



Fonte: IPA & FPA, 2016.

Por outro lado, não compõem o IPA grandes entidades de representação dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, como a Contag e a Contraf, as

quais, aliás, nunca tinham composto núcleos da concertação do agronegócio, à exceção de uma tímida participação da Contag no FNA, em 1996 (MAPA, 1998).

A Abia, com forte agenda no Congresso Nacional e mobilização própria de estatísticas macroeconômicas, também não participa do IPA. Diferentemente das relações entre segmentos “antes” e “dentro da porteira” – que tanto dependem do desempenho econômico um do outro –, as indústrias da alimentação procuram, em suas relações com os produtores rurais, por matérias-primas em quantidades a elas adequadas e a preços baixos, o que, não poucas vezes, está na raiz de conflitos distributivos no âmbito das cadeias produtivas, sem mencionar a maior independência que essas indústrias têm para importar determinados itens agrícolas²¹⁶.

Presidida desde a década de 1980 por Edmundo Klotz, atual vice-presidente da Fiesp, a Abia tem, com efeito, apresentado grande oscilação com relação à sua participação na concertação do agronegócio, alternando períodos de maior aproximação, como na segunda metade da década de 2000, no Cosag e no Ares (FIESP, 2007a; ARES, 2008), com outros de maior distanciamento (ABAG, 2003; 2013).

Atualmente, há uma clara atuação em separado entre a concertação do agronegócio e a Abia, como fica evidenciado pelos dois eventos, totalmente apartados, que o *LIDE - Grupo de Líderes Empresariais*, presidido por João Dória, organiza, criando contatos entre autoridades públicas e empresários: um de agronegócio, o *Fórum Nacional de Agronegócios*; outro, da indústria de alimentos, o *Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos* (LIDE, 2018).

Os atores que desempenham funções de distribuição (com exceção das *tradings*) e as entidades representantes dos supermercados, como a *Associação Brasileira de Supermercados* (Abras), não financiam o IPA e nunca tiveram muito interesse em participar dos núcleos da concertação (houve um único caso, da rede *Sendas*, que integrou o Conselho Administrativo da Abag quando do início dessa associação) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993).

²¹⁶ A Abia representa um grande número de empresas compradoras de produtos da agropecuária, a exemplo de *Ambev, BRF, Coca-Cola, Danone, Garoto, Heinz, Hershey's, Hemmer, Kellogs, McDonald's, Nestlé, Bauducco, Pepsico, Red Bull, Sococo, Unilever, Vigor* e *Wickbold*, dentre várias outras (ABIA, 2013).

Apesar de o IPA ter financiamento de empresas a montante e a jusante da agricultura, sua instância superior, o seu Conselho Consultivo, tem maior representatividade de entidades da agropecuária, o que evidencia o protagonismo do patronato rural em sua atuação: além do presidente, Fábio Meirelles Filho²¹⁷, da Faesp; o vice, Alexandre Pedro Schenkel, é da *Associação Mato-grossense do Algodão (Ampa)*; o segundo vice-presidente tesoureiro é Gil Pereira, da ABCZ, e o vice-presidente secretário é Marcos da Rosa, da Aprosoja Brasil. À Unica, representante das indústrias da cana-de-açúcar, cabe a posição de primeiro vice-presidente tesoureiro, por meio de Eduardo Leão (IPA, 2017).

O IPA possui nove comissões temáticas, sendo várias delas relacionadas diretamente às controvérsias que envolvem a concertação do agronegócio: ambiental, direito de propriedade e minorias, trabalhista, agricultura familiar, política agrícola, comitê jurídico, relações internacionais, infraestrutura e logística e defesa agropecuária (IPA, 2017).

Segundo o presidente Meirelles Filho, a dinâmica do instituto é a seguinte: o IPA monitora temas e questões que possam afetar, positiva ou negativamente, as atividades do grupo de entidades que o mantém. Quando surgem temas relevantes, eles são analisados e enviados como consulta às entidades mantenedoras. A partir das devolutivas dessas organizações, promovem-se contatos e debates, com apoio técnico do IPA, entre as próprias entidades, e delas com os parlamentares. É desse processo, frequentemente conflitivo, que saem posicionamentos dos deputados e senadores da bancada ruralista relacionados às pautas caras às empresas que mantêm o instituto (IPA, 2017).

Dessa forma, os diferentes interesses das entidades são negociados no âmbito do IPA até que possam receber publicidade por meio da atuação dos parlamentares da bancada, que são os principais porta-vozes do instituto. Esse fato, ressalte-se, faz com que o IPA aparente ter menor poder e incidência na esfera pública nacional.

Ancorado no poder econômico de entidades do patronato rural e de empresas do agronegócio e no poder político dos parlamentares da bancada

²¹⁷ Meirelles Filho foi eleito em janeiro de 2017 para um período de dois anos.

ruralista, o IPA tem propostas que combinam agendas mais adensadas e estratégicas da concertação do agronegócio e pautas de disputa agrária, mais típicas da FPA (embora, como foi apontado anteriormente nesta tese, as próprias demandas da concertação tenham perdido, cada vez mais, para esse foco agrário).

No documento “Pauta Positiva - Biênio 2016/2017”, apresentado ao presidente Michel Temer, como mostrado na introdução, destaca-se um eixo de reivindicações no tema fundiário (IPA & FPA, 2016). Constavam dele a solicitação de apoio do governo para (1) aprovar a PEC 215; (2) sedimentar a proposta do “marco temporal”; (3) incentivar a utilização, pelo Estado, das dezenove condicionantes adotadas no processo que garantiu a manutenção da demarcação contínua na Raposa Serra do Sol, as quais o STF havia julgado como não-vinculantes; (4) republicar a Portaria 303 da AGU; (5) reverter as recentes homologações de TIs, regularizações de territórios quilombolas e desapropriações para reforma agrária; (6) permitir as aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras que detenham maioria do capital estrangeiro; (7) enfraquecer as competências do Incra; (8) retirar o poder deliberativo do Conama; e (9) distribuir a maioria das decisões sobre licenciamento ambiental para o âmbito das Unidades da Federação (IPA & FPA, 2016)²¹⁸.

Seguiam-se a essas demandas a contestação dos instrumentos administrativos de defesa e implementação da política agrícola customizada para a agricultura familiar e da legislação trabalhista para o campo, o que incluía proposta de mudança dos critérios para fiscalizações de trabalho escravo pelo MTE.

Também tinham relevo no documento pleitos detalhados de política agrícola para melhoria (1) do crédito rural, (2) dos mecanismos de garantia de preços, (3) do seguro agrícola, (4) da defesa agropecuária e (5) da pesquisa. Ademais, enfatizava-se a importância de mudança nos procedimentos de liberação de insumos como agrotóxicos, chamados eufemisticamente de “defensivos” (IPA & FPA, 2016).

²¹⁸ Sobre as múltiplas reações do presidente Michel Temer a essas reivindicações, ver a introdução desta tese.

É importante salientar, ainda, que o IPA se notabilizou em meados de 2013 por conta de um jornalista de *O Globo* (13/07/2013) que, tendo acompanhado uma de suas reuniões políticas estratégicas, relatou as articulações sendo encadeadas para pressionar o Executivo.

Se a nucleação política da concertação aumentou sua abrangência e complexidade, passando a estar mais bem representada no Congresso, o *Conselho Superior do Agronegócio* da Fiesp continua sendo um agente extremamente relevante, operando como instância de entendimento estratégico entre políticos de alto escalão e líderes da concertação. Alguns exemplos recentes demonstram bem essa afirmação.

Em novembro de 2016, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, argumentou, menos de cem dias após o impedimento de Dilma Rousseff, que “Tudo aquilo que puder atrapalhar o agronegócio, temos que nos unir e tirar da frente” (FIESP, 2016b). Em seguida, as lideranças presentes, como Roberto Rodrigues e o presidente da FPA, Nilson Leitão, debateram estratégias para a liberação da compra de terras no Brasil por estrangeiros. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, esteve, por sua vez, em evento do Cosag em fevereiro de 2017, em circunstância na qual explicou suas ações no MAPA, que, segundo ele, estariam baseadas nas demandas do agronegócio (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2017). Em julho de 2017, Skaf e o presidente do Cosag, Jacyr Costa Filho²¹⁹, receberam, ao lado de Nilson Leitão, do presidente do Conselho de Administração do IPA, Fábio Meirelles, e do presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB-SP), para tratarem da política nacional de biocombustíveis (FIESP, 2017b).

Como se pode notar pela foto na página seguinte, é na Fiesp que se apresenta, mais claramente, a atuação conjunta de agentes das nucleações da concertação. Há os presidentes dos três núcleos atuais da concertação – Cosag, FPA e Abag –, além do presidente da maior federação de indústrias do país e do governador do estado com maior população, São Paulo. Além disso, estava presente a deputada Tereza Cristina (DEM-MS), que assumiria a liderança da bancada ruralista no lugar de Leitão no início de 2018.

²¹⁹ Diretor da *Tereos* no Brasil, multinacional francesa da área de açúcar, etanol e energia elétrica.

Figura 21: Encontro do Cosag/Fiesp em julho de 2017.



Foto: Fiesp, 2017.

A Abag, por outro lado, tem perdido um pouco de sua incidência política. Sua representatividade está longe do sonho de Ney Bittencourt de Araújo de que ela se posicionasse como a representação do “agronegócio” brasileiro (ABAG, 1994). Uma das principais razões é que ela acabou consolidando-se como um bloco de empresas, e não de entidades, sendo notada, por consequência, como mais uma das instâncias de representação da concertação política do agronegócio. O fato de o presidente da instituição mencionar a participação da Abag no Conselho das Entidades do Setor Agropecuário da CNA como fator de sua importância atual demonstra isso (CARVALHO, 2017).

O protagonismo que o IPA vem ocupando na década de 2010 no âmbito da concertação também é um fator a ser levado em consideração nessa diminuição de influência da Abag. Não fortuitamente, a confecção do último documento mais importante do bloco intersetorial foi liderada pelo IPA e pela FPA (IPA & FPA, 2016), com participação menor da Abag.

Por outro lado, a (1) atuação dessa entidade em câmaras temáticas e conselhos (MENDONÇA & OLIVEIRA, 2015), com destaque para a influência no setor sucroalcooleiro – no qual seu atual presidente tem bastante relevância – e (2) a realização de seu congresso anual, ainda importante²²⁰, mantêm a entidade com algum prestígio.

9.2 Dispositivos

Os dois congressos mais destacados têm sido o *Congresso Brasileiro do Agronegócio*, promovido pela Abag, e o *Congresso de Agribusiness*, da SNA (ABAG, 2018b; SNA, 2018). Enquanto o da Abag continua importante no âmbito da concertação, aquele da SNA parou de ser realizado em 2014. Outros eventos alcançaram destaque em anos recentes.

Um deles, o *Global Agribusiness Forum*, vem posicionando-se com força na esfera pública nacional. Realizado bianualmente desde 2012, o GAF é organizado pelas seguintes organizações: ABCZ, Abramilho, *Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos* – que representa as grandes exportadoras de suco de laranja, *Citrosuco/Citrovita*, *Cutrale* e *Louis Dreyfus* –, *Datagro*, *Fórum Nacional Sucoenergético* – que congrega mais de uma dezena de entidades ligadas à agroindústria da cana-de-açúcar, como a Unica – e SRB (GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, 2018).

Estão primeiramente representados nesse fórum, portanto, segmentos agropecuários patronais e duas das indústrias verticalizadas mais importantes na pauta de exportação brasileira, a do suco de laranja e a de açúcar/etanol, além de uma empresa de consultoria.

O GAF tem o potencial de mobilizar uma série de entidades da concertação do agronegócio, inclusive o de aproximar a CNA do IPA, como ficou patente em um documento de apoio ao processo de impedimento de Dilma Rousseff, o “Manifesto de Confiança ao Governo Brasileiro”, entregue em julho de 2016 ao presidente em exercício Michel Temer, como mostrado na introdução desta tese.

²²⁰ Não propriamente pela Abag em si, mas por sua capacidade de agregar outros agentes da concertação, principalmente nos anos de eleição presidencial.

Figura 22: Presidente Michel Temer falando no *Global Agribusiness Forum*.

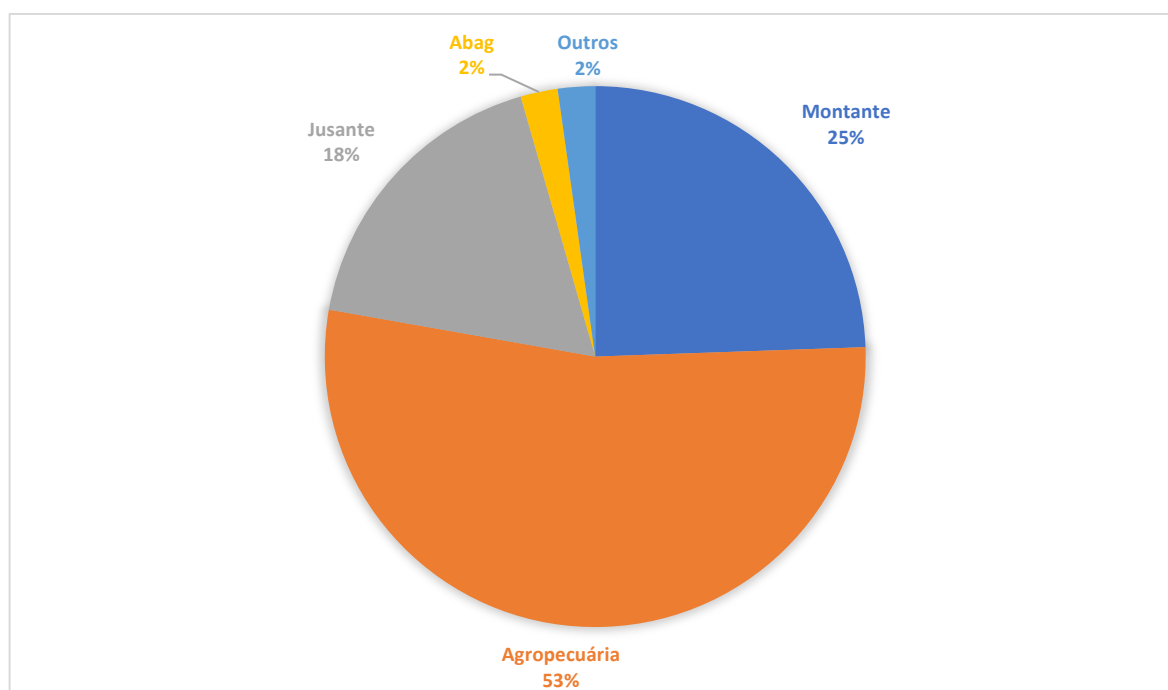


Foto: UOL, 2016.

Veja-se no gráfico 31 a composição relativa das entidades que subscreveram o referido manifesto (a semelhança com a composição relativa das entidades mantenedoras do IPA não é casual: tratava-se, em grande medida, das mesmas instituições, havendo apenas sete novas inclusões, com destaque para a CNA)²²¹.

²²¹ Em “outros” está o Instituto Mato-grossense da Carne, órgão público de pesquisa.

Gráfico 31: Composição relativa de entidades assinantes do “Manifesto de Confiança ao Governo Brasileiro”, por segmento.



Fonte: Global Agribusiness Forum, 2016 (elaboração do autor).

Há outros eventos que detêm relevância atual no âmbito da concertação do agronegócio, como o LIDE, anteriormente citado – que organiza, sob liderança de Roberto Rodrigues, o *Fórum Nacional de Agronegócios* (LIDE, 2018) –, e o *Summit Agronegócio*, criado pelo jornal *O Estado de São Paulo* para debater assuntos essenciais à concertação (SUMMIT AGRONEGÓCIO, 2018).

Há, no âmbito da concertação, uma estratégia evidente de criar (ou incentivar a criação) de centros de saber sobre agronegócio. Eles possuem três dimensões precípuas: formar profissionais, subsidiar a atuação política da concertação e ajudar no planejamento econômico das empresas que a compõem.

Vale lembrar que uma das ideias iniciais que acabaram desembocando na criação da Abag era a de criação de um instituto de estudos do agronegócio. Sentia-se, à época, que faltavam elementos mais sólidos que fornecessem fundamentos para a atuação conjunta de entidades ligadas ao *agribusiness*. A

contratação de professores universitários e técnicos de alto nível foi uma das marcas fundamentais do projeto de *agribusiness* liderado por Ney Bittencourt de Araújo. Aliás, essa característica marcou uma das clivagens fundamentais entre a atuação da concertação do agronegócio e aquela mais especificamente ruralista.

A primeira reação a essa preocupação havia se materializado, em um primeiro momento, na criação do Pensa na USP. Como mostrado anteriormente, o Pensa foi o primeiro passo de influência, com fundamento na perspectiva de *agribusiness*, sobre as universidades públicas e privadas. Desde o começo da década de 1990, quando foi fundado o primeiro curso na USP, houve um alastramento de programas de agronegócio, inicialmente nas escolas de negócios e engenharia, e, posteriormente, nas escolas de agronomia, nas quais uma segunda vertente, mais propriamente ligada à expansão das funções do engenheiro agrônomo para além da “porteira da fazenda” do que à noção da *Harvard Business School* (DAVIS, 1955), foi sendo desenvolvida. Durante os anos 2000, como aponta Mario Grynszpan (2016), a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ganhou impulso.

Atualmente há um grande número de cursos, seja *stricto* ou *lato sensu*, na graduação ou na pós-graduação, nas universidades públicas e privadas. Dentre eles, destaca-se o *Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas* (GV Agro), sob coordenação de Roberto Rodrigues, que oferece tanto um mestrado profissional quanto um *Master in Business Administration* (MBA) (GV AGRO, 2017).

Em outra direção, o GV Agro criou em 2015 o *Think Tank do Agronegócio*, centro voltado a analisar questões-chave para a concertação do agronegócio. Mais uma vez, Rodrigues estava por trás da iniciativa, que, em seu primeiro momento, focaria em dois temas candentes para a composição intersetorial: a produção agropecuária na Amazônia e as relações com a China (*Agroanalysis*, junho de 2015).

Dentre os demais órgãos de inteligência atuantes no âmbito da concertação, destacam-se o Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro), uma unidade da Embrapa, algumas empresas de consultoria especializada, o

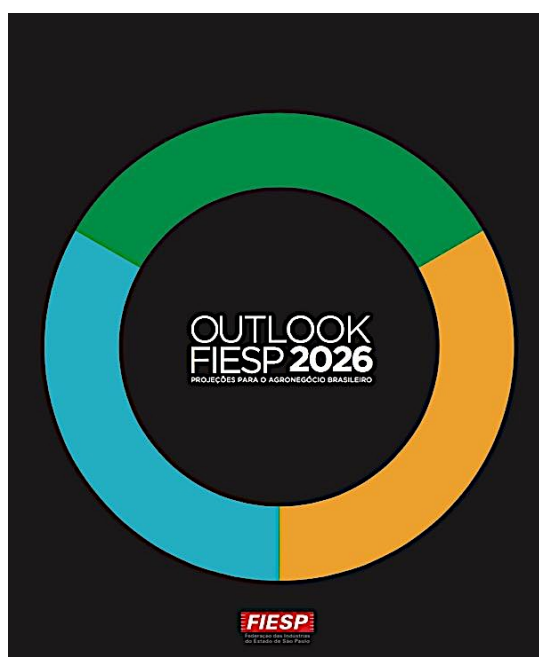
Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq e o Ministério da Agricultura.

O Deagro, órgão executor relacionado ao Cosag (instância política decisória dentro dessa federação das indústrias), tem desenvolvido uma série de estudos que subsidiam a atuação da concertação do agronegócio (COSTA, 2017a; 2017b).

Durante as disputas em torno do Código Florestal, o Deagro foi a instância organizadora do *Movimento Sou Agro*. O departamento teve também, juntamente ao IPA, influência sobre a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que trata do acesso ao patrimônio genético, da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Cabe destaque, ainda, às projeções do Deagro sobre prováveis efeitos sociais e econômicos da desoneração da cesta básica ante as possíveis perdas em arrecadação para o Tesouro Nacional (COSTA, 2017a; 2017b). Após muita insistência da concertação do agronegócio, dentre outros atores, a desoneração foi finalmente implementada pela presidente Dilma Rousseff em 2013.

O Deagro tem dois produtos bastante conhecidos dos agentes empresariais, as projeções (*Outlook*) e um “índice de confiança”. O “*Outlook Fiesp 2026: projeções para o agronegócio brasileiro*” estima, para um período de dez anos, características centrais (como produção e demanda) relacionadas à evolução das principais *commodities* do agronegócio: algodão, arroz, café, açúcar, etanol, celulose, feijão, milho, soja (grão, farelo e óleo), suco de laranja, trigo, carne bovina, carne de frango e ovos, carne suína, lácteos, peixe e fertilizantes. Além desses produtos, e mostrando interesse sobre a questão agrária, o Deagro projeta também o uso de terras no Brasil (FIESP, 2016a).

Figura 23: Outlook Fiesp 2026.



Fonte: Fiesp, 2016.

Já o *Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro)*, criado em 2013, é medido pelo Deagro e pela OCB. O IC Agro avalia a percepção dos três grandes segmentos do agronegócio: agropecuária e representantes de funções a montante e a jusante.

Figura 24: Página do Índice de Confiança do Agronegócio.



Fonte: Fiesp, 2017.

Outro dispositivo de inteligência no âmbito da concertação do agronegócio é a Embrapa, que a integra diretamente, tanto na Abag (ABAG, 2003, 2013, 2018) quanto no Cosag/Fiesp (FIESP, 2007a). Ademais, um de seus pesquisadores, Elisio Contini, compôs o grupo de responsáveis pelos cálculos sobre as contribuições do agronegócio (mais especificamente, de sua noção) para a economia nacional no livro que anunciou os fundamentos da concertação (BITTENCOURT DE ARAÚJO, WEDEKIN, PINAZZA, 1990). Por outro lado, Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues, os dois maiores líderes da concertação, tinham diálogo aberto com a presidência da entidade e exerciam influência sobre seus rumos.

Atualmente, uma unidade da Embrapa tem se destacado como suporte técnico da atuação política da concertação. Trata-se da Embrapa Monitoramento por Satélite, criada em 1989 no município de Campinas, que atua com destaque na esfera pública nacional por meio de quantificações e mapeamentos. De fato, seu chefe, Evaristo Eduardo de Miranda, notabilizou-se como a maior autoridade, do lado da concertação, em dados quantitativos envolvendo as áreas protegidas.

Entre o final da década de 2000 e o começo da seguinte, os cálculos de Miranda foram estratégicos para que agentes do agronegócio tanto criticassem as disposições do Código Florestal – com base no espaço que as Reservas Legais (RL) e Áreas de Proteção Permanente (APP), se atendidas conforme estabelecia a lei, “tomariam” das áreas para a produção agropecuária – quanto questionassem as áreas protegidas (UCs e TIs em primeiro lugar) – argumentando que elas inviabilizariam o potencial do Brasil de “alimentar o mundo” (MIRANDA, 2009)²²².

Já as empresas de consultoria começaram a aderir à concertação do agronegócio no começo da década de 2000. Em 2003, a Abag tinha entre seus associados duas dessas firmas (ABAG, 2003). O órgão de consultoria que mais se destacou na história da concertação, contudo, foi o *Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais*, criado pela Abag e outras

²²² Cabe ter em conta que as estatísticas de Miranda são criticadas por especialistas no assunto. Ver, a esse respeito, matéria de Marcelo Leite na *Folha de S. Paulo* (11/06/2017: 67), “Estatísticas ‘criativas’ distorcem percepção sobre agronegócio nacional”.

organizações ainda em 2003. O Icone desempenhou papel técnico essencial no apoio às negociações internacionais aos líderes políticos do agronegócio no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mais recentemente, em 2013, nasceu a *Agroicone*, fundada por pesquisadores do Icone e também especializada em temas internacionais do agronegócio. A *Agroconsult*, constituída em 2000, também se tornou referência relevante para empresas e entidades da concertação, vindo posteriormente a compor o Cosag (FIESP, 2007a) e associar-se à Abag (ABAG, 2013). Destacam-se, ainda, quanto às consultorias, a *MB Agro* e a *Datagro*.

O Cepea, da Esalq, é especializado em preços agrícolas. Conforme o agronegócio começou a interessar mais ao mercado financeiro, em virtude da derrocada da política de crédito rural subsidiado, a Bolsa de Mercadorias e Futuros passou a demandar desse centro da USP indicadores das principais *commodities* agropecuárias (CEPEA, 2018). Com o salto nas exportações de *commodities* agrícolas no começo da década de 2000, a CNA fechou acordo com o Cepea para que esse centro passasse a calcular, periodicamente, o PIB do agronegócio (BARROS, 2017). Atualmente, o Cepea realiza quatro tipos principais de trabalho: (1) cálculos de preços agropecuários, (2) pesquisas sobre custos e lucros na agropecuária, (3) índices sobre as exportações do agronegócio e (4) PIB do agronegócio (BARROS, 2017).

O Ministério da Agricultura, por seu turno, agrega informações da agropecuária e de outras pastas para consolidar a balança comercial do agronegócio no Brasil. São esses dois últimos dispositivos – o Cepea e o MAPA – as responsáveis por gerar as principais estatísticas macroeconômicas que subsidiam a ação política da concertação.

Como mostrado ao longo da tese, os agentes da concertação do agronegócio têm sido hábeis em mobilizar uma narrativa legitimadora baseada em estatísticas macroeconômicas, em ideias-força – como “geração de riquezas”, “solidez”, “eficiência”, “produtividade”, “competitividade”, “tecnologia” e “sustentabilidade” e em imagens que simbolizam essas ideias. É precisamente essa narrativa que opera para justificar, perante a opinião pública, que o governo possa atender aos pleitos da concertação. Trata-se do espírito do agronegócio.

Esse espírito tem sido agenciado pelo presidente Michel Temer para fundamentar o atendimento, pelo Estado, de pautas da concertação (nessa estratégia, ele foi precedido por Lula e Dilma Rousseff). Em agosto de 2016, ele afirmou que “O agronegócio aqui no Brasil responde por mais de 40 % das exportações, por 25% dos empregos e por cerca de 20% do PIB” (PORTAL DO PLANALTO, 04/07/2016). Em outubro de 2017, Temer ressaltou que “O agronegócio tem sustentado o PIB brasileiro” (UOL, 20/10/2017).

Mobilizados sistematicamente na esfera pública, números como esses e ideias-força como aquelas citadas anteriormente têm contribuído, de fato, para legitimar as reivindicações dos líderes da concertação. Ocorre que as estatísticas são frequentemente mobilizadas em operações de sinédoque política, pois há importantes déficits de representatividade dos atores que as agenciam em relação às totalidades que os números abarcam; já as ideias-força escondem, por exemplo, que há práticas ambientalmente nocivas e maior renda patrimonial do que renda operacional entre alguns dos grupos representados nos núcleos da concertação.

A concertação do agronegócio tem, a propósito, uma série de instrumentos para fortalecer seu espírito na esfera pública. Dois grandes órgãos de comunicação, o grupo *Globo* e *O Estado de S. Paulo*, têm relações diretas com ela: a *Globo* é atualmente filiada à Abag (ABAG, 2003, 2013, 2018); o *Estadão* deixou de sê-lo, mas continua organizando eventos ligados à concertação, como o *Summit Agronegócio*.

A imprensa, em especial os grandes jornais, como *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*, foram, gradualmente, ao longo dos anos 2000, aderindo política e editorialmente a parte relevante dos pleitos da concertação. Porém, mais do que os editoriais, o que tem ajudado aquela composição política a fazer reverberar sua narrativa é o espaço aberto nesses jornais para líderes políticos do agronegócio e colunistas envolvidos com seus interesses²²³.

No louvor editorial e no espaço aberto a colunistas relacionados à concertação, a imprensa brasileira diferencia-se da norte-americana (em

²²³ Em outra direção, cabe destaque ao *Valor Econômico*, que dedica uma página diária ao “agronegócio”, levando em consideração a intersetorialidade da noção e focando, principalmente, em seus aspectos econômicos.

especial do *The New York Times* e do *The Washington Post*), que foi elemento fundamental para a crítica às mobilizações políticas da articulação Estado-corporações em torno da ideia de *agribusiness* nos EUA, como se apresenta no capítulo 1.

A capacidade financeira para comprar espaço publicitário exerce, adicionalmente, papel muito importante para a concertação, como mostrado nos casos das campanhas *Sou Agro* e *Time Agro Brasil*. O mais emblemático, contudo, vem sendo o da *Rede Globo, Agro - A indústria-riqueza do Brasil*, atualmente em execução. Percebendo o mercado potencial do agronegócio, a *Globo* montou um projeto para valorizá-lo e ofereceu-o a patrocinadores. A *JBS* – primeiramente anunciando a *Seara* e, posteriormente, a *Friboi* – e a *Ford* foram as empresas que decidiram custear a campanha, elogiada no Congresso da Abag em 2017 (VALOR ECONÔMICO, 08/08/2017).

A campanha, estreada em julho de 2016, tem três argumentos sempre apresentados ao final dos vídeos, que circulam, cada um, por quinze dias em toda a grade da emissora: “Agro é tech”, “Agro é pop” e “Agro é tudo” (ACERVO DIGITAL DO G1, 2017)²²⁴. Segundo o diretor de *marketing* da empresa, a intenção do primeiro argumento seria demonstrar ao consumidor que haveria muita tecnologia no “agronegócio”; a do segundo, tentar mostrar que ele atingiria todos os brasileiros; a do terceiro, promover a concepção de que o “agronegócio” estaria em “tudo”, como na comida, na roupa e no combustível (SCHMIDT, 2017).

Um dos vídeos da campanha fortalece a ideia de que o “agro” é tudo”, chamando atenção, como o fizera pela primeira vez John Davis (1955), para *agribusiness* como noção totalizante:

O agro está em tudo. Nas máquinas que colhem os grãos, que se transformam em ração, que alimenta animais, que geram leite, carne, lã. Lã e algodão geram roupa, roupa está na moda. Moda gera lucro, gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho, cana. Cana faz etanol, que movimenta carros. Carro está na propaganda, que anuncia tudo. O pneu de borracha, que veio das árvores, o sapato de couro, que veio do gado. Tudo vem do agro (ACERVO DIGITAL DO G1, 2017).

²²⁴ As belas imagens, como se poderá perceber na foto da campanha, também desempenham papel imprescindível para legitimar o “agronegócio”.

Figura 25: Campanha Agro - A indústria-riqueza do Brasil.



Foto: G1, 2017.

Outro vídeo teria o intuito de gerar “empatia” por meio de imagens de trabalhadores de vários segmentos do agronegócio (como noção), a exemplo de uma mulher servindo pão de queijo e de um homem com um trator: “Agro é gente. Em todos os setores do agronegócio (campo, indústria e comércio) são perto de 19 milhões de trabalhadores”. Em seguida, a peça publicitária chamava atenção para o fato de a agricultura familiar empregar 11,5 milhões dessas pessoas. “É toda essa gente que garante nossa comida, nossa roupa, nossas flores, nossa vida. Agro é gente” (SCHMIDT, 2017; ACERVO DIGITAL DO G1, 2017).

Ao incluir a totalidade da agricultura familiar nos números de emprego do “agro”, a campanha aprofundava a sinédoque política operada por líderes da concertação. A *Globo* não chamava atenção, contudo, para o fato de que esse bloco intersetorial não representava (nem apoiava) parte expressiva dessas famílias, e que, se muitas delas ainda permaneciam em suas unidades produtivas, era antes por resistência própria e por políticas públicas do que por conta das empresas do “agro”. Muito frequentemente, era a despeito da ação concentradora de agentes da concertação.

Diferentemente de *Sou Agro* e *Time Agro Brasil*, *Agro - A indústria-riqueza do Brasil* remetia, fundamentalmente, à segunda fase das pesquisas de Ray Goldberg (1968), na qual ele desagregava o *agribusiness* em cadeias produtivas. Nesse sentido, a maioria dos vídeos da campanha da *Globo* procurou tratar de complexos específicos, como o do algodão, o do cacau e o da soja, dentre vários outros. Nesses casos, apontava-se para os produtos deles gerados e anunciavam-se suas contribuições em termos dos três pilares macroeconômicos centrais do aparato de justificação da concertação do agronegócio, a saber, exportações, empregos e renda.

Um exemplo desses vídeos sobre as cadeias produtivas foi realizado com a principal *commodity* brasileira: a soja. Ela seria a base de muito mais que ração animal, estando presente em produtos como óleo, margarina, biodiesel, cosméticos tintas e vernizes, dizia o narrador em voz *off*. “Soja é agro. A soja coleciona recordes. O Brasil é hoje o maior exportador mundial. Em 2016, as vendas geraram 25 bilhões de dólares”. A peça audiovisual então concluía com: “Do campo à indústria, a soja emprega mais de 1 milhão de pessoas. Nas fazendas, em 2016, foram 117 bilhões de reais em faturamento. Soja é campeã. Soja é agro” (ACERVO DIGITAL DO G1, 2017).

Não se deve esquecer dos dispositivos de comunicação que operam mais internamente no ambiente da concertação, divulgando informações técnicas sobre as cadeias produtivas e as empresas, perspectivas de seus líderes e contribuindo para a maior unificação de seus atores. Cabe destaque, nesse sentido, ao *Canal Rural*, da *holding J&F*, ao *Terra Viva*, do grupo *Bandeirantes*, e às revistas *Agroanalysis*, da *Fundação Getúlio Vargas*, *Globo Rural*, do grupo *Globo*, e *Dinheiro Rural*, da *IstoÉ*.

Por último, é importante enfatizar o papel da *Agrishow* nas interações entre segmentos da agropecuária e a montante dela no que diz respeito à tecnologia. Inspiradas em seu modelo dinâmico, várias outras feiras foram criadas no Brasil.

9.3 Considerações finais ao capítulo

Uma descrição da concertação política em sua atualidade é o objeto deste capítulo. As duas dimensões fundamentais de seu posicionamento estratégico no âmbito do processo político brasileiro são abordadas: seus agentes e dispositivos.

A concertação do agronegócio tem como suas nucleações fundamentais a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, cuja relação com entidades representantes do patronato rural e de empresas do agronegócio adquiriu maior institucionalidade e sistematicidade com a fundação do *Instituto Pensar Agropecuária*. A Fiesp, por seu lado, tem mantido grande importância estratégica como líder política, não sendo acompanhada, na mesma medida, pela Abag, que perdeu influência na concertação, a despeito de participar de fóruns de algumas cadeias produtivas e realizar um congresso anual que mobiliza um conjunto importante de atores políticos.

Os dispositivos da concertação estão distribuídos em variadas direções, destacando-se os congressos e eventos, os centros de inteligência e suas estratégias de comunicação e legitimação.

Entre os congressos e eventos, destacam-se, além do Congresso Brasileiro do Agronegócio, da Abag, o *Global Agribusiness Forum*, o *Fórum Nacional de Agronegócios* e o *Summit Agronegócio*.

No que diz respeito aos dispositivos de inteligência, citam-se o papel das universidades e o dos centros técnicos, como o Departamento de Agronegócio da Fiesp, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Universidade de São Paulo, e o Ministério da Agricultura. São eles que fornecem elementos fundamentais para a atuação política dos líderes da concertação, como, por exemplo, as estatísticas macroeconômicas ligadas à noção de agronegócio.

Quanto à comunicação e à legitimação, chama-se atenção para as mobilizações de estatísticas macroeconômicas, de ideias-força – que associam a atuação da concertação a “tecnologia” ou a “produtividade”, dentre outras, e

de imagens. Essas narrativas encontram, mostra-se, espaço nos principais órgãos de comunicação do Brasil.

Finalmente, aponta-se para a importância tecnológica das feiras dinâmicas como propulsoras da articulação entre segmentos “antes” e “dentro da porteira”.

Conclusão

Esta tese desenvolveu-se apreendendo o agronegócio como fenômeno político. Seus dois principais objetivos, nesse sentido, foram a historicização dos percursos públicos da noção de *agribusiness/agronegócio* e a análise da constituição e evolução de um bloco intersetorial que nela se fundamenta, a concertação política do agronegócio.

Partiu-se de afirmação sobre a preponderância, na esfera pública nacional, de indistinção entre dimensões conceituais, econômicas e políticas do agronegócio. Essa indeterminação, procurou-se demonstrar ao longo do texto, é elemento essencial do avanço de um plano político-econômico mobilizado por um grupo específico de agentes.

Nessa direção, a pesquisa propôs e operacionalizou uma distinção analítica entre três dimensões da arena do agronegócio: (1) a noção de *agribusiness/agronegócio* em si, (2) as cadeias produtivas, unidades econômicas empíricas, e (3) a concertação política do agronegócio.

Enquanto a noção se refere à “[...] soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras” (DAVIS, 1955: 5), as cadeias produtivas definem-se pelas soldagens da agropecuária com segmentos de indústrias e serviços a montante e a jusante dela (KAGEYAMA et al., 1990).

A concertação, distinta de ambas, consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria *agribusiness/agronegócio*, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática. Sua finalidade principal é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental.

No ano de 2018, a concertação política do agronegócio abrange entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas

de comunicação e consultoria. Essa conformação é dada pelo conjunto de seus três principais núcleos, o *Instituto Pensar Agropecuária/Frente Parlamentar Mista da Agropecuária*, o *Conselho Superior do Agronegócio* da Fiesp e a *Associação Brasileira do Agronegócio*.

Ao mesmo tempo, os déficits de representação da concertação em relação à totalidade dos atores envolvidos na noção de agronegócio precisam ser destacados: entidades relacionadas à agricultura familiar, como a Contag e a Contraf, não a integram; as indústrias de alimentos somente o fazem de maneira parcial; os segmentos de distribuição e as redes varejistas e atacadistas pouco se interessam em compô-la.

Os líderes da concertação atuam, a despeito desses déficits, como se representassem a todos os incluídos na noção abrangente de agronegócio. Com o conceito de sinédoque política, exploram-se contradições dessa atuação, como, por exemplo, em relação aos números anunciados em referência ao PIB e aos empregos.

Mobilizando a ideia de espírito do agronegócio, investigam-se os modos como estatísticas, ideias-força – como “produtividade”, “competitividade” e “sustentabilidade” – e imagens são mobilizadas para atribuir legitimidade aos agentes da concertação.

Esses são os pressupostos analíticos por meio dos quais se abordou a concertação política do agronegócio, que não foi apreendida como objeto previamente estabelecido ou estático, pois suas composições, reivindicações e estratégias foram mudando em relação às diferentes épocas. Por essa razão, adotou-se uma análise histórica focada no processo de formação do agronegócio como fenômeno político no Brasil.

A inspiração teórico-metodológica veio, principalmente, de elementos do modelo de descrição da formação de coletivos de representação da Antropologia do Político (ARRUTI, 2006; MONTERO, ARRUTI & POMPA, 2012; MONTERO, 2012), da análise da eficácia de mobilizações políticas na esfera pública da Teoria Crítica (FRASER, 1997, 2014) e da teoria da justificação da Sociologia Pragmática (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

Destaca-se, dentre as várias contribuições desses autores para a pesquisa, que a Antropologia do Político se mostrou fundamental para a adequada compreensão do papel que a noção de *agribusiness* e as práticas e narrativas a ela vinculadas tiveram no processo constituição e legitimação da concertação; que a Teoria Crítica contribuiu para a adoção de uma concepção crítica de esfera pública e para o melhor entendimento das estratégias da composição intersetorial do agronegócio de convencimento da opinião pública e de influência sobre o Estado; e que a Sociologia Pragmática auxiliou na análise dos modos como a concertação construiu um aparato de justificação com alta capacidade de convencimento.

Dado que o agronegócio como dimensão política está muito frequentemente relacionado aos grupos populacionais que a Antropologia estuda, como povos indígenas, comunidades quilombolas e pequenos agricultores, dentre vários outros, espera-se que esta investigação possa contribuir com a disciplina na compreensão desse fenômeno.

A pesquisa mostra que a invenção da noção de *agribusiness* nos Estados Unidos dos anos 1950 ocorreu em ambiente de convergência entre interesses acadêmicos e das indústrias da alimentação. Mesmo tendo obtido reconhecimento na esfera pública nos anos após sua criação, foi a adoção do neologismo pelo governo norte-americano, em articulação com corporações, que possibilitou sua popularização naquele país entre o final da década de 1960 e o começo da seguinte.

Ao ganhar notoriedade, a categoria foi, ademais, sendo paulatinamente mobilizada criticamente por setores que atuavam em torno de temas como direitos dos consumidores, meio ambiente, *family farmers*, pesquisa pública e política exterior. Na *Harvard Business School*, onde fora criada, a concepção continuou, no entanto, sendo operada de modo positivado em cursos para empresários e alunos regulares da instituição.

No Brasil, as entidades patronais de representação da agricultura foram as primeiras a notar o termo, ainda nos anos 1950 e 1960. Na década seguinte a esta última, a mobilização da noção obteve um pouco mais de vigor, pelas mãos de jornalistas, servidores de alta hierarquia do governo federal e intelectuais, cada um desses grupos atribuindo significados distintos a ela.

Esse aumento dos agenciamentos no Brasil estava relacionado a três correntes existentes nos EUA que incentivavam o uso da ideia de *agribusiness*: a política exterior alimentar norte-americana, setores críticos que passavam a tomar o termo como descritor de grandes corporações e sua operacionalização em algumas universidades influentes.

Por outro lado, a intensificação das mobilizações da noção na década de 1970 estava conectada às políticas para a agricultura e segmentos a montante e a jusante dela que começavam a ser implementadas no Brasil, em processo que provocou a industrialização da agricultura, fase mais avançada de seu processo de modernização. Foi para entender os efeitos desse processo no país que a noção de *agribusiness* foi traduzida e inflexionada teoricamente como Complexo Agroindustrial.

Com a crise, nos anos 1980, do modelo de crédito rural farto e subsidiado colocado em operação durante a ditadura militar, o contexto econômico e político para a agropecuária, e, por extensão, às indústrias de máquinas e insumos agrícolas, passou a ser mais desafiador.

Nesse ambiente, o resgate da noção de *agribusiness* por uma empresa de genética animal e vegetal, a *Agroceres*, demonstrou ser estratégico para o desenho de um projeto político-econômico. A categoria tanto (1) proporcionava cálculos macroeconômicos que rompiam com a visão que condenava a agricultura a ter peso político diminuto – conforme sua participação econômica em relação aos outros setores –, possibilitando, por desdobramento, melhores condições de atuar na esfera pública e de influenciar o Estado, quanto (2) consistia em uma ferramenta para qualificar a coordenação no âmbito dos agentes privados situados ao longo das cadeias produtivas.

O aumento da proeminência do termo na esfera pública logo após seu anúncio como projeto político evidenciou que tinha havido adesões importantes no empresariado, na imprensa e na academia. A influência sobre o governo, contudo, não ocorreria rapidamente. Foi nesse contexto que a ideia de criação da *Associação Brasileira de Agribusiness* recebeu o incentivo final.

O projeto da *Agroceres* foi institucionalizado no ambiente legado pelo processo da Assembleia Constituinte, no qual tinha surgido uma frente informal

para representar os interesses patronais de setores técnica e administrativamente mais modernizados da agricultura, a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira*. Essa frente havia dado os primeiros incentivos à aproximação, em nível nacional, de entidades da agropecuária com representações de segmentos a montante e a jusante dela. Com o fim da Constituinte, ela perderia coesão, intensidade e direção política.

Dessa forma, a Abag nasceu em 1993 do encontro de um projeto de *agribusiness* buscando mais adesões e de uma frente política sem maior fundamento para continuar operando. Com Ney Bittencourt de Araújo, presidente da *Agrocere*s à frente, a entidade surgiu como uma orquestração de cooperativas agrícolas com indústrias a montante e a jusante, além da presença de representantes do mercado financeiro, das universidades e da imprensa. Tratava-se da primeira representação da concertação política do agronegócio.

Suas reivindicações, expressas a partir de 1994 em documentos aos candidatos à presidência, tinham como foco um amplo leque de temas, como política agrícola, aqueles relacionados a interesses de segmentos a montante e a jusante, e outros de âmbito social. Além disso, a Abag procurou articular outros dispositivos para aprofundar o projeto de *agribusiness*, participando decisivamente da montagem de uma grande feira dinâmica, a *AgriShow*, e da retomada uma publicação, a *Agroanalysis*, a partir de então sob seu direcionamento editorial.

O governo federal, entretanto, somente começou a alterar seu posicionamento em relação aos pleitos da concertação a partir da segunda metade da década de 1990 quando, no contexto do Plano Real, sobressaíam-se as contribuições da agricultura para a balança comercial brasileira.

Nesse contexto, foi criado o *Fórum Nacional da Agricultura* (FNA), que representou uma primeira inserção mais relevante da concertação do *agribusiness* no âmbito do governo. Com a Abag fragilizada pela morte de Bittencourt de Araújo, o FNA passou a ter ascendência sobre o bloco intersetorial, com a liderança de Roberto Rodrigues, agente central da FAAB que havia atuado juntamente ao então presidente da *Agrocere*s nos trabalhos para a criação da Abag.

Em comparação com aquela da Abag, a composição do FNA era mais concentrada na agropecuária, sendo que suas propostas se diferenciavam sensivelmente em relação àquelas da entidade de *agribusiness* criada em 1993, principalmente no que diz respeito aos temas sociais, nos quais mostrava um posicionamento politicamente mais conservador.

A influência da concertação e o ganho de popularidade da noção que ela mobilizava encontrariam, a partir dos trabalhos do FNA, maior acolhimento em áreas do Estado, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), onde o agenciamento da perspectiva de agronegócio contribuiu para um redirecionamento político das prioridades de pesquisa da instituição. Ao mesmo tempo, essa legitimação estatal influenciou a proeminência da categoria em dimensões como a academia e a imprensa.

O governo Fernando Henrique Cardoso, entretanto, mostrou posicionamento reticente em relação às propostas da concertação consubstanciadas no FNA, atendendo-as apenas parcialmente. A alta dos preços de *commodities* agrícolas no começo da década de 2000, influenciando o aumento da produção e exportação delas pelo Brasil, com destaque para a soja e o milho, mudou, definitivamente, a relação dos líderes políticos do agronegócio com o Estado nacional.

A partir dessa época, a concertação passou a obter maior reconhecimento do governo, ampliando, conseqüentemente, a eficácia de suas reivindicações políticas. Foi nesse período que a Abag reassumiu a centralidade no âmbito da concertação. Com Roberto Rodrigues à frente, e agregando, com destaque, a maioria das indústrias multinacionais a montante da agropecuária, e *tradings* e usinas verticalizadas a jusante dela, a entidade passou a promover, então de modo mais exitoso que anteriormente, o espírito do agronegócio. Em 2002, a Abag criou um plano estratégico para o agronegócio no Brasil.

Após Luiz Inácio Lula da Silva vencer as eleições presidenciais de 2002, ele convidou Roberto Rodrigues a assumir o Ministério da Agricultura (MAPA), oferecendo a oportunidade para que o plano da Abag fosse materializado.

Agindo em acordo com a bancada ruralista, o ministro Rodrigues conseguiu efetivar algumas das propostas da concertação, como a criação de

títulos de crédito do agronegócio, o desenvolvimento de uma área estratégica no MAPA e a aprovação da Lei de Biossegurança. Desgastes políticos com setores do governo, entretanto, findaram em sua saída do governo em 2006.

Nesse mesmo ano, a Fiesp estava criando uma área específica para tratar de agronegócio. Roberto Rodrigues assumiu, assim, o *Conselho Superior do Agronegócio* (Cosag) da entidade. Com a ampla influência desse líder e o poder da Fiesp, o Cosag passou a atuar, a partir de 2007, como o principal núcleo político da concertação. Essa mudança colocava a composição intersetorial em maior contato com as indústrias da alimentação.

Conforme aumentava o poder dos agentes políticos do agronegócio ao longo dos anos 2000, eles e a noção na qual se fundamentavam passaram a ser crescentemente criticados na esfera pública, sendo envolvidos em uma série de controvérsias.

Essas controvérsias estavam relacionadas a distintas lógicas de justificação. Em um primeiro grupo, havia as questões agrária e agrícola, ancoradas no fundamento de justiça social. Em um segundo grupo, mais heterogêneo, estavam as controvérsias afetas ao meio ambiente, aos direitos indígenas e ao trabalho escravo, que, embora amparadas em fundamentos diversos entre si (ambientalismo, direitos indígenas e garantias fundamentais, respectivamente), estavam conectadas tanto a públicos mais amplos no país do que aqueles que se mobilizavam pela justiça social quanto mais bem inseridas em escalas internacionais da esfera pública.

No âmbito da controvérsia agrária, mostrou-se que o afastamento do *Movimento dos Sem Terra* em relação ao governo e a diminuição da intensidade da política nacional de reforma agrária na segunda metade da década de 2000 tiveram, como um dos elementos mais relevantes, a atuação da concertação do agronegócio.

Em relação à controvérsia agrícola, destacou-se o embate entre propostas classificatórias relacionando “agricultura familiar” e “agronegócio”. Houve agentes políticos que defenderam que seria possível conciliar os dois; outros que afirmaram que eles constituiriam polos de uma disputa; e aqueles que contestaram a oposição entre eles, argumentando que uma estaria inserida

no outro. Foram vários os desdobramentos práticos dessa disputa, a exemplo da tentativa (derrotada) de democratização da pesquisa agropecuária na Embrapa. Nesse episódio, dentre outros, houve a mobilização de manipulações classificatórias por parte de agentes da concertação, que, de acordo com os contextos políticos, ora incluíam a “agricultura familiar” no “agronegócio”, ora a distinguiam como categoria.

Essas duas controvérsias, agrária e agrícola, tiveram resultados, ainda que parciais (pois essas controvérsias não haviam chegado a seu fim), favoráveis à concertação. As outras, ambiental, indígena e do trabalho escravo, no entanto, apresentaram mais dificuldades para os líderes políticos do agronegócio. Como afirmado acima, ambas eram operadas mais intensamente em escala internacional, além de terem maior número de adeptos no país do que as controvérsias agrária e agrícola. Esses fatores contribuíram, de modo decisivo, para forçar a concertação a adotar atitude por vezes defensiva, inclusive por conta do aumento das ações de fiscalização ambientais e de trabalho (que, por sua vez, ganhavam legitimidade e melhores condições políticas para serem executadas com as críticas ao “agronegócio”). Essa mudança, por sua vez, implicou rearticulações da narrativa da concertação e reordenações de seus posicionamentos.

Nesse contexto, a Fiesp e a Abag, dois núcleos fundamentais da concertação do agronegócio, estreitaram relações para responder às controvérsias públicas e aos conflitos com o governo. Conjuntamente, elas desenharam três estratégias. A primeira estava relacionada a mudanças nos marcos legais das controvérsias, sendo o principal alvo o Código Florestal; a segunda, calcada nas propostas de mudanças administrativas no governo federal, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a terceira, focada na renovação da imagem do agronegócio na esfera pública.

O Código Florestal representou o primeiro grande campo de disputas derivado desse estratagema. Ao elegerem a alteração do referido código como prioritária, as empresas e entidades da concertação começaram a avançar na institucionalização e atribuição de sistematicidade à sua relação com a bancada ruralista, ao mesmo tempo em que suas pautas se tornavam crescentemente focadas em disputas fundiárias.

Após a vitória advinda do enfraquecimento do marco legal de proteção ambiental, a concertação política do agronegócio escolheu novo alvo central: os direitos territoriais indígenas. O governo de Dilma Rousseff tornou-se, nesse momento, bastante aderido aos anseios da concertação, embora não de forma completa.

Precisamente quando a crise política e econômica durante a gestão de Dilma Rousseff foi ganhando proporções maiores, o que ocorreu entre 2015 e 2016, a concertação foi associando-se, cada vez mais, ao vice Michel Temer e voltando-se contra a presidente, até ocorrer seu impedimento em agosto de 2016, para o qual teve contribuição decisiva.

A última parte da tese trata da organização atual da concertação política do agronegócio, analisando seus agentes e seus dispositivos de poder.

As nucleações políticas atuais da concertação estão na bancada ruralista – e, mais precisamente, no *Instituto Pensar Agropecuária*, intersecção de entidades patronais da agropecuária e de indústrias relacionadas ao agronegócio com aquela frente parlamentar –, na Fiesp, que, ao mesmo tempo, mantém grande importância estratégica, e na Abag, que perdeu um pouco de influência, apesar de liderar instâncias de prestígio na concertação, como o congresso que realiza anualmente.

No que diz respeito aos dispositivos da concertação, citam-se os de congregação de atores (congressos e eventos), de conhecimento (universidades e centros técnicos), de legitimação (números, ideias-força e imagens), de comunicação (aderência de grande parte da imprensa, campanhas publicitárias e meios internos) e tecnológicos (feiras dinâmicas).

As investigações a desdobrarem-se da compreensão do agronegócio como fenômeno político podem, segundo se entende, abordar outras dimensões de suas controvérsias, trazer novos elementos sobre as relações dele com o ruralismo e realizar mais análises sobre suas estatísticas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. Planeta: São Paulo, 2012.
- AÇÃO DA CIDADANIA. **Site**. (2016). Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=home>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- AGÊNCIA PÚBLICA. **Boi, Bala e Bíblia contra Dilma**. (2016). Disponível em: <<https://apublica.org/2016/04/truco-boi-bala-e-biblia-contra-dilma/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- AFONSO DA SILVA, J. **Parecer**. (2015). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jose-afonso-da-silva-parecer-maio-2016-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Consolidado da Legislação Brasileira Organizada Por Categoria de Alimento**. (2018). Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/aditivos-alimentares-organizada-por-categoria-de-alimentos>>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- AGROCERES. **Agroceres 70 anos**, 2015.
- ALIANÇA BRASILEIRA PELO CLIMA. **Documento de posicionamento sobre as negociações de mudanças climáticas e as ações do governo brasileiro**, setembro de 2009.
- ALIER, J. M. **The environmentalism of the poor – a study of ecological conflicts and valuation**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.
- _____. et al. **Is there a Global Environmental Justice Movement?** Colloquium Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice: linkages and challenges. Paper No 16, February, 2016: 731-755.
- ALIMANDRO, R. Depoimento. In: RODRIGUES, R. (Org.). **Ney Bittencourt: o dinamismo do agribusiness**. São Paulo, SRB, 1996: 211-213.
- ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da**

acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010: 101-143.

ALMEIDA, H. B. **Telenovela, consumo e gênero: “Muitas mais coisas”**. Bauru: Edusc, 2003.

ALMEIDA, M. W. B. Desenvolvimento Entrópico e a Alternativa da Diversidade. **Ruris**, v. 10, 2016: 19-39.

AMAGGI. **Relatório de Sustentabilidade**, 2009.

_____. **Institucional Fundação André Maggi**, 2010.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Brazil - Submission to the UN Universal Periodic Review**, 2007.

AMORIM, C. **Resposta ao autor em 10 de maio de 2017**.

ARIMA, E.Y., RICHARDS, WALKER, P. & CALDAS, M. M. Statistical Confirmation of Indirect Land Use Change in the Amazon” **Environmental Research Letters**, 6, 2011: 1-7.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Ata das Comissões: Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária**. Brasília, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. **Livro comemorativo dos 50 anos da Abia**, 2013.

_____. **Números do setor**. (2017). Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/tmp_6.aspx?id=16>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Segurança alimentar: uma abordagem de Agribusiness**. São Paulo: Abag, 1993.

_____. **Um panorama do agribusiness no Brasil - Documento para os candidatos à Presidência da República**”, 1994.

_____. **1º Congresso Brasileiro de Agribusiness – Relatórios Técnicos**, 2002a.

- _____. **Agribusiness Brasileiro: A História**. São Paulo: Abag, 2002b.
- _____. **2º Congresso Brasileiro de Agribusiness – Anais**, 2003.
- _____. **Plano de ação 2011-2014-2020 – propostas aos presidentiáveis**, 2010.
- _____. **Caderno de 20 anos**, 2013.
- _____. **Nota à imprensa**. Abag reitera mensagem de confiança no futuro. (2016). Disponível em: <http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-reitera-mensagem-de-confianca-no-futuro>. Acesso em: 12 set. 2017.
- _____. **Associados**. (2018a). Disponível em: <<http://www.abag.com.br/institucional/associados>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- _____. **Congressos**. (2018b). Disponível em: <<http://www.abag.com.br/eventos/congressos>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Séries históricas**, 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS. Estatísticas. (2018). Disponível em: <http://www.anda.org.br/estatistica/Principais_Indicadores_2016.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução Recente nos Preços de Commodities Agrícolas**. Brasília, 2012a.
- _____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília, 2012b.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no Programa**. Brasília, 2011.
- BANDEIRA, M. **Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente – 1955-1980**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.
- BARROS, G. S. C. **Entrevista ao autor em 13 de junho de 2017**.
- BATALHA, M. **Entrevista ao autor em 19 de outubro de 2017**.

BELIK, W. **Muito além da Porteira: Mudanças nas formas de Coordenação da Cadeia Alimentar no Brasil**. 1. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2001.

_____. Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do Agronegócio Brasileiro Políticas, Instituições e Perspectivas**. Brasília: NEAD, 2007, v. 1: 141-170.

BELL, D. **Entrevista ao autor em 14 de junho de 2017**.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BITTENCOURT DE ARAÚJO, N., WEDEKIN, I. & PINAZZA, L. **Complexo Agroindustrial - o “Agribusiness Brasileiro”**. Agrocere: São Paulo, 1990.

_____. & PINAZZA, L. **A Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness**. São Paulo: Globo, 1993.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. **The New Spirit of Capitalism**. New York: Verso, 2005.

_____. & THÉVENOT, L. **On justification: Economies of Worth**. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

BOMBARDI, L. M. **Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária USP/Blurb, 2016.

BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Polity Press: Cambridge (UK), 1991.

_____. & WACQUANT, L. La nouvelle vulgate planétaire. **Le Monde Diplomatique**, mai 2000: 6-7.

BORLAUG, N. **Biotechnology and the Green Revolution**. Entrevista (2002). Disponível em: <<http://www.actionbioscience.org/biotechnology/borlaug.html>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRAUN, M. B. S. Uma análise da balança comercial agrícola brasileira a guisa de sua evolução histórica recente. **Informe GEPEC**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2004: 1-21.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, v. 1: 207-230.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Resposta ao autor em 10 de maio de 2017**.

BROWN, L. R. The Agricultural Revolution in Asia. **Foreign Affairs**, Jul. 1968: 688-698.

BRUGNARO, R. & BACHA, C. J. C. Análise da participação da agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004. **Estudos Econômicos** (São Paulo), 2009, 39(1): 127-159.

BRUNO, R. **Agronegócio: palavra política**. Apresentação no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2010.

_____. Movimento 'Sou Agro'. Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, v. 14, p. 85-101, 2014.

_____. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista no Brasil. **Projeto de Cooperação Técnica UFT/BRA/083/BRA**. Rio de Janeiro, Novembro de 2015.

BUNGE. **Site internacional**. (2018). Disponível em: <<https://www.bunge.com>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BURBACH, R. & FLYNN, P. **Agribusiness in the Americas**. London: Monthly Review Press, 1980.

BURSTEIN, P., EINWOHNER, R.L. & HOLLANDER, J. A. The success of political movements: a bargaining perspective. In: JENKINS, J. C., KLANDERMANS, B. **The Politics of Social Protest**, 1995: 275-295.

BUTZ, E. Agribusiness in the Machine Age. **Yearbook of Agriculture**, United States Government, 1960.

CABRAL, J. I. **Sol da manhã. Memória da Embrapa**. Brasília: Unesco, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Composição do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Agribusiness. **Diários**. Brasília, 1993.

_____. **Câmara cria CPI para investigar atuação da Funai e do Inca**. (2015). Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/499549-CAMARA-CRIA-CPI-PARA-INVESTIGAR-ATUACAO-DA-FUNAI-E-DO-INCRA.html>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição 215**. (2017). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CAMPANHOLA, C. **Entrevista ao autor em 22 de setembro de 2017**.

CAPIBERIBE, A.; BONILLA, O. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83: 293-313, abr. 2015.

CARDOSO, F. H. Um compromisso permanente. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mais do que uma política agrícola...** Brasília, 1998: 5-8.

_____. **Diários da Presidência – 1995-1996** (volume 1). São Paulo: Companhia da Letras, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil – História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro enigma, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, M. et al. Indigenous peoples boxed in by Brazil's political crisis. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 7, no. 2 (Autumn 2017): 403-426.

CARVALHO, L. C. C. **Entrevista ao autor em 30 de junho de 2017**.

CASTRO, A. C. **Crescimento da Firma e Diversificação Produtiva: O Caso Agroceres**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp, 1988.

CENTER FOR PUBLIC ISSUES EDUCATION IN AGRICULTURE AND NATURAL RESOURCES. **Consumer Perceptions of Agricultural Words, Phrases and Images**. (2010). Disponível em: <http://www.piecenter.com/wp-content/uploads/2015/09/AIF-Message-Testing_Executive-Report.pdf>. Acesso em 02 mai. 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Relatório. Dezembro de 2015**.

_____. **PIB do Agronegócio – Brasil**. Outubro de 2016.

_____. **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução.** Piracicaba, 2017a.

_____. **PIB do Agronegócio Brasileiro.** (2017b). Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

_____. **Sobre o Cepea.** (2018). Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Verbetes “Projeto Jari”.** (2018). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Séries Históricas de Área Plantada, Produtividade e Produção.** Brasília, 2016.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **CNA sugere alteração no Decreto 6514 ao Ministério do Meio Ambiente.** (2008). Disponível em: <<https://agrosoft.org.br/2008/08/29/cna-sugere-alteracao-no-decreto-6514-ao-ministerio-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. **Time unido pela Agropecuária Sustentável.** (2012). Disponível em: <<https://agriculturabaixocarbono.wordpress.com/tag/time-agro-brasil/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____ & SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Time Agro Brasil.** (2012). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bZXygS-D3MU>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário**, 9 a 14 de julho de 2014.

CONGRESO NACIONAL DE SOCIOLOGÍA. **EXTRACTOS DE LOS ESTUDIOS SOCIOLOGICOS PRESENTADOS AL DECIMOQUINTO CONGRESO**, Volume 3, 1964.

CONTINI, E. **Entrevista ao autor em 5 de junho de 2017.**

COSTA, A. C. (2017a). **Entrevista ao autor em 21 de junho de 2017.**

_____. (2017b). **Entrevista ao autor em 4 de dezembro de 2017.**

DAS, V. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DATAFOLHA. **Ciro, 20%, divide segundo lugar com Serra, 19%; Lula mantém liderança, com 37%** (2002). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2002/08/1198889-ciro-20-divide-segundo-lugar-com-serra-19-lula-mantem-lideranca-com-37.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DATALUTA. **Dados de ocupações**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Unesp, 2015.

DAVID, D. K. **Baker Library Special Collections**, Harvard Business School, 1950.

DAVIS, J. Business Responsibility and the Market for Farm Products, **Boston Conference on Distribution**, 17 October 1955, box 1, folder 2, John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

_____. From Agriculture to Agribusiness. **Harvard Business Review** 34 (January 1956): 107–15.

_____. & GOLDBERG, R.. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard Business School Press, 1957.

_____. & KINSHAW, K. **Farmer in a Business Suit**. New York: Simon & Schuster, 1957.

DEERE, J. John Deere: **175 anos de história**. (2017). Disponível em:

<https://www.deere.com.br/pt_BR/our_company/news/press_releases/2012/may/175_years_of_history/175_years_of_history.page>. Acesso em: 29 out. 2017.

DELFIN NETTO, A. As informações sobre a agricultura num programa de desenvolvimento econômico. (1963). In: DELFIN NETTO, A. **Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira**. FEA/USP, sem data: 75-129.

_____. Nota sobre alguns aspectos do problema agrário. In: DELFIN NETTO, A. **Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira**. FEA/USP, sem data: 1-74.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001: 157-172.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. In: CASTRO, A. C. & BOSCHI, R. **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Volume 1, numero 2, 2010: 111-125.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Quem foi quem na Constituinte**. Disponível em: <http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/QFQ_87-91/Qfq_87-91p375.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DRAPER, H. & DRAPER, A. **The dirt on California: agribusiness and the University**, 1968.

EHRlich, P. Entrevista. **New Scientist and Science Journal**, Sep. 1971.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Índice de sustentabilidade garante mais qualidade e competitividade ao agronegócio**. (2006). Disponível em: <<http://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/indice-de-sustentabilidade-garante-mais-qualidade-e-competitividade-ao-agronegocio/20060329-084906-1549>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FARINA, E. Organização das cadeias agroindustriais de alimentos. **Estudos temáticos**, São Paulo: Pensa, 1992: 189-208.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS. **CNA, Sebrae e Pelé lançam campanha para consolidar imagem do agronegócio sustentável brasileiro** (2012). Disponível em: <<http://sistemafaeg.com.br/noticias/8314-cna-sebrae-e-pele-lancam-campanha-para-consolidar-imagem-do-agronegocio-sustentavel-brasileiro>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, **Time Agro Brasil ganha reforço**, 2013. Disponível em: <<http://www.sistemafaemg.org.br/Noticia.aspx?Code=1814&Portal=1&PortalNew>>

s=1&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R>. Acesso em: 30 dez. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Composição do Conselho Superior do Agronegócio**. São Paulo, 2007a.

_____. **Composição do Departamento do Agronegócio**. São Paulo, 2007b.

_____. **Outlook Fiesp 2026: projeções para o agronegócio brasileiro**. São Paulo: FIESP, 2016a.

_____. **No Cosag, Paulo Skaf defende união em torno do agronegócio**. (2016b). Disponível em: <<http://www.Fiesp.com.br/noticias/no-cosag-paulo-skaf-defende-uniao-em-torno-do-agronegocio/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Departamento do Agronegócio**. (2017a). Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/agronegocio-deagro/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Skaf e Alckmin assinam na Fiesp manifesto de apoio aos biocombustíveis**. (2017b). Disponível em: <<http://www.Fiesp.com.br/noticias/skaf-e-alckmin-assinam-na-Fiesp-manifesto-de-apoio-aos-biocombustiveis/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Agronegócio**. (2018). Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/?temas=agronegocio>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FERNANDES, A. B. O potencial agrícola brasileiro. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mais do que uma política agrícola...** Brasília, 1998a: 12-18.

_____. Crescendo aproveitando as oportunidades ou como obter uma nova liderança exportadora através do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Ano VII, Nº 02 Abril-Maio-Junho, 1998b: 61-66.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e reforma agrária**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **How to feed the world in 2050**. Roma, 2009.

FRASER, N. **Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition**, Routledge: New York and London, 1997.

_____. Rethinking recognition. **New Left Review**, May-Jun. 2000: 107-120.

_____. HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York: Verso, 2003.

_____. et al. "Transnationalizing the Public Sphere". In: NASH, K. (Ed.). **Transnationalizing the Public Sphere**, Polity: 2014: 8-42.

FREEMAN, O. Malthus, Marx and the North American Breadbasket. **Foreign Affairs**, v. 45, n. 4, July 1967: 81-93.

FRENTE AMPLA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA. (1987a). **Alerta do campo à nação**, 12 de fevereiro de 1987.

_____. (1987b). **Crise Agrícola e Propostas Rurais**, fevereiro de 1987.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA. **Eleita hoje nova diretoria do Instituto Pensar Agro**. (2017). Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/eleita-hoje-nova-diretoria-do-instituto-pensar-agro>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

FUSONIE, A. John H. Davis: Architect of the Agribusiness Concept Revisited, **Agricultural History**. Vol. 69, No. 2, [Agribusiness and International Agriculture] (Spring, 1995): 326-348.

GARCIA, L. **Anais do I Congresso de Agribusiness da Sociedade Nacional da Agricultura**, 1997.

GAUD, W. The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions. **Society for International Development**. Washington, DC, 8 de março de 1968.

GEORGE, S. **How the Other Half Dies. The Real Reasons for World Hunger**. London: Penguin Books, 1976.

GIBBS, H. K. et al. Brazil's Soy Moratorium. **Science**. January 2015: 347-377.

GIFFONI PINTO, R. **O novo empresariado rural: a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag): Origens, projetos e primeiras ações 1990-2002**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM. **Manifesto de confiança ao governo brasileiro**, 2016.

_____. **Site.** (2018). Disponível em: <<http://www.globalagribusinessforum.com/pt-br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GOLDBERG, R. **The soybean industry, with special reference to the competitive position of the Minnesota producer and processor.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1952.

_____. **Agribusiness for developing countries.** Harvard Business Review, Sep 1, 1966, Vol.44(5): 81-93.

_____. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean, and Florida orange economics.** Boston: Division of Research, Harvard University, 1968.

_____. Three U.S. Food Policies. **Food Policy**, May 1977: 174-175.

_____. **Case Studies in Agribusiness: An Interview with Ray Goldberg,** GILL, T. G., 2013.

_____. (2017a) **Entrevista ao autor em 16 de março de 2017.**

_____. (2017b) **Entrevista ao autor em 14 de junho de 2017.**

GOMES DA SILVA, J. **Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOVERNO FEDERAL. **Plano Trienal.** Brasília, 1962.

_____. **Programa Estratégico de Desenvolvimento.** Brasília, 1967.

_____. **Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, 1985.

_____. **Plano Agrícola Ano Safra 2000/2001.** Brasília, 2000.

_____. **Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal/Ministério do Meio Ambiente.** Brasília, 2013.

_____. **Metas domésticas** (2009). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/metas-domesticas>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. **Informações demográficas e socioeconômicas** (Portal da Saúde) (2017). Disponível em:

<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1996.

_____. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. R., NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010: 157-183.

_____. Entrevista. (1989). **História e Perspectivas**, Uberlândia (50): 161-196, jan./jun. 2014.

GREENPEACE. **Eating up the Amazon**. Report, 2006.

GRYNSZPAN, M. Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, 2012: 123-148.

_____. Elementos para uma história social da noção de agronegócio no Brasil. In: SCHITTINO, R. T.; CORDEIRO, J. M. (Org.). **Caminhos da História Política - os 20 anos do NEC**. Niterói: PPG História - UFF, 2016: 132-155.

GUIA GESSULLI DA AVICULTURA E SUINOCULTURA INDUSTRIAL. **Agroceres 70 anos**. Nº 8, 2015.

GUILHOTO, J. Leontief e Insumo-Produto: Antecedentes, Princípios e Evolução. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 47, No. 2, 2009: 1-43.

GURGACZ, A. **Assessoria**. (2011). Disponível em: <<http://www.newsrodonia.com.br/noticias/senador+acir+gurgacz+discute+o+codigo+florestal+na+Fiesp/9494>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

GV AGRO. **Site**. (2017). Disponível em: <<http://gvagro.fgv.br>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

HAMBURGUER, E. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

HAMILTON, C. The Sociology of a Changing Agriculture. **Social Forces**, Jan 1, 1958, vol.37(1): 1-7.

HAMILTON, S. Agribusiness, the Family Farm, and the Politics of Technological Determinism in the Post-World War II United States. **Technology and Culture**, Vol. 55, No. 3, 2014: 560-590.

HARVARD AGRIBUSINESS SEMINAR. **Executive Education**. (2016). Disponível em: <<https://www.exed.hbs.edu/programs/agb/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

HARVARD BUSINESS SCHOOL. **Baker Library Special Collections**, 1954.

_____. **Baker Library Special Collections**, 1956.

_____. **Baker Library Special Collections**, 1968.

HENIG, P. Agribusiness to Stress Propaganda Abroad. **NACLA Newsletter**, 01 October 1967, Vol.1(8): 2-4.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. & LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25: 159-176, 2010.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014.

HIGHTOWER, J. **Hard Tomatoes, Hard Times (The Failure of the Land Grant College Complex)**. Washington, D. C.: Agribusiness Accountability Project, 1972.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, J. H. **A política agrícola do governo Collor**, mimeo, 1989.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUMPHREY, H. H. **Remarks - First Agribusiness Conference: on the Search for International Food Balance**, 1967.

INSTITUTO PARA O AGRONEGÓCIO REponsável. Entidades financiadoras. **Agroanalysis**, setembro de 2007.

_____. **O Brasil à frente do agronegócio e da sustentabilidade**. (2008). Disponível em: <https://www.maxpress.com.br/hotsite/ares/ares_inst.html>. Acesso em: 14 jan. 2018.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA & FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA. (2016). **Pauta Positiva – Biênio 2016/2017**.

_____. (2017). Apresentação do presidente do Conselho Consultivo da entidade, Fábio Meirelles Filho, no dia 30 de agosto de 2017 na reunião conjunta das Câmaras Setoriais de Aves e Suínos e de Milho e Sorgo do Ministério da Agricultura.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Desmatamento e agronegócio**. (2006). Disponível em: <<http://site-antigo.socioambiental.org/esp/desmatamento/site/agronegocio>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. **O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação?** (2016). Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. **AGU tenta transformar exceção de demarcação em regra**. (2017). Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/agu-tenta-transformar-excecao-de-demarcacao-em-regra>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Waiting in Correntes: Forced labour in Brazil. **World of Labour Magazine**. No. 50, March 2004.

JAIN, H. K. **The Green Revolution: history, impact and future**. Houston: Studium Press, 2010.

JANK, M. S. Agricultura vs. meio ambiente? Um debate sobre o Código Florestal Brasileiro (2010). **Fundação Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/debates/agricultura-vs-meio-ambiente-um-debate-sobre-o-codigo-florestal-brasileiro>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Orgs.), **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990: 113-223.

KILLGORE, A. I. **Dr. John H. Davis**. (1985). Disponível em: <<http://www.washingtonreport.me/1985-december-30/personality-dr.-john-h.-davis.html>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

LAMOUNIER, B. **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão**. São Paulo: IPEA, 1994.

LARSON, O. The Role of Rural Sociology in a Changing Society. **Rural Sociology**, Mar 1st, 1959, Vol.24(1): 1 -10.

LAUSCHNER, R. **Agro-industria y desarrollo económico**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Programa de Estudios Economicos Latinoamericanos para Graduados, Universidad de Chile, 1974.

LEITE, S. P. & WESZ JR, V.J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, 2014: 83-107.

LEITE, S. P. & ÁVILLA, R. V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, 2007: 777-805.

LERRER, D. F. **Revista Agroanalysis e o processo de afirmação do “agronegócio” e de seus agentes**. 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.

LÍCIO, A. O Ministério da Agricultura e o Agronegócio. CALDAS, R.A. et al. (Org.). **Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade**. Brasília: CNPq, 1998.

LIDE - GRUPO DE LÍDERES EMPRESARIAIS. **Fórum Nacional de Agronegócios**. (2018). Disponível em: <<https://www.lideglobal.com/evento/forum-nacional-de-agronegocios/>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MAGGI, B. Depoimento. In: RODRIGUES, R. **Ney Bittencourt: o dinamismo do agribusiness**. Edit. não ident. 1996: 43-45.

MALASSIS, L. **Groupes, complexes et combinats agro-industriels: méthodes et concepts**. Paris: ISMEA, 1975.

_____. *Économie agricole, agro-alimentaire et rurale*. **Économie rurale**. N°131, 1979: 3-10.

MARQUES, P. V. **Entrevista ao autor em 29 de maio de 2017**.

MARTINS, J. S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, 2003, 15(2): 141-175.

McCUNE, W. **Who's behind our farm policy?** New York: Praeger, 1956.

MÉDICI, E. G. **Mensagem ao Congresso**, 1973.

MEDINA, G.; RIBEIRO, G. & BRASIL, E. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. **Revista de Economia e Agronegócio**, 2016, v. 13: 2-38.

MENDONÇA, S. R. Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). In: MOTTA, M. M. M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v. 1: 438-442.

_____. **O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso**. Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos S. A. Segreti, v. 8, 2008: 139-159.

_____ & OLIVEIRA, P. C. F. ABAG: origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**. V. 18, N° 2, jun-set. 2015: 169-184.

MILLIMAN, J. W. Review - A Concept of Agribusiness. **The Journal of Business**, 1 January 1958, Vol.31(1): 64-65.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mais do que uma política agrícola...** Brasília, 1998.

_____. **Consagro deve instalar mais 12 câmaras setoriais do agronegócio em 2004**. (2004). Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/consagro-deve-instalar-mais-12-camaras-setoriais-do-agronegocio-em-2004_14696.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **AGRO+**. (2016a). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agromais/agropecuaria-brasileira.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

_____. **Estatísticas do agronegócio**, 2016b.

_____. **Resposta ao autor em 16 de junho de 2017**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar**, dezembro de 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013**. BRASÍLIA: MDS, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Dados fornecidos ao autor em 17 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **TRF-1 confirma que Cargill deve elaborar EIA-Rima do porto de Santarém (PA)**. (2007). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/tribunal-confirma-cargill-deve-elaborar-estudos-de-impacto-do-porto-de-santarem>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MIRANDA, E. Apresentação “Alcance territorial da legislação ambiental e indigenista - Quanta terra está legalmente disponível para a agricultura?”. (2009).

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, v. 32, 2012: 15-30.

_____. ARRUTI, J. M. & POMPA, C. Para uma antropologia do político. In: LAVALLE, A. G. (Org.). **O horizonte da política: questões emergentes e agenda de pesquisa**. São Paulo: Unesp, 2012: 145-184.

MORUZZI MARQUES, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, 2010: 78-87.

_____. **Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo**. Tese de Livre-Docência. Departamento de Economia, Administração e Sociologia, Esalq/USP, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **‘Luta do MST de hoje é contra o modelo do capital na agricultura e necessita de toda a sociedade’**. (2014). Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/politica/9324-10-02-2014-luta-do-mst-de-hoje-e-contra-o-modelo-do-capital-na-agricultura-e-necessita-de-toda-a-sociedade>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **A agroecologia como ferramenta política contra o agronegócio**. (2017). Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/09/a-agroecologia-como-ferramenta-politica-contra-o-agronegocio.html>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MURPHY, W. 1955. Agriculture and Agribusiness. **Agriculture and Food Chemistry**, 3 (12): 987-987.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a Sociologia militante, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes (Santa Cruz do Sul)**, v. 13, 2008: 5-51.

NEPOMUCENO, E. **O Massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Planeta, 2007.

NESS, I. **Encyclopedia of interest groups and lobbyists in the United States**. Armonk, NY: Sharpe Reference, 2000.

NEVES, E. M. **Resposta ao autor em 26 de maio de 2017**.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1-20, 2016.

NORONHA, F. A. A new model for agribusiness investment. In: THE AGRIBUSINESS COUNCIL. **Agricultural Initiative in the Third World**. Lexington: Lexington Books, 1974.

NOVA/SB. **Sou Agro.** (2011). Disponível em: <<http://www.novasb.com.br/trabalho/sou-agro/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

NUNES, E. P. & CONTINI, E. **Complexo Agroindustrial Brasileiro: Caracterização de Dimensionamento.** Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness, 2001.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001: 185-201.

_____. **Os mitos do agronegócio no Brasil.** XII Encontro Nacional do MST. São Miguel do Iguazu/PR, janeiro de 2004.

OLSON, G. Review about the book Agricultural Initiative in the Third World. **American Political Science Review**, Sep. 1977, vol 71, issue 3: 1211-1212.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International Conference on Nutrition. World Declaration and Plan of Action for Nutrition**, 1992a. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/015/u9260e/u9260e00.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992b.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaration of The Presidents of America - Meeting of American Chiefs of State**, Punta del Este, Uruguay, Apr. 12-14, 1967.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT & FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (2010). **OECD-FAO Agricultural Outlook 2010-2019.**

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. PARRY, M. L., CANZIANI, O.F., PALUTIKOF, J.P., VAN DER LINDEN, P.J. & HANSON, C.E. (Eds.). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

PALATNIK, P. **Entrevista ao autor em 26 de maio de 2017.**

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, vol.3 no.7, São Paulo Set./Dez. 1989: 87-108.

PAOLINELLI, A. **Entrevista ao autor em 9 de outubro de 2017.**

PASSOS GUIMARÃES, A. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. O Complexo Agroindustrial. **Opinião**, 21 nov. 1975.

_____. O Complexo Agroindustrial no Brasil. **Opinião**, 05 nov. 1976.

_____. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (3ª edição).

PELIANO, A. M. Depoimento. In: RODRIGUES, R. (Org.). **Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness**. São Paulo, SRB, 1996: 28-29.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, 2014: 63-84.

PINAZZA, L. A. Depoimento. In: RODRIGUES, R. **Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness**. Edit. não ident. 1996: 36-39.

_____. & ALIMANDRO, R. **Reestruturação do Agribusiness Brasileiro: agronegócios no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.

_____. Luiz Antonio Pinazza (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013.

_____. **Entrevista ao autor em 5 de abril de 2017.**

PIRES, M. J. S. & RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, 2009.

POMPEIA, C. **O MST em documentários e no Jornal Nacional**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009a.

_____. **Semente: a vida das crianças nos assentamentos**. Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP), 17 min, 2009b.

_____. **O dia em que os índios ocuparam o Congresso Nacional**. Site Étnico, maio de 2013.

_____. Agribusiness and Protected Areas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. et al. "Indigenous peoples boxed in by Brazil's political crisis," **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 7, no. 2 (Autumn 2017): 403-426.

PORTUGAL, A. D. & CONTINI, E. A inserção da Embrapa no Agronegócio. In: CALDAS, R. A. et al. (Org.) **Agronegocio brasileiro: ciencia, tecnologia e competitividade**. Brasilia: CNPq, 1998.

PORTUGAL, A. D. **Entrevista ao autor em 30 de maio de 2017**.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. (1960). In: PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979: 15-85.

_____. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. (1962). In: PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979: 86-126.

PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL POR SATÉLITE (PRODES). **Taxas anuais de desmatamento**. Brasília, 2013.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas**. Brasília: NEAD Estudos, 2007, v. 1: 18-52.

RANGEL, I. Industrialização e agricultura. (1955). In: GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004: 39-42.

REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA. Volume 27, 1965, Ediciones 1-2.

RICHARDS, H. **The Land is Rich**. 27 min, 1966.

RODRIGUES, R. **Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness**. Edit. não ident. 1996.

_____. O fórum e a modernização. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mais do que uma política agrícola...** Brasília, 1998: 19-22.

_____. Agricultura e agronomia. **Estudos Avançados**, 2001, 15(43): 289-302.

_____. Um PAC para o agronegócio brasileiro. **Agroanalysis**, janeiro de 2007.

_____. **Antes da Tormenta**. São Paulo: Nova Bandeira, 2008.

_____. Carta de princípios. **A Granja**, abril de 2010.

_____. (2017a). **Entrevista ao autor em 6 de junho de 2017**.

_____. (2017b). **Entrevista ao autor em 4 de outubro de 2017**.

ROUSSEFF, D. **Entrevista ao autor em 21 de abril de 2017**.

RUST, Irwin W. Review - A Concept of Agribusiness. **Journal of Farm Economics**, 1 November 1957, Vol.39(4): 1042-1045.

SANTOS, R. **Agraristas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa, 2008.

_____. & LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2012, 50(3): 503-524.

SCHMIDT, R. **Palestra sobre a Campanha Agro - A indústria-riqueza do Brasil**. Global Agribusiness Forum, 2017.

SCHNEIDER, S. & CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

SEN, A. (1981a), "Ingredients of famine analysis: Availability and Entitlements", **The Quaterly Journal of Economics**, Volume 93:3, August 1981: 433-464.

_____. **Poverty and Famines – an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981b.

SHAFFER, G. & MELÉNDEZ-ORTIZ, R. **Dispute Settlement at the WTO: The Developing Country Experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SHERIDAN, R. B. Review - A Concept of Agribusiness. **The American Economic Review**, 1 March 1958, Vol.48(1): 211-213.

SIMON, G. A. **Food Security: Definition, Four dimensions, History.** (2012). Disponível em: <<http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/F4D.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL. Setor de defensivos agrícolas registra queda nas vendas em 2016. (2018a). Disponível em: <<http://sindiveg.org.br/sindiveg-setor-de-defensivos-agricolas-registra-queda-nas-vendas-em-2016/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Site.** (2018b). Disponível em: <<http://sindiveg.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA & ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo.** SILVA, J. A. A. (Org.); 2. ed. rev. – São Paulo: SBPC, 2012.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. **Congresso de Agribusiness.** (2013). Disponível em: <<http://www.sna.agr.br/congresso/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, H. Depoimento. In: RODRIGUES, R. (Org.). **Ney Bittencourt: o dinamismo do agribusiness.** São Paulo, SRB, 1996: 261.

STÉDILE, J. P. Discurso em Itapeva, São Paulo. Fala ouvida presentemente pelo autor em 21 de junho de 2004.

_____. 25 anos de teimosia. **Boletim DATALUTA**, fevereiro de 2009.

STERN, M. **Entrevista ao autor em 3 de abril de 2017.**

_____. **The Future of Food: Trends and Challenges in Global Agriculture: The Opportunity for Digital Ag.** Geological Lecture Hall, Harvard University, 3 de abril de 2017.

SUMMIT AGRONEGÓCIO. **Site.** (2018). Disponível em:

<<http://www.summitagronegocio.com.br>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF considera nulos títulos de terra localizados em área indígena no sul da Bahia.** (2012). Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206458/>>.

Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Plenário mantém condições fixadas no caso Raposa Serra do Sol.**

(2013). Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=251738/>>.

Acesso em: 12 fev. 2017.

TAKANO, M. O agribusiness e sua interação com a agricultura. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 3-6 ago. 1992: 89-97.

TEMER, M. **“Agronegócio, hoje, é a pauta mais importante do País”**.

(2016a). Discurso disponível em vídeo em:

<[http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/temer-](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/temer-agronegocio-hoje-e-a-pauta-mais-importante-do-pais/)

[agronegocio-hoje-e-a-pauta-mais-importante-do-pais/](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/temer-agronegocio-hoje-e-a-pauta-mais-importante-do-pais/)>. Acesso em: 03 jan.

2018.

_____. **“Brasil deve muito ao agronegócio”**. (2016b). Disponível em:

<[http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/michel-](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/michel-temer-brasil-deve-muito-ao-agronegocio/)

[temer-brasil-deve-muito-ao-agronegocio/](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/michel-temer-brasil-deve-muito-ao-agronegocio/)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

THE AGRIBUSINESS COUNCIL. **Agricultural Initiative in the Third World.**

Lexington: Lexington Books, 1974.

_____. (2016). **Site**. Disponível em: <<https://www.agribusinesscouncil.org/>>.

Acesso em: 18 nov. 2016.

THEVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In

KNORR-CETINA, K., SCHATZKI, T. SAVIGNY EIKE V. (Orgs.). **The Practice**

Turn in Contemporary Theory, London, Routledge, 2001: 56-73.

TRELOGAN, H. Review - A Concept of Agribusiness. **Journal of Marketing**, Jul

1957 - Apr 1958, Vol.22: 221-222.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (2017a). **Mecanismo de consulta aos**

bens declarados pelos candidatos das eleições federais de 2010 e 2014.

_____. (2017b). **Mecanismo de consulta ao financiamento das eleições**

federais de 2010 e 2014.

TV CULTURA. Entrevista de Ronaldo Caiado. Programa Roda Viva. (1986).

Disponível em:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/693/entrevistados/ronaldo_caiado_1986.ht>. Acesso em: 17 mar. 2017.

TURNER, J. S. **The chemical feast: the Ralph Nader study group report on food protection and the Food and Drug Administration**. New York: Grossman Publishers, 1970.

UNGER, R. M. **Entrevista ao autor em 15 de maio de 2017**.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Movimento Sou Agro lança campanha e será “divisor de águas” para comunicação**. (2011). Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/855075992036979688/concertação-sou-agro-lanca-campanha-e-sera-por-centoE2-por-cento80-por-cento9Cdivisor-de-aguas-por-centoE2-por-cento80-por-cento9D-para-comunicacao/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Ministro prestigia reunião do conselho do agronegócio da Fiesp**. (2017). Disponível em:

<<http://www.unica.com.br/noticia/9851879920343175367/ministro-prestigia-reuniao-do-conselho-do-agronegocio-da-Fiesp/>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. (2016). **“Family Farm” definition**. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/farm-economy/farm-household-well-being/glossary/#familyfarm>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. (2018). **Site**. Disponível em: <<https://www.usda.gov>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNITED STATES GOVERNMENT. **Agribusiness Organization Directory**, 1968a.

_____. (1968b). **To Build the Peace: Excerpts from President Johnson's message to Congress on Foreign Assistance**, February 8, 1968.

_____. **Censo populacional dos Estado Unidos**. Sem data. Disponível em: <<https://www.census.gov/population/censusdata/table-4.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Seminário “Direitos humanos, trabalho escravo contemporâneo e agronegócio”** (2008). Disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/direitos-humanos-trabalho-escravo-contempor-neo-e-agroneg-cio>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VEIGA, J. E. **O que é agronegócio?** (2012). Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/o-que-e-agronegocio-por-jose-eli-da-veiga/20131030-092504-w523>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora 34, 2015.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science.** Vol 19, Issue 3: 258-273, 2010.

VIGNA, E. **A bancada ruralista: um grupo de interesse.** Brasília: INESC, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os involuntários da pátria – elogio do subdesenvolvimento. **Série Tempestiva.** Caderno de Leituras nº 65, 2017.

WEDEKIN, I. Ivan Wedekin. (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012. 30p.

_____. **Entrevista ao autor em 29 de maio de 2017.**

WELCH, C.A. **Rockefeller and the Origins of Agribusiness in Brazil.** A Research Report, 2014.

WILKINSON, J. **Demandas tecnológicas, competitividade e inovação no sistema agroalimentar do Mercosul ampliado.** Montevideo: PROCISUR/BID, 2000.

WOOD, G. Country bankers face challenge of agribusiness. **Banking,** Jan 1, 1958, Vol.50(7): 82.

XAVIER, C. Depoimento. In: RODRIGUES, R. **Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness.** Edit. não ident. 1996: 48-62.

YOKOTA, P. **Resposta ao autor em 11 de novembro de 2016.**

ZYLBERSZTAJN, D. et al. **Agribusiness.** Porto Alegre: Ortiz, 1993.

_____. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições.** FEA/USP, 1995a.

_____. **Agrocerees - PIC case study - A study in international technology transfer in the field of pig genetics,** 1995b.

_____. Ensino, Pesquisa e Consultoria nos Agronegócios: As Múltiplas Linguagens do Profissional dos Agronegócios. In: PINAZZA, L. A.; ALEMANDRO., R. (Orgs.). **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.

_____. À fogueira com os livros de agronegócios. In: ZYLBERSZTAJN, D., NEVES, M. F & NEVES, E. M. (Orgs.). **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006: 62-64.

_____. **Entrevista ao autor em 30 de maio de 2017.**

Acervos históricos e sistemas de pesquisa

ACERVO DIGITAL DO G1.

ACERVO HISTÓRICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

ACERVO HISTÓRICO DA FOLHA DE S. PAULO.

ACERVO HISTÓRICO DA VEJA.

ACERVO HISTÓRICO DE O ESTADO DE S. PAULO.

ACERVO HISTÓRICO DE O GLOBO.

ACERVO HISTÓRICO DO JORNAL DOS SEM TERRA.

ACERVO HISTÓRICO DO LE MONDE.

ACERVO HISTÓRICO DO THE NEW YORK TIMES.

ACERVO HISTÓRICO DO THE WALL STREET JOURNAL.

ACERVO HISTÓRICO DO THE WASHINGTON POST.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL.

HOLLIS (HARVARD).

PROQUEST NEWSPAPERS.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNB.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA USP (DEDALUS).

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DE COLUMBIA.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DE STANFORD.

Dicionários

CAMBRIDGE. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

COLLINS. Disponível em: <<https://www.collinsdictionary.com>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MERRIAM-WEBSTER. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

OXFORD. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Figuras

1. ANA PAULA HIRANO, 2017.
2. CAIO POMPEIA, 2014.
3. JOVEM SUL NEWS, 2016.
4. USP, 2016.
5. BAKER LIBRARY SPECIAL COLLECTIONS, HARVARD BUSINESS SCHOOL (ca. 1960).
6. BAKER LIBRARY SPECIAL COLLECTIONS, HARVARD BUSINESS SCHOOL (ca. 1960).
7. CAIO POMPEIA, 2017.
8. BAKER LIBRARY SPECIAL COLLECTIONS, HARVARD BUSINESS SCHOOL (ca. 1970).

9. BAKER LIBRARY SPECIAL COLLECTIONS, HARVARD BUSINESS SCHOOL (ca. 1970).
10. GUIA GESSULLI DA AVICULTURA E SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2015.
11. AGROCERES, 2015.
12. ABAG, 2013.
13. AGÊNCIA BRASIL, 2004.
14. REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 2005.
15. REVISTA CAFEICULTURA, 2011.
16. NOVA/SB, 2011.
17. TDA BRASIL, 2012.
18. PALÁCIO DO PLANALTO, 2013.
19. DEPUTADO FEDERAL DARCÍSIO PERONDI, 2012.
20. IPA & FPA, 2016.
21. FIESP, 2017.
22. UOL, 2016.
23. FIESP, 2016.
24. FIESP, 2017.
25. G1, 2017.

Gráficos

1. THE NEW YORK TIME ARCHIVES, PROQUEST ARCHIVER, SITES DO THE WASHINGTON POST E DO THE WALL STREET JOURNAL, 2017.
2. HOLLIS, 2017.
3. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, 2017.
4. BANCO CENTRAL DO BRASIL, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, 2012B.
5. ACERVOS DE O ESTADO DE S. PAULO, O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO, 2016.
6. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993.

7. ACERVOS DE O ESTADO DE S. PAULO, O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO, 2017.
8. DEDALUS, 2017.
9. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016.
10. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1998.
11. BANCO CENTRAL DO BRASIL, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, 2012B.
12. DEDALUS, 2017.
13. ACERVOS DE O ESTADO DE S. PAULO, O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO, 2017.
14. CÂMARA DOS DEPUTADOS, ACERVO HISTÓRICO, 2017.
15. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2016.
16. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016B.
17. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS, 2003.
18. DEDALUS, 2017.
19. ACERVOS DE O ESTADO DE S. PAULO, O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO, 2017.
20. CÂMARA DOS DEPUTADOS, ACERVO HISTÓRICO, 2017.
21. FIESP, 2007A.
22. DATALUTA, UNESP, 2015.
23. DATALUTA, UNESP, 2015.
24. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESFLORESTAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013.
25. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2016.
26. ACERVOS HISTÓRICOS DOS JORNAIS THE NEW YORK TIMES E LE MONDE, 2017.
27. ACERVOS HISTÓRICOS DOS JORNAIS THE NEW YORK TIMES E LE MONDE, 2017.
28. AGROANALYSIS, SETEMBRO DE 2007.
29. DATALUTA, UNESP, 2015.
30. INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA E FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA, 2016.
31. GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, 2016.

Imprensa

AGÊNCIA BRASIL, 21/02/2003, 22/01/2004

AGÊNCIA SENADO, 25/03/2014

A GRANJA, fevereiro de 2010, abril de 2010

AGROANALYSIS, agosto de 1996, outubro de 1997, março de 2007, setembro de 2007, junho de 2009, agosto de 2010, dezembro de 2012, maio de 2013, maio de 2014, junho de 2015

BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 03/07/2007, 15/08/2011

CARTA CAPITAL, 20/12/2012

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS NO BRASIL, 07/01/2013

CORREIO BRAZILIENSE, 06/05/1993

CORREIO DA MANHÃ, 11/09/1957, 14/11/1964

DAILY POST, 12/01/2006

DIÁRIO CARIOCA, 15/11/1964

DIÁRIO DE NATAL, 27/11/1974

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1977, 20/12/1980

DIÁRIO DO PARÁ, 04/02/1990

DIÁRIO DO PARANÁ, 14/10/1975, 22/06/1980, 17/03/1981

DINHEIRO RURAL, 08/06/2017

ESTADO DE MATO GROSSO, 07/09/1977

FOLHA DE S. PAULO, 24/10/1972, 31/12/1976, 05/01/1977, 25/10/1988, 26/04/1989, 31/10/1990, 12/02/1991, 02/07/1991, 30/07/1991, 06/08/1991, 15/12/1992, 12/01/1993, 05/02/1993, 10/03/1996, 22/09/1998, 26/10/1999, 04/05/2001, 11/02/2003, 15/08/2003, 04/09/2003, 22/11/2003, 08/04/2004, 17/05/2004, 18/07/2004, 12/12/2004, 14/01/2005, 23/01/2005, 26/01/2005, 02/05/2005, 23/05/2005, 13/01/2006, 10/10/2006, 18/12/2006, 23/06/2007, 21/07/2007, 04/08/2007, 18/08/2007, 01/09/2007, 15/09/2007, 13/10/2007, 17/04/2008, 25/05/2008, 24/08/2008, 23/01/2009, 28/03/2009, 14/05/2009,

29/08/2009, 02/11/2009, 05/12/2009, 08/05/2010, 25/09/2010, 09/10/2010,
09/04/2011, 30/07/2011, 16/08/2011, 22/10/2011, 19/11/2011, 27/04/2012,
30/09/2012, 24/03/2012, 14/07/2013, 04/10/2013, 22/10/2013, 17/03/2016,
18/03/2016, 01/06/2017

FOX NEWS, 02/10/2007

JORNAL DO BRASIL, 26/11/1969, 23/05/1970, 27/11/1972, 04/12/1972,
30/03/1973, 13/12/1973, 02/03/1978, 28/05/1978, 19/10/1979, 15/07/1980,
17/01/1990, 12/04/1993, 02/11/1997

JORNAL DO COMMERCIO, 06/02/1973, 09/09/1973, 03/05/1979, 07/05/1993

JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS, 17/05/1991

JORNAL NACIONAL, 17/11/2012, 10/12/2012, 04/01/2013, 17/05/2017,
26/10/2017

LE MONDE, 29/02/2008, 18/01/2012

MOVIMENTO, 31/08 a 06/09/1981

O ESTADO DE S. PAULO, 28/02/1903, 24/09/1954, 14/08/1957, 25/10/1972,
03/12/1972, 30/03/1973, 19/05/1979, 03/02/1988, 03/05/1988, 28/12/1989,
07/12/1990, 09/12/1990, 26/03/1991, 26/06/1991, 03/07/1991, 07/08/1991,
01/09/1993, 24/08/1994, 01/01/1994, 20/03/1992, 04/05/1994, 05/05/1994,
15/04/1994, 05/05/1994, 08/01/1995, 26/05/1997, 08/09/1998, 04/11/1998,
09/02/1999, 11/02/1999, 27/11/1999, 26/12/1999, 22/09/2002, 02/01/2003,
23/01/2003, 01/05/2003, 31/12/2003, 08/04/2004, 09/04/2004, 21/04/2004,
25/04/2004, 12/05/2004, 29/05/2004, 21/06/2004, 15/02/2004, 08/12/2004,
20/01/2005, 22/01/2005, 23/01/2005, 25/04/2005, 29/01/2006, 12/03/2006,
16/05/2006, 04/10/2006, 06/10/2006, 20/03/2007, 12/09/2007, 11/03/2008,
19/07/2008, 16/12/2008, 01/11/2009, 20/01/2010, 20/04/2010, 13/02/2011,
16/03/2011, 18/05/2011, 21/09/2011, 15/02/2015, 07/08/2014, 28/08/2015,
14/12/2015, 25/05/2017

O GLOBO, 05/12/1964, 22/11/1969, 04/05/1970, 26/03/1973, 18/04/1973,
26/03/1973, 26/07/1989, 22/01/1991, 22/12/1991, 28/12/1992, 17/02/1993,
20/06/1993, 28/02/2000, 20/08/2000, 18/11/2001, 23/06/2002, 02/01/2003,
06/02/2003, 10/08/2003, 04/09/2003, 12/10/2003, 06/04/2004, 07/04/2004

17/05/2004, 10/12/2004, 17/12/2004, 25/01/2005, 25/02/2005, 01/03/2005, 20/03/2005, 17/02/2008, 09/08/2009, 14/11/2010, 13/05/2011, 13/07/2013, 15/12/2014, 28/08/2015

OPINIÃO, 21/11/1975, 05/11/1976

PORTAL DO PLANALTO, 04/07/2016

REPÓRTER BRASIL (ONG), 27/07/2004, 20/07/2006

REUTERS, 20/03/2017

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, outubro de 2005, abril a junho de 2014

REVISTA DOS CRIADORES, novembro de 1986

REVISTA GLOBO RURAL, 07/12/2010, 28/02/2017

R7, 16/01/2018

TELEGRAPH, 05/01/2006

THE GUARDIAN, 09/03/2007

THE NEW YORK TIMES, 20/01/1954, 04/05/1957, 24/01/1959, 17/06/1967, 13/09/1967, 18/08/1968, 20/11/1967, 13/04/1968, 18/07/1971, 22/07/1971, 01/06/1972, 18/11/1971, 03/03/1972, 21/12/1973, 17/09/2003, 08/02/2008

THE WALL STREET JOURNAL, 27/05/1957

THE WASHINGTON POST, 09/02/1958, 17/09/1967, 17/09/1967, 01/12/1971, 11/08/1972, 01/06/1972, 17/11/1973, 22/12/1973, 13/04/1975, 16/04/1975

TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/03/1975, 07/08/1975, 02/01/1979, 21/03/1980, 04/07/1980, 02-03/01/1982

UNESP CIÊNCIA, outubro de 2010

UOL, 20/10/2017

VALOR ECONÔMICO, 12/08/2013, 08/08/2017, "Valor 1000", 2017

VEJA, 19/02/1969, 12/04/1978, 28/06/1978

Legislação

CÓDIGO PENAL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

DECRETO Nº 53.516, DE 31 DE JANEIRO DE 1964.

DECRETO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1969.

DECRETO Nº 1.538, DE 27 DE JUNHO DE 1995.

DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996.

DECRETO DE 2 DE SETEMBRO DE 1998.

DECRETO Nº 3.338, DE 14 DE JANEIRO DE 2000.

DECRETO Nº 5.209, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004.

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.

DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECRETO Nº 9.179, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83 DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA, DE 30 DE JULHO DE 2015.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

LEI Nº 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

LEI Nº 12.724, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

LEI PÚBLICA 480, 1954, ESTADOS UNIDOS.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1911-12, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1999.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.027-38, DE 4 DE MAIO 2000.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA MTB Nº 1.129 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 303 DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DE 16 DE JULHO DE 2012.

PROJETO DE LEI Nº 8.107, DE 13 DE JULHO DE 2017.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 215, DE 19 DE ABRIL DE 2000.

RESOLUÇÃO Nº 2191 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, DE 24 DE AGOSTO DE 1995.